

ISSN: 1981-383X

Programa de Pós-graduação em História Comparada / UFRJ



REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA

2011

Ano 5

Volume 5

Número 1

Revista de História Comparada. Programa de Pós-graduação em
História Comparada/UFRJ.
Ano 5, v. 5, n. 1.
Rio de Janeiro: PPGHC, 2011.
Semestral
ISSN: 1981-383X
História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Programa de Pós-graduação em História Comparada.

Programa de Pós-graduação de História Comparada

Endereço: Largo de São Francisco de Paula n 1o., sala 311 – Centro – Rio de Janeiro – RJ

BRASIL – CEP 20051-070

Tel.: 0 XX 21 2221-4049

Tel e Fax : 0 XX 21 22214049

Fax: 0 XX 21 2221-1470

E-mail: hcomparada@ifcs.ufrj.br

Site: <http://www.hcomparada.ifcs.ufrj.br>

Revisão:

Edson Moreira Guimarães Neto

Apoio Técnico:

Edson Moreira Guimarães Neto, Marcelo Fernandes de Paula,
Rafael Pinheiro de Araújo, Rodrigo Ballasteiro Pereira Thomaz

REVISTA DE HISTÓRIA COMPARADA
Número 1 - Volume 5 – 08 - 2011
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Prof. Dr. Aloísio Teixeira
INSTITUTO DE HISTÓRIA
Diretor: Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA
Coordenador: Profa. Dra. Gracilda Alves
COMITÊ EDITORIAL
Prof. Dr. Silvio de Almeida Carvalho Filho
Profª. Dra. Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva
Prof. Dr. Fábio de Souza Lessa.
Profª. Dra. Leila Rodrigues da Silva
COMITÊ DE APOIO TÉCNICO
Prof. Mestrando Edson Moreira Guimarães Neto
Prof. Mestrando Marcelo Fernandes de Paula
Prof. Ms. Rafael Pinheiro de Araújo
Prof. Mestrando Rodrigo Ballasteiro Pereira Thomaz
CONSELHO CONSULTIVO
Alexandre Carneiro Cerqueira Lima (UFF)
Ana Maria Mauad de Sousa Andrade Essus (UFF)
Anita Leocádia Prestes (UFRJ)
Diva do Couto Muniz (UnB)
Durval Muniz de Albuquerque Junior (UFRN)
Estevão Chaves de Rezende Martins (UNB)
Marcelo Cândido da Silva (USP)
Marilene Rosa Nogueiro da Silva (UERJ)
Norma Côrtes (UFRJ)
Paulo Gilberto Fagundes Vizentini (UFRGS)
Pedro Paulo de Abreu Funari (UNICAMP)
Renan Frighetto (UFPR)
Surama Conde Sá Pinto (UFRRJ)

Sumário

DOSSIÊ: Reflexões sobre Instituições e Política

ARTIGOS

ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES DO KÔNGO..... P. 6

Raphaël Batsíkama e Patrício Batsíkama

FRONTEIRAS NAS AMÉRICAS: TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS RURAIS NO OESTE DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX..... P.42

Dora Isabel Paiva da Costa

SENTIDOS DA LIBERDADE E ENCAMINHAMENTO LEGAL DA ABOLIÇÃO: BAHIA E CUBA – NOTAS INICIAIS..... P.66

Iacy Maia Mata

EL ESTADO DE EXCEPCIÓN EN URUGUAY Y ARGENTINA. REFLEXIONES TEÓRICAS, HISTÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS..... P.91

Marina Franco e Mariana Iglesias

JESUS CRISTO PRATICOU A DEMOCRACIA: SUAS PERSPECTIVAS PROTESTANTES SOBRE A ORDEM POLÍTICA NO BRASIL DE 1945-1955..... P.116

João Marcos Leitão Santos

LITERATURA E NAÇÃO – PEPETELA E A HISTÓRIA DE ANGOLA..... P.149

Robson Dutra

RESENHA

RESENHA DO LIVRO *O BRASIL E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL*.....P.179

Igor Lapsky e Rafael Araujo

ARTIGOS

ESTRUTURAS E INSTITUIÇÕES DO KÔNGO

Raphaël Batsíkama*

Patrício Batsíkama

Resumo: *O presente artigo vai buscar estruturar as instituições do antigo reino do Kôngo antes da chegada de Diogo Cão. A partir de trabalhos etnográficos, arquivos e escritos antigos e tradição oral, tenta-se reestruturar as instituições sociais, políticas e administrativas do antigo reino do Kôngo.*

Palavras-chave: *Instituições do Kôngo; História de África; crítica histórica; análise antropológica.*

I. Introdução

O primeiro texto que apresenta o reino do Kôngo é o famoso *Relatione* de Duarte Lopez e Filippo Pigafetta. Trata-se das experiências do comerciante Duarte Lopez em Mbânza Kôngo, e dos arranjos técnicos do geógrafo Filippo Pigafetta que nunca conheceu o reino. O Vaticano promoveu a publicação, para celebrar a existência dum reino cristão na África centro-ocidental, como sequência à Bula *Romanus Pontifex* (1454). Essa *Relatione* serviu, desde século XVII, de “documento principal” aos europeus que pretendiam conhecer o antigo reino do Kôngo, e desde então conhecerá inúmeras traduções. Desde o século XIX, os especialistas servem do mesmo documento – ou as suas traduções – base bibliográfica. Portanto, encontramos várias incorrecções nesse *Relatione* quer sobre a organização política territorial do Kôngo, quer sobre o modo de sucessão ao trono, entre outros.

Este artigo pretende estruturar a organização política territorial e o modo da sucessão ao trono do Kôngo, a partir dos relatos de alguns viajantes, nomeadamente: Rui Pina (Radulet, [1493]1992), Duarte Lopez (1591), Andrew Bettel (1601), António Cavazzi (1667), António Cardonega (1681), ... As considerações de alguns etnógrafos que estiveram no espaço do reino do Kôngo, nos interessam, a citar: Hermegenilde, (1881), Torday (1897), Thomas (1908), Jean Van Wing (1921) e Jean Cuvelier (1934). Assim, começaremos pela cosmovisão que estrutura os princípios fundamentais de vida e de organização, sobre os quais se fundam também as suas origens remotas. A seguir exporemos a organização social e territorial deste reino. Sucessivamente, abordamos a

questão da democracia no antigo reino do Kôngo, e, finalmente, os Estados federais do reino do Kôngo e o seu núcleo administrativo.

II. Filosofia e cosmovisão Kôngo: os princípios fundantes

A fundação deste reino resultaria de uma longa experiência e convívio na ocupação das terras quase não habitadas¹. Os princípios a seguir – ainda presentes na vida quotidiana dos Kôngo – constituem a cosmovisão dos Kôngo:

- a) **A integridade do território** : Kôngo é uma pedra impossível de dividir em partes (Cuvelier, 1934:100; Mertens, 1942:122).²
- b) **A emigração ou a ocupação do reino**: “as nossas cabeças são sempre dirigidas ao Norte (Nsûndi), os nossos pés sempre direccionados para o Sul (Mbâmba)” (Cuvelier, 1934:5,6; Planquaert,1932:49).³
- c) **O respeito da personalidade humana**: “da mesma forma que não é permitido pisar a pequena formiga, também é proibido atentar a vida de um servidor, até a de um cão. O Homem (o Cidadão) é rei : não pode ser batido, como não se pode abater um leopardo, o animal-rei (Cuvelier:70).⁴
- d) **A Paz e a tranquilidade pública**: Que no Palácio (país) não tenha acesso nenhum porco nem sequer um cão (inimigo). Que sejamos sempre cobertos de bênção, que progredimos no entendimento, na união e concórdia (Idem, 12).⁵
- e) **A Cidadania**: No Kôngo todo individuo que não pertence à uma de suas três linhagens é um escravizável, eternamente destinado a recolha de lenhas e de água⁶ (Cuvelier, 1934:43, 61 e 87).
- f) **A Nacionalidade** : Mesmo sendo o Mpêmbele originário da colectividade de Zombo, por sua linhagem sanguínea é seu irmão (compatriota).⁷
- g) **A União**: A união é um tesouro precioso; assim como os «lumbota-mbota»⁸ entrelaçados a beira de um rio, as correntes podem envergar-nos mas jamais serão capazes de nos desunir.⁹ (Cuvelier, 1934:10, 53 e 83).
- h) **Equidade das leis** (Cuvelier, 1934:76): “o país da severidade é ao mesmo tempo aquele de tolerância. As leis do Kôngo são ao mesmo tempo severas e tolerantes.

- i) **A igualdade dos Cidadãos perante a Lei:** Todos cidadãos são iguais no Kôngo. Eles são todos os mestres (mfumu), eles são todos os senhores (Ngânga). Uma fórmula de introdução para o orador¹⁰ numa discussão.
- j) **O Direito de contestar :** onde há gente que diz, deve inelutavelmente haver os outros a contradizer. É uma fórmula de introdução que serve o orador chamado *mповi*: “*Bana batêle, bana basekole*”, principalmente num tribunal.
- k) **O respeito aos estrangeiros:** é proibido de intimidar ao estrangeiro (Cuvelier, 1934:69), pois, recebemos os estrangeiros com respeito mas não recebemos nada deles, em contrapartida (Cuvelier, 1934:142; Jaffré, 1934:659).
- l) **A competência das autoridades:** o governo do Kôngo pertence ao mais capaz Mu-Kôngo. Sem capacidades necessárias, não vale a pena pretender dirigir o Kôngo (Cuvelier, 1934:44). Porque, a vida do país depende da capacidade daquele que exerce o poder (Van Wing, 1921:144).
- m) **A Eleição:** Sou (o povo) uma pedra escorregadia (*tadi ñlengo-ñlengo*), quem com ela não familiariza jamais chegará ao poder¹¹.
- n) **A Investidura:** o poder é um assunto de investidura (Cuvelier, 1934:199).
- o) **A aprendizagem da arte de governar e exercer o poder:** se quiseres governar, faz-se cortar completamente o cabelo, quer dizer, recebas a instrução adequada (Bahelele, 1956:30).
- p) **O Mandato político ou cargo administrativo:** a duração de um mandato (bumpati) político ou administrativo, deve ser consagrada na “lei sagrada” (bungânga), neste caso a Constituição (Mertens, 1971:442).
- q) **O respeito:** no caracol (*kôdya*) da vida, a autoridade não pode tirar nem aumentar uma lei do seu belo prazer. A constituição não pode variar consoante o detentor do poder (Dartevelle:23).
- r) **A linhagem do poder¹²:** No Kôngo, somente os descendentes de Lukeni (Mbênza) exercem o poder tanto político, administrativo, quanto judiciário (Behelele:57).
- s) **A responsabilidade:** Em tempo de guerra contam-se as cabeças e não a quantidade de regimentos (em kikôngo: *Vita wañtânga ñtu, ke mabûndu ko*).

- t) **Autonomia do poder:** Tanto aquele que governa em Mbâmba, quanto aquele que governa em Nsûndi, têm cada um os seus deveres (Cuvelier, 1934:15, 68; Van Wing, 1956:37, 77)¹³.
- u) **O respeito da Hierarquia:** O subalterno não pode merecer a mesma consideração que o seu superior (nkusu'a mbakala)¹⁴.
- v) **A democracia :** Toda a autoridade deve exercer o poder com as orelhas. Isto é, o poder não consiste somente em ditar ordens, mas também em *escutar* o povo (Cuvelier, 1934:92).
- w) **Diligência:** Faça jejum de *funge* (pão de mandioca), jamais do conhecimento em que há a instrução (Martins, 1968:231).
- x) **Pragmatismo:** Aclamamos as realizações e não as promessas (Cuvelier, 1953a:77 e 101).
- y) **Liberdade de Comércio:** Ao povo pode-se privar momentaneamente as liberdades individuais, mas não se deve privar o comércio para não provocar fome à nação (Cuvelier, 1934:30).
- z) **O respeito ao patrimônio público :** o que é seu acaba, mas o que é nosso perdura (em kikôngo: “*Kyame i vwa, kyeto ka vwa ko*”)
- aa) **O Direito predial :** a terra e tudo o que ela produz pertence à comunidade (ao povo). A ninguém é permitido apoderar-se dela isoladamente (Tâ Masâmba Luvwa, 1956:93).
- bb) **A Defesa do território:** um país sem forças de defesa é um hangar onde não há segurança (em kikôngo: “*Nsi yakêmbô zimboma : tsimpângala*”).
- cc) **Vigilância do território:** Tal como a cauda do leopardo que dorme, os soldados do Kôngo vigiam e movimentam-se noite e dia (Van Wing, 1956: 37).
- dd) **A Honra:** seja sempre mais forte (Pigafetta/Lopez, 1963:117, 132), mais poderoso que o leão, o leopardo, mas não se canse de ter como linha de conduta o desejo da Honra (Mertens:235).

III. A organização tripartite da sociedade

A sociedade Kôngo parece compor-se de três linhagens que irão ser base para a divisão política e territorial de cada província. São eles Nsaku, Mpânzu e Ñzînga¹⁵.

- a) **ÑZÎNGA**: *outras apelações da linhagem Ñzînga*: Kilukeni, Kalûnga, Kibwênde, Kimbâmba, Kinânga, Kingôyo, Kinkânga, Kinkênge, Kiñzînga, Kikyângala, Kyânza, Mafuta, Makôngo, Madûngu, Manyânga, Mayâmba, Mahînga, Mbânda, Mbângala, Mbênza, Mbînda, Mpângala, Nkûnga, Yânga, etc.
- b) **NSAKU**: *as outras designações da linhagem de Nsaku*: Kinsaku, Kikâmba, Kinkala, Kinsêmba, Kiaka, Kiyidi (Kividi), Kwîmba, Lêmbe, Lêmbe, Lukuti, Makaba, Mandyangu, Mankunku, Masaki, Kyowa, Mfumvu, Mpêmbe, M'vêmbe, M'vîmba, M'vika, Matsânga, Musênge, Mwêla, Ndîngi, Ngîmbi, Nimi, Nkuwu, Ñlaza, Nsânga, Nsêmba, Nsôngi, Nsûngu, Ntûmba, Nyati, Vit'a Nimi, Vûnda, Vuzi, etc.
- c) **MPÂNZU**: *as outras denominações das linhagens de Mpânzu*: Busâmba, Kimbâmbi, Kimbêmbe, Kilwângu, Kinkosi, Kinkûmba, Kilômbo, Mawûngu (Mavûngu), Mangungu, Mbawuka, Mbîmbi, Mbom'a Ndôngo, Mbuma, Mfulama, Mfuti, Mfutila, Mpânda, Mpânga, Mpudi, Mpângu, Mpakasa, Mwângu, Mwânza, Ndâmba, Ngola (Ngolo), Ngoma, Ngômbe, Ndôngo, Ñkênzi'a Ñzînga, Nsûndi, Ntâmbu, etc.

IV. A Organização tripartido do território do reino

Parece que se atribui mais considerações aos territórios, tal como reza a tradição oral: 1ª Ne Kyângala, quer dizer Sua Majesade Rei do Kôngo cujo poder é um jogo de trinta coroas menos três (Cuvelier, 1934:7,38); 2º: No Kôngo-dya-Mpângala, a origem de nove vezes três bigornas (Cuvelier, 1934:51; Van Wing:1921:155); 3º. O Kôngo, é um poder constituído por nove vezes três argolas (Cuvelier:1834:13); 4º Mbânda, o soberano do Kôngo, que leva os nove vezes três argolas da Majestade do reino (Cuvelier:141).

Ora, as sub-regiões e zonas formam as bandas de terras consideradas como rectangulares, paralelas uma da outra, assim como as províncias, seguindo a mesma circunscrição: a do Sul, com o nome de Lukeni/Ñzînga; a segunda e a terceira (do meio e do norte), tomando respectivamente os nomes de Nsaku e de Mpânzu (fig. #1). Salienta-se que a capital (Ngânda, Mbânza, Kimbânza ou Kimbânda) de cada *tríada* devia obrigatoriamente se encontrar na circunscrição do meio.

Contudo, se cada província contava ao todo nove zonas, administrativamente elas possuíam apenas sete, pelo facto de que a autoridade de cada região foi ao mesmo tempo responsável por três zonas da sub-região do meio. Esta última circunscrição receberá o nome de Kim'vîmba, isto é, a sub-região que mantém a sua integridade.

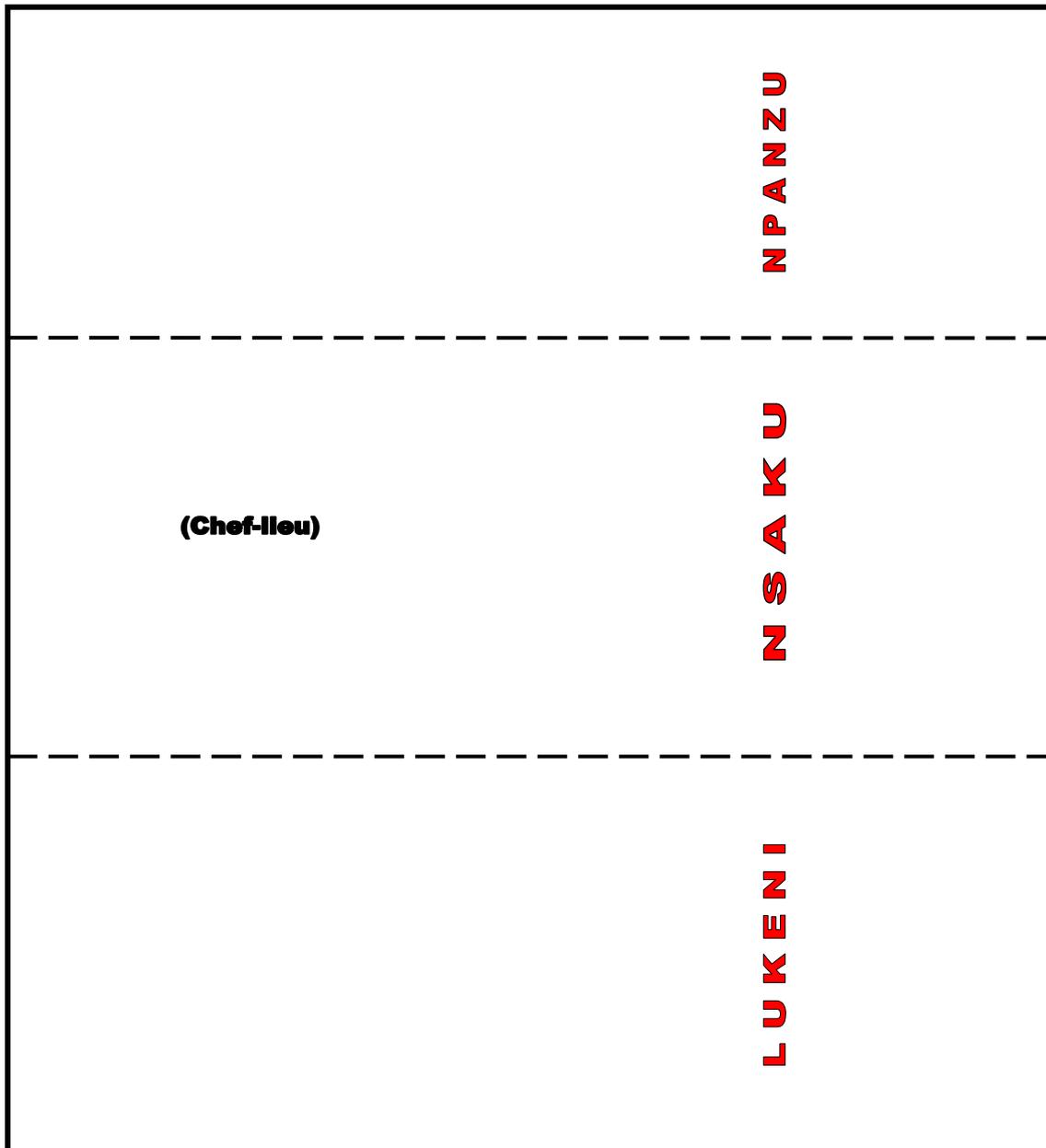


Fig.º 1

As sub-regiões (Distritos) foram tidos como sendo rectangulares paralelas.

Muitos autores falaram da existência de sete circunscrições por província. 1º O rei Ndo Luvwâlu N̄zîng'a Mpânzu IV (Dom Álvaro Iº, 1578-1614), dizia-se na sua carta

ao papa (datada de 20 Janeiro de 1583) ser soberano, entre outros, «dos sete reinos de Kôngo-dya-Mulaza» (Cuvelier & Jadin: 1954, p.161); 2º Mgr. A. Le Roy citando R. E. Dennet, relata que “o povo de Loango ocupava sete províncias» (Le Roy: 1925, p.97) ; 3º O Padre Jérôme de Montesarchio assinala que em 1666 “em Mbâmba cinco principais chefes revoltaram-se e que apenas dois permaneciam féis” (Bouveignes & Cuvelier: 1951, p.180) ; 4º. O Padre Domingos Botelho citado por Bontinck declara “ter visitado pessoalmente todos os sete reinos do Kôngo” (Bontinck: 1970, p.XXXIX).

7.		N P A N Z U	Lukeni Mpânzu	IX
6.	Chef-Ileu		Lukeni Nsaku	VIII
5.				VII
		N S A K U	Lukeni Mpânzu	VI
4.	Chef-Ileu		Lukeni Nsaku	V
			M V I M B A	IV
3.		L U K E N I	Npânzu	III
2.	Chef-Ileu		Lukeni Nsaku	II
1.			Lukeni Nsaku	I

Fig.# 2

As sete zonas administrativas duma região ou província (números árabes) e suas circunscrições políticas (números romanos).

Nestes exemplos são referidas não somente as províncias, mas também as sub-regiões que tinham, cada um, sete circunscrições. É o caso de Mbâmba. Quanto ao “sete

reinos do Kôngo” do Padre Botelho, tratar-se-ia aqui das sete zonas administrativas da parte central do Kôngo. Esta parte correspondia apenas a ¼ da totalidade territorial desse reino, tal como foi descrito por Pigafetta.

A administração Kôngo utilizava uma terminologia própria para designar as circunscrições. Assim, *Kinkosi*, para província; *Kimbuku*, para sub-região/Distrito; *Kikayi*, zona ou território; *Kifuka* ou *Mumvuka*, colectividade local.

V. A Organização tripartite e poder: Democracia Kôngo

Aparentemente parece existir divisão de poderes no antigo reino do Kôngo:

“NSAKU: Sacerdócio, Presbiteriano; Religião (e Magia), Consagração das Autoridades, Diplomacia, Constituição, Poder Judiciário, Poder Legislativo.

“MPANZU: Guerra, Manufatura, Segurança da Corte, Segurança do País, Direito de Eleger

“NZINGA¹⁶: Administração, Justiça, Poder Executivo (limitado), poder político (limitado), Classe dos Elites das Migrações” (Batsíkama: 2010, pp.199).

São essas três linhagens que estruturam a gerência pública (Kabwita, 2004:42-45). Tudo indica que os Nsâku e os Mpânzu seriam os verdadeiros detentores do poder executivo que exercem através da sua Mãe Nzînga¹⁷.

a) Poder legislativo

Os membros dos corpos legislativos e os colégios eleitorais, cujas responsabilidades podemos encontrar nos *relatos linhagéticos*, são geralmente chamados Ngudi-za-nkama (*Ngûdi'a nkâma*, no singular): quer dizer, as “*mães da vida com poder de auto-voto*”. Independentemente de pertencer à linhagem Nsaku ou Mpânzu, levavam o patrónimo de *Mfutula*¹⁸, rigorosamente em todas escalas do poder: (1) o instrutor que prepara as autoridades (Cuvelier, 1934:41) (2) os Myala¹⁹: o instrutor que mostrava como governar na Corte do Kôngo (Cuvelier, 1934:47).

Os membros da família Nsaku e os de Mpanzu são – de facto – considerados como verdadeiros detentores do poder porque orientam e estabelecem os parâmetros de comportamento social. As linhagens afiliadas à Nsaku reclamam sempre o “direito de ser *mais velho* da sociedade”, por isso todo administrativo eleito (do município ao trono) deve ser consagrado pelo Nsaku Ne Vunda.

b) Poder Executivo

As famílias descendentes de Mazînga são detentoras do poder executivo no sentido que: (i) ocupam os lugares administrativos de todas escalas administrativas, de município, distrito, província e o reino inteiro (Cuvelier, 1934:21); (ii) lhes são delegados os poderes de fazer²⁰.

Na consmovisão dos Kôngo o poder pertence ao “mais velho uterino”. Numa casa, o primeiro filho tem a autoridade sobre o resto. Nessa lógica, o verdadeiro poder pertenceria aos membros da família de Nsaku. No que precede, percebe-se os da linhagem de Nsaku partilham esse poder com os da linhagem de Mpânzu. Nesse sentido, os descendentes de Mazînga são apenas *ministros* – no sentido latino do termo – que, no Kôngo, são considerados como os delegados de Nsaku e Mpânzu para *executar*. Quando este poder não era *executado*, os Makôta e Mankûnku recuperavam o mesmo, fazendo passar a autoridade (cessante) a uma iniciação para a sua reintrodução. Caso ele sobrevivesse as cerimónias, era-lhe dado, de novo, as insígnias.

c) Poder militar.

Os membros da família Mpânzu tinham monopólio na matéria de poder militar, partindo de alguns princípios acima citados. Eram completados pelo poder religioso atribuído aos membros de Nsaku. Somente assim que o poder *militar* era legítimo.

A Tradição é clara quanto a “guerra como função dos Mpânzu”: (1) MPÂNZU, que significa o *poderoso* conquistador afilia-se a Mpûdi; (2) MPÛDI, sendo o activo era – também – a designação do conjunto dos guerreiros que agiam de acordo com as leis estabelecidas chamadas *Mpângu za Bakûlu*; (3) MPÂNGU, que no singular significa *criador* aproxima-se – semanticamente – da lei militar como parte integrante das leis dos Ancestrais; (4) MPANDA que quer dizer o tecelão, mas sobretudo, o estratega da guerra. Estamos perante diversos especialistas da matéria de guerra, tal como se verificavam no antigo reino do Kôngo (Batsíkama, 2010: 196).

A realidade kôngo sobre a divisão dos poderes é diferente. Acabamos de ver quantos poderes existiam no reino do Kôngo. O primeiro e o último constituem uma só substância nocional do poder que tem a ideia da “lei” e “força” simultaneamente. Os reis e os administrativos são, de facto, “servidores do povo” (*minsterium*) que *executam*

o que os dois primeiros determinam. Depois do entronamento anticonstitucional de Dom Afonso Iº Mvêmb'a N̄zînga, as coisas mudaram. A tradição reza: “Nsi yifwîdi”, desde então, o país morreu. Desde já, temos a separação desses poderes com as instituições sociais e religiosas fortemente enraizadas, para evitar violação ou subversão de responsabilidades (Balandier, 1965:28, 64).

Quanto a sucessão, Andrew Bettel, oferece uma rica informação (Pinkerton *apud* Fu-Kiawu, 1969:109):

A capital de Loango era no centro de quatro administrações sob direção de quatro chefes que eram filhos da irmã do rei, [e que] não podiam reinar.²¹ O primeiro chamava-se Mani Cabango, o segundo Mani Salag, o terceiro Mani Boek, o quarto Mani Kai que se tornava rei. Depois da morte do rei, Mani [Kayi] sucede ao trono, Mani Boek toma o lugar de Kai, Salag toma aquele de Boek, Cabango o de Salag e sucessivamente. Cada um entre eles esperava a sua vez para se tornar rei.

Acontece que o sistema sucessório funciona desta forma: (1) morre o rei, passa-se pela apresentação dos candidatos. Estes devem passar por uma escolha na competência dos Nsaku/Mpânzu através dos seus **Mfutila** e **Myala**. O sucessor imediato seria um certo Mani Nkayi, e tendo em conta a estrutura sócio-territorial, devem existir três Mani Nkayi; (2) as escalas inferiores a que pertence Mani Nkayi (três em cada), então desocupadas, passarão a ser ocupadas posteriormente, razão pela qual Bettel só fala de um candidato em cada escala. Convinha três candidatos em cada “posto”, em princípio.

Tendo em conta a descrição de Bettel que está na província de Lwângu, isto é Kôngo-dya-Mpânzu, o rei (Mani Kôngo) estaria no sexto, tal como podemos o perceber com Denet que situa Lwângu como “a terceira parte do reino do Kôngo” (Denet:35 *apud* Le Roy, 1925:97-98). Mertens apresenta-nos a forma como a candidatura foi feita, na descrição do colégio eleitoral (Mertens, 1936:69 e 348).

Uma vez eleito, os Mfutila e os Myâla irão ensinar o eleito a História, a arte de falar, as sentenças, as máximas, provérbios, etc (Mertens, 1936:52, 56, 60, 102, 303 e 409). A finalização dessa instrução certifica-se pelas três argolas (*ñlûnga*²²) que colocava no braço esquerdo do eleito como símbolo de signo representante e defensor da sociedade tripartida, *makukwa* (Mertens, 1936:69 e 348).

Os três *makukwa* aqui são as províncias do reino: Kôngo-dya-Mpângala no Sul, no Sudeste e no Suldoeste; Kôngo-dya-Mulaza que se estende a Leste e ao Nordeste; e finalmente ao Noroeste temos Kôngo-dya-Mpânzu, que ocupa a parte de África Equatorial Francesa. Ver a figura #3. A parte do meio foi chamada Kôngo-dya-Kati²³.

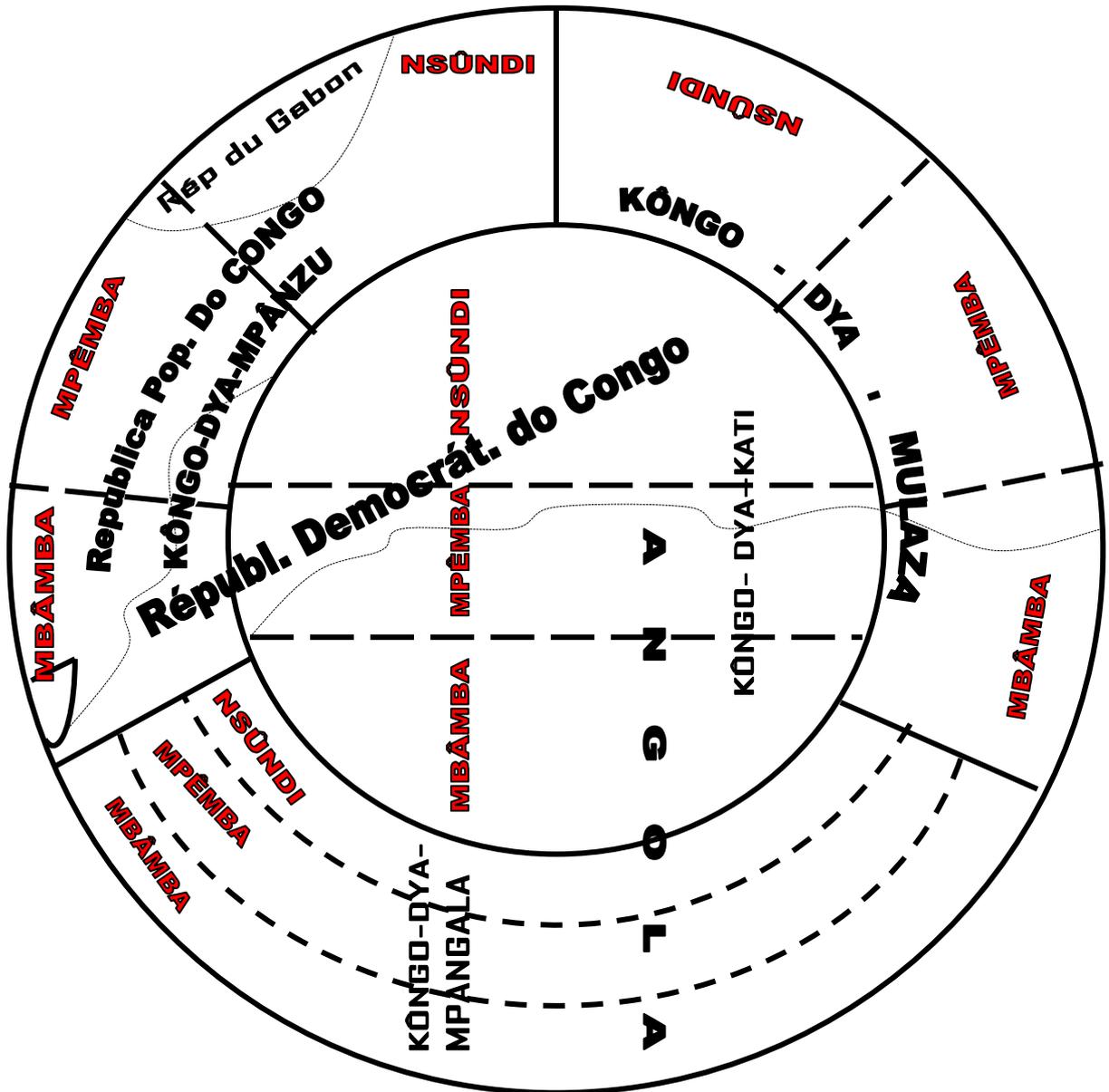


Fig.# 3
O «lu-KÔNGO-lo» ou a «coroa» Kôngo e a colonização.

1. Primeira província: KÔNGO-DYA-MPÂNGALA

Esta província, se localizaria na parte de Angola, desde as regiões ao Norte de Kwânda até além do rio Kunene. É muito possível que nos finais do século XV, aquando da entrada do reino do Kôngo na literatura europeia, esta parte ter-se-ia sido reduzida ou

distribuída em “kinkâyi” soltas, causa do desmembramento territorial, sem no entanto perder o sentido embrionário social e político, como se manifestou nos séculos XVI com os Jagas²⁴, XVII com Nzîng’a Mbande²⁵ e XVIII com os Imbângala²⁶.

Encontramos um controverso que é: ao situarmos a origem primordial dos fundadores do reino do Kôngo no Sul (em Angola), temos consciência da pouca produção científica nesse aspecto. Ainda assim, insistiremos nessa linha de pesquisa.

Para reconstruir a sua população do Kôngo dya Mpângala, começamos por citar H. Baumann, embora tenha conhecimento livresco (Baumann: pp.146, 158 e 162)²⁷.

Todo o Sul-Angola, escreve ele, estaria ligado com Oeste, inclusive os Ambos estabelecidos no Sul-Este africano ; encontramos os (Ovi-)Mboundo, os (A.)Mboundous e os Ngangela-Mbouela-Mboundas ao Sul-Este de Angola e os Tchokwe, Luena, Louimbi-Songo-Mbangala ao Norte-Este da mesma província”. “O grupo Ambo, inclusive os Ndonga, o Houmbé, os Handa e os Ndombe, acrescenta ele mais longe, marca a transição entre os Hereros e os Mboundous²⁸ tão linguisticamente quanto do ponto de vista da civilizaçã²⁹”.

Vamos tentar reordenar essa balbúrdia de “topónimos” e informações.

Os Ambos (Ambundu, Bambundu), os Mbunda, os Ndundu e mesmo os Humbe (Wûmbu ou Hûmbu), seriam os diferentes habitantes de diferentes Mpûmbu de Kôngo-dya-Mpângala³⁰. «Os Bambunda se chamam a ele próprios Ambunu», disse Torday. Seriam aqui as “raças” do Mpûmbu de Bandundu ou Kôngo-dya-Mulaza³¹. Os Padres Luca e Marcellino, dois missionários do século XVII, os disem Mubûmbi, designação que J. Cuvelier e F. Bonctinck identificam a Bawûmbu (Cuvelier: 1946, p.342). Mubûmbi – que deriva do verbo *bûmba*: agarrar, apossar-se, assenhorar-se – é um sinónimo incontestável de *mubûndi* ou *mumbûnda*.

Em princípio, as “tribos” de Ngangela, Mbwêla³² e Ndôngo só podem ser encontrados (Cuvelier: 1946, p.19) a primeira num Mbâmba, a segunda num Mpêmba e a terceira num Nsûndi. O limite austral, no sentido Oeste-Leste, compõe-se pelos territórios de Mpûmbu, Ndôngo e Lulômbe³³.

O resto deste Mbâmba seria constituído dessa maneira:

- a) MBÂMBA³⁴ seriam as colectividades de locais (bairros) de Mbânda e de Mbâmba; a Leste, aquelas de Mpângala (Ngangela) e de Ngânda³⁵ (Hânda);

- b) MPÊMBA terá sido formado pelos bairros de Mpêmba e de Ndêmbo a Oeste, as “circunscrições de Tshimpêmba e Malêmba” (Pigafetta & Lopez: 1883, pp58 e 190); por aquelas de Mbwêla³⁶ e de Kwîmba (Lwîmbi) a Leste. Esta zona deveria ser a parte destes Yaka (Lima, 1989) do Sul (António Cavazzi, *apud* Planquaert, 1971:70).
- c) NSÛNDI que dependiam dos bairros de Mpûmbu e Lulômbe a Oeste; de Matâmba e de Mbêmbe, duas circunscrições que o mesmo Cavazzi situa ao Sul de Bengale (Mbângala = Benguela), na direcção de Oriente (Labat: I, pp.74, 75; Cavazzi, 1965, I:13).

Depois da fundação do Kôngo-dya-Mpângala, terá começado as separações internas entre as populações para novas instalações (conquistas).³⁷ Essas migrações terão sido dirigidas pelo Musindi e parecem situar-se antes da penetração europeia (Furon, 1966:140; Darteville, 1953:120).

Océan Atlantique	Ndôngo Kisama	N S O N D I	Nsôndi	Matâmba Vongu	Mpindi	
	Mubidi Ndêmbô		Mpêmba	Musômba Nsônga		
	Kinkênge Mbângala		Mbâmba	Mbângala Mbâmba		
	Kisama Mpômbu	M P Ê M B A	Nsôndi	Mbêmba Ndôngo	Mbundu	
	Mbwêla Ndêmbô		Mpêmba	Musuku Nsôngo		
	Mbângala Mpângala		Mbâmba	Nbânda Mazînga		
	Lulômba Mpômbu	M B Â M B A	Nsôndi	Mbêmba Matâmba	Tsyoko	
	Ndêmbô Mpêmba		Mpêmba	Kwîmba Mbwêla		
	Mbâmba Mbânda		Mbâmba	Ngânda Mpângala		
	Mpômbu		Ndôngo	Lulômba	Mpômba	Mpombo

Namibia

Fig.#4

As subdivisões de Kôngo-dya-Mpângala ou premeira região do reino do Kôngo

1.2 Segundo Município: MPÊMBA

- a) MBÂMBA : eis as subdivisões que formavam o Mbâmba do Mpêmba de Kôngo-dya-Mpângala: a Oeste, o Mpângala habitado pelos Ngangela³⁸ e o Mbângala; a Leste, o Mazinga e o Mbânda [Hânda³⁹ (Serrano: 2009, p.122; Melo: 2007, pp.25-58)].
- b) MPÊMBA : o Mpêmba do Mpêmba de Kôngo-dya-Mpângala é composto de: à Oeste. O Ndêmbo (Malêmbo) e o Mbwêla (Huila); o Nsôngo e Musuku⁴⁰, a Leste⁴¹.
- c) NSÛNDI : no Nsûndi do Mpêmba de Kôngo-dya-Mpângala, encontravamos os seguintes bairros: ao lado do Atlântico, o Mpûmbu ou país destes Mbûndu estabelecido ao Norte do planalto de Benguela (Baumann:161) e o Kisama ou Musâmba, circunscrição que Labat situou ao Sul da pequena Ganghella (Labat: IV, p.475); a Leste, o Ndôngo e o Mbêmbe⁴².

De acordo com António Cadornega, o Mpûmbu deste bloco se compõe por Musûmbe (Sumbis), Nkûmbe que começa o Nkênge (Gemgue) que era tido como um dos países de onde originavam os guerreiros Jagas, denominado por ele por Quilombos⁴³ [Kilômbo (Cardonega,III:168-169)]. Este autor, já no século XVII, sublinhava que este país pertencia aos “Quinbundu”.

1.3 Terceiro Município: NSÛNDI

- a) MBÂMBA : a Oeste, o Mbângala ou país dos Ngangela (Cavazzi:8) e o Kinkênge⁴⁴; a Leste o Mbâmba e o Mbângala (Labat: II:259).
- b) MPÊMBA : a Oeste, o Malêmbo ou Ndêmbo que Labat situa entre Ngangela e Ndôngo (Labat: IV, pp.77, 374, 375); são as extremidades Norte deste Ndêmbo que Duarte Lopez considerou como a linha fronteira do reino do Kôngo (Zita-dya-Nza, a parte central)⁴⁵, e Buvidi ou Mubidi cujos habitantes, os Vili “levam as suas armas a Matâmba” (Bontinck:23); a Leste, o Nsânga (Kasânzi ou Kasânga) e o Musumba [Sumbi (Cavazzi,11, 770, 772)].
- c) NSÛNDI: a Oeste o Ndôngo e o Kisama ou Musâmba; a Leste o Matâmba e o Vûngu [Luholo ou Ilâmba= Ndâmba de António Cavazzi (Cavazzi, I:20)].

O Mpûmbu oriental desta região (província) de Kôngo-dya-Mpângala que é também o de todo reino, é guardado para os Mpîndi, os Còkwe, os Mbûnda, etc.

2. Segunda província: **KÔNGO-DYA-MULAZA** ou **KWÎMBA**

Esta província ocupa, como se diz, as partes Leste e Nordeste da coroa. Começa sem fronteira com Kôngo-dya-Mpângala ao Sul e além do país de lagoa Mayindombe ao Norte, e, é repartido quase meio-meio entre Angola e Congo-Kinsâsa⁴⁶.

Isabel Henrique cita Henrique de Carvalho (Henriques, 1997:155):

Os povos conhecidos hoje por Cassanges (Bângalas), Bongos, Songo, Quicos, Xinges, Lundas (sujeitos ao Muatiânvua formando diversos estados), Cazembes, e os que entre estes tomaram outros nomes como Minungos, Macossas, Maluênas, Cangombes, Lubas, Tucongo, Tubindis ou Tubingi, Cassongos (de Muene Puto) e Peinde, com exceções dos três primeiros todos para além do rio Cuango, a que os antigos escritores até os princípios deste séculos chamavam Moluas, e antes Jingas, Holo e Iongos, etc. Todos eles eram da mesma família (...).

Vamos fazer uma rápida releitura sobre essa citação. Os Bângalas que se refere aqui localizam-se no espaço banhado pelos rios Kwângu e Kwîlu, e o facto das próprias populações manter esta designação (Bângala) indicaria fundamentalmente a sua origem meridional. O mesmo acontece com Cangômbe, Pende, Tucôngo, Tubîndi (que são diferentes de Tubîngi) e Yîngi. Existem famílias Ngômbe, Hênde, Hôngo e Yîndi entre os Umbûndu em geral, e, em particular entre os Kwânyama (Hîndi), os Nkûmbi (Hômbe). Os Yîndi que se querem também Bînga são localizáveis entre as famílias Khoisan de Kawûndu (!Kaund), presentes até Botswana. Encontramos Tsînga em Namíbia. Será ela uma das suas sequelas? Responderemos num texto a ser publicado nos próximos tempos⁴⁷. Todas essas populações constituíram uma mesma família: Jînga, Hôlo e Iôngo.⁴⁸ Quer com isso dizer que, quer **Jînga**, quer **Hôlo** quer **Iôngo**, todos esses termos contêm uma unidade semântica que reafirma, como já vimos, uma diversidade familiar das origens.

Voltamos, portanto, a organização territorial do Kôngo dya Mulaza. De modo geral, eis, os três municípios dessa província e as suas subdivisões administrativas:

2.1. Primeiro Município: **MBÂMBA**

- a) **MBÂMBA** : a Oeste, o Mazînga e o Mbâmba ; a Leste, o Mbângala⁴⁹ e o Mpângala⁵⁰. É deste Mazînga que falam Capello e Ivens quando escrevem que eles teriam “atravessado o país de Jinga e de Matâmbe» durante a sua expedição através de Kasôngo-Lûnda em 1879 (Planquaert, 1971:105).

Matâmba e Mazînga teriam sido dois bairros contíguos, situados, o primeiro ao extremo Nordeste de Kôngo-dya-Mpângala e o segundo no princípio de Kôngo-dya-Mulaza, isto é, ao Sul-Oeste deste.⁵¹

- b) MPÊMBA : o Mpêmba desta sub-região de Kôngo-dya-Mulaza continha : a Oeste o Nsânga⁵² (Kasânzi) onde se encontrava a capital regional⁵³ e o Kwîmba ; a Leste, o Musuku que Planquaert situa a Leste de Matâmba e o Nsôngo.
- c) NSÛNDI : O Nsûndi deste município teria sido formado: a Oeste por colectividades locais de Vûngu e do Nsônso; a Leste por aquelas de Luholo e de Musâmba.

2.2. Segundo Município: MPÊMBA

- a) MBÂMBA : o Mbâmba do Mpêmba de Kôngo-dya-Mulaza continha: a Oeste o Mbângala e o Mbâmba; a Leste o Masinzi e Kinkênge. Salientamos que os Mbâmba são chamados aqui Mumbâla, mais conhecidos como Bambala, populações pertencendo ao reino de Kûba e que, de acordo algumas *lendas* eram o *tronco* da origem dos reis Kuba⁵⁴.
- b) MPÊMBA : a Oeste, o Kiyaka e Musuku; a Leste o Ndîngi e o Lûnda (Kakôngo). O Kakôngo merece alguns detalhes particulares por causa da importância da sua sede das instituições, não somente provinciais, mas também nacionais no tempo em que o reino do Kôngo só contava duas províncias. Fazemos remarcar a este propósito que até a sua instalação definitiva na pequena central da coroa, as instituições terão sido transferidas, primeiro do Kôngo-dya-Mpângala ao Kôngo-dya-Mulaza, depois para o Kôngo-dya-Mpânzu. Daqui atingiu finalmente o Kakôngo⁵⁵ de Zita-dya-Nza⁵⁶. Seria, provavelmente, o *Kariongo* citado por Magyar (Henrique, 1997:720). *Kariongo* seria uma variante de Kakôngo do Kôngo dya Mpângala, eis porque concentra-se *numerosos povos* que, baseando nos outros autores, seriam os Iôngo (que já mencionamos atrás).

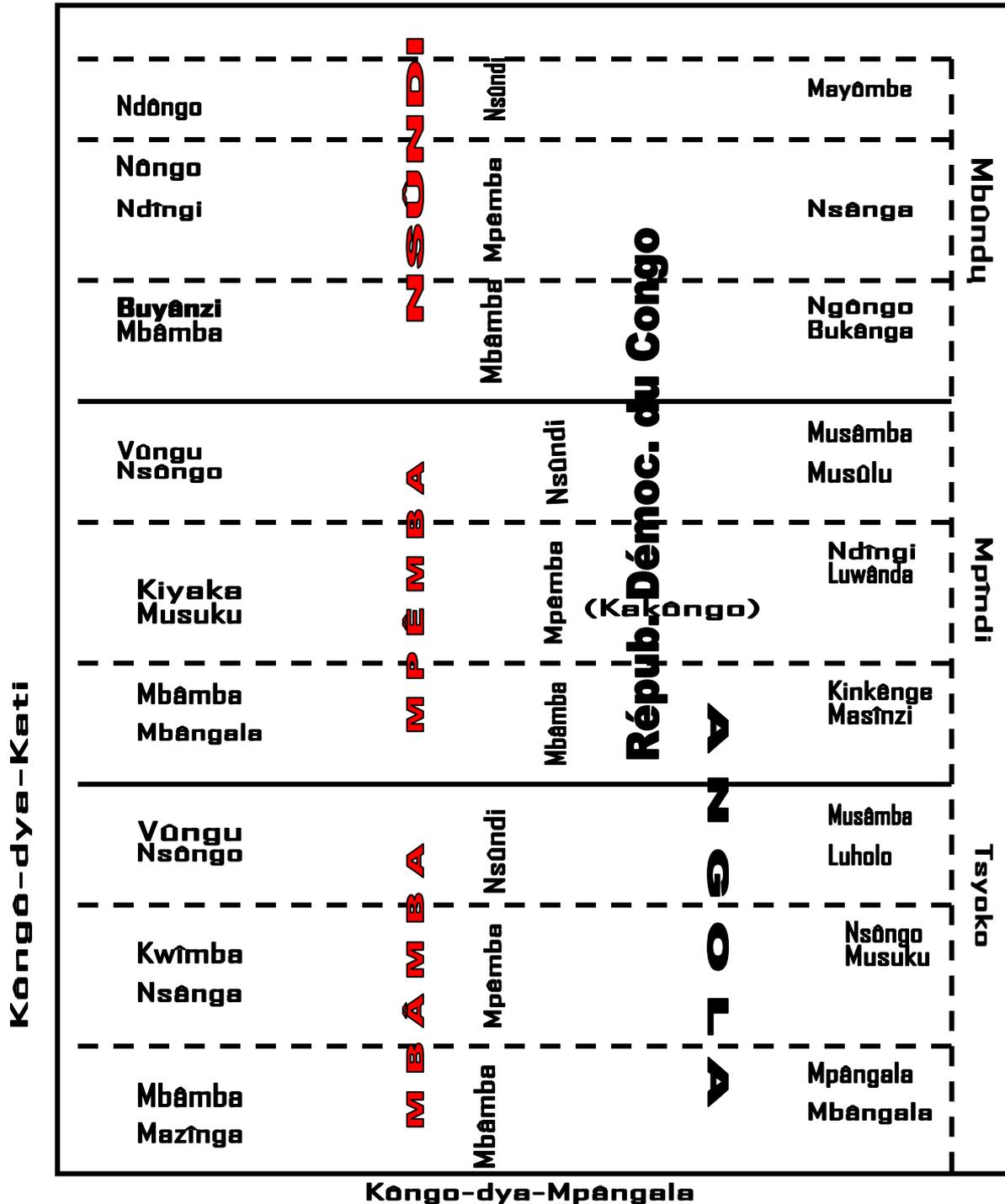


Fig.#5
As subdivisões de Kôngo-dya-Mulaza ou a segunda província de reino do Kôngo

c) NSÛNDI : no Nsûndi do Mpêmbe de Kôngo-dya-Mulaza, encontramos: a Oeste, o Vûngu ou país de Bahungana, e o Nsônso; a Leste o Musâmba (De Heusch: 1955, p1011) e o Musulu.

2.3. Terceiro Município: NSÛNDI

- a) MBÂMBA : os bairros seguintes encontravam-se na zona de Mbâmba do Nsûndi do Kôngo-dya-Mulaza : a Oeste o Mbâmba e o Buyânzi, habitadas respectivamente pelos Bambala e Bayânzi; a Leste Ngôngo e Bukânga que dizia-se contíguo com o reino de Ybare (Bontinck, p.XXIV) dos Bambala ou Mbâmba cujo tráfico negreiro tornou o Mpûmbu famoso (Planquaert, 1971:29)⁵⁷.
- b) MPÊMBA : A zona de Mpêmba do Nsûndi de Kôngo-dya-Mulaza seria formada pelos bairros de Ndîngi, Nsôngo e Nsânga cujos habitantes seriam respectivamente os Ndîng, os Tsong e os Sakata⁵⁸. A estas circunscrições acrescentamos “o reino ou senhoria de Soa” (Lamal, 1965:25), situado, de acordo com Cadornega, que citou Lamal, “nos confins do reino de Ocanga”.⁵⁹
- c) NSÛNDI : no último município de Kôngo-dya-Mulaza, encontravam-se entre outros, Mayômbe⁶⁰ e Ndôngo⁶¹ (Kinôngo ou Kindôngo); Ambûm.⁶² Sabe-se que na organização administrativa do reino do Kôngo o nome de capital é também o da circunscrição. Em kimbûndu, o termo quer dizer capital. Bosângo (Busângo ou Busânga) parece indicar o Nsânga do Mpêmba acima citado como a sede (capital) das instituições sub-regionais, quer dizer de todo Nsûndi de Kôngo-dya-Mulaza. Não esqueçamos do Mpûmbu oriental ou marcha oriental do reino do Kôngo habitado aqui pelos Bambûnda, Bapênde, Côkwe, etc.

3. Terceira província: KÔNGO-DYA-MPÂNZU OU KABÂNGU

Excepto o espaço dito dos Bakôngo de Boma no Sul que dependia do Kakôngo central de Zita-dya-Nza (fig.#4), esta terceira província estendia-se no todo território da margem direita do rio Mwânza (Congo) até muito próximo da latitude 1 ½ degrau Norte; do 16º de longitude Leste até Atlântico. A seguir a estrutura de cada um dos três sub-regiões e as suas colectividades locais (ver a fig.#6).

3.1. Primeiro Município: MBÂMBA

- a) MBÂMBA : O Mbâmba do Mbâmba no Kôngo-dya-Mpânzu continha os seguintes bairros: o Ngôyo e o Kabînda à Oeste; o Mbâmba ou seja o “país dos

Mambala, segundo Duarte Lopez que o faz escrever na pena de Pigafetta⁶³, e o Kimbênza à Leste.

- b) MPÊMBA : a Oeste, o Kakôngo e o Ndêmbo (Malêmbo); a Leste o Buvidi (Mubidi)⁶⁴ e o Nsânga.
- c) NSÛNDI : O Nsûndi do Mbâmbo de Kôngo-dya-Mpânzu seria formado pelos seguintes bairros : a Oeste, o Vûngu e o Lwângu⁶⁵; a Leste o Mayômbe cujo nome é erradamente estendido a mais de um terço dessa província⁶⁶.

3.2. o Segundo município: MPÊMBA

- a) MBÂMBA : O Mbâmbo do Mpêmbo de Kôngo-dya-Mpânzu é composto de: o Kinkênge e o Mazînga a Oeste; o Bwênde que é “cortado” pelo rio incluindo o país de Kasi ou Mazînga⁶⁷ ma Dôndo (Bouveignes & Cuvelier, p.54) e o Manyânga a Leste.
- b) MPÊMBA : O Mpêmbo compreende: o Ndîngi que é, de acordo com Dapper citado pelo Cuvelier, a zona limítrofe de Lovango [Lwângu (Cuvelier, 1930, p.475)] e le Buvidi⁶⁸ a Oeste; Kakôngo (Stanley,1879433) e o Nsânga⁶⁹ a

Kongo-Dya-Mpângala

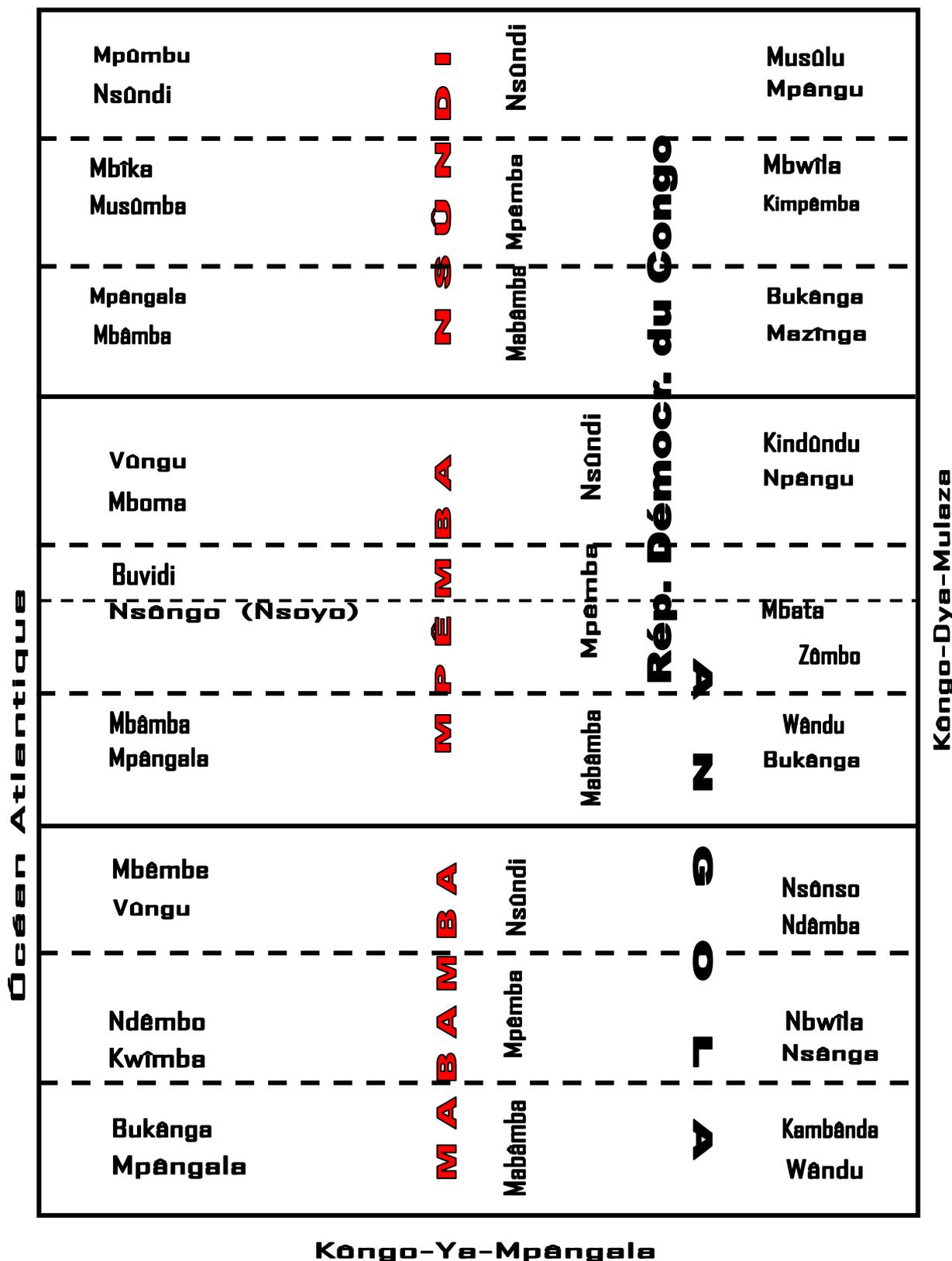
Fig.#6

Les subdivisions de Kôngo-dya-Mpânzu ou troisième région (province) du royaume du Congo

- c) NSÛNDI : No Nsundi do Mpêmba de Kôngo-dya-Mpânzu, encontravam-se, a Oeste : os bairros de Dôndo e de Lwângu⁷¹, também chamados Ndâmba⁷²; a Leste, aquelas de Nsûndi e Mbêmbe.

3.3. Terceiro município: NSÛNDI

- a) MBÂMBA : O Mbâmba deste município compreende: a Oeste, o Mbâmba ou Mpâma e o Kuni ou Ngunu que toca na sua parte setentrional nos países dos Bwîsi e dos Lûmbu (Sodeberg, p.23); a Leste, o Mpângala e o Kinkênge.
- b) MPÊMBA: a segunda zona (território) do Nsûndi de Kôngo-dya-Mpânzu é formada pelos bairros que se seguem: a Oeste, o Bwisi e os Bukôta (Kuta); a Leste, o Kiyaka e o Nsânga. É nesta zona que se devia também encontrar os Nzabi (Será Nzâbi, o variante de Nzâmbi, Deus, sinónimo de Suku? O seu meio geográfico levaria então o nome de Kinzâmbi ou Bunzâmbi) que, segundo B. Söderberg são as vezes confundidos aos Kuta e aos Tsangi (Södeberg, p.25).
- c) NSÛNDI : a última zona de Kôngo-dya-Mpânzu contém: a Oeste, o Ndôngo ou o país de Mondongues (Rinchon, 1929:95) e o Vûngu (Bongo ou Bûngu); a leste, o Mpûmbu ou Mbûndu.



Kôngo-Ya-Mpângala
 Fig.#7
 Organização territorial de Kôngo-dya-kati

4. Quarta província: KONGO-DYA-KATI

Essa parte é o espaço que Pigafetta descreve como o reino do Kôngo, baseando nas informações de Duarte Lopez. Eis a sua estrutura:

4.1. Primeiro município: MBÂMBA

Eis os bairros que compunham o Mbâmba central⁷³:

- a) No Mbâmba ou a primeira zona : a Oeste o Kinkênge ou Bukânga e o Mpângala ou Kikyângala, sob jurisdição do qual se encontrava Luwânda; a Leste, o Wându cuja capital era São Miguel⁷⁴ e o Kambânda ou Mazînga.
- b) No Mpêmba ou segunda zona: a Oeste, o Ndêmbo (Lêmbo) e o Kwîmba; a Leste o Nsânga (Kasânzi) e o Mbwîla. É o do Mani deste Mbwîla e aquele de Wându da zona de Mbâmba precedente que os Portugueses utilizaram para fazer guerra ao rei M'vêmb'a Nzînga VI° (Vit'a Ñkânga ou Dom Antonio I°) em 1665.
- c) No Nsûndi ou terceira zona: a Oeste, o Vûngu (Mahûngu) e o Mbêmbe, todos os dois mencionados no mapa de Albuquerque⁷⁵; a Leste, o Ndâmba e o Nsônso chamado Wêmbo. É nesta zona que deveria se encontrar Musuku que referimos atrás.

4.2. Segundo Município : MPÊMBA

- a) MBÂMBA : Le Mbâmba do Mpêmba central é composto de seguintes colectividades (comunas) : à Oeste, o Mpângala que menciona Labat (II, p.372) e o Padre Laurent de Lucques [Lorenzo da Lucca (Cuvelier, 1953b:114, 123, 126)], e o Mbâmba que B. Söderberg assinala (Söderberg: p.17, nota n°71), parte dos Amballa do Padre Lorenzo (Cuvelier, 1953b:52) e dos Mbala que relatou Fabio Biondo na sua carta a Vaticano sobre a situação do reino do Congo, no dia 25 Novembro de 1595 (Cuvelier & Jadin, p.196). A Leste, o Bukânga (Okângo) que Chanoine Cordeiro crê estar sob autoridade do Duque de Mbata (Cuvelier & Jadin, p.474) e o Wându. Deste Wându, pode se passar para o Zombo (Cuvelier, 1947:277).
- b) MPÊMBA : O Mpêmba do Mpêmba central é formado pelos Bavîdi que alguns missionários dos séculos XVII° e XVIII° como os Padres Lucca da Caltanissetta e Lorenzo da Lucca têm encontrado aqui e que pensavam ser oriundos da margem

direita do rio (Congo⁷⁶), assim como este “povo de Muyaka que não cessava de meter-se na população” que supõe-se uma mesma proveniência (que os primeiros), são então os filhos da paragem (Bontinck:23, 48, 51; Cuvelier: 1947, p.222). São eles a quem se chama hoje em dia por nome de Bamboma (Noki, Matadi e uma parte de Songololo). A Leste desta zona encontram-se as colectividades locais de Zômbo e de Mbâta. Evidentemente, nesta zona tem também o território da capital ou o Kakôngo. Este, como já vimos na terceira região (Kabângu⁷⁷) é dividido pelo rio (Congo), contendo uma parte do espaço de Boma.

- c) NSÛNDI : à Oeste, o Mbôma ou país dos Bamboma e o Vûngu (Bângu); à Leste o Kindûndu e o Mpângu.

4.3. Terceiro Município : NSÛNDI

- a) MBÂMBA : O Mbâmba do Nsûndi central é composto de: à Oeste a colectividade local de Mbâmba cujo ex-sector de Mbâmba (Missão católica de Tûmba) parece ser o herdeiro e o Mpângala (Kikyângala); à Leste o Mazînga e o Bukânga.
- b) MPÊMBA : No Mpêmba do Nsûndi central temos: à Oeste o Musûmba onde deveria se encontrar a capital deste município ou Mbânza-Nsûndi (uma parte desta território é ocupado pelo ex-sector de Nsûmba) e o Mubidi ou Mbîka⁷⁸. Segundo O. de Bouveignes que cite um autor anónimo, o rei M'vêmb'a Nzînga II (Ntûmb'a Nkânga) Ndo Mpetelo (Pedro II) foi um antigo Duque de Mbîka do Nsûndi (Boiveignes & Cuvelier, p.82) ; à Leste, o Kimpêmba e Mbwîla (Lwîla ou Lûla).
- c) NSÛNDI : O Nsûndi do Nsûndi central compreende: à Oeste o Nsûndi e o Mpûmbu; à Leste o Mpângu e Musulu [Monsole (Bontinck, p.XXX)]. Os Bandîbu, denominação que terão recebido por causa de abuso que fazem ao falar da expressão *ndi vu* (que) eo Bantandu que são assim designados porque são estabelecidos no Ntându (Norte) em relação à Mbânza-Kôngo e as suas vizinhanças, são todos os Basûndi considerando o município (Nsûndi) que habitam. Mas quando se baseia na colectividade, tornam-se os Bambala

(Mbâmba), Bangângela (Mpângala), Mampangu (Mpângu), Basûndi (Nsûndi), etc.

Considerações finais

Duarte Lopez e Filippo Pigafetta que apresentaram o reino do Kôngo pela primeira vez estereotiparam: (i) a sua dimensão territorial; (ii) a sua dimensão sociopolítica; (iii) a sua dimensão religiosa. Dentre esses aspectos, tentamos aqui estruturar o que seriam as duas primeiras dimensões a partir de outras informações oriundas de outros viajantes, as dos etnógrafos e outras recolhidas por nós (1995-2009). Remarca-se que o reino do Kôngo apresentado e reproduzido pelo resto dos viajantes e especialistas, seria apenas uma parte de Kôngo dya Nza, a parte central que albergavam as instituições políticas.

É interessante salientar que a decadência e a extinção do reino do Kôngo seriam causadas pelas intromissões dos Portugueses e Europeus nos assuntos públicos do reino do Kôngo desde 1491. Pois, nascerá em 1575 o reino de Angola; em 1622 o reino de Benguela; em 1637 o reino de Lwângu; em 1734 o reino de Ngôyo (Batsíkama, 1971). Já em 1838, o reino do Kôngo tinha perdido quase todas as suas instituições políticas e territoriais (Kabwita, 2004).

O que se pretendeu aqui responder é justamente “o que terá sido o reino do Kôngo de ponto de vista político e territorial antes da chegada dos Portugueses”? Há elementos que indiciam que o reino do Kôngo chegava até actual Benguela, na parte do Sul e ultrapassava o rio Ogoué, no Gabão. As fronteiras orientais são ainda menos determinadas: há populações Bakôngo no reino Kuba (Torday/Joyce) que precisam estudos profundos.

Resumidamente, o reino do Kôngo contava com um núcleo central (chamado Zita dya Nza ou Kôngo dya Kati) avizinhado por três províncias, Mbângala (ao Sul), Mulaza ou Kwîmba (a Leste) e Lwângu (ao Norte). Na chegada dos Europeus, séculos XVI, essas províncias já estruturavam-se como Estados federais em relação à Zita dya Nza, a parte geralmente atribuído ao reino do Kôngo cuja ínfima parte foi descrita por Lopez/Pigafetta. O sistema de sucessão no antigo reino do Kôngo foi eleitoral.

STRUCTURES AND INSTITUTIONS OF THE KONGO

Abstract: *This article tries rebuilding the institutions of early Kingdom of Kôngo before Diego Cão arrived. Crossing several ethnographic records, archives and Oral Traditions we will try rebuilding the social, political and administrative institutions of early Kingdom of Kingdom.*

Keywords: *Institutions of Kôngo; History o Africa; Historic criticism; anthropological analysis.*

Referências bibliográficas

AMARAL, I.,(S/D), “Mbanza Kongo, cidade do Congo, ou São Salvador. Contribuição para o conhecimento geográfico de uma aglomeração urbana africana ao sul do Equador, nos séculos XVI e XVII”, in *Garcia de Orta. Série de Geografia*, 12, Lisboa, pp.7-11

BAHELELE, J.N., (1956), *Kinzonzi ye ntekolo’andi Makundu*, E.P.I., Kimpese.

BAL, W., (1961), *Description du Royaume de Congo et des Contrées Environnantes par Filippo Pigafetta et Duarte Lopes (1591)*, Paris/Louvain : Ed. Nauwelaerts.

BALANDIER, G.,(1965), *La vie quotidienne au royaume du Kongo du XVI au XVIIIe siècle*, Hachette, Paris.

BATSÏKAMA, P.,(2010), “As origens do reino do Kôngo segundo a Tradição Otal”, in *Sankofa – Revista de História de África e Estudos de Diáspora Africana*. Ano III, nº5, Julho.(2010), *As origens do reino do Kôngo*, Luanda, Mayâmba

BATSÏKAMA, R., (1971), *Voici les Jagas ou l’histoire d’un peuple parricide bien malgré ui*, ONRD, Kinsâsa

BITTREMIEUX, L.,(1936), *La société secrète des Bakhimba au Mayombe*, I.R.C.B., Bruxelles

BONTINCK, F.,(1970), *Diaire congolais de fra Luca da Caltanissetta*, Nauwelaert, Louvain.

BOUVEIGNES, O. & CUVELIER, J.,(1951), *Jerôme de Montersarchio, Apôtre du vieux Congo*, Namur : Grand Lacs.

BRÁSIO, A.,(1969), *História do reino do Congo* [anotada pelo António Brásio], Centro de Estudos Históricos Ultramarinos em Lisboa.

CAPELLO, H. & IVENS, R.,(1881), *De Benguella às terras de Iaca – descrição de uma viagem na África Central e Ocidental*, Lisboa: Imprensa Nacional, I e II volumes.

CARDONEGA, A., (1942), *História das guerras angolanas, I*,

_____. (1942), *História das guerras angolanas, II*

_____. (1942), *História geral das guerras angolanas*, 1681, Tomo III, Agência Geral das Colónias.

CAVAZZI DE MONRECUCOLO, J. A.,(1965), *Descrição histórica dos três reinos do Congo, Angola e Matamba*, Vol. I, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.

CHIBANZA, S.J.,(1961), “Kaonde history”, Lusaka: The Rhodes-Livingstone Institute, #22.

CHILDS, G.M.,(1949), *Umbundu Kinship & Character. Being a Description of the Social Structure and Individual Development of the Ovimbundu of Angola, with observations concerning the Bearing on the Enterprise of Christian Missions of Certain Oases of the Life and Culture Described*, Oxford University press, London-New York-Toronto

COELHO, V.,(2010), “*Em busca de Jábàsà!...*”. *Estudos e reflexões sobre o “Reino” do Ndôngo. Contribuições para a História de Angola*, Luanda: Kilombelombe

CUVELIER, J & JADIN, L.,(1954), *L’Ancien Congo d’après les archives romaines*, Académie Royale des Sciences Coloniales, Bruxelles.

CUVELIER, J & JADIN, L.,(1930), «Traditions congolaises», in *Congo*, T. II, #4, Bruxelles

_____. (1930), «Traditions congolaises», *Congo* II, n.º4 Novembre, Bruxelles

_____. (1934), *Nkutama mvila za makanda mu nsi’a Kôngo*, Tumba.

_____. (1931), «Traditions congolaises», in *Congo*, T.II, n. ° de Setembro.

_____. (1946), *L’Ancien royaume de Congo*, Bruges : Desclée de Brouwer.

_____. (1953a), *Nkutam’a mvila za makânda*, Tumba

_____. (1953b), *Relations sur le Congo du Père Laurent de*

_____. *Lucques*, Bruxelles: IRCB. (1954), uvelier J & Jadin L.,

L'Ancien Congo d'après les archives romaines, Bruxelles : Académie Royale Sciences coloniales.

DARTEVELLE,(1950), *Les «Nzîmbu», monnaie du royaume de Congo*, Société Royale Belge d'Anthropologie et de Préhistoire, Bruxelles

DE HEUSCH, L.,(1972), *Le roi ivre ou l'origine de l'état*, Paris : Gallimard

DE OLIVEIRA, I.N.T.G.,(1972), *A evolução histórica dos Cuanhamas*, (Dissertação de licenciatura), Faculdade de Letras de Lisboa (AD LUCEM) orientada pelo Prof. Dr. Manuel Heleno, Lisboa

FROBENIUS, L.,(1949), *Mythologie de l'Atlantide*, Paris : Payot.

FU-KIAWU, A.,(1969) *Le Mukôngo et le monde qui l'entourait. Cosmogonie kôngo*, Kinsâsa : ONRD.

FURON, R.,(1966), *Manuel de Préhistoire générale*, Payot, Paris.

HENRIQUES, I.C.,(1997), *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*, Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto da cooperação portuguesa.

JAFFRÉ, C.,(1934), *L'Afrique aux Africains*, le «Ngouzisme» au Congo, in *Etudes, Révue Catholique d'intérêt général*, Paris, n° de Março.

JOSÉ, F.,(1940), *Histoire, lois, usages et coutumes des peuples de Ngoyo*, Lisboa : Argo.

KABWITA, I.K.,(2004), *Le royaume kongo et la mission catholique, 1750-1838: du déclin à l'extinction*. Karthala Editions.

LAMAL, F., (1965), *Basuku et Bayka des Districts Kwângo et Kwilu*, Tervuren : Musée Royal Congo Belge.

LE ROY, A.,(1925), *La religion des primitifs*, G. Beauchesne, Paris.

LEBEL, P.,(1961), «L'Onomastique», dans *L'Histoire et ses méthodes*, La Pléiade, Paris

LIMA, M.,(1989), *Os Kyaka de Angola*, Ed. Távola Redonda, Lisboa.

MARTINS, J,(1968), *Sabedoria Cabinda*, Lisboa

MARTINS, J. A.,(1962), *Mineiros de ferro em Angola*, Luwânda.

MARTINS, P.M.,(1985), «Cabinda e os seus Naturais : alguns aspectos duma sociedade marítima africana», in *Revista Internacional de Estudos Africanos*, Lisboa, Jan/Dez.

- MELO, R.,(2007), MELO, R., *Identidade e Género entre os Handa no Sul de Angola*, Luanda: Nzila
- MERTINS, J.,(1942), *Les chefs couronnés chez les Bakôngo orientaux*, Bruxelles : I.R.C.B.
- PIGAFETTA, F. & LOPEZ, D.,(1883), *Le Congo, véridique description du royaume africain appelé Congo* (tradução de L. Cahun) J.J. Gay, Bruxelles
- _____. (1951), *Relação do reino de Congo e das terras circunvizinhas* (Tradução de Rosa Capeans), Lisboa: Agência Geral do Ultramar.
- _____. (1968), *Description du royaume de Congo et des contrées environnantes*, (Tradução de W. Ball) Louvain : Nauwelaert
- PINKERTON, J.,(1814), «The strange adventures of Andrew Battel», in *A general collection of the Best and Most interesting voyages and travels in all parts of the World*, London, Vol. 16,
- PLANCQUART, (1932), *Les Jagas et les Bayaka du Kwângo*, Bruxelles : I.R.C.B.
- PLANQUAERT, M.(1971), *Les Yaka. Essai d'histoire*, Tervuren : Musée Royal du Congo Belge.
- RADULET, C.M.(1992), *O cronista Rui de Pina e a “Relação do Reino do Congo”:* *manuscrito inédito do “Códice Riccardiano 1910”*, Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, INCM.
- RAVENSTEIN, E. G.(ed: 1901), *The strange adventures of Andrwe Battel in Angola and the adjoining Regions*, Londres: Hakluyt Society.
- RINCHON, D.,(1929), *La Traite et l'esclavage des Congolais par les Européens*, Bruxelles : Watteren.
- SERRANO, C.,(2009), *Angola: nascimento de uma nação*, Luanda: Kilombelombe, Luanda.
- SÖDERBERG, B.,(1956), *Les instruments de musique au Bas-Congo et dans les régions avoisinantes*, The Ethnographical Museum of Sweden, Stockolm
- STANLEY, H.M.(1879), *A travers le continent mystérieux*, Paris : Hachette
- _____.(1881), *Cinq années au Congo*, Paris : M. Dreyfous.
- TÂ MASÂMBA LUVWA,(1956) «Fu kya nsi kweyi kina?» in *Kukiele, Revue diocésaine de Matadi*, n. ° 7

TORDAY, E. & JOYCE, T. A.,(1910), *Notes ethnographiques sur les peuples communément appelés Bakuba, ainsi que les peuples apparentés*, Bruxelles.

_____. (1922), *Notes ethnographiques sur les populations habitants les bassins du Kasai et du Kwango oriental (1807-1891)*, Annales Musée Tervuren

VAN WING, J.,(1921), *Etudes Bakôngo, Histoire et Sociologie*, Goemaere, Bruxelles.

_____. (1959), *Etudes Bakongo*, Desclée de Brouwer, Bruxelles

VANSINA, J.,(1964), *Les anciens royaumes de la savane*, IRES, Léopoldville (Kinsâsa)

_____. (1965), *Introduction à l'ethnographie du Congo*, Ed. universitaires du Congo, Kinsâsa

_____. (1963) “Notes sur L'Origine du Royaume de Kongo”, *The Journal of African History*, Vol. 4, No. 1, pp. 33-38

_____. (2010), « Africa equatorial e Angola : as migrações e o surgimento dos primeiros Estados », in *História Geral de África. IV. África do século XII ao XVI*, UNESCO/Ministério da Educação do Brasil, pp.623-652.

WAUTERS, J.A.,(1899), *L'Etat indépendant du Congo*, Bruxelles : Falk Fils.

WEEKX, G.,(1937), «La peuplade des Ambundu» in *Congo*, T.II, nº1, Juin, 1937, Bruxelles, pp.13-35 ; nº2, pp.121-166.

Notas

* Historiador – já falecido.

¹ Sobre essa questão aconselhamos: Vansina, J. (1963) “Notes sur L'Origine du Royaume de Kongo”, *The Journal of African History*, Vol. 4, No. 1, pp. 33-35; Vansina, J. (2010), « Africa equatorial e Angola : as migrações e o surgimento dos primeiros Estados », in *História Geral de África. IV. África do século XII ao XVI*, UNESCO/Ministério da Educação do Brasil, pp.623, 625; Weekx, G. (1937), «La peuplade des Ambundu» in *Congo*, T.II, nº1, Junho, Bruxelles, pp.13-35 ; nº2, pp.121-166.

² Versão em kikôngo: «*Kôngo tadi : ka bâsu'embasinga*»

³ A versão original é: “*Nsândi tufila ntu, mbâmba tulambûdila malu*”.

⁴ Em kikôngo, Jean Cuvelier escreve: “*Mbwa ñzîngi, nkulu ñzîngi, kimfwetete ka tânu'eñkânda ; muntu, mfumu ka wându'embata, ngo ka bañkatul'eñkânda*”

⁵ Eis a versão original em kikôngo: “*Ku Lumbu ke kwakota ngulu ye mbwa. Twavwikwa luwusu kwa yân'ampûluka, twalungwa muna makânda ma nkosi ye ngo*”

⁶ Assim reza a tradição oral: “*Wakôndwa mvila mu Kôngo, ñwâyi wa ntuma nkuni ye maza*”

⁷ Esse é um princípio popular: “*Mpêmbete ndîng'andi luzômbo, kansi mpângi'aku muna mazimi ye mvila*”

⁸ Um tipo de árvore selvagem, geralmente situado à beira de rios, cujos ramos crescem em forma de feixes de raízes cipoadas que se entrelaçam de forma anárquica formando um imenso feixe entrelaçado

que torna praticamente impossível a tarefa de desuni-los sem recurso ao corte radical e paciente de cada ramo.

⁹ A versão em kikôngo: “*Tusânga bungudi vwa kwa ntau. Tu akimpalakani, lumbota-mbota mu ñlâmbu’a maza : ana fwâmbika, ana veteka; efûmbwa kana mfûmbilu, evetekwa kwa mpândi ye ñlôngo*”. Doravante indicaremos apenas a referência bibliográfica.

¹⁰ Fórmula utilizada pelos advogados: “*Mfumu ye mfumu : Ngânga ye ngânga*” em audiência.

¹¹ É uma fórmula utilizada quando os candidatos apresentavam as suas candidaturas. O porta-voz do povo dizia: “*Tadi ñlengo-ñlengo, vo k’ulengomokene dyo ko, Kôngo k’uyâla dyo ko*”.

¹² E questão aqui do «poder político», «poder administrativo» e «poder judiciário».

¹³ Estes autores terão confundido o termo *ñkoto* para *ñkote*, fazendo crer que tratava-se de algum saco para recolher os impostos. Ora *ñkote* ou *lubôngo* (lুবဝံဂ) ou ainda *nkuwu*, é um pano/lençol que fazia parte de várias insígnias de poder.

¹⁴ Apreende-se esse princípio na iniciação “nzo’a lunsâsa”: *Nkusu’a mbakala ka sângwa ye mbênde. Vo nkusu, nkusu ; vo mbênde, mbênde ; vo ngone, ngone ; vo mfîngi, mfîngi*

¹⁵ “*Makukwa matatu malâmb’ê Kôngo*”, assim reza a tradição oral. Tradução livre: as três pedras que sustentam a mamita na qual se cozinha o Kôngo. Cada patrónimo tem uma significação (Batsíkama, 2010:353) que determina as suas funções sociais no mosaico social kikôngo.

¹⁶ Em kimbundu o termo designa o chapéu do chefe.

¹⁷ Ver o princípio h) : *Mbênza* é uma outra apelação de Lukeni ou Ñzînga.

¹⁸ *Mfutila*, de *m*, prefixo indicando a acção e *futa*, dar a forma ideal a cabeça do bebé, mas também educar, instruir. *Mfutila* é, pois, equivalente de instrutor, pedagogo, preceptor. Nas outras regiões, utiliza-se *Mbûngu* ou *Mahûngu* para o mesmo sentido.

¹⁹ *Myala* ou *Mayâla*: de *Ma*, prefixo de agente; e de *yâla* : governar, comandar, aquele que governa. Mas especialmente aqui significa aquele que governa as autoridades.

²⁰ “*Mazînga ma Tona, mvîl’a nene... Kavwâta nsânga, nânga meno ma nkosi ye ngo. Teleka kateleka; Ñlûnga kañlûnga*” (Cuvelier, 1934:21-22). Tradução: *Mazînga*, Chefe da Expedição/Exploração é uma linhagem poderosa... que leva insígnias do poder (braceletes/colares, dentes e unhas de leão e leopardo) ... linhagem que protege a sociedade”.

²¹ Não se trata aqui da «irmã» do rei no sentido europeu do termo. Trata-se de qualquer membro por descendência uterina a *Mazînga/Lukeni*.

²² *Ñlûnga*: do prefixo *N* e *lûnga*, ser completo, testemunha aquele que recebeu uma formação conforme as suas responsabilidades sociais.

²³ Foi ainda considerada como a parte pertencendo a mãe de *Nsaku*, *Mpânzu* e *Lukeni* que são *Kôngo-dya-Mulaza*, *Kôngo-dya-Mpânzu* e *Kôngo-dya-Mpângala*. Eis como a Tradição o representa: «*Ñzînga wazînga Kôngo, mâlu malâmbuka vana ntandu’a nkuwu*» (Cuvelier, 1953, pp. 134). Tradução: *Ñzînga* que junta o Kôngo, os seus pés majestosamente posados num tapete luxuoso. É justamente essa parte, chamada *Zita dya Nza* pelos Kôngo, que *Filippo Pigafetta* tentou descrever.

²⁴ *Batsíkama*, R., *Voici les Jagas*. *Raphaël Batsíkama* apresenta os *Jagas* como famílias militares que habitavam o espaço kikôngo e que irão destruir *Mbânza* do reino do Kôngo.

²⁵ *António Cavazzi* conta-nos com pormenores – *António Cardonega* o faz resumidamente – sobre a biografia da rainha *Dona Ana de Sousa Nzîng’a Mbânde*. A sua conquista do reino de *Matâmba*, como o conta os autores e significativamente *António Cavazzi*, esclarece que se trata de um mesmo povo, por um lado. Por outro lado, independentemente das resistências encontradas, esse acto não seria uma conquista nos “olhos” de um não-angolano (daquela época).

²⁶ A notoriedade dos *Imbângala* mais conhecidos por *Jagas* já ganhara toda Europa. *Andrew Bettel*, que foi escravizado pelos *Jagas*, relatou a sua monstruosidade nesse século.

²⁷ Percorremos as partes descritas pelos autores (2003-2008).

²⁸ Entre os *Herero* e o *Congo*.

²⁹ *Ovi* ou simplesmente *Vi*, prefixo marcando o plural em alguns dialectos do *Kôngo-dya-Mpângala*, o equivalente de *Mi* ou *Bi* : *Ovînde* = *omunde*, os brancos ; *Ovîlimbu* = *obidimbu*, os macacos.

³⁰ Existe cinco deste no Sul : aquele do Sul e o do Leste que limitam o reino do Kôngo nestas regiões, depois no interior, aquele de cada três *Nsûndi* sub-regionais.

³¹ Tratando aquilo que se encontra estabelecido na cidade de *Kinsâsa*, isto é, o *Mpûmbu* de *Zita-dya-Nza*, *Stanley* não se enganaria quando chama os seus habitantes ora *Wambûndu*, ora *Bawûmbu* (*Stanley H.M., Cinq années au Congo*, M. Dreyfous, Paris, pp.204, 222 et 236).

³² Foi-nos explicado que *Huila* era *Muwela* ou *Muwîla* (pelo *Soba Kaluvûndu Pedro*), em virtude de uma localidade com este nome na sua jurisdição.

³³ Ver fig.#4. Lulômbé (lu-hômbó), círculo, Mpûmbu.

³⁴ António Cadornega escreve: "... o capitão mor Lopo Soares Laço fazendo aquella conquista do reino de Benguela, muitas jornadas pello sertão dentro, chegará a este caudalozo rio Cuneni, e que outra banda delle tinha suas terras e senhorio hum rei ou apontentado por nome Mazumbo a Calunga" (Cadornega, III, pp.175-176). Esta seria o espaço fronteiriço setentrional de Mbâmba de Mbângala (Benguela): Mazûmbu ou ainda Mayûmbu'a Kalûnga seria o Mpûmbu de Mbâmba Kalûnga.

³⁵ De acordo com o mapa de J. de Oliveira Deniz que terá reestruturado Mesquita Lima, os Hânda vizinhos os "Gambo", "Nkumbe" e Ngângela na província de Cunene. Serrano, C., *Angola: nascimento de uma nação*, Kilombelombe, Luanda, 2009, p.122.

³⁶ Essa localização geográfica é confirmada pelo mapa de José Perreira Diniz, cf. Serrano, C., *Angola: nascimento de uma nação*, p.120-122.

³⁷ Entre os Kwanyama, por exemplo, há relatos desta separação que, na realidade, está misturada de velhos e novos subsídios. Fala-se de Tsînga, as vezes confundido com Sindi (Cuvelier, 1948, já citado). A emigração sob égide de Musîndi é muito popular entre várias populações na região que vamos entrar (Kôngo-dya-Mulaza), região de entre-Kwângu-Kwîlu. Ainda em 1681, uma autoridade no Kôngo-dya-Mbângala chamava-se "Casîndi" (Cadornega: III, p.250).

³⁸ A 80 Km ao Sul de Vila Artur Paiva, situa-se a zona de Kiñzînga, comuna dos Ngangela, Districtos de Huila. Vide Marins J. A., *Mineiros de ferro em Angola*, Luwânda, 1962, p. 42.

³⁹ Serrano, C., *Angola: nascimento de uma nação. Um estudo sobre a construção da identidade nacional*, Kilombelombe, Luanda, 2009, p.122

⁴⁰ O Distrito de Mukusu se encontra no Alto-Zambeze. Marins J.A., op cit., p. 47.

⁴¹ Esta zona seria a sede da primeira capital do reino do Kôngo: Mânza-Mpângala que se tornaria o Benguela sob influência portuguesa. Labat diz que "o rei de todo país chamava-se Mamâmbala ma Mpângala" (Labat,II:346). É justamente este Mamâmbala ma Mpângala que, a cada eleição do rei em Mbânza Kôngo, vinha reclamar o seu "direito do primeiro rei" (Balandier, [1965] 2009). A propósito da capital, Padres Benys Carli de Plaisance e Michel-Ange de Gattine que lá se encontravam em 1666 escrevem: "Ao amanhecer do Natal, chegamos a Benguela, a *capital do reino deste nome*" (Bouveignes & Cuvelier, 1953:136), e o Padre Lorenzo da Lucca que lá chegou 36 anos depois os primeiros: "Benguela é um reino cuja grande parte é actualmente em possessão dos Portugueses. Eles têm lá uma fortaleza e uma guarnição porque é a capital deste reino. Fomos informados que estavam em guerra com um dos principais chefes" (Cuvelier, 1953:34). Assinalamos também que os Yaka que Bettel encontrou em Bengwela (Bangolla/Mbângala) foram autóctones (Planquaert: 1971:53). Ou seja, os Kyaka que refere Mesquita Lima. E se devemos basear nas informações contidas na viagem de Hermenegilde Capello e Roberto Ivans, associar-se-iam outras populações nesta lista: Muzumbo e Mbayi Lûndu (1881,I:173-174), na região de Nkêmbo (1881:302). Contudo, os Kyaka ou Jaga serão assimilados aos Ovimbûndu, já nos séculos XVIII e XIX (Childs: pp.183-185).

⁴² Mbêmbe de Bengwela (Rinchon D., *la Traite et l'esclavage des Congolais par les Européens*, Watteren, Bruxelles, 1929, p.170).

⁴³ Em kikôngo, kimbûmbu e mesmo umbûndu, o termo *kilômbó* significa "batalhão de tropas", "Exército" e associa-se aquilo que foram os Jagas, tal como os descreveu Duarte Lopez na pena do geógrafo Filippo Pigafetta.

⁴⁴ A antiga comuna de Nkênge encontra-se na administração de Cassoalala. (Martins J.A., op cit., p.30)

⁴⁵ Existe várias descrições sobre esta parte central do reino do Kôngo: Pigafetta F., op cit., (Traduction de L. Cahun), p. 58.

⁴⁶ Na verdade a capital da república democrática do Congo chama-se Kinshasa, com H. Como topónimo, seria Kinsâsa: do prefixo ki, que indica o local; e de *nsâsa* que deriva do verbo *nsâsa*: educar, instruir. Entre os Kôngo, Kinsâsa significava o local onde se enviava os escravizados e os criminosos para serem reeducados. Foi num Kinsâsa de Nsûndi que Dom Afonso Iº foi enviado como criminoso: ter-se proclamado sucessor do seu pai. Essa um crime naquela época (Batsíkama, 2010:123-127).

⁴⁷ Estamos aqui a referir-se ao texto *O reino do Kôngo e a sua origem meridional*, a ser publicado pela universidade Editora, Luanda.

⁴⁸ Nsi'a Ndônga ou seja Xindônga de Kwându Kubângu (província angolana). Aparentemente, parece ser a velha forma de Kôngo: Ihôngo, Ikôngo, Tsíkôngo. Curioso é que, para além de Jinga (Tsinga) que já foi debruçado por vários autores, o caso de Jean Cuvelier por exemplo, Hôlo e Inôngo chamaram-nos a atenção (Batsíkama, 2010:247-279; 328-339).

⁴⁹ Se partimos das anotações de Joseph Miller sobre "The Imbangala and the chronology of Early Central African History" publicado pelo *Journal of African History*, em Londres e comparamos com os dados

fornecidos por René Pélissier na sua obra *História das campanhas de Angola*, pp.61-101, compreende-se os tardios movimentos Sul para Nordeste.

⁵⁰ Ver a fig.#5.

⁵¹ Esta contiguidade entretinha uma tal confusão que as duas colectividades foram, as vezes, tomadas umas por outras. Eis porque a heroína Mazînga é falsamente dita *rainha* de Matâmba. Seria por dar sequência ao fim deste equívoco que os Portugueses julgaram propício “de incorporar o Matâmba no reino da rainha Nzinga”, quer dizer ao responsável do bairro de Mazînga.

⁵² Na sua monografia sobre os Yaka, Planquaert menciona os Nsângi como as populações habitando o território da capital, ou melhor, seriam eles Yaka de origem (Mbângala), por um lado. Por outro lado, os Sanga(ni) continuam a sua povoação mais ao norte, no antigo reino de Kuba (até nos Luba).

⁵³ Kasânzi, capital do Mbângala, Planquaert M., op cit., p.80.

⁵⁴ Torday, E. & Joyce, T.A., *Notes ethnographiques sur les peuples communément appelés Bakuba, ainsi que les peuples apparantés*, Bruxelles, 1910. Dénise Paulme que mencionava que a linhagem dos reis do Kôngo estaria em vários reinos na África central (Paulme, D., *Les civilisations africaines*, P.U.F., Paris, 1961, p.54).

⁵⁵ As informações de Emil Torday ajudam-nos a subsidiar a ocupação deste Kakôngo central de Kôngo-dya-Mulaza Today & Joyce, 1922:230,232, 234). E. G. Ravenstein citado pelo Planquaert fala também destes Bakôngo de Bandûndu: “mais ao Sul, habitavam sob nome de Basuku muitos clãs Bakôngo. A Oeste eles estendiam-se até Matâmba» (Planquaert, 1971:48). O termo Bakôngo tomado ao sentido restrito, como é o caso aqui, designa exclusivamente os habitantes de Kakôngo, isto é, da colectividade local (comunas) que deveria albergar as instituições regionais ou nacionais. Uma boa correspondência é o Kakôngo de Kôngo dya Mpânzu que veremos adiante, que actualmente está incluído na província angolana de Cabinda. Os habitantes de Kakôngo são chamados de Bakôngo e são relativamente discriminados pelo resto de populações por confusão aos Bakôngo de Mbânz’a Kôngo. Embora seja por razões políticas, convém assinalarmos que no século XVIII^o ainda notava-se a unidade de Ngoyo ao sul, Kakôngo a seguir e Nsûndi. Já abordamos essa questão num estudo anterior, na busca de explicar de números três, nove, doze e vinte e sete (Batsíkama, 2010:273-345).

⁵⁶ Esta teoria da sede que se movimenta não parece se limitar apenas aos Kôngo. Embora com razões menos análogas, S. Pillorget diz que a Idade Média e até século XVI, a capital na Europa organizada tinha sido constantemente errante. (S. Pillorget, *Apogée et déclin des sociétés d’ordres*, Histoire Universelle, Larousse, Paris, 1969, p. 406).

⁵⁷ Planquaert diz que este Mpûmbu de Bukânga é o país dos Bapênde onde comprava-se os escravos.

⁵⁸ Sakata: segundo Vansina, os Sakata eram chamados SAA (Vansina J., *introduction à l’ethnographie du Congo*, Ed. universitaires du Congo, Kinsâsa, 1965, p.129). Pela contracção muito frequente nesa zona, tudo indicaria que a versão de SAA seja SÂNGA (Saka).

⁵⁹ Ocanga seria a comuna de Bukânga no Mbâmba. António Cadornega, no século XVII, menciona *Hocanga* como um território de *Congo de Amulaca* (Cardonega: 1942, III, p.186).

⁶⁰ O primeiro bairro: os Bayômbe habitam ao Norte da Lukenye e dos Ngûndu (Wauters,1889:284). Será os Bayômbe de Mayindômbe os Iyêmbe que Jan Vansina situam entre os Ntômba, os Mpamba, os Sengele, os Kônda. Pela sua posição em relação aos seus vizinhos, e pela disposição territorial dos Kôngo (ou melhor proto-Kôngo), há essa possibilidade

⁶¹ Vansina J., *Les anciens royaumes de la savane*, IRES, Léopoldville (Kinsâsa), 1964, p. 78. Assinalamos que o termo *Ndôngo* significou montanha (m’ôngo). Contudo, Ndôngo (além de montanha) é o topónimo que se afilia a Mpûmbu, Mbûnda, etc.

⁶² Quanto aos Bambûnda aqui referenciados, António Cavazzi escreve (sobre a origem do reino do Kôngo) o seguinte: “... esta gente Mexiconga, descendo da terra dentro e se estende vierão do senhorio de Congo de Amulaca, se assenhorearão do pedoroço reino do Congo, sendo os naturaes delle *Ambundu* de outra casta” (Cardonega, III:188)

⁶³ Pigafetta, op cit., tradução de W. Bal, p.64. São estes Bambala, que fala Mertens. (Mertens, op cit., p.172)

⁶⁴ País dos «Avidi’a Lwângu» (Vili de Lwângu), (Cuvelier, 1953b:131)

⁶⁵ Este Lwângu foi dito «pequeno Loango» na era do tráfico negreiro: D. Rinchon, *Le trafic négrier*, Atlas, Bruxelles, 1938, p.93.

⁶⁶ Essa observação é exclusivamente de R. Batsíkama. Nas nossas explorações no terreno, observamos quanto o termo Mayômbe invade espaço que não lhe pertence territorialmente.

⁶⁷ No século XVI, os Mazînga são referenciados desta forma: “para lá do reino de Loango, estão as nações chamadas Anziques”, “esta terra, portanto, pela banda do mar do ocidente, confina com os povos

de Ambus” (Pigafetta & Lopez: 1951, p.39). Assinalamos que “Ambus” que se refere aqui seria as populações de Mpumbu de Norte, na actual capital da república democrática do Congo.

⁶⁸ País dos «Avidi’a Lwângu» (Vili de Lwângu), Cuvelier *Nkutam’a mvila za makânda*, p.131.

⁶⁹ O Nsânga estava dividido pelo rio (Bouveignes & Cuvelier: 1951, p.66).

⁷⁰ A crer as descrições que António Cadornega fornece no terceiro tomo da sua *História das guerras angolanas*, esta parte constitui o local onde habita o “rei de Loango” que, nesse século XVII era chamado como “Mulêmbô” (Cadornega, p.183).

⁷¹ Na bacia do Alto-Lwângu as populações Kôta e algumas famílias Têke que lá habitam são geralmente chamadas de Bandum, ainda que sejam também consideradas por seus vizinhos como Ba-Lwângu (pela sua ocupação nas regiões banhadas pelo rio do mesmo nome). Seriam, porém, duas localidades adjacentes dos Ba-Dôndo e Balwângu. Ambas populações habitam as terras setentrionais de Malâmba, historicamente conhecida como terra dos Brama (Lopez/Pigafetta,1591).

⁷² Seria o país de Brama (Balâmba) de Pigafetta. (Pigafetta, op cit., p. 31), também chamado o Grande Lwângu (Franque José, *Histoire, lois, usages et coutumes des peuples de Ngoyo*, Argo, Lisbonne, 1940, pp. 17 et 18.

⁷³ Ver fig. n. °7.

⁷⁴ Cavazzi A., op cit., p. 6. Essa missão encontrava-se em Mbânza-Wându.

⁷⁵ Albuquerque, *Angola*, Coimbra, 1933.

⁷⁶ O verdadeiro nome deste rio é MWÂNZÁ. Já foi chamado Zaïre, que é a forma portuguesa de pronunciar Nzâdi, termo kikôngo que significa rio.

⁷⁷ Trata-se aqui de Kôngo-dya-Mpânzu.

⁷⁸ M’bika, de *mu*, prefixo de agente, e de *bika*: prevenir, vaticinar; aquele que previne ; profeta. Diz-se as vezes M’vika.

FRONTEIRAS NAS AMÉRICAS: TAMANHO E COMPOSIÇÃO DOS DOMICÍLIOS RURAIS NO OESTE DO BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX

*Dora Isabel Paiva da Costa**

Resumo: *A análise do tamanho e da composição dos domicílios rurais na transição de sociedades tradicionais para as modernas é um instrumento de análise muito útil, para se entender as formas e modelos de organização de grupos domésticos das sociedades do passado, bem como as possibilidades de sobrevivência, mobilidade social e estratégias de acumulação material. O objetivo deste artigo é comparar o tamanho e a composição dos domicílios rurais em duas regiões fronteiriças distintas das Américas: o oeste dos Estados Unidos e oeste de São Paulo, Brasil, na primeira metade do século XIX. Entende-se como fronteira o estabelecimento das primeiras levas de povoamento do Noroeste e Sudoeste dos E.U.A, assim como o do Oeste paulista. Os resultados apresentam-se surpreendentes numa perspectiva comparativa, pois as médias norte-americanas foram significativamente mais altas do que as brasileiras. Foram comparados domicílios fronteiriços do sul dos Estados Unidos onde havia escravidão e os do norte com os do Oeste paulista. As fontes utilizadas para ambos os países foram os censos manuscritos de população.*

Palavras-chave: *história da população; Brasil e Estados Unidos; grupos domésticos; tamanho e composição de domicílios rurais, século XIX.*

Introdução

O objetivo deste artigo é descrever e analisar em perspectiva comparativa o tamanho e a composição dos domicílios rurais em regiões de fronteira nas Américas. Os historiadores demógrafos e os historiadores econômicos consideram através de vários estudos desde o clássico Chayanov (1974) até os mais atuais como Laslett (1984) e Abramovay (1998) que a sobrevivência bem como as estratégias de acumulação material dependiam até certo ponto do tamanho e da composição dos grupos domésticos. Examinar-se-á de forma comparativa os agrupamentos domésticos que se localizavam nas fronteiras do noroeste e sudoeste norte-americano em relação aos do sudoeste do Brasil, mais precisamente, Araraquara, oeste da província de São Paulo a qual se constituída em fronteira durante a primeira metade do século XIX.

Pesquisas recentes realizadas por Maria Luíza Marcílio (1974), Donald Ramos (1975), Iraci Del Nero da Costa (1979), Marisa Correa (1994), Eni de Mesquita Samara

& Dora Isabel Paiva da Costa (1997) e Dora Isabel Paiva da Costa (2000) têm demonstrado a presença de grupos domésticos bastante reduzidos, quando comparados à literatura clássica produzida por Gilberto Freyre (1975), Sérgio Buarque de Holanda (1982) e Antonio Candido Mello e Souza (1951) sobre as famílias de elite do Brasil rural agroexportador. Samara & Costa colocaram em questão a visão clássica a qual percebia os agrupamentos familiares de forma monolítica em relação a diversas regiões e épocas no Brasil. Para estas duas últimas autoras, a complexidade desta organização social do Brasil colonial e imperial variou não só por classe, como também, por etnia e a estrutura econômica na qual a família estava inserida.

Neste artigo retoma-se a problemática acima, em perspectiva comparativa, assumindo-se que, muito embora, o conhecimento acumulado em pesquisas aponte também para a importância de fatores externos tais como as relações de sociabilidade e a solidariedade vinculadas às famílias de diversos grupos sociais (Faria, 1998; Machado, 2008), nas quais os agentes históricos buscavam um ideal de vida patriarcal, cujos elementos possibilitavam a composição de um tecido social favorável à mobilidade social e/ou dependência, outros fatores internos como o tamanho e a composição dos domicílios podiam atuar na reafirmação de valores patriarcais ou na afirmação de valores autonomistas e individualistas, dependendo do modo como tais atores sociais negociavam suas estratégias de vida e de sobrevivência. Não devemos esquecer que embora a cultura hegemônica fosse senhorial, escravista e patriarcal, outros grupos sociais como os de negros e indígenas atuavam dentro de sua própria cosmovisão de comunidade, interagindo com a cultura hegemônica branca e a sua própria, atuando como indivíduo e agente de sua vontade circunscrita à margem pessoal de liberdade possível. Cabe ainda às novas pesquisas problematizar a dimensão da dependência/subalternidade uma vez que o espaço relativo de autonomia constitui forças com características próprias em diversos contextos históricos. A história da família (Cornell, 1987; Scott, 1987; Hareven, 1991), bem como os *household studies* (Cornell, 1986) se prestam para este último propósito, pois permitem, em certa medida, examinar o sucesso e/ou insucesso, o enquadramento ou não do indivíduo ou grupos sociais nas determinações históricas mais amplas.

Os vínculos estabelecidos entre os domicílios podiam gerar dependência, reafirmando o domínio de valores patriarcais, como entendem alguns autores (Faria,

1998; Machado, 2008). Poderiam ainda reforçar as relações clientelistas com entende outros autores (Graham, 1997). A organização das unidades domésticas ocorria em contextos econômicos diversos, compostos por maior ou menor estratificação social, maior ou menor complexidade étnica, maior ou menor desenvolvimento econômico. Os laços de solidariedade horizontal se davam em comunidades com menor grau de estratificação como as de pequenos lavradores e/ou camponesas. Os laços verticais ocorriam em economias agroexportadoras onde havia maior complexidade da estratificação social. Ambos constituíam uma rede intrincada de relações sociais que em determinados momentos e contextos podiam tornar mais flexíveis as relações patriarcais e/ou clientelistas em direção às forças autonomistas.

No Brasil, os valores senhoriais e escravistas, de modo geral, excluía a maior parte da população e colaboravam para dificultar a sobrevivência de forma mais autônoma e independente dos grupos domésticos de pequenos lavradores tal como a *farm* americana. Esta última estava imersa em relações contratuais baseadas no trabalho livre assalariado e/ou nas relações denominadas de *indentured servants* que tinham um caráter temporário. Aqui os pequenos lavradores eram obrigados a se submeterem a uma relação de subalternidade com os grupos dos grandes proprietários para que pudessem se arrancar nas terras fronteiriças aos grandes domínios senhoriais. Outra forma possível de estabelecer este tipo de unidade doméstica se dava através da posse da terra que foi o meio mais comum após o fim da instituição da sesmaria decretada pelo governo que proclamou a emancipação política do Brasil. Não se deve perder de vista também que a política de acesso a terras foi mais aberta aos grupos de imigrantes recém chegados aos E.U.A do que no Brasil (Costa, 2010). Lá, houve muitos incentivos desde a realização da agrimensura, a definição dos lotes e o baixo preço praticado pelo governo central até disputas entre as elites regionais que redundaram na aprovação de leis, durante a guerra civil, que favoreceram os imigrantes com menores recursos. Por sua vez, o capital que imigrou para a sociedade norte-americana direcionado a investimentos diretos na época foi proporcionalmente muito maior do que aquele que veio para o Brasil, bem como a implantação de uma extensa rede ferroviária e hidroviária (Graham, 1997) favoreceu o envio de produtos alimentícios às regiões mais urbanizadas, que pouco a pouco se integravam à rede de pequenos e médios produtores de alimentos das regiões mais distantes e fronteiriças.

Fontes e metodologia

Os métodos comparativo e quantitativo têm o objetivo de medir o tamanho e a composição dos agrupamentos familiares da fronteira Oeste paulista (Araraquara) com os da fronteira noroeste e sudoeste norte-americanas. Esta última região possuía mão de obra cativa e agricultura voltada para a exportação bem como para o mercado interno. A fronteira noroeste muito embora apresentasse um elemento díspar, tal como a inexistência da mão de obra escrava, o que, em princípio, deveria, por hipótese, manifestar uma redução do tamanho dos domicílios, na verdade, observou-se, surpreendentemente, o oposto: em média, o tamanho das unidades rurais da fronteira noroeste, não-escravista era significativamente maior do que a do sudoeste norte-americano e a do sudoeste brasileiro.

As informações referentes aos anos de 1820 e 1840 foram extraídas dos censos demográficos norte-americanos e, em relação às paulistas, das Listas Nominativas referentes aos anos de 1824 e 1850. A opção de analisar dois recortes temporais deveu-se à possibilidade de observar as mudanças na organização e nas formas de convivência ao longo do período de formação das respectivas fronteiras.

Após a independência, o governo dos Estados Unidos realizou recenseamentos da população, década a década, a partir de 1800. Antes de serem consolidados em quadros-síntese, os manuscritos nos quais eram coletadas as informações brutas permaneceram intactos e preservados até os dias de hoje. Muitos pesquisadores norte-americanos têm lançado mão ainda hoje deste material original. No Brasil, embora a frequência de realizações dos censos não se equiparem com a dos EUA, existem muitas semelhanças na forma de coleta das informações, pois, estas eram anotadas tomando-se por base os agrupamentos domésticos. Muito embora, os dados norte-americanos sejam mais completos na amplitude e no detalhamento em relação aos do Brasil, é possível, estabelecer balizas comparativas entre tais agrupamentos domésticos. Também houve muitos problemas na realização dos censos, pois, alguns governos locais e estaduais do Sul dos E.U.A, contrários às doutrinas políticas e ideológicas do Norte, obstruíram de muitas maneiras a condução da realização destes levantamentos em muitos locais (Anderson, 1988), no entanto, em muitas outras localidades realizaram-no com sucesso.

A definição de fronteira operacionalizada pelos recenseadores norte-americanos circunscrevia-se a dois aspectos: a quantidade de pessoas presentes deveria estar entre 2

e 6 por milha quadrada e esta proporção deveria permanecer constante entre os censos decenais. No Brasil, os recenseamentos não chegaram a tal nível de conceituação e detalhamento, como também, houve problemas no estabelecimento das medições das terras, uma vez que, o governo central não conseguiu apoio político para efetivar medições e demarcações como o fez o norte-americano através do envio de equipes de agrimensores federais ao oeste americano (White, 1991:119-121; Silva, 1996: 115-212). As regiões que não se enquadravam nesta definição de fronteira foram denominadas pelos recenseadores de ‘povoados do norte e do sul’, conforme as informações contidas nos manuscritos, quando da coleta do material, por ocasião da realização dos censos. Tais denominações aparecem nas tabelas deste artigo, servindo de comparação às comunidades situadas nas fronteiras. Tais povoados eram comunidades de habitantes com maiores densidades populacionais as quais foram consideradas fronteiras décadas atrás pelos recenseadores coevos.

A fronteira noroeste dos EUA em 1820 era composta por 5 condados: Pope (Illinois), Fayette, Lawrence e Vigo (Indiana) e Darke (Ohio). A fronteira sudoeste era composta por Hall (Geórgia), Lawrence, Marion e Pike (Mississippi) e Hardin (Tennessee). Em 1840, ambas as fronteiras tinham se modificado, sendo constituídas, no noroeste por 7 condados: Stephenson (Illinois), Adams e Noble (Indiana), Louisa (Iowa) e Clinton, Genesee, Kalamazoo (Michigan); a do sudoeste por 3 condados Hempstead (Arkansas) e Barry e Pettis (Missouri).

Em 1824 Araraquara apareceu pela primeira vez nas Listas Nominativas, fazendo parte da terceira companhia de ordenanças do município de Piracicaba, possuindo 223 domicílios e 1.228 habitantes. Em 1850 aparece como sexta companhia e possuía 477 famílias com 2.544 habitantes. Os primeiros vestígios de habitantes brancos que chegaram à região de Araraquara datam de 1817, ano em que foi criada a freguesia de São Bento de Araraquara.

Quinze anos após a chegada de seus pioneiros, em 1832, Araraquara foi elevada à categoria de vila, quando pôde eleger seu primeiro conselho de vereadores da câmara municipal, adquirindo certa autonomia administrativa local. A autonomia judiciária aconteceu quando se tornou independente da comarca de Piracicaba, em 1866, passando a ter seu próprio juiz de direito, lista de jurados, etc (Costa, 2010).

Nas Listas Nominativas de Habitantes produzidas desde a época colonial, apareciam as divisões administrativas circunscritas à capitania e/ou província, as quais eram subdivididas em vilas e comarcas, e estas últimas, em termos, os quais englobavam bairros e distritos rurais.

As unidades domésticas analisadas são agrupamentos de famílias formadas por pessoas livres, agregadas e cativas as quais eram arroladas, periodicamente, pelo sargento-mor das companhias de ordenanças. Em muitas ocasiões o pároco auxiliava ou realizava esta tarefa. Estas companhias surgiram no período da administração pombalina, nos finais do século XVIII, especialmente, no sudoeste do Brasil com o intuito de proteger a parte meridional da colônia dos ataques hispânicos. Foram inúmeras as correspondências realizadas entre os governadores da capitania de São Paulo e o primeiro-ministro português, enfatizando a necessidade de povoar e fixar os povos destas regiões, através do desenvolvimento de atividades agrícolas (Teixeira, 2004:35-45).

A partir desta documentação analisar-se-ão como se organizavam os agrupamentos domésticos em unidades formadas pela população total (livre + agregada + cativa), as quais constituíam as UDCEA (unidades domésticas com escravos e agregados) e as UDSEA (unidades domésticas sem escravos e agregados). Estas siglas foram criadas pela pesquisadora e constituem categorias analíticas destinadas a produzir efeitos e análises comparativas.

Entre o norte e o sul: um olhar comparativo

A tabela 1 abaixo mostra que os agrupamentos domésticos da fronteira oeste paulista não eram grandes, pois, ao se medir o tamanho médio, observou-se que em torno de 5,5 moradores habitavam cada unidade do tipo UDCEA. Comparados com as unidades da fronteira sudoeste escravista dos Estados Unidos, tal índice não se apresenta muito distante, atingindo lá a magnitude de 5,7. Seria de se esperar que com a presença da escravidão tais dimensões se apresentassem bem maiores, especialmente, no Brasil, seguindo a lógica freyriana de família extensa (ampliada). No entanto, cabe ressaltar que o cativo nesta região do Oeste paulista se caracterizava por pequenas escravarias, pois num total de 112 proprietários de terras, apenas 64 declararam possuir cativos, e destes, somente 3 tinham acima de 20 escravos, enquanto 49 declararam de 1 e 9 e 12, de 10 e 19 (Costa, 2008, p. 297). O que mais chama a atenção é a média

encontrada para o tamanho dos domicílios da fronteira norte dos EUA, 6,1 pessoas por unidade a qual comparada à fronteira do sul escravista de 5,7 nos surpreende.

Faragher (1986:87-95) que estudou a região de Sugar Creek no Illinois, zona da fronteira noroeste, apontou que a primeira geração das mulheres brancas pioneiras casava-se com a idade de 19 anos e a segunda aos 21 anos. As baixas médias de idade ao casar poderiam contribuir para aumentar o tamanho dos domicílios, pois este raciocínio pressupõe prematuro início do ciclo de natalidade numa região onde a ajuda do braço familiar era bem vinda. Mas, por outro lado, poderiam também favorecer a fissão do núcleo familiar quando a prole feminina atingisse idade equivalente à da geração anterior, caso as características de formação do domicílio se mantivessem idênticas a das gerações anteriores, tanto do ponto de vista dos fatores internos quanto externos à unidade domiciliar. A produção e a reprodução desta situação significariam a disponibilidade de condições semelhantes que favoreceriam a formação de novos domicílios com aquelas mesmas características.

Tabela 1

Tamanho Médio dos Domicílios		
Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	6,1	5,6
Povoados do Norte	6,1	5,7
Fronteira Sul	5,7	6,3
Povoados do Sul	5,8	5,6
Araraquara	5,5c/5,6s	5,4c/4,4s

Fonte: Censos Populacionais in Davis, 1977.

Legenda: a presença da letra c significa unidades com escravos, e da letra s, sem escravos.

Muito embora, a ocupação da fronteira noroeste americana não tenha recebido um contingente significativo de cativos (Davis, 1977:121-135), o que mais chama a atenção é o tamanho médio dos grupos familiares do norte (6,1 pessoas) o qual ultrapassou o tamanho médio dos do sudoeste escravista dos Estados Unidos, assim como o do sudoeste brasileiro, também escravista. A surpresa reside no fato de que tanto o sul dos Estados Unidos quanto o do Brasil foram regiões constituídas por unidades agrícolas escravistas, sendo plausível encontrar maiores agrupamentos domésticos. A presença proporcional de cativos na fronteira do noroeste foi irrisória com o índice de 0,5% em 1820, enquanto que na do sudoeste atingiu 27% em relação à proporção da população livre. Em 1840, não houve registro de cativos na fronteira

norte, onde havia sido proclamada a emancipação. No sul, chegou ao índice de 13% (Davis, 1977:125).

Muito embora, a organização da produção agrícola das unidades da fronteira noroeste tivesse por base a mão de obra livre e familiar e apresentasse uma média maior no tamanho das unidades do que a do sudoeste norte-americano que eram formadas por *plantations* escravistas e exportadoras, nota-se que as famílias nucleares eram a norma, tanto no sul, pois jogavam um papel funcional importante na ocupação da fronteira, quanto no norte; neste, a imigração se dava por meio dos comboios de famílias que se dirigiam à fronteira, enquanto no sul os senhores levavam suas famílias acompanhadas de suas escravarias, havendo deslocamento de uma família por vez (Cashin 1991:78-98). Segundo os estudiosos o tipo de imigração realizada no norte teria produzido uma maior solidariedade e espírito comunitário do que a imigração sulista de tipo escravista, senhorial e patriarcal.

A partir da década de 1840 os domicílios da fronteira norte (tabela 1) apresentaram uma tendência declinante no seu tamanho (5,6) comparada tendência altista do sul (6,3). Como explicar este comportamento demográfico? A fronteira do norte drenava residentes em direção ao oeste e deslocava parte de sua mão de obra para as novas terras que se abriam mais a oeste. Deve-se levar em conta que esta foi a década da chegada de máquinas na agricultura no norte, enquanto no sul, houve maior valorização da presença da mão de obra cativa e dos produtos de exportação, o que implicou o aumento da produção de gênero exportáveis e da incorporação desta mão de obra (Davis, 1977:81).

Ao olharmos a tabela 2 a respeito dos tamanhos modais dos domicílios observamos uma permanência em torno de quatro membros nos dois cortes temporais tanto nas fronteiras do norte quanto nas do sul norte-americanas, desenhando um modelo típico de domicílio composto pelo casal e dois filhos. Nos povoados o tamanho modal em torno de cinco pessoas demonstrou maior densidade e sedentariedade populacional, alargando o modelo familiar para três filhos. Cabe destacar a impressionante permanência das magnitudes, expressando que apesar da presença de forças ideológicas díspares no norte e no sul, tal fato não chegou a influenciar a moda, isto é, os modelos mais freqüentes do tamanho de núcleo doméstico, tanto no começo quanto em meados do século dezenove.

Tabela 2

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	4	4
Povoados do Norte	5	5
Fronteira Sul	4	4
Povoados do Sul	5	5
Araraquara	3c/4s	2c/2s

Fonte: Idem, *Ibidem*. Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

Tanto as regiões do Norte quanto as do Sul dos Estados Unidos apresentam uma notável similitude não só na perspectiva inter-espacial como inter-temporal, quando se compara o noroeste com o sudoeste. Permanências históricas traduzem a presença de forças sociais que agem com semelhante intensidade no espaço e no tempo. Estas forças agiam com impressionante similitude tanto nas áreas que estavam submetidas à produção e reprodução do modelo republicano de trabalho livre (o Norte), quanto naquelas, nas quais se encontravam longe destas aspirações e produziam unidades submetidas aos valores da sociedade patriarcal e escravista do velho sul. Este é um resultado surpreendente, pois as diferenças ideológicas e de mentalidades não foram capazes de produzir divergências significativas nos tamanhos modais das organizações domésticas. A ideologia republicana jeffersoniana defendia um modelo específico de família, de transmissão de bens e de distribuição de poderes mais equilibrada entre os membros do agrupamento familiar, enquanto no sul, havia o predomínio da visão de mundo aristocrática e escravista, forte hierarquia, regime patriarcal acentuado e uma distribuição de poderes mais desigual entre os membros da família (Henretta et al., 2002:257-275).

Nas franjas da fronteira do oeste paulista, os núcleos domésticos não pareciam tão sólidos, apresentavam reiteradamente uma organização mais reduzida com três pessoas, em 1824, e uma maior redução, ainda, com apenas duas pessoas, no segundo período, tanto nas unidades domésticas com escravos e agregados quanto naquelas sem a presença destes.

Como interpretar tais índices? Representariam a chegada de casais jovens, os quais estariam iniciando os ciclos biológico e social de família? Revelaria uma relativa autonomia no que diz respeito à formação de casais e ao acesso à terra? Representaria a chegada de famílias mais simples que se tornariam agregadas àquelas mais abastadas

detentoras de terras na região? Não se pode perder de vista que o governo imperial já vinha debatendo o problema da terra desde a emancipação política (Silva, 1996: 95-114). As famílias mais abastadas, preocupadas em arranchar filhos e filhas em idade de casar, freqüentemente, lançavam mão de instrumentos tais como convidar casais jovens de segmento social inferior para morarem como agregados em posses ainda não confirmadas pelo governo imperial. Tratava-se de uma estratégia de enriquecimento mediante a incorporação de mais terras (Costa, 2004a) e da possibilidade de especulação com o patrimônio fundiário familiar (Costa, 2008). Ambas as situações asseguravam às famílias de maiores posses domínio sobre uma maior quantidade de terras e, ao mesmo tempo, permitia aos jovens casais de lavradores menos abastados a possibilidade de se desvincularem da condição de jornaleiros e de buscarem o estabelecimento de relações sociais mais vantajosas com uma relativa autonomia (Metcalf, 1992: 120- 152; Vangelista, 1991: 233-270; Stolcke, 1986: 17-52).

Parafraseando a idéia do professor Robert Slenes em seu livro *Na Senzala*, uma Flor, os negros usaram a família contra a escravidão; aqui, faço uma afirmação inversa: “os brancos proprietários de terras e colonizadores da fronteira paulista usaram a organização da família dos brancos despossuídos a seu favor e contra estes”. Quero dizer com isto que o estabelecimento de uma nova unidade doméstica rural passava pelo controle político patronal/clientelístico dos grandes proprietários em relação às famílias mais pobres.

Os pequenos lavradores livres tinham a possibilidade de tomar posse da terra, cultivar lavouras e criar gado em áreas que sofriam uma das maiores especulações em território nacional (Costa, 2008). A ação de especuladores empurrava este segmento mais pobre em direção às áreas mais longínquas e distantes dos centros urbanos. Nos E.U.A havia associações de pequenos agricultores as quais agiam de forma coletiva e organizada, expulsando os especuladores da região (Costa, 2010). No Oeste paulista estes pequenos lavradores estavam isolados, distantes uns dos outros e arranchados em regiões ermas. Lá na América do Norte, os pequenos agricultores viajavam em comboios de 20, 30 ou mais famílias e se instalavam em comunidades, próximos uns aos outros, os quais podiam estabelecer uma relação maior de solidariedade.

A tabela 3, de forma surpreendente, porém congruente com os dados acima apresentados, mostra que uma maior proporção de grandes grupos domésticos (com

onze ou mais pessoas) nos EUA existiu na fronteira do Norte, atingindo 8% do total, enquanto, na fronteira do Sul este índice girava em 6%. No sudoeste brasileiro esta magnitude chegava a 6% das unidades UDCEA, e, 4%, nas UDSEA. Vale notar o aumento da proporção dos grandes domicílios ao patamar de 11% no sul no período de crescimento da escravidão. Em livro recente, Klein apontou que o tamanho mais comum das famílias da Nova Inglaterra e das colônias vizinhas era ter de seis a oito filhos, totalizando dez pessoas (Klein, 2004:51).

Espantosamente, uma maior proporção de grandes grupos domésticos existiu na fronteira noroeste norte-americana (não-escravista) nos primeiros anos de povoamento. Este resultado levanta novas questões em relação à historiografia clássica que aponta a presença de grandes grupos domésticos na vida da família brasileira escravista do passado.

Na verdade, o mundo agrário brasileiro de outrora foi tão diversificado quanto uma colcha de retalhos, apresentando áreas com a presença de grandes famílias patriarcais, à moda freyriana, mas, também, outras com características de famílias não-patriarcais, não patrimonialistas, nem seguidoras de uma ética acumulativa.

Deste modo, percebe-se que enquanto nos E.U.A os governos federais sucessivamente estimulavam o povoamento dos territórios fronteiriços com políticas atraentes, no Brasil, o estímulo ao colono da fronteira, ao produtor de alimentos, ficou apenas no plano da retórica e das disputas entre as várias facções da elite, por ocasião da discussão no congresso nacional dos vários projetos sobre mudanças nas leis de terras (Silva, 1996: 57-213). Por sua vez, o colono norte-americano foi beneficiado pela disputa acirrada entre as elites do norte e do sul, durante a guerra civil, pois no auge do desgaste da guerra, o governo central para mobilizar maior apoio político da população, fez passar leis que favoreceram os pequenos proprietários fundiários que não conseguiam pagar seus lotes.

Ainda na tabela 3, pode observar que na fronteira noroeste houve um declínio proporcional dos grandes domicílios de 8% para 5%, enquanto, na fronteira sudoeste houve um aumento de 6% para 11% em meados do século XIX. No Norte, nas áreas de fronteiras dos EUA, quanto maior fosse o tamanho dos domicílios e apresentassem em sua composição interna uma maior quantidade de jovens adultos em idade de iniciar uma família, portanto uma nova unidade produtiva, o governo federal facilitava a

aquisição de lotes de terras, uma vez que havia como política oficial a expansão da fronteira e o encurralamento estratégico das populações indígenas para zonas áridas e montanhosas. Por sua vez, na fronteira do sul, era a quantidade de cativos possuída que determinava o tamanho dos lotes a serem adquiridos (Davis, 1976: 53 e 84). No Brasil, a historiografia afirma que as terras utilizadas para o cultivo de alimentos eram disputadas por aquelas voltadas para agroexportação, enquanto a classe senhorial detentora de cativos podia solicitar facilmente sesmarias às autoridades governamentais ou tomar posse simplesmente mediante ocupação, os lavradores pobres apenas poderiam tomar posse da terra, tendo dificuldades para nelas permanecer e legalizá-las.

Tabela 3

Percentagem dos Domicílios com Onze ou mais Pessoas		
Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	8	5
Povoados do Norte	7	5
Fronteira Sul	6	11
Povoados do Sul	6	5
Araraquara	6c/4s	9c/2s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

Os números foram arredondados.

Em 1850, no sudoeste brasileiro houve um aumento proporcional da participação das grandes unidades domésticas de 6 para 9% em relação às unidades com escravos e agregados, enquanto houve de modo simultâneo uma redução na participação das unidades sem escravos e agregados de 4 para 2%. O incremento se deve ao crescimento da presença da população cativa nas unidades da fronteira do Oeste paulista e o crescimento da oferta de gêneros alimentícios, principalmente, o gado ao mercado interno regional (Costa, 2008). Estes indicadores mostram que no momento de crescimento da inserção das unidades domésticas ao mercado, o tamanho e a composição dos domicílios rurais faziam diferença em relação à situação de subsistência no período escravista.

Embora uma vertente da historiografia tenha minimizado a importância do estudo do tamanho de tais agrupamentos, ao afirmar que “se as famílias coloniais eram mais ou menos extensas, se numa habitação moravam poucos indivíduos ou dezenas deles, eis um dilema de pouca relevância”, [...], “pois em nada ofuscava o patriarcalismo dominante” (Vainfas, 1989, p. 110), não é o que mostra os estudos de

Nazzari, quando sugere uma mudança na sociedade e nas relações patriarcais durante os séculos XVII, XVIII e XIX no Brasil. Neste sentido, o regime patriarcal deve ser problematizado também a partir do modo como se constituía os agrupamentos domésticos e a divisão de poderes interna. Em inúmeros estudos realizados em perspectiva comparativa, relacionando unidades domésticas do Sul e do Norte da Europa, observou-se uma variedade de tamanho, composição e organização interna de poderes, diversidade que apontava para diferentes sistemas de formação de famílias e grupos domésticos (Kertzer & Brettel, 1987: 87-120).

Os primeiros deslocamentos em direção à fronteira noroeste dos EUA foram registrados entre 1800 e 1810, e, na década de 1820, novos povoadores tinham imigrado para lá, aumentando a proporção de grandes unidades domésticas. Foi uma época inicial de intensa atividade de construções de pontes, canais, barcos a vapor e estradas de ferro (Davis, 1977: 43-54).

Nos EUA, tanto na fronteira norte quanto na do sul, as famílias eram constituídas do ponto de vista da organização interna, por um maior número de corresidentes ou convivas quando confrontadas com as do Brasil. Em regra geral, os jovens norte-americanos casavam-se cedo e os agrupamentos familiares logo se viam fracionados, na fronteira, em função dos novos enlaces matrimoniais que se davam em faixas etárias anteriores, quando comparados aos de seus primos ingleses, franceses e noruegueses os quais demoravam mais tempo (Klein, 2004:50-51). Devemos lembrar ao leitor de que por esta época a Europa não possuía terras novas a serem ocupadas. No Brasil, as moças camponesas casavam-se, em média, com 20,6 anos e os rapazes com 21,6 (Marcílio, 1986: 150), enquanto na elite plantacionista a média era 19 para as moças e 27,7 para os rapazes (Bacellar, 1997: 62). O aumento em relação à participação dos grandes domicílios nas fronteiras do sul dos dois países traduziu o recrudescimento do sistema escravista no sul dos EUA, como também o incremento da participação das escravarias de tamanho médio (10 a 19 cativos) presentes na fronteira paulista, motivado pelo crescimento do mercado interno (Costa, 2008). Esta década testemunhou um crescimento das exportações de produtos primários para as fábricas da Inglaterra que saíam dos portos do sul dos E.U. A, assim como dos brasileiros, em especial, o algodão (Hobsbawm, 1977: 49-86).

A tabela 4 mostra a proporção da população residente que vivia em domicílios que tinham onze ou mais pessoas. No primeiro período as porcentagens dos convivas nesta condição chegavam a patamares próximos, tanto no norte quanto no sul do EUA, porém, havia acentuado destaque para a proporção de 16% na fronteira noroeste. No Brasil, esta cifra se aproxima da americana apenas quando levamos em consideração as unidades de tipo UDCEA (com escravos e agregados). No segundo período, as fronteiras escravistas do sul dos Estados Unidos e do Brasil apresentam proporções mais elevadas 22 e 25%, respectivamente. Devemos deixar claro que foi o período de recrudescimento da escravidão nas lavouras agroexportadoras do sul dos EUA, em razão do aumento do comércio de alguns bens agrícolas no plano internacional e regional. Na região do Oeste paulista, conforme foi esclarecido anteriormente aumentou-se a produção de bens para o mercado interno (Costa, 2008).

Tabela 4

Percentagem da População Residente em Domicílios que tem Onze ou mais Pessoas

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	16	11
Povoados do Norte	13	10
Fronteira Sul	13	22
Povoados do Sul	13	11
Araraquara	17c/7s	25/4s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

A tabela 5 abaixo trata dos domicílios solitários – compostos por apenas um indivíduo – os quais tiveram um papel funcional no povoamento do norte e do sul dos Estados Unidos. Em geral, se constituíam em caçadores de peles e trailblazers (rastreadores) e, no sudeste do Brasil, se constituíam em feitores, carpinteiros, ferreiros, sapateiros, todos ainda, à época, solteiros, os quais passaram ser declarados em maior proporção a partir de 1850, não havendo registro deste tipo de domicílio em época pregressa. Vejam as proporções de 6 e 8% de unidades domésticas com e sem escravos e/ou agregados. Em Campinas, um estudo anterior mostrou que este tipo de domicílio vinculado a tais grupos sociais floresceu concomitantemente com o crescimento da presença de grandes grupos domésticos escravistas, configurando a constituição de um processo o qual tornava a sociedade mais estratificada e complexa à medida que intensificava sua inserção nos mercados internacionais (Costa, 1997: 232-257).

Tabela 5

Percentagem de Domicílios onde há apenas uma Pessoa Residente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	2	3
Povoados do Norte	2	1
Fronteira Sul	6	3
Povoados do Sul	4	5
Araraquara	-	6c/8s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

A tabela 6 abaixo mostra as percentagens dos domicílios onde há pelo menos um adulto ausente. Este tipo de unidade doméstica revela a saída de homens adultos que partiam em busca de novas terras com o intuito de começar sua vida familiar em propriedades vendidas pelo governo federal a oeste nos EUA. Não encontramos este tipo de informação nas Listas Nominativas para o caso em exame. Porém, para contornar a falta de informação, usamos técnica do cálculo da razão de masculinidade para homens livres e cativos. Anotamos os índices 112 e 146 para o ano de 1836, 106 e 120 para o ano de 1872, respectivamente. Estes indicadores mostram a superioridade na quantidade de homens livres e cativos em relação às mulheres livres e cativas na região focalizada (Costa, 2008, p. 300-301). Este desequilíbrio sinaliza a presença de unidades domésticas em áreas de fronteira onde a população masculina encontrava maior quantidade de postos de trabalho, aumentando, portanto, a razão de masculinidade. Já, os povoados do Norte e do Sul, áreas onde tradicionalmente enviavam pessoas para a fronteira, mostram maiores índices de ausência de adultos, isto é, da saída de contingentes humanos em direção a novas terras.

Tabela 6

Percentagens de Domicílios onde há pelo menos um Adulto Ausente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	4	3
Povoados do Norte	6	4
Fronteira Sul	5	4
Povoados do Sul	49	9
Araraquara	-	-

Fontes: Os censos manuscritos de Araraquara não informam a ausência de adultos, a nossa inferência se dará por meio da razão de sexo.

Destaca-se de modo notório a grande ausência de habitantes masculinos (49%) que saíram de povoados do sul dos Estados Unidos e emigraram em direção às novas terras do sudoeste na década de 1820. Este resultado confirma a historiografia que trata

das imigrações internas a qual mostra que a maior parte dos contingentes migratórios que povoou a fronteira sudoeste se originou das regiões do sudeste, próximas ao oceano Atlântico por esta época (McNeilly, 2000:33-52). A presença de um índice bem menor relativo à ausência masculina nos povoados do Norte traduz o fato de que este fenômeno não foi tão significativo para esta população quanto àquele relativo aos povoados do sul e que a estabilidade familiar tendeu a ser maior no norte do que no sul. A maior proporção dos que emigraram para o norte teve procedência da Europa e, em menor grau, dos povoados do nordeste dos EUA (Curti, 1959: 55-84). A década de 1840 revela uma redução de índices de adultos ausentes, traduzindo maior estabilidade e sedentarismo da população residente na fronteira e nos povoados.

Os dados da tabela 7 abaixo mostram que uma maior proporção de núcleos domésticos organizados na fronteira paulista se enquadrava no de tamanho médio, os quais possuíam entre duas a oito pessoas residentes. Cabe destacar as grandes proporções deste tipo de unidade rural tanto nas áreas de fronteira quanto nos povoados. A região norte, tanto as fronteiras quanto os povoados, mostra maior crescimento deste tipo de unidade para os anos 40, enquanto no sul, os patamares permanecem quase constantes, demonstrando uma permanência deste tipo de organização familiar. Chamo a atenção das altas proporções deste tipo de organização doméstica para a fronteira brasileira em exame. Este tipo de organização doméstica formada por um casal e até seis filhos possibilitava com ajuda de algumas máquinas, presentes na agricultura do Norte dos EUA, naquela época, uma inserção nos mercados regionais (Graham, 1997). Este tipo de organização familiar, sem o auxílio de tecnologia adequada, de uma malha ferroviária e hidroviária implantadas, apenas permitiria uma inserção mais eventual nos mercados regionais. Em estudo anterior (Costa, 2008), mostramos que houve um incremento da oferta de gêneros alimentícios, em particular, o de carnes, nesta região da fronteira brasileira. Enquanto em 1860 o Brasil possuía 176 km em ferrovias, o sul dos EUA tinha construído 14.750 km, perfazendo, comparativamente, 0,02 km por pessoa no Brasil e 1.325 km por pessoa nos EUA (Graham, 1997, p. 626). Foi irrisória a participação das ferrovias no escoamento da produção agrícola interna brasileira.

Tabela 7

Percentagem de Domicílios que Possuem entre Duas e Oito Pessoas Residentes

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira Norte	75	83

Povoados do Norte	76	84
Fronteira Sul	76	75
Povoados do Sul	76	79
Araraquara	85c/92s	80c/85s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

A tabela 8 mostra que a proporção de domicílios das fronteiras nos quais não havia crianças, estando presente apenas o casal sem a prole constituída, aumentou do primeiro para segundo período, de modo quase generalizado, significando que ainda em meados do século XIX, estas regiões estavam recebendo novos casais jovens, recém constituídos, sem filhos. No entanto, surpreende a quantidade proporcional deste tipo de domicílio nos povoados, uma vez que embora fossem regiões mais sedentarizadas, os jovens casais procuravam retardar o nascimento do primeiro filho. O que mais se destaca nesta tabela foi o crescimento proporcional deste tipo de unidade doméstica na região paulista, pulando de 14% para mais de um quarto da década de 20 para a de 50. Este índice nos dá uma idéia de como parte do povoamento foi realizado através da chegada destes casais os quais eram, muitas vezes, convidados pelos grandes posseiros de terras, cuja permanência tinha como objetivo lavrar e vigiar as terras contra a invasão de outros pretendentes ao domínio. Como apontou Alida Metcalf, (1992: 120-152), estes lavradores pobres se interessavam em migrar e adquirir, desta forma, uma relativa autonomia em relação a sua condição anterior de jornaleiros. Cacilda Machado (2008) demonstrou em estudo recente a vinculação entre tais grupos domésticos de diferentes etnias e status social no Paraná e apontou a presença de relações de dependência nesta sociedade de pequenas escravarias o que a fez caracterizá-la como sociedade patriarcal. Tais áreas tinham características semelhantes às de Araraquara que era constituída por uma significativa proporção de pequenas escravarias e constituía uma espécie de fronteira contígua àquela estudada por Machado. No entanto, importa salientar que outros autores tais como Richard Graham (1997) interpreta tais relações como de patronagem/clientelismo com o qual compartilho minha opinião.

Tabela 8

Percentagem de Domicílios nos quais não havia Criança¹ Presente		
Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850

Fronteira do Norte	15	19
Povoados do Norte	21	18
Fronteira Sul	15	16
Povoados do Sul	16	22
Araraquara	14c/14s	26c/26s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos e s, sem escravos.

1 = Nos Estados Unidos se considerava criança aquele indivíduo que tinha 16 anos ou menos até a realização do censo de 1830. A partir dos censos de 1840 passaram a ser consideradas adultas. (Davis, p. 64)

A tabela 9 nos mostra a proporção de domicílios nos quais havia apenas uma criança residente. Em todas as fronteiras americanas houve um crescimento destas proporções no segundo período exceto a região dos povoados do Sul. Na fronteira paulista houve permanência em patamares semelhantes aos das primeiras décadas do século dezenove, não apresentando nenhuma modificação, traduzindo uma contínua chegada do mesmo padrão de casais jovens, recém formados, com o objetivo de povoar, cultivar e vigiar os domínios territoriais. É plausível afirmar que houve continuidade da presença de relações de clientelismo nesta fronteira que vinculava tais casais a núcleos familiares anteriormente constituídos. Este padrão de relações de subordinação/dependência durou pelo menos até meados do século XX, conforme demonstra a literatura histórica e sociológica que trata do coronelismo do período republicano (Queiroz, 1977).

Tabela 9

Percentagem de Domicílios com apenas uma Criança Residente

Regiões EUA/Brasil	1820/1824	1840/1850
Fronteira do Norte	18	22
Povoados do Norte	22	24
Fronteira do Sul	19	20
Povoados do Sul	22	20
Araraquara	16c/16s	16c/16s

Fonte: Idem, Ibidem.

Legenda: c = significa unidades com escravos, e s, sem escravos.

Considerações Finais

O exame de como as fronteiras das Américas foram povoadas e ocupadas levamos a entender como as autoridades políticas pensavam a formação do território nacional, assim como as famílias se organizaram em unidades domésticas rurais no sentido de construir suas vidas.

As características da promulgação da lei de terras, os traços gerais do tipo de regime escravista, o modo pelo qual foram criados os novos territórios, as formas de organização dos governos locais, a educação formal proporcionada através de instituições escolares, a composição étnica e sócio-econômica dos povos que para a fronteira imigraram, assim como a cultura religiosa professada foram fatores que agiram de forma simultânea sobre a vida cotidiana destas populações.

A partir do exame criterioso do tamanho e da composição dos agrupamentos domésticos podemos concluir que o tamanho médio das unidades localizadas na fronteira noroeste era maior do que o da fronteira sudoeste, muito embora a moda se mantivesse em patamares constantes em situações semelhantes, tanto do ponto de vista espacial quanto do temporal nos E.U.A.

Muito embora tio Sam tenha produzido maiores proporções de grandes domicílios (com onze ou mais pessoas), a fronteira paulista atingiu os patamares da fronteira norte apenas em 1850, quando houve o aumento da participação da população cativa nas unidades domésticas à proporção de $\frac{1}{4}$ da população.

Outro ponto que se destaca no conjunto dos dados é a grande percentagem de domicílios onde não havia criança residente, atingindo o alto patamar de 26%, no Brasil, em meados do século XIX, enquanto nas fronteiras norte-americanas havia a tendência de apresentar proporções menores de famílias sem crianças. Nota-se que os grupos familiares rapidamente declaravam uma criança residente nestas unidades, enquanto, no Brasil, havia maior permanência desta situação em patamares que giravam em torno de 16%.

Os resultados acima mencionados confirmam o tipo de povoamento que se deu na fronteira noroeste americana, tendo o grupo familiar nuclear como base da colonização dos novos territórios. Enquanto que no Brasil e no sul dos EUA, o tipo de povoamento senhorial, escravista e aristocrático buscava subordinar as populações de menores recursos aos grandes proprietários e/ou posseiros de terras. Vale destacar que foram as políticas estabelecidas pelos sucessivos governos federais de estímulo ao

povoamento, assim como a proximidade de mercados regionais, a relativa facilidade de aquisição de terras e a imigração intensiva de capitais investidos em ferrovias e hidrovias no Norte dos EUA que viabilizaram este tipo de povoamento baseado na grande família nuclear. No Brasil, no entanto, as famílias de lavradores pobres livres tiveram que estabelecer negociações no sentido de manter a família unida, uma vez que a inexistência de vínculo forte com a terra deixava a população a procura de novas oportunidades e recomeços contínuos em regiões situadas na fronteira.

BORDERS IN THE AMERICAS: SIZE AND COMPOSITION OF RURAL HOUSEHOLDS IN WESTERN BRAZIL AND THE UNITED STATES IN THE FIRST HALF OF THE NINETEENTH CENTURY

Abstract: *The study of the size and composition of the rural household in traditional societies in transition to modern ones is very useful as a tool in order to understand forms and organizations of the domestic groups and their possibilities of survival, social mobility e developing strategies of material accumulation. The aim of this article is to compare the size and composition of the rural households in the frontier regions of the Americas: the northwest and southwest of U.S.A with the southwest of São Paulo province in Brazil. The findings are surprising in comparative perspective, as the mean size of the American households were very high in relation to the brazilian ones. The sources used in this research are the manuscript census of the U.S.A and Brazil.*

Keywords: *history of population; Brazil and U.S.A; domestic groups; size and composition of rural households; nineteenth century.*

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1998, 2ª. Edição.

ANDERSON, M. J. **The American Census: A Social History**. New Haven: Yale University Press, 1988.

BACELLAR, C. A. P. **Os Senhores da Terra**. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

CASHIN, J. E. **A Family Venture**. Men and Women on the Southern Frontier. Baltimore e Londres: The John Hopkins University Press, 1991.

CASTRO, José Luís de. **O Concubinato na Capitania de Goiás**. Franca: Tese de Doutorado, FHDSS/UNESP, 2009.

- CHAYANOV, Alexander V. **La Organización de la Unidad Econômica Campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- CORNELL, L. Household studies: A review essay. **Historical Methods**. v. 19, n. 3, 1986, p. 129-134.
- _____ Where can family strategies exist? **Historical Methods**. v.20, n. 3, 1987, p. 120-123.
- CORREIA, Ana Maria Martinez. **História Social de Araraquara: 1817-1930**. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 1967.
- CORREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: ARANTES, Antonio Augusto et alii. **Colcha de Retalhos**. Estudos sobre a família no Brasil. Campinas: Edunicamp, 3ª. edição, 1994, p. 15-42.
- COSTA, D. I. P. da. **Herança e Ciclo de Vida: Um Estudo sobre Família e População**, Campinas, São Paulo, 1765-1850. Niterói: tese de doutoramento, ICHF/UFF, 1997.
- COSTA, D. I. P. da. Arranjos Domésticos e Formação de Plantations: Campinas, São Paulo, 1798-1829. **População e Família**. São Paulo: Cedhal/FFLCH/USP, 2000, p. 129-155.
- COSTA, D. I.P. da. Formação de Famílias Proprietárias e Redistribuição de Riqueza em Área de Fronteira: Campinas, São Paulo, 1795-1850. **História Econômica & História de Empresas**. Belo Horizonte: UFMG, vol. VII, n. 2, jul.-dez. 2004a.
- COSTA, D. I. P. da & ROMANO, Fábio Geraldo. **Estudo sobre os Registros Paroquiais de Terras dos “Campos de Araraquara, 1855 – 1866**. Manuscrito do Relatório de Pesquisa apresentado ao Departamento de Economia, 2004b.
- COSTA, D. I. P. da. Fronteira, Mercado Interno e Crescimento da Riqueza, São Paulo, Brasil, Século XIX. **Anuario del IEHS**, número 23. Buenos Aires: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2008, p. 285-303.
- COSTA, D. I. P. da. **Fronteiras nas Américas: Povoamento e Colonização nos E.U.A. e no Brasil durante o Século XIX**. Araraquara: UNESP/FCL/Araraquara, (tese de livre-docência defendida em 04 de março de 2010).
- COSTA, E. V. da. Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- COSTA, I.del N. da. **Vila Rica: População (1719-1826)**. S. Paulo: IPE/USP, 1979.

CURTI, M. **The Making of an American Community**. A case study of democracy in a frontier county. Stanford: Stanford University Press, 1959.

DAVIS, J. E. **Frontier America 1800 – 1840**. A comparative demographic analysis of the frontier process. Glendale, California: The Arthur H. Clark Company, 1977.

FARAGHER, J. M. **Sugar Creek**. Life on the Illinois Prairie. New Haven e Londres: Yale University Press, 1986.

FARIA, Sheila de C. **A Colônia em Movimento**. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Ed. Olympio, 1975. 17ª. edição.

HAREVEN, T. The history of the family and the complexity of social change. **American Historical Review**. v. 96, n. 1, 1991, p. 95-124.

HENRETTA, J., BRODY, D., DUMENIL, L. **America**. A concise history. Boston/N. Yord: Bedford/St. Marin's, 2000, vol. I.

HOBBSBAWM, Eric. **A Era do Capital**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982. 15ª. edição.

GRAHAM, R. **Clientelismo e Política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

_____ Slavery and Economic Development: Brazil and the United States South in the Nineteenth Century. **Comparative Study of Society and History**, v. 23, no. 4, 1981, p. 620-655.

KERTZER, David & BRETTEL, Caroline, Advances in Italian and Iberian Family History, **Journal of Family History**, vol. 12, n. 1-3, 87-120, 1987.

KLEIN, H. S. **A Population History of the United States**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

LASLETT, P. Família e Domicílio como grupo de trabalho e grupo de parentesco: comparações entre áreas da Europa Ocidental. MARCÍLIO, M. L. (org.). **População e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1984.

McNEILLY, D. P. **The Old South Frontier**. Cotton Plantations and the Formation of Arkansas Society, 1819-1861. Fayetteville: The University of Arkansas Press, 2000.

MACHADO, Cacilda. **A Trama das Vontades**. Negros, pardos e brancos na construção da hierarquia social do Brasil escravista. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

- MARCÍLIO, M. L. **A Cidade de São Paulo**. São Paulo: Pioneira, 1974.
- MARCÍLIO, M. L. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista, 1700-1836**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Livre-Docência, 1974a.
- MARCÍLIO, M. L. **Caiçara**. Estudo de demografia histórica e história social de Ubatuba. São Paulo: Cedhal/Paulinas, 1984.
- MELLO E SOUZA, A. C. The brazilian family. In: SMITH, T. L., MARCHAND, A. (eds.) **Brazil: Portrait of half a continent**. New York: Dryden Press, 1951, p. 292-311.
- METCALF, A. **Family and Frontier in Colonial Brazil. 1580-1822**. Berkeley - Los Angeles: University of California Press, 1992
- MOTTA, J. F. & COSTA, I. del N. da. Demografia histórica: da sementeira à colheita. **Revista Brasileira de Estudos de População**. Brasília: ABEP/IBGE, v. 14, ns.1-2, p. 151-159, 1997.
- QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III, v. 1., p. 153-190.
- RAMOS, D. Marriage and Family in Colonial Vila Rica. **Hispanic American Historical Review**. Durham/N.C: Duke University Press, vol. 55, n. 2, p. 200-225, 1975.
- RAMOS, D. União consensual e família no século XIX, Minas Gerais, Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo: FIEPE/USP, v. 20, n. 3, p. 381-405, 1990.
- SAMARA, E. M. & COSTA, D. I. P. da. Family, Patriarchalism, and Social Change in Brazil. **Latin American Research Review**. Albuquerque: New México: University of New Mexico Press, v. 32, n.1, p. 212-225, 1997.
- SILVA, L. O. **Terras Devolutas e Latifúndio**. Efeitos da lei de 1850. Campinas: Edunicamp, 1996.
- SMITH, D. S. Family strategy: more than a metaphor? **Historical Methods**. v. 20, n. 3, 1987, p. 118-120.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TEIXEIRA, P. E. **O outro lado da família**. Campinas: Edunicamp, 2004.
- VANGELISTA, Chiara. **Os Braços da Lavoura**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- VAINFAS, R. **Trópico dos Pecados**. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

WHITE, R. **“It’s Your Misfortune and None of My Own.”** A History of the American West. Norman and London: University of Oklahoma Press, 1991.

* Professora do Programa de Pós-Graduação de História da Unesp, campus Franca e da Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara. Este artigo faz parte de um projeto maior, financiado pela Fapesp e desenvolvido no Center for Latin American Studies, na Stanford University, Califórnia. Estou agradecida ao Prof. Dr. Herbert Klein pela oportunidade oferecida de desenvolver esta pesquisa, ao Prof. Dr. Hugo Moortgat pela colaboração no processamento do banco de dados, ao Prof. Dr. Richard White pelas conversas e indicações bibliográficas e à colaboração do staff deste centro.

SENTIDOS DA LIBERDADE E ENCAMINHAMENTO LEGAL DA ABOLIÇÃO: BAHIA E CUBA – NOTAS INICIAIS*

Iacy Maia Mata **

Resumo: *Apesar das diferenças existentes entre a província da Bahia e a colônia espanhola na segunda metade do século XIX, há bastante semelhança entre o processo de encaminhamento legal da abolição em Cuba e no Brasil. Cuba, ainda um espaço colonial, após um complexo processo de emancipação gradual, em 1886, tivera formalmente abolida a escravidão pelas cortes espanholas. O Brasil também vivera um demorado percurso de encaminhamento legal e gradual da extinção da escravidão até que, em 13 de maio de 1888, aprovou-se a abolição imediata e incondicional; os senhores baianos foram comunicados da aprovação da lei. No período pós-abolição, Bahia e Cuba foram marcadas por disputas em torno do significado e da condição de liberdade. Este trabalho, situado num estágio inicial da pesquisa, busca discutir aproximações e distâncias entre o encaminhamento legal da abolição na Bahia e em Cuba e interpretar alguns significados atribuídos à liberdade no período imediatamente posterior à extinção da escravidão.*

Palavras-chaves: *Abolição; Significados da liberdade; Bahia/Cuba.*

Introdução

Província açucareira do Império do Brasil, com economia decadente, na segunda metade do século XIX, forçada a vender parte da mão-de-obra escrava para a expansão cafeeira do Sudeste, a Bahia via declinar a população escrava ao tempo em que tinha também frustradas suas expectativas em torno da imigração europeia. Cuba, por sua vez, assistia ao incremento da produção no auge da indústria açucareira e a entrada maciça de imigrantes.

Apesar das diferenças, Bahia e Cuba foram regiões das Américas onde mais tardiamente se deu o fim da escravidão; ambas relutaram em pôr fim ao tráfico de

* Esse texto é parte do projeto de pesquisa com o qual ingressei no Doutorado em História da Universidade Estadual de Campinas no ano de 2007 e beneficiário das discussões na Linha de Pesquisa Escravidão e Invenção da Liberdade, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Bahia. Alguns argumentos desenvolvidos aqui estão em MATA, Iacy Maia. 2007. “Libertos de Treze de Maio” e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição”. *Afro-Ásia*. Salvador, n° 35, pp. 163-198, e MATA, Iacy M.. Abolición y proyectos de relaciones raciales en Cuba. *In: XI Conferencia Internacional de Cultura Africana y Afroamericana*, 2010, Santiago de Cuba. XI Conferencia Internacional de Cultura Africana y Afroamericana. Santiago de Cuba: Centro Cultural Africano Fernando Ortiz, 2010.

** Professora Assistente do Departamento de Educação, Campus II, da Universidade do Estado da Bahia e doutoranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas.

escravos e apostaram na estratégia de emancipação gradual; com economias no século XIX fundamentalmente baseadas na produção de cana-de-açúcar, possuíam, às vésperas da abolição, significativa população escrava concentrada nas regiões de plantação.

O objetivo deste trabalho é, a partir de jornais, debates parlamentares, fontes policiais e documentos de autoridades coloniais, traçar paralelos entre os processos de encaminhamento legal da abolição na Bahia e em Cuba e interpretar os diversos significados atribuídos à liberdade no período imediatamente posterior à abolição.

As visões dos proprietários baianos sobre o encaminhamento legal da emancipação adotado pelo Estado Imperial foram pinçadas dos discursos de políticos e artigos de proprietários publicados em jornais. A discussão sobre o debate parlamentar em relação à emancipação escrava em Cuba baseou-se nos documentos da comissão encarregada de formular projetos de lei sobre as reformas em Cuba para apresentar às Cortes.

A interpretação sobre os sentidos da liberdade no pós-abolição foi possível graças à documentação produzida pelas autoridades coloniais (para Cuba) e provinciais (para a Bahia), como correspondências, revistas decenais, relatórios de presidentes da província etc. Especial atenção foi dada aos documentos que tratam da repressão aos libertos – fontes policiais baianas e aquelas produzidas por comandantes militares em Cuba – numa tentativa de entender a dinâmica dos conflitos em torno da liberdade no pós-abolição.

O encaminhamento legal da abolição

Em Cuba, a Guerra de Dez Anos, luta pela independência iniciada em 1868 na região oriental, ajudou a acelerar a extinção da escravidão. A partir de 1871, a rebelião passara a ser abertamente abolicionista. Em que pese a ambigüidade das forças rebeldes acerca de que lugar os libertos deveriam ocupar – alguns atribuindo aos ex-escravos o mesmo lugar de sujeição da relação escravista –, a guerra propiciara a muitos escravos a oportunidade de trilhar caminhos de liberdade a partir da fuga das fazendas, da incorporação no exército, da constituição de comunidades nas colinas e da abolição nominal da escravidão. A guerra também fora importante para pressionar a Espanha a buscar solução para o problema do elemento servil (Scott, 1991: 65-76).

A solução viera com a lei Moret, aprovada em 1870. Por esta lei, libertavam-se todas as crianças nascidas de escravos a partir de 1868 e todos os com idade maior de 60 anos (Torres-Cuevas & Fernández, 1986: 226-246). A lei aboliu o uso de chicotes e permitiu ao escravo, vítima de “crueldade excessiva”, reivindicar a liberdade; exigiu registro de todos os escravos no censo, sob pena de libertação para os não registrados, e criou as juntas protetoras para fiscalizar o seu cumprimento (Scott, 1991: 80).

No Brasil, também a solução para o problema da escravidão fora buscada no encaminhamento legal – e gradual – da abolição. As disputas em torno da liberdade e do direito à propriedade escrava levaram à aprovação da chamada Lei do Ventre Livre em 1871. Além de libertar os nascituros, a lei de 1871 garantia o direito à alforria ao escravo que conseguisse pecúlio para indenizar seu valor ao senhor e instituía assim a chamada “alforria forçada” (Mendonça, 1996: 121; Azevedo, 2006: 227). A lei de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei dos Sexagenários, libertou todos os escravos com mais de 60 anos.

Houve muitas críticas dos proprietários cubanos à lei Moret. A gestão dos escravos em Cuba fora marcada pela defesa da soberania doméstica. As tentativas da Espanha em interferir, através de regulamentos sobre o governo dos escravos, na administração dos cativos no interior das plantações foram por vezes frustradas em razão da resistência dos senhores em permitir qualquer tipo de intervenção (Marquese, 2004: 207). O princípio da soberania doméstica foi relativamente fragilizado com a proibição formal dos chicotes e os limites impostos à punição, embora os senhores envidassem esforços para limitar cotidianamente o alcance da lei.

Na Bahia, também houve resistência dos senhores à interferência do Estado, através de leis, na propriedade escrava. Alguns proprietários de escravos baianos foram veementemente contra a aprovação da lei que libertara o ventre escravo em 1871 e também se opuseram ao projeto que, reformado, culminou na lei de 1885 (Fonseca, 1988[1887]: 286). A ideia de que nas sociedades escravistas das Américas, “os senhores impediram ou atrasaram implacavelmente todas as medidas em favor da abolição, e indicaram, por todas as suas ações, que pretendiam manter seus regimes intactos até o último momento” parece ser válida para os senhores baianos em particular (Klein, 1987: 267).

Os escravocratas do interior da Bahia foram atuantes e ofensivos na defesa da propriedade escrava, mesmo às vésperas da abolição. Em 1887, Luís Anselmo escrevia que “em nenhuma outra província (exceto o Maranhão)”, havia “o abolicionismo encontrado maiores obstáculos para levar avante suas generosas aspirações” (Fonseca, 1988[1887]: 135; Graden, 2006: 285). As ações dos proprietários foram no sentido de não se alterar qualquer aspecto da relação escravista. Assim, muitas vezes antecipando-se aos abolicionistas, solicitavam certidão de matrícula dos escravos para precaver-se da acusação de não ter matriculado os cativos; recusavam-se a arbitrar um valor que permitisse ao escravo ser liberto pelo fundo de emancipação; encaminhavam recurso à Presidência da Província quando da declaração de liberdade de algum de seus escravos pelo mesmo fundo; apelavam ao Tribunal da Relação quando das decisões favoráveis à liberdade; representavam contra juízes que concediam alforrias; além disso, costumavam não acatar decisões judiciais favoráveis aos escravos (Fonseca, 1988[1887]: 323, 367-369). Entre outros exemplos, há o de um proprietário de escravos que, tentando burlar a Lei de 1885, se recusava a permitir que um cativo, constante no livro de matrícula como sexagenário, fosse beneficiado com a liberdade, alegando que o mesmo não tinha 60 anos.¹

Quanto ao encaminhamento legal dado à questão escrava, pouco há de diferença entre a aplicação da solução gradual em Cuba e no Brasil. Em diferentes tempos, criou-se toda uma legislação a fim de gradativamente liberar a mão-de-obra escrava sem, contudo, ferir diretamente o direito de propriedade senhorial. Como afirma Elciene Azevedo, o tom das discussões no Parlamento que gerou a lei de 1871 era de respeito ao “direito de propriedade, à indenização e à ordem do Estado” (Azevedo, 2006: 220). A lei de 1871 expressou essa tensão. Aos senhores brasileiros foi facultada a possibilidade de escolher entre entregar a criança nascida após 1871 a uma instituição pública e receber um valor por isso ou mantê-la em sua posse até que completasse 21 anos. Na lei de 1885, a prestação de serviços por mais três anos foi instituída como forma de indenização aos senhores pela liberdade dos sexagenários (Mendonça, 2001: 24-27).

Em Cuba, a lei Moret garantia aos donos da mãe escrava o patronato sobre os filhos libertos, com a obrigação de assisti-los e dar-lhes ensinamento para o exercício de um ofício; em compensação, os patronos podiam dispor do trabalho destes. Quanto aos sexagenários, tornavam-se libertos sem indenização aos senhores (Torres-Cuevas &

Fernández, 1986: 227-229). A solução gradual, no sentido de libertar aos poucos, como afirma Joseli Mendonça, trazia consigo uma concepção de liberdade assistida pelos senhores vistos como “protetores” e um projeto de manutenção dos laços de dependência dos libertos (Mendonça, 2001: 51).

Apesar dos aspectos mais conservadores da legislação, nas duas regiões, a partir das leis (e mesmo antes delas), o judiciário tornou-se arena de disputas e a agência escrava acelerou o fim da escravidão. Para o Brasil, Sidney Chalhou, Elciene Azevedo e Ricardo Tadeu já ressaltaram a participação dos escravos nas lutas jurídicas em busca da liberdade (Chalhou, 1990; Azevedo, 1999; Caires, 2000). Para Cuba, Aisnara Perera Díaz, María de los Ángeles Meriño Fuentes e Camillia Cowling destacam o conhecimento das leis pelos escravos e a agência dos escravos na obtenção da liberdade (Perera Díaz & Meriño Fuentes, 2009; Cowling, 2006). La Fuente resalta o papel que os escravos tiveram, ainda antes do século XIX, na luta jurídica e na reclamação de direitos, para dar significado às leis e tentar usá-las a seu favor (La Fuente, 2004: 40-44). Rebecca Scott destaca o papel que os escravos e, posteriormente, os patrocinados desempenharam na aceleração do fim da escravidão - uma das frentes de luta foi exatamente a disputa judicial. A autora defende ainda que as lutas legais pela obtenção da liberdade introduziram os escravos e os patrocinados numa certa “cultura jurídica” - atuavam através de queixas, apelações e auto-resgates -, que seria mobilizada mesmo depois da extinção da escravidão (Scott, 1991: 18, 282).

No Brasil também as leis foram resultado das lutas sociais e incidiram sobre estas. Já fora destacado o quanto as lutas pela liberdade nos tribunais ecoava nas ruas, nos jornais e no Parlamento e como a justiça fora uma arena importante para o movimento abolicionista (Azevedo, 1999). A própria lei de 1871 deliberou sobre diversas questões já reivindicadas pela luta dos escravos na justiça, a exemplo do pecúlio (Azevedo, 2006: 206; Mendonça, 2001: 57).

No encaminhamento legal da abolição, o singular em Cuba é a instituição do patronato, aprovado em Madri em 1880. O proprietário de escravos passara a ser chamado de *patrono* e o escravo, de *patrocinado*. O patronato, apesar de manter elementos básicos da relação escravista (direito sobre o trabalho do escravo e de transferência desse direito a outro patrono – por venda ou herança -, continuidade de castigos físicos etc.), estabeleceu obrigatoriedade do patrono em oferecer, além de

alimentação e vestimenta, educação aos mais novos e proibiu ainda a separação das famílias. A inovação residiu no pagamento de salários – mesmo com valores ínfimos – aos patrocinados com mais de dezoito anos. O pagamento deveria ser feito em ouro, prata ou dinheiro, nunca em gêneros. Isso alterara substancialmente a relação escravista; o trabalho, mesmo que desvalorizado, passara a ser recompensado financeiramente. Além disso, a instituição previa que em 1888 estaria extinta a escravidão, já que cada senhor, a partir de 1884, estava obrigado, a cada ano, a libertar (dos mais velhos aos mais novos) um quarto dos patrocinados em seu poder. O não cumprimento dos deveres pelos patronos, segundo a lei, resultaria na libertação do escravo como punição ao senhor (Torres-Cuevas & Fernández, 1986: 246-268; Scott, 1991: 142-144). Um projeto de patronato parece não ter sido seriamente discutido pelos legisladores brasileiros.

Em Cuba, em 1883, fora formalmente abolido o uso de troncos e correntes. Esse fora um outro golpe na política de domínio senhorial dos escravocratas cubanos: ferira a “autoridade e força moral” tão reivindicada pelos escravocratas. Proprietários queixaram-se ao cônsul britânico de que “seus escravos ‘riam nas suas caras’ quando eles os ameaçavam com castigo, pois se os castigassem poderiam ser denunciados às autoridades” (Scott, 1991: 179, 186). Embora esse texto possa apresentar algum exagero, expressa também a percepção dos patronos cubanos de que o processo de emancipação ia gradativamente solapando alguns princípios do poder senhorial. Já havia uma data definida para o fim da escravidão.

Na Bahia, ao contrário, em fins de 1887, alguns proprietários de escravos, apesar das pressões abolicionistas, apostavam ainda na longevidade da escravidão. Até essa data ainda não havia sido apresentado qualquer projeto de abolição ao Parlamento, vigorando ainda a lei de 1885 que previa cerca de treze anos para a extinção total da escravidão (Bergstresser, 1973; Gebara, 1986: 93).² Para muitos senhores, por essa lei já estava extinta a escravidão no Brasil.³

Nesse sentido, a estratégia de libertação gradual parece ter assumido em Cuba um ritmo bem mais acelerado que na Bahia. Lá, interferia-se diretamente em questões centrais do domínio senhorial. Além disso, há décadas, os senhores cubanos já vinham operando a diversificação das formas de trabalho; nas propriedades, trabalhavam lado a lado cativos da fazenda, escravos alugados, trabalhadores assalariados brancos e chineses sob contrato (Marquese, 2004: 335; Scott, 1991: 19). Em Cuba, os

proprietários lograram êxito na transformação do trabalho. Rebecca Scott e Aline Helg afirmam que em 1877 existiam 200 mil escravos em Cuba; em 1886, existiam 25.381 patrocinados em uma população de cor que totalizava 528.798 – correspondente a 32% da população de Cuba (Scott, 1991: 203; Helg, 2000: 30).

Apesar das reivindicações dos proprietários e das iniciativas das autoridades provinciais, a “imigração europeia para a Bahia jamais foi volumosa”. Wlamyra Albuquerque informa que a “crise cada mais vez acentuada nas plantações de cana-de-açúcar, a escassez de investimentos, as disputas entre as elites regionais e mesmo o clima afastavam os imigrantes [...] para longe dos portos baianos” (Albuquerque, 2009: 103). A política de imigração branca em Cuba, por sua vez, contribuiu para o crescimento demográfico da ilha e “constituiu uma alternativa ao modelo escravista quando este começou a manifestar suas primeiras fissuras” (Naranjo Orovio, Consuelo & García González, Armando, 1996: 21).

A Bahia, na segunda metade do século XIX, tornou-se fornecedora no tráfico interprovincial de escravos para atender à demanda de mão-de-obra da expansão cafeeira no Sudeste e, em algumas regiões, como o Alto Sertão, o período anterior à abolição é marcado pelo declínio da escravidão (Neves, 2000: 99). Apesar disso, na província, mesmo às vésperas da abolição, as grandes lavouras continuavam a depender fundamentalmente da mão-de-obra escrava e a produção da cana-de-açúcar continuava a se basear no trabalho servil. A quantidade de escravos por engenho diminuiu, mas isso não significou a substituição dos escravos por trabalhadores livres. Estes últimos eram contratados em geral para os serviços de feitores, ferreiros, carpinteiros; os trabalhos de lavoura, como plantio, limpeza dos canaviais e corte de cana ainda eram exercidos, nos grandes engenhos, por cativos. A escravidão nas lavouras baianas ainda mantinha-se com algum vigor. Bert Barrickman afirma que “entre 1870 e 1888, em 41% dos engenhos trabalhavam 59 ou mais escravos, e 15% deles contavam com a mão-de-obra de pelo menos 100 escravos” (Barrickman, 1998-1999: pp. 200-202). Os fazendeiros baianos, pelo que isso indica, não se prepararam para a transição.⁴

Por isso talvez poder-se falar no dia da aprovação da última lei de emancipação escrava, 07 de outubro de 1886, como um dia sem muitos dramas para Cuba (Scott, 1991: 19). Os ex-senhores se acostumaram com o trabalho livre e já eram obrigados a pagar aos patrocinados um salário, mesmo que módico. Para alguns senhores de

escravos baianos, pelo contrário, o 13 de maio foi um dia dramático e lembrado com metáforas de catástrofes naturais. Para um contemporâneo, "o governo assinou a lei da abolição e deixou vir o dilúvio".⁵ A lei de 13 de maio foi percebida como ruptura na estratégia de abolição gradual da escravidão. Um senhor lamentou: "Quem poderia prever isso depois da Lei dos Sexagenários..." (Graden, 2006).

Scott, que buscou entender a transição para o trabalho livre em Cuba e debruçou-se sobre as conexões entre as pressões social, política, econômica e militar e as relações entre senhores, escravos, rebeldes e administradores durante o longo processo de emancipação, defende que a estratégia de extinção gradual da escravidão em Cuba funcionou (Scott, 1991: 25, 281). Lá, houve a diversificação das formas de trabalho; os patronos foram obrigados a recompensar financeiramente o patrocinado, antecipando, de algum modo, a experiência de pagamento de salários que viria com o trabalho livre. Na Bahia, os grandes senhores de engenho permaneceram até os últimos dias presos à propriedade escrava e não se prepararam para a transição. Em Cuba, após a severa crise econômica do início da década de 1880, "a produção açucareira se incrementou em lugar de declinar" (Helg, 2000: 29). Enquanto lá o fim da escravidão foi acompanhado pelo aumento e intensificação da produção, na Bahia, houve, em muitos casos, a interrupção e paralisação das atividades de plantação e uma crise econômica acompanhou a abolição. Segundo um contemporâneo: "estava eloqüentemente demonstrado que a lei de 13 de maio era um ponto final à colheita da safra. Assim aconteceu: todos os engenhos pararam a moagem, perdendo-se no campo mais da metade da cana."⁶

Debates sobre a Abolição

Uma diferença fundamental entre as duas regiões é que o complexo processo de abolição gradual em Cuba e a instituição do *patronato* (1880-1886) coincidiram com um período de guerras e conspirações anticoloniais. Em 1879, quando começou o debate parlamentar na Espanha sobre como encaminhar o fim da escravidão, a atmosfera de recém-saída de uma guerra separatista e iminência de um novo confronto envolvia a discussão.⁷

Apesar da resistência de alguns parlamentares que argumentavam que o problema da escravidão já estava resolvido com a Lei Moret (que, em 1870, instituiu a

liberdade do ventre escravo e dos sexagenários) (Scott, 1991:79-99), havia a percepção de que uma lei para resolver definitivamente o problema da escravidão em Cuba era inevitável. As circunstâncias o exigiam. Para Alejandro de La Fuente, o Regulamento de Escravos aprovado em 1842 já seria uma resposta às incertezas com o futuro da escravidão (La Fuente, 2009:150). A Guerra de Secessão e o consequente fim da escravidão nos Estados Unidos também sinalizou para os proprietários cubanos e autoridades espanholas a incerteza com o futuro da escravidão. Já em 1873, ainda durante a grande guerra, a abolição em Porto Rico indicava para os proprietários cubanos a proximidade do fim da escravidão. Neste mesmo ano, um grupo de fazendeiros enviou à Espanha uma proposta de abolição gradual que previa 10 anos para a extinção total da escravidão, mas que entraria em vigor apenas ao fim da guerra de independência (Scott, 1991:125).

Em 1879, os escravizados da parte Oriental da ilha começavam a desertar em massa dos engenhos. Notícias de “desordens e perturbações” dos escravizados, assim como de contratos feitos entre fazendeiros e escravizados acordando a liberdade e o pagamento de salários em alguns pontos da ilha (em Santiago de Cuba, sobretudo, mas também em outras localidades do Departamento Oriental e em Havana) pressionavam por uma solução definitiva para a escravidão (Scott, 1991:130).⁸

Além disso, em 1879, na parte oriental da ilha surgiu uma nova sublevação que durou até fins de 1880 e que ficou conhecida como guerra Chiquita. A Guerra Chiquita começou prematuramente em agosto de 1879, justo no momento em que se reunia a comissão para discutir a questão social. Um dos líderes dessa nova insurreição, Antonio Maceo, que era mulato, defendia a abolição completa e rejeitou o Pacto de Zanjón – o acordo que selou o fim da Guerra de 10 Anos contra o domínio colonial. (Scott, 1991:128). Segundo Scott, “pelo menos um historiador sustentou que os rebeldes não foram de fato recrutados entre os escravos. Porém as questões de raça e de classe estavam inextricavelmente ligadas. Declarar abolição e recrutar entre as classes mais baixas era mobilizar negros; atacar plantações era ameaçar a escravidão.” (Scott, 1991:129).

Em Madri, o debate sobre a “questão social” girou em torno da ameaça que representaria à riqueza de Cuba uma abolição imediata e simultânea e da necessidade de um estágio intermediário entre a escravidão e a liberdade. Discutiu-se também o

pagamento de salário como forma de atribuir “personalidade econômica ao escravo” e a obrigatoriedade de trabalhar para os senhores como forma de indenização pelo prejuízo que iriam sofrer com a perda dos escravos.⁹

O discurso racista também estava presente nos debates e foi muitas vezes usado contra a abolição imediata e simultânea. Assim, foi recorrente a preocupação com a “preguiça das raças inferiores” e com a possibilidade da negação ao trabalho por parte dos recém-libertados. Nas discussões que resultaram na aprovação da lei, como afirma Rebecca Scott, “até os proponentes da lei invocavam os perigos de uma volta ao “barbarismo” se a abolição não fosse realizada gradualmente” e “um racismo flagrante emergia das intervenções” de um representante cubano que recorreu à “ciência antropológica” para argumentar sobre as diferenças entre negros e brancos (Scott, 1991:135).

A lei do *patronato*, aprovada em fevereiro de 1880, foi, segundo Alejandro de La Fuente, uma tentativa de regular e retardar o fim inevitável da escravidão (La Fuente, 2009:151). No seu primeiro artigo, decretou que estava cessado o estado de escravidão em Cuba e nos artigos seguintes estabeleceu que os até então servos permaneceriam sob o *patronato* dos seus antigos senhores por (no máximo) mais oito anos. Os *patronos* deteriam o direito de utilizar o trabalho dos *patrocinados*, com obrigação de retribuí-lo com um estipêndio mensal de três pesos. Caberia aos *patronos* manter os *patrocinados*, vesti-los e assisti-los em suas enfermidades, assim como oferecer aos menores de vinte anos ensino primário e educação necessária para o exercício de um ofício ou ocupação útil. A lei previa a extinção do *patronato* para 1888, já que a partir de 1884 os *patronos* estavam obrigados a liberar uma quarta parte dos *patrocinados* por ordem de idade (Scott, 1991:141-155, Ortiz, 1975:351-355, 466-487).

Para Scott, não houve com a lei do *patronato* alteração nas relações jurídicas básicas da escravidão. Permaneceu o direito dos senhores ao trabalho do escravo, a possibilidade de venda e doação testamentária, “faculdades coercitivas e disciplinares” (que seriam ainda previstas pelo Regulamento) e diminuição dos estipêndios mensais como punição a mau procedimento ou falta ao trabalho. Por outro lado, os *patronos* não podiam mais separar famílias e deveriam, além de alimentar e vestir os *patrocinados*, dar educação aos mais jovens e pagar um salário mensal (Scott, 1991:142).

O *patronato* foi a construção de um estado intermediário entre a escravidão e a liberdade, inspirado, entre outras coisas, na noção de que o escravo não estava preparado para a liberdade e de que os senhores precisavam de um tempo mínimo para organizar a transição para o trabalho livre. A palavra-chave dessa solução era o controle; aqui, defendia-se veementemente a necessidade da liberdade controlada, assistida e tutelada. Como afirma Rebecca Scott, o *patronato* foi uma instituição ambígua, que representou ao mesmo tempo “transformação e ausência de transformação”, ruptura e continuidade com a condição escrava (Scott, 1991:151-152).

No Brasil, o debate sobre abolição se deu em meio à desorganização do trabalho no Sudeste; as fugas em massa das fazendas, a recusa do cativo em continuar trabalhando nas plantações, a imigração subvencionada e os impactos do movimento abolicionista na população, que estavam ocorrendo sobretudo na província de São Paulo, deram o tom das discussões que culminaram na aprovação da lei (Castro, 1995: 243).

No entanto, da Bahia, alguns senhores podiam alimentar ainda a crença na longevidade da escravidão. Afinal, até fins de 1887 não fora apresentado um projeto de abolição imediata em nenhuma das casas do parlamento. O gabinete, até 10 de março de 1888, era defensor de uma solução gradual que estendesse ao máximo o prazo para a libertação (Bergstresser, 1973). Além disso, alguns abolicionistas já defendiam a necessidade de um prazo para a transição. Portanto, no início de maio de 1888 ainda havia dúvida sobre o tipo de lei que emergiria da nova sessão (Conrad, 1975: 328)

Diferentemente das leis do Ventre Livre (1871) e dos Sexagenários (1885) que trataram de temas referentes à propriedade escrava, a lei de 13 de maio foi aprovada às pressas, não tendo sido objeto de muitas discussões. O projeto fora apresentado na Câmara no dia 8 de maio, aprovado em segunda discussão no dia 9 e rapidamente convertido em lei no dia 13 (Gebara, 1986: 194; Mendonça, 2001: 22). A lei de abolição aprovada em maio de 1888 no Brasil concedeu aos cativos liberdade imediata e incondicional.

Na Bahia, alguns dos ex-senhores que esperavam que todos os libertos permanecessem fiéis, obedientes e “respeitosos”, cativos da dependência pessoal, no pós-abolição tiveram suas esperanças frustradas.¹⁰ Apesar da vontade de muitos ex-senhores e apesar da permanência de alguns aspectos das relações de dependência, “o

controle paternalista sobre a vida inteira do trabalhador estava de fato sendo desfeito”.¹¹ Alguns libertos buscaram afirmar sua liberdade negando qualquer tipo de obediência e sujeição pessoal. As queixas em relação à impossibilidade de controlar os libertos na Bahia eram muito freqüentes até entre as autoridades policiais.¹² Não por acaso, na Bahia, a notícia do 13 de Maio fora acompanhada por um intenso debate acerca dos destinos dos libertos e do aumento da força policial. Em 1889, a Assembléia Provincial aprovou o aumento do número de integrantes das forças policiais. Ao mesmo tempo, a polícia consolidava o recrutamento, a assinatura do termo de bem viver e a prisão correcional – para a qual não se exigia procedimento legal -, como formas de controle sobre os libertos (Mata, 2002).

Para um senador por Santiago de Cuba, qualquer projeto de abolição na ilha deveria ser acompanhado de medidas de regulamentação do trabalho, de perseguição aos vagabundos e de proteção à propriedade. As medidas deveriam ainda “oferecer garantias ao agricultor, devolver confiança a seus contristados ânimos” e “não aprofundar mais o antagonismo de raças que todos deveriam estar interessados em evitar”.¹³ Como medida de controle, foi exigido do ex-patrocinado que portasse documento que atestasse sua ocupação. Atuavam no controle social as chamadas guardas rurais, que se destinavam a “garantir” a ordem entre os trabalhadores rurais (Scott, 1991: 227). Lá, defendia-se também que a abolição deveria ser acompanhada de medidas coercitivas, do uso da força e do cumprimento do Código Penal. Em 1879, o Código Penal espanhol (promulgado em 1870) foi estendido à ilha de Cuba com algumas modificações referentes à escravidão e às diferenciações raciais. Assim, entre outras coisas, em Cuba se incluiu no Código Penal como circunstância agravante ser o ofensor negro e o ofendido branco, segundo a natureza do delito e juízo dos tribunais (Ortiz, 1975:352).

Sentidos da liberdade no período imediatamente posterior à abolição

No período imediatamente posterior à abolição, semelhantes estratégias foram mobilizadas por ex-senhores e libertos baianos e cubanos na definição do sentido da liberdade. Como afirmam Hebe Mattos e Ana Rios, a liberdade teve diferentes significados para escravos rurais ou de campo, crioulos ou africanos, homens ou

mulheres, mas, apesar das diferenças, muitos dos comportamentos e projetos dos libertos guardam grandes semelhanças nas Américas (Mattos & Rios, 2004: 174).

Na Bahia e em Cuba vários arranjos de trabalho foram negociados entre ex-senhores e libertos no período posterior à abolição (Fraga, 2006; Barnet, 2006: 66-67). Muitos dos libertos que optaram por permanecer no trabalho da lavoura não aceitaram trabalhar nos mesmos termos do regime de escravidão; negociaram o pagamento de salários e lutaram por mais autonomia e independência no trabalho. Na Bahia, alguns se negaram a trabalhar mais que três ou quatro dias por semana. Em Cuba, alguns libertos recusavam-se a aceitar ordens e instruções quanto ao desenvolvimento de suas tarefas (Graden, 2006; Scott, 1991: 241). Entretanto, mesmo nessas relações contratuais, no período imediatamente posterior à abolição, permaneceram algumas sobrevivências da experiência da escravidão. Para Esteban Montejo, que vivenciara os últimos anos de escravidão em Cuba, alguns libertos continuavam a viver como no tempo da escravidão: não saíam das fazendas e continuavam a pedir a benção aos amos (Scott, 1991: 234). Em alguns casos, as senzalas continuaram sendo espaço de moradia dos trabalhadores – livres e libertos. Em Cuba, muitos ex-cativos que trabalhavam nas plantações continuaram dormindo nos antigos barracões, que, com a emancipação, ganharam pequenas janelas (Helg, 2000: 45-46). Diferente dos Estados Unidos, em que a emancipação trouxe a extinção das senzalas em todas as fazendas, no Brasil, em algumas plantações, estas continuaram a ser utilizadas por trabalhadores livres, depois da abolição (Foner, 1988a: 19; Conrad, 1975: 317; Bergstresser, 1973: 182). Eduardo Silva defende que, em especial nas regiões decadentes, onde as condições de vida dos libertos não parecem ter melhorado significativamente com a abolição, as senzalas foram reaproveitadas e rebatizadas de “dormitórios de camaradas” (Silva, 1984: 241).¹⁴

Uma destas sobrevivências, no período posterior à emancipação, diz respeito aos castigos corporais. Em Cuba, apesar de há algum tempo a legislação limitar o uso dos castigos corporais, há indícios de que proprietários lançaram mão do castigo físico como punição aos trabalhadores no período imediatamente posterior à emancipação (Scott, 1991: 282). Na Bahia também. Até na cidade de Salvador, onde a população escrava era infinitamente menor e maior a presença e força do Estado, dos abolicionistas e do controle moral, houve queixas de maus tratos e castigos impostos por ex-senhores aos libertos, após a aprovação da lei.¹⁵

Bahia e Cuba não seriam as únicas regiões em que houve violências contra os libertos após a emancipação. No Rio de Janeiro e no sul de Minas, surgiram denúncias de manutenção do cativo em várias fazendas (Castro, 1995: 311). Fora do Brasil, no sul dos Estados Unidos, as ações violentas contra os libertos se deram a partir da tentativa dos últimos de viver fora do controle dos seus ex-senhores. Foner afirma que alguns deles eram espancados e assassinados por “tentar deixar as fazendas, discutir os ajustes contratuais, não trabalhar do modo desejado, resistir aos açoites” (Foner, 1988a: 73).

O período pós-abolição, tanto em Cuba quanto na Bahia, parece ter sido marcado também por conflitos entre libertos e ex-senhores evidenciando-se algumas das disputas travadas em torno do significado e da condição de liberdade. A liberdade, para esses ex-cativos, esteve dotada de muitos significados: a possibilidade de movimentar-se sem a necessidade de autorização do ex-senhor e a escolha de como e em que tempo trabalhar. Para os libertos cubanos, ser livre poderia significar permanecer nas fazendas numa relação de trabalho assalariado, tornar-se colono – para aqueles que tiveram acesso a um pequeno pedaço de terra -, migrar para fora das regiões açucareiras ou para as cidades (Scott, 1991: 235; Helg, 2000: 38).

Em um estudo comparativo entre Cuba e Lousiana, Scott defende que é possível estabelecer paralelos para as duas regiões em relação às estratégias mobilizadas pelos ex-escravos no período pós-emancipação: muitos deles combinaram o trabalho por salário com o cultivo para subsistência; lutaram por melhorias salariais; buscaram educação para os filhos e viram no serviço militar um meio de conquistar direitos e cidadania. (Scott, 2005).

A liberdade, para alguns ex-escravos no Brasil, como afirma Silvia Lara, parecia não significar o ideal de “vender ‘livremente’ a força de trabalho em troca de um salário”; para muitos, o importante era afastar-se de atitudes que lembrassem a escravidão (Lara, 1998: 25-38). Para os escravos do interior baiano, a liberdade parece ter assumido várias formas e sentidos culturais. Vários comportamentos e ações dos libertos eram marcados pelo desafio à autoridade (ex-)senhorial; suas ações muitas vezes caminharam no sentido de destruir qualquer autoridade real ou simbólica que o ex-senhor tentasse ainda dispor.

João José Reis demonstra que alguns libertos baianos, após a abolição, encaminharam-se para a capital (Reis, 2000: 199-242). Há estudos que sugerem também que alguns ex-escravos decidiram desfrutar a liberdade longe do ambiente em que viveram sob o domínio do senhor e buscaram trabalho que permitisse maior autonomia, como o transporte de mercadorias, o trabalho nas roças e no mar, e as atividades de ofício e artesanais (Castro, 1995: 395; Bacelar, 1993: 53-65). Maria Helena Machado ressalta a importância que os libertos conferiam ao fato de poderem dispor de seu próprio tempo e determinar o ritmo do trabalho (Machado, 1993: 43-72). Como em outras regiões do Brasil, na Bahia rural, como informa Walter Fraga, muitos ex-escravos preferiram tornar-se lavradores independentes (Fraga, 2006).

Para alguns libertos do sul dos Estados Unidos, “a distribuição de terra parecia uma consequência lógica da emancipação” – eles argumentavam que o trabalho gratuito na escravidão dava-lhes direito, ao menos, a uma parte das propriedades dos ex-senhores (Foner, 1988a: 25). Essa pode ter sido a percepção de muitos ex-escravos na Bahia rural. Em alguns casos, não sendo possível estabelecer condições de parceria, alguns libertos baianos invadiram as terras do ex-senhor. No período imediatamente posterior à abolição, na Bahia, alguns fazendeiros pediram providências em relação à invasão que sofriam suas terras e fazendas promovidas pelos “treze de maio”.¹⁶ Também em Cuba o ideal de ter acesso à terra para plantar parece ter sido comum; como afirma um contemporâneo, os libertos “parecem preferir o cultivo de pequenas porções de terra para si mesmos a trabalhar por salários” (Scott, 1991: 248). Muitos libertos cubanos colocavam a vida social como prioridade e deixavam de ganhar salário por dias para participar de aniversários, batizados e enterros (Helg, 2000: 45-46).

No período imediatamente posterior à abolição, proprietários baianos queixavam-se frequentemente de que os libertos de 13 de Maio entravam em suas fazendas e engenhos muitas vezes com o único fim de incendiar.¹⁷ Os incêndios no Recôncavo, no período pós-abolição, tornaram-se tão comuns que viraram objetos de debate nos jornais.¹⁸ No interior da província, houve queixas de que “os incêndios [davam-se] em todos os engenhos [...] nos canaviais e nas cercas, alguns casuais, e o mais número propositalmente feito pelos libertos.”¹⁹ Além disso, libertos foram presos acusados de provocar incêndios em plantações.²⁰

Em Cuba, a década de 1880 foi decisiva; situada entre duas grandes guerras de independência, esse foi um período marcado por tensões e conflitos de natureza diversa, sobretudo nos primeiros anos, alguns deles ainda relacionados à emancipação. Os insurretos exilados continuavam a conspirar do exterior e foram reprimidas duas supostas conspirações da gente de cor. Mudanças significativas ocorreram: o *patronato*, previsto para terminar em 1888, teve seu fim antecipado para 1886 em razão das ações dos próprios patrocinados através de petições legais e outros atos de resistência (La Fuente, 2009:151).

Já no início da década, notícias de agitação nos engenhos, de fugas, de incêndios nos canaviais e de rebelião em algumas fazendas circulavam ao lado das iniciativas para organização de uma nova guerra anticolonial (Navarro, 2003:42-43). Nestes primeiros anos, segundo uma autoridade colonial “a gente de cor não se ocupava mais que de comentar a lei de Abolição, que lhes [estaria fazendo] muito mal efeito”.²¹

A cada ano, milhares de *patrocinados* entravam finalmente em liberdade através da compra, dos acordos com os *patronos*, da falta de registro nos censos e das demandas judiciais. Ao mesmo tempo, críticas ao *patronato* e ao não cumprimento das suas disposições circulavam nos jornais e surgiram reivindicações de seu fim e da imediata abolição. Na apresentação de um projeto de abolição do *Patronato* apresentado ao Congresso em 1882, constava entre as razões elencadas o fim do patronato:

*Considerando que há começado certa agitação nos escravos de Cuba como o demonstram os contínuos incêndios nos canaviais, as agitações de alguns engenhos e feitos tão alarmantes como a recentíssima rebelião do engenho “Armenteritos” próximo à mesma Havana, que fez necessária a intervenção da força do exército, que por desgraça, tem servido, em último fim e contra seu propósito, para manter em servidão negros declarados livres por autoridades competentes.*²²

Patrocinados foram acusados de promover propositadamente incêndios nos canaviais por “mal querer”, por descuido²³, por vingança ou por terem sido obrigados a carregar *bagazo* até hora mais tarde que de costume.²⁴ Os incêndios, casuais ou intencionais, parecem ter sido comuns nas plantações e, segundo o Governador Geral, deveriam ser evitados ao máximo pois atingiam não só a propriedade privada, mas os interesses do Estado.²⁵

A despeito de reconhecermos que muitas dessas denúncias estavam temperadas pelo discurso do racismo científico que atribuía ao negro a tendência à vadiagem e à criminalidade (Schwarcz, 1993), segundo o qual a ausência de leis que obrigassem ao trabalho levaria os libertos a se tornarem vagabundos e ladrões, não descartamos a hipótese de que, de fato, muitos libertos, no período imediatamente posterior à abolição, tenham considerado legítimo apropriar-se de bens e produtos senhoriais.²⁶

Em Cuba, o discurso da vadiagem também estivera presente nos debates sobre os destinos dos libertos com o fim da escravidão. Estava lá, como no Brasil, associado a preconceitos raciais e mobilizado com o fim de garantir a coerção para o trabalho. Poderia ser atribuído o qualificativo de vadio a vários comportamentos sociais: recusa de salário oferecido, desemprego, opção pelo trabalho para subsistência etc. Para a solução da vadiagem, foram propostas medidas como recrutamento dos vadios e reclusão em casas de correção que, ao final, não entraram em vigor. Os plantadores em Cuba queixavam-se de que os libertos dedicavam muito tempo ao ócio, abandonavam o trabalho para ir a festas na cidade e ressentiam-se a qualquer tentativa de interferência no ritmo de trabalho (Scott, 1991: 223, 240-243). Alguns ex-escravos em Cuba estabeleceram comunidades independentes; sobre estas comunidades, há reclamações num jornal sobre os “hábitos viciosos, vadios” dos escravos recém-libertados e informações sobre a prisão de alguns membros destas comunidades sob acusação de saques às propriedades vizinhas (Scott, 1991: 171, 254; Helg, 2000: 29, 74).

Para a Bahia, vários documentos apontam os libertos como autores de furtos e saques de gêneros e animais. Do centro da província, afirmou-se que “os incêndios e roubos [eram] praticados em tão larga escala que impossível [seria] a sua narração.”²⁷ Ao que tudo indica, nos dias posteriores à abolição, numa região da Bahia, os libertos, em grupos, passaram a invadir fazendas com o fim de saquear. É o que sugere um documento policial datado de 31 de maio de 1888 que informa que dois libertos, “armados de pistola de dois canos, facão e faca de ponta, aí foram repelidos, e tomadas as armas”; quando, segundo o subdelegado, os mesmos libertos voltaram, se recusaram a acatar a voz de prisão e não obedeceram a autoridade policial. O documento conclui informando que “isto aqui [estava acontecendo] depois do grito da liberdade, grupos de negros em diversas fazendas” e pedia providências.²⁸

Em Cuba, bandos atuavam em vários pontos da ilha e as autoridades coloniais estavam empenhadas em detê-los. Assaltos, saques e seqüestros eram registrados regularmente. Em 1881, o Governador Geral de Cuba comunicou a apresentação do “*cabecilla* Sarduy com seu irmão e sua gente em sua maioria de patrocinados” e informou sobre as disposições tomadas para evitar que tanto “ele como os que o acompanhavam acudissem ao extremo criminal dos incêndios de cana, de funestíssimos resultados para o país”.²⁹ Em 1884, em uma incursão aos engenhos “Panchita” e “Pepita”, o bando liderado por Víctor Durán recolheu 17 patrocinados (Sánchez, 1993:128). Em 1885, o bando do pardo Matagás, famoso bandido cubano, era composto majoritariamente por negros (Sánchez, 1993:155).

Nas sociedades pós-emancipação, a propriedade foi uma fonte de conflitos e tensões. Para Eric Foner, a propriedade “constituía o cerne do conflito pós-emancipação em todo o sul” dos Estados Unidos. Eis a explicação dada para o comportamento dos ex-escravos por um contemporâneo norte-americano: os libertos “têm na cabeça que possuem um certo direito à propriedade dos seus antigos senhores.” A propriedade dos ex-senhores teria sido adquirida de modo ilegítimo, com o suor do escravo (Foner, 1988b: 98, 135).

No artigo “Reclamando la mula de Gregoria Quesada: el significado de la libertad en los valles del Arimao y del Caunao, Cienfuegos, Cuba (1880-1899)”, Scott, a partir do estudo de caso de um ex-escravo que reclamou o direito a uma mula após a guerra de independência, busca reconstituir a dinâmica das disputas em torno dos recursos produtivos que sucederam a abolição. Neste texto, a autora aponta caminhos em que os ex-escravos lutaram por direitos e de que formas emprestaram sentido à liberdade. A autora chama atenção para o fato de que, com a liberdade, mudanças na vestimenta, no ritmo de trabalho e mobilidade foram se operando nos modos de vida dos ex-escravos, assim como diferentes estratégias foram mobilizadas a fim de garantir o direito a essa mobilidade e aos recursos produtivos. Segundo Scott, os direitos à propriedade encontravam-se incorporados ao de cidadania e foram pelos libertos duramente conquistados e defendidos (Scott, 2001: 23-52).

A invasão de terras, o ataque às propriedades dos ex-senhores, os incêndios em plantações parecem ter sido atitudes de alguns libertos que, de alguma forma, revelam algumas das expectativas – acesso à terra, mudança em sua condição social - frustradas

com a abolição. Em diversas sociedades escravistas das Américas, os libertos agiram, no momento posterior à abolição, com o que foi chamado de “desobediência e insubordinação”. A insubordinação na Jamaica pós-emancipação tinha como punição 39 açoites e duas semanas de prisão; um Código da Flórida enquadrava como crime a desobediência, a insolência e até o desrespeito ao patrão. Foner explica que as queixas dos brancos acerca da “insolência” e “insubordinação” dos libertos enquadravam qualquer comportamento ou atitude contrária à obediência e deferência esperadas na escravidão (Foner, 1988a: 12; Foner, 1988b: 97, 148). Para um brasileiro da época, o grande problema da reorganização do trabalho não residia na “vagabundagem”, mas na “insubordinação” existente nas fazendas; para este, a solução seria implantar a autoridade do fazendeiro (Silva, 1984: 237).³⁰

Segundo Thompson, o avanço das formas de trabalho livre na Inglaterra no século XVIII foi acompanhado de queixas dos senhores em relação à “diminuição da deferência” e à quebra da “grande lei da subordinação”; a “insubordinação” foi também considerado um problema geral. Talvez esse argumento ajude a interpretar algumas das atitudes e comportamentos de libertos no período imediatamente posterior à abolição (Thompson, 1998: 40).

Conclusão

Bahia e Cuba percorreram caminhos semelhantes quanto ao encaminhamento legal da abolição e, apesar das diferenças nos contextos sociais e políticos das duas regiões, os debates sobre a solução do problema servil, as expectativas geradas com a extinção da escravidão e os sentidos emprestados à liberdade parecem ter sido comuns. Nas duas sociedades, alguns dos comportamentos adotados pelos libertos podem ser interpretados como resultado das frustrações em relação à abolição. Na Bahia, a invasão de propriedades, os furtos, saques e incêndios provocados pelos libertos nas plantações podem ter sido resultado das expectativas frustradas que a abolição gerou. Em Cuba, o desemprego, a não posse de terra, a presença de imigrantes, a não melhoria nos rendimentos e as barreiras raciais acompanharam a extinção da escravidão e foram fatores de mobilização da população negra para a luta anticolonial (Scott, 1991: 288). Nas duas sociedades, o período pós-emancipação foi marcado pelo reordenamento das hierarquias sociais e redefinição de relações de poder nas áreas escravistas rurais. No

controle da população liberta foram mobilizadas forças policiais – públicas e/ou privadas – que atuaram, em geral, na disputa em torno do significado da liberdade.

THE MEANING OF FREEDOM AND LEGAL REFERRAL OF ABOLITION: BAHIA AND CUBA - INITIAL NOTES

Abstract: *There is a deep similarity between the process of legal abolition in Cuba and Brazil. Cuba, when still a colonial space after a complex process of gradual emancipation which ended in 1880, had formally abolished slavery by the Spanish courts. Brazil also lived a time-consuming legal routing pathway and gradual extinction of slavery until, on May 13, 1888, approved the immediate and unconditional abolition. Slave owners from Bahian province were reported the adoption of the law. In the period after abolition, Bahia and Cuba were marked by disputes around the meanings of freedom and its condition. This work, which is situated in an initial stage of research, aims to search and discuss approaches (similarities?) and distances between legal abolition in Bahia and in Cuba and also to interpret some meanings assigned to freedom in the period immediately after the extinction of slavery.*

Keywords: *Abolition; Meanings of freedom; Bahia/Cuba.*

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. 2009. **O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras.

AZEVEDO, Elciene. 2006 Para além dos tribunais: advogados e escravos no movimento abolicionista em São Paulo. *In:* LARA, Silvia Hunold & MENDONÇA, Joseli Nunes (orgs.). **Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social.** Campinas/SP: Editora da UNICAMP, pp. 199-237.

_____. 1999. **Orfeu de Carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo.** Campinas: Editora Unicamp.

BACELAR, Jeferson. 1993. O Negro em Salvador: os Atalhos Raciais. **Revista de História.** São Paulo. n. 129, pp. 53-65.

BARICKMAN, Bert. 1998-1999. Até a Véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo Baiano (1850-1881). **Afro-Ásia.** Salvador, n. 21-22, pp. 177-237.

- BARNET, Miguel. 2006. **Biografía de um cimarrón**. La Habana: Editorial Letras Cubanas.
- BERGSTRESSER, Rebecca Baird. **The Movement for the Abolition os Slavery in Rio de Janeiro, Brasil, 1880-1889**. Tese de Doutorado, Stanford, 1973.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. 1995. **Das Cores do Silêncio**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- CHALHOUB, Sidney. 1990. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras.
- CONRAD, Robert. 1975. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, Emília Viotti da. 1977. **Da Monarquia à República**. São Paulo: Grijalbo.
- COWLING, Camillia. 2006. Negociando a liberdade: mulheres de cor e a transição para o trabalho livre em Cuba e no Brasil, 1870-1888. In LIBBY, Douglas Cole e FURTADO, Júnia Ferreira (Eds.). **Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX**. São Paulo: Coleção Olhares, Annablume, pp. 152-175.
- FONER, Eric. 1988a. O Significado da Liberdade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 8, n. 16, pp. 9-36.
- FONER, Eric. 1988b. **Nada além da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Brasília: CNPq.
- FONSECA, Luís Anselmo da. 1988[1887] **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Recife: Massangana.
- FRAGA FILHO, Walter. 2006. **Encruzilhadas da Liberdade: histórias e trajetórias de escravos e libertos na Bahia, (1870-1910)**. Campinas-SP: Editora da Unicamp.
- GEBARA, Ademir. 1986. **O Mercado de Trabalho Livre no Brasil (1871-1888)**. São Paulo: Brasiliense.
- GRADEN, Dale. 2006. **From Slavery to Freedom in Brazil: Bahia, 1835-1900**. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- HELG, Aline. 2000. **Lo que nos corresponde: la lucha de los negros y mulatos por la igualdad em Cuba – 1886-1912**. La Habana: Ediciones Imagen Contemporânea.
- KLEIN, Herbert S. 1987. **A Escravidão Africana: América Latina e Caribe**. São Paulo: Brasiliense.

LA FUENTE, Alejandro de. 2009. Esclavitud, 1510-1886. *In*: CONSUELO, Orovio Naranjo(Coord.). **Historia de Cuba**. Madrid: CSIC/Ediciones Doce Calles, S. L., pp.129-151.

_____. 2004. La esclavitud, la ley y la reclamación de derechos en Cuba: repensando el debate de Tannenbaum. **Debates y perspectivas**. Madrid, n. 4, pp. 37-68.

LARA, Silvia Hunold. 1998. Escravidão, Cidadania e História do trabalho no Brasil. **Projeto História**. São Paulo. n. 16, pp. 25-38.

MACHADO, Maria Helena. 1993. Vivendo na Mais Perfeita Desordem: os libertos e o modo de vida camponês na província de São Paulo do século XIX. **Estudos Afro-Asiáticos**. Rio de Janeiro. n. 25, pp. 43-72.

MARQUESE, Rafael de Bivar. 2004. **Feitores do Corpo, Missionários da Mente: senhores, letrados e o controle dos escravos nas Américas, 1660-1860**. São Paulo: Companhia das Letras.

MATA, Iacy Maia. 2007. “Libertos de Treze de Maio” e ex-senhores na Bahia: conflitos no pós-abolição. **Afro-Ásia**. n. 35, pp. 163-197.

_____. **Os “Treze de Maio”: ex-senhores, polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888-1889)**. Dissertação de Mestrado. Salvador, UFBa, 2002.

MATTOS, Hebe Maria & RIOS, Ana Lugão. 2004. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **TOPOI**. v. 5, n. 8, 2004, pp. 170-198.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. 1996. A arena jurídica e a luta pela liberdade. *In*: SCHWARCZ, Lilia M. & REIS, Leticia Vidor de Sousa (orgs.). **Negras Imagens**. São Paulo: Edusp/Estação Ciência, pp. 117-137.

_____. 2001. **Cenas da Abolição: escravos e senhores no Parlamento e na Justiça**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo.

NARANJO OROVIO, Consuelo & GARCÍA GONZÁLEZ, Armando. 1996. **Racismo e Inmigración en Cuba em el siglo XIX**. Madrid: Doces Calles.

NEVES, Erivaldo Fagundes. 2000. “Sampauleiros traficantes: comércio de escravos do Alto Sertão da Bahia para o Oeste Cafeeiro Paulista”. **Afro-Ásia**. n. 24, pp. 97-128.

REIS, João José. De Olho no Canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da Abolição. **Afro-Ásia**. Salvador. n. 24, pp. 199-242.

- SÁNCHEZ, Manuel da Paz, FERNÁNDEZ, José Fernández y NOVEGIL, Nelson López. 1993. **El Bandolerismo en Cuba: presencia canaria y protesta rural (1800-1933)**. Tomo I. Tenerife: Taller de Historia.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. 1993. **Espetáculo das Raças**. São Paulo: Companhia das Letras.
- SCHWARTZ, Rosalie. 1989. **Lawless Liberators: political banditry and Cuban Independence**. Duke: Duke University Press.
- SCOTT, Rebecca J. 2005. **Degrees of Freedom: Louisiana and Cuba after Slavery**. Cambridge: Belkna.
- _____. 1991. **Emancipação Escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____. 2001. Reclamando la mula de Gregoria Quesada: el significado de la libertad en los valles del Arimao y del Caunao, Cienfuegos, Cuba (1880-1899). In HEREDIA, Fernando Martínez, SCOTT, Rebecca J. & MARTÍNEZ, Orlando F. García (coords.). **Espacios, silencios y los sentidos de la libertad – Cuba entre 1878 y 1912**. La Habana: Ediciones Unión, pp. 23-52.
- SILVA, Eduardo. 1984. **Barões e Escravidão**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Brasília: INL.
- SILVA, Ricardo Tadeu Caires. **Os Escravos vão à Justiça: a resistência escrava através das ações de liberdade. Bahia, século XIX**. Salvador, UFBA, 2000.
- THOMPSON, E. P. 1998. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das Letras.
- TORRES-CUEVAS, Eduardo & FERNÁNDEZ, Eusebio Reyes. 1986. **Esclavitud y Sociedad: notas e documentos para la historia de la esclavitud negra em Cuba**. La Habana: Editorial de Ciências Sociales.

Notas

¹ Arquivo Público do Estado da Bahia (APEBa), Seção Colonial e Provincial, Maço 2901, Escravos (Assuntos), 1883-1888, *João José Bartholomeu de Abreu ao Presidente da Província*, Viçosa, 31/10/1887.

² Conrad informa que mesmo no início de maio de 1888 ainda havia dúvidas sobre o tipo de lei que emergiria da nova sessão (Conrad, 1975: 328).

³ Discurso proferido pelo Barão de Cotegipe no dia da aprovação da lei da abolição transcrito por um jornal baiano - Biblioteca Pública do Estado da Bahia (BPEBa), *Diário da Bahia*, 23/05/1888.

-
- ⁴ Não se confirma para a Bahia a ideia de que os “latifundiários brasileiros, convencidos de que a escravidão estava destinada a desaparecer, decidiram preparar-se para o inevitável” (Costa, 1977: p. 224).
- ⁵ Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário da Bahia*, 14/04/1889.
- ⁶ Artigo “A lavoura da cana-de-açúcar, as causas de sua decadência nesta província e seu estado depois da lei de 13 de maio” assinado pelo Barão de Villa Viçosa – BPEBa, *Diário da Bahia*, 24/02/1889.
- ⁷ A partir de agosto de 1879 começou a funcionar em Madri uma comissão com o objetivo de informar ao governo sobre os projetos de lei que seriam apresentados às Cortes relativos às reformas de Cuba. AHN (Madrid), Ultramar, Leg. 4883, *Documentos de la Comisión creada por Real Decreto de 15 de Agosto de 1879 para informar al Gobierno acerca de los proyectos de ley que habrán de someterse á las Córtes sobre reformas en la isla de Cuba*.
- ⁸ Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Leg. 4883, *Documentos de la Comision*, p. 5.
- ⁹ Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Leg. 4883, *Documentos de la Comision*.
- ¹⁰ Essa era a expectativa de grande parte de senhores que concediam aos escravos alforrias, especialmente as condicionais (Chalhoub, 1990: 134). Em Cuba, alguns líderes nacionalistas brancos que defendiam a abolição também esperavam dos libertos lealdade, deferência e gratidão (Scott, 2005b: 167).
- ¹¹ Thompson sobre o avanço do “trabalho livre, móvel e assalariado” na Inglaterra do século XVIII (Thompson, 1998: 41).
- ¹² Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 3003, Polícia, Delegados, 1887-1889, *Subdelegado do Palame ao Chefe de Polícia*, 06/07/1888.
- ¹³ Arquivo Histórico Nacional, Ultramar, Leg. 4883, *Documentos de la Comision*, p. 5.
- ¹⁴ Para a Bahia, ver Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 2901, Polícia, Minutas, 1888, *Chefe de Polícia ao Presidente da Província*, Bom Conselho, 28/05/1888.
- ¹⁵ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 6129, Polícia, Minutas, 1888, *Chefe de Polícia ao Delegado do Primeiro Distrito*, Salvador, 23/05/1888; Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário da Bahia*, 25/08/1888.
- ¹⁶ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 6181, Polícia, Minutas, 1884-1889, *Chefe de Polícia Interino ao Delegado de Cannavieiras*, 23/06/1889.
- ¹⁷ Conrad fala sobre incêndios em canas-de-açúcar, provocados por abolicionistas em Campos, mas ainda durante a vigência da escravidão (Conrad, 1975: 240).
- ¹⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia, *Jornal de Notícias*, 4/12/1888. O jornal foi encontrado entre outros documentos em: APEBa, Seção Colonial e Provincial, maço 2749, Juciciário (Assuntos), 1857-1889. BPEBa, *Diário da Bahia*, 06/01/1889; BPEBa, *Diário da Bahia*, 15/01/1889. Em Cuba, ainda no final da década de 1870, há notícias de incêndios nos canaviais provocados por escravos que prometiam: “sem liberdade, não há cana” (Scott, 1991: 131).
- ¹⁹ Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário da Bahia*, 06/01/1889.
- ²⁰ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 6227, Polícia, Correspondência recebida, 1889, *Delegado de Polícia de Vila de São Francisco ao Chefe de Polícia*, Vila de São Francisco, 16/12/1889; APEBa, Seção Colonial e Provincial, maço 6121, Polícia, Minutas, 1888, *Delegado de Santo Amaro ao Chefe de Polícia*, Santo Amaro, 28/12/1888.
- ²¹ AGI (Sevilla), Diversos 9-B, *Correspondência enviada a Camilo Polavieja pelo Comandante do Regimento de Nápoles*, 19/05/1880.
- ²² AHN (Madri), Ultramar, Leg. 4810, *Projeto de Lei de Abolição do Patronato publicado no Jornal La Discusión*, 19/06/1882.
- ²³ AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 11/04/1881.
- ²⁴ AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 02/02/1881.
- ²⁵ AGI (Sevilla), Diversos 8, *Carta do Comandante Militar de Guantánamo José Moraleda a Camilo Polavieja*, Guantánamo, 02/02/1881.
- ²⁶ Para os Estados Unidos, Foner identificou ações de saques cometidas por libertos (Foner, 1988: 31).
- ²⁷ Biblioteca Pública do Estado da Bahia, *Diário da Bahia*, 15 de janeiro de 1889.
- ²⁸ Arquivo Público do Estado da Bahia, Seção Colonial e Provincial, maço 3003, Polícia, Delegados, 1887-1889, *Subdelegado de Boa Vista ao Delegado de Polícia de Canavieiras*, Boa Vista, 31/05/1888.
- ²⁹ AHN (Madrid), Ultramar, Leg. 4801, *Revista decenal de Luis Prendergast*, Havana, 25/12/1881. Estudiosos sobre bandoleirismo em Cuba já discutiram as conexões entre a atuação dos bandos e as lutas anticoloniais (Sánchez, 1993; Schwartz, 1989); aqui, chamo atenção apenas para a presença de escravos nos bandos.

³⁰ Antes mesmo da abolição, um deputado afirmava que a audiência que se dava às queixas e informações dos escravos estaria contribuindo para a sua insubordinação (Mendonça, 1996: 132).

EL ESTADO DE EXCEPCIÓN EN URUGUAY Y ARGENTINA. REFLEXIONES TEÓRICAS, HISTÓRICAS E HISTORIOGRÁFICAS

*Marina Franco**

*Mariana Iglesias***

Resumo: *Este artigo reflexiona teórico e historicamente sobre ao estado de exceção no marco dos regimes democráticos na Argentina e no Uruguai. Propõem-se a iluminar certos aspectos do funcionamento político institucional de ambos os países que ficaram ofuscados pelo peso que tiveram os regimes ditatoriais no século XX e pela centralidade que a dicotomia democracia e ditadura adquiriu nas ciências sociais para explicar a história contemporânea regional. Considerando as particularidades de cada país, em primeiro lugar, analisaremos brevemente as historiografias de cada país sobre o uso do estado de exceção. Em segundo lugar, realizaremos um sucinto repasso histórico que dá conta do recurso a modo de exceção entre as décadas de 1950 e de 1970 em cada país. Isso permitirá deixar propostos alguns interrogantes que podem guiar futuras linhas de pesquisa.*

Palavras-chave: *estado de exceção; democracia; Argentina; Uruguai.*

1. Introducción

El estado de excepción ha sido un recurso político institucional habitual en la historia de los Estados modernos. En América Latina, en el marco de gobiernos democráticos el uso de diversas medidas periódicas y recurrentes de suspensión del estado de derecho para mantener el orden interno en nombre de su preservación ha sido una práctica constante. Sin embargo, en la región ello ha quedado opacado por el peso histórico y memorial que han tenido los regímenes dictatoriales del siglo XX y por la consecuente centralidad que la dicotomía entre regímenes democráticos y autoritarios adquirió en las ciencias sociales para explicar el transcurso de la historia contemporánea latinoamericana.

En función de repensar la importancia de este funcionamiento institucional, proponemos reflexionar teórica e históricamente sobre el uso de medidas de excepción en el marco de dos casos nacionales específicos: los regímenes democráticos de Uruguay y de la Argentina en la segunda parte del siglo XX. Ello permitirá iluminar

* (UNSAM/CONICET).

** (UNSAM/CONICET).

aspectos importantes de ambas historias nacionales y de la historia regional reciente, hasta ahora demasiado centradas en el paradigma de las dictaduras militares como expresión emblemática del autoritarismo político. El análisis de estos casos nacionales muestra que es fundamental avanzar en el estudio del recurso al estado de excepción porque, por un lado, revela matrices de funcionamiento autoritario que han sido naturalizadas como parte de las prácticas políticas institucionales democráticas, y por el otro, pone en evidencia lógicas que articulan los fenómenos dictatoriales concretos con estructuras políticas consensuadas y de más largo plazo.

A pesar de que ambos países presentan historias muy distintas y han sido tradicionalmente vistos como ejemplos de funcionamientos políticos opuestos en la región, Argentina y Uruguay muestran la misma recurrencia en el uso de estas medidas de excepción. En el caso uruguayo, en el marco de un sistema democrático estable a lo largo de la mayor parte del siglo XX, la disposición de la figura de excepción denominada *medidas prontas de seguridad* (mps) fue un recurso habitual que adquirió características específicas según los contextos sociopolíticos en que fueron implementadas a lo largo de las décadas del 50 y 70. En la historia de la Argentina contemporánea, en cambio, la sucesión de gobiernos autoritarios militares a lo largo del siglo XX ha solapado el recurso a medidas de excepción implementadas por gobiernos civiles y democráticos –tales como el *estado de sitio* y diversas medidas de seguridad creadas ad hoc-, enmarcadas de manera creciente en una concepción de la seguridad nacional desde la década del 50.

A continuación, presentaremos brevemente una caracterización teórica del estado de excepción para luego concentrarnos en la discusión sobre su recurrente presencia histórica y, a la vez, su falta de tratamiento historiográfico en la Argentina y en Uruguay. Finalmente, realizaremos un somero repaso histórico centrado en algunos momentos claves para mostrar el uso sistemático de este tipo de medidas así como ciertas constantes y características de su empleo a partir de la segunda posguerra en ambos países.

2. El estado de excepción como problema teórico

La progresiva consolidación de los Estados modernos llevó al establecimiento de organizaciones políticas sustentadas en sistemas burocráticos como centros de poder y de administración. Ellos sentaron las bases de organizaciones territoriales y regularon de forma diversa las relaciones sociales de las comunidades que abarcaron bajo su control mediante el establecimiento de instituciones y sistemas legales específicos, aunque con parámetros comunes en el mundo occidental. Así, se forjaron marcos para encauzar el vínculo entre gobernantes y gobernados, entre sí y con el Estado; regular los modos en que se conducirían los problemas políticos de esas sociedades y se definirían quiénes serían los encargados de hacerlo; y estipular los medios y los modos mediante los que cada sociedad resolvería los conflictos suscitados en su interior (WEBER, 1991; O'DONNELL, 2010).

Conforme se fueron consolidando los referidos Estados, el auge del liberalismo y su confluencia con la democracia hicieron posible la identificación de los ideales de autogobierno, igualdad y libertad con los estados de derecho que aquellos habían asentado (BOBBIO, 2006; SARTORI, 2003; PRZEWORSKI, 2010; O'DONNELL, 2010). Así, los primeros Estados independientes fundados en América Latina en general, y en Argentina y Uruguay en particular, fueron organizados a partir de los ideales referidos.

Estos Estados han buscado diferenciarse de cualquier otra organización construida dentro de los márgenes del territorio que pretenden controlar mediante la monopolización del ejercicio legítimo de la fuerza física (WEBER, 1991) o, como puntualiza O'Donnell (2010), de la autorización legítima de su uso. Como consecuencia, han incorporado distintos mecanismos que habilitan a los gobiernos a disponer medidas entendidas por la legislación vigente como normales, por un lado, y excepcionales, por el otro, para mantener su primacía en tanto regulador de la organización política de la sociedad.

Cada estado de derecho incorpora en su interior formas particulares de excepción (estado de sitio, ley marcial, decretos de urgencia, medidas prontas de seguridad, etc.), pero todas ellas se sustentan en el mismo concepto: habilitan la suspensión total o parcial del orden jurídico con el objetivo de garantizar su pervivencia en el entendido de que existe una situación de peligro y amenaza al orden instituido que es pensada como realidad objetiva (AGAMBEN, 2007). No obstante, quien decide que

un acontecimiento particular configura una situación de necesidad es quien también tiene la potestad de definir que es necesario recurrir al estado de excepción y definir las medidas puntuales a tomarse para su amparo (SCHMITT, 1985 y 2004; AGAMBEN, 2007). Lo excepcional es aquello que escapa a toda determinación legal general. La excepción excluye el caso individual de la norma general y lo vincula con ésta mediante la forma de suspensión. Por esa vía es que se incluye el caso particular en el ordenamiento jurídico.

Por tanto, pensamos al estado de excepción junto con Agamben como un instrumento del poder político-institucional que ha sido puesto en práctica por las democracias modernas para disciplinar en los marcos del poder estatal y reducir tanto a adversarios concretos como a toda categoría social que se oponga a los modos de vida pautados por el poder instituido y no pueda ser integrada al sistema político. Para ello, el poder hace uso de una violencia que puede ser liberada gracias al espacio de indeterminación que se genera entre el adentro y el afuera del derecho –una guerra civil legal- al recurrirse al estado de excepción (AGAMBEN, 1998 y 2007).

Teniendo en cuenta el carácter político –no objetivo- del recurso al estado de excepción, nos interesa pensarlo como una herramienta gubernamental y poner el acento en el análisis de los procesos mediante los cuales distintos gobiernos decidieron abordar situaciones conflictivas haciendo uso de un recurso jurídico que habilitaba al poder de gobierno a poner en práctica una fuerza/violencia externa al derecho pero presentándola como parte de él (AGAMBEN, 2007; BENJAMIN, 2001; DERRIDA, 1997). En esos actos, los gobiernos colocan en el lugar de lo ilegal a quienes son indicados como causantes de la supuesta situación de necesidad. Lo que lleva a que puedan ser objeto directo del ejercicio del poder gubernamental cuando se consolida el lugar de enemigo en el que son puestos. Desde este punto de vista, y como resultado de la evidencia empírica de los casos analizados, consideramos que el recurso al estado de excepción es indisoluble de la construcción de la figura del enemigo interno en tanto es lo que permite justificar la existencia de la situación de necesidad que habilita la excepción.

Ese espacio que se habilita muestra, además, otra peculiaridad. Históricamente, en el marco de regímenes democráticos, las medidas excepcionales depositaron total o parcialmente en manos de autoridades militares la resolución de los conflictos que supuestamente ponían en entredicho a los poderes constituidos (SCHMITT, 1985).

Efectivamente, el modo como se procesaron las relaciones de poder entre civiles y militares en los distintos espacios estatales a lo largo de la vigencia de las figuras de excepción estuvo vinculado directamente con las particularidades de cada conformación político-institucional y de contextos históricos específicos. En algunos casos ello redundó de manera ostensible en una creciente autonomía militar por sobre el poder político y en la consolidación de regímenes políticos a partir de los cuales los militares asumieron directamente la tarea de eliminar a los sectores sociales identificados como enemigos internos o potenciales de serlo.

En relación con la propuesta de pensar al estado de excepción como herramienta de gobierno, nos interesa destacar un último elemento que también hemos advertido como característico del recurso a partir del análisis de los casos empíricos abordados. Nos referimos a la utilidad simbólica que se desprende del espacio generado en el momento de justificar públicamente la disposición del estado de excepción y la calificación de determinados sectores sociales como enemigos. En este sentido, resulta útil el concepto de Estado como fetiche, de Estado como ficción que genera sentidos y consolida posiciones de poder desde su espacio de enunciación (TAUSSIG, 1995; CORONIL, 2007). Ello permite pensar el impacto simbólico del recurso a la excepción en términos de performatividad de la autoridad estatal.

En otros términos, al estar basados en la noción de agresión, de peligro que amenaza al orden instituido, corporizado en el Estado, los rituales que acompañan la sanción de la excepción evidencian una trama de acciones y de nociones que se sirven de, y a la vez refuerzan, la realidad del poder político y la potencia de su institucionalidad (TAUSSIG, 1995). La conjunción del miedo y la razón en los Estados modernos, o del temor y la esperanza en palabras de Max Weber (1919), opera sistemáticamente en el ejercicio de las funciones estatales y conforma las herramientas simbólicas de los gobernantes que hacen uso de los poderes que les confiere su calidad de representantes de la autoridad del Estado. Así, tomando al Estado como cosa no dada a priori sino como construcción, podemos pensar las coyunturas caracterizadas por el recurso al estado de excepción como instancias, in extremis, de reafirmación y consolidación de una noción de Estado funcional a la pervivencia de determinado sistema político y orden social.

3. El estado de excepción como desafío para el análisis histórico de la Argentina y el Uruguay

Tal como muestra la precedente reflexión teórica, el estado de excepción –en sus diversas variables de formulación legal- ha sido una constante de los regímenes constitucionales del mundo moderno occidental. Ahora bien, la pregunta es por qué un recurso tan presente en el juego político contemporáneo ha sido prácticamente obliterado en los análisis políticos e históricos de América Latina. Sin duda, como ya avanzamos en la introducción, la historia de la región –y los grandes relatos sobre ella- han estado jaqueados por la disyuntiva entre dictadura y democracia de la misma manera que las historias nacionales han estado atentas a otras particularidades que parecían definir su transcurso histórico.

En Uruguay, por ejemplo, desde fines de los 30, y hasta 1973, su historia política transcurrió de manera estable a partir del control de las instituciones estatales por parte de partidos políticos policlasistas de corte liberal (Partido Colorado) y nacionalista (Partido Nacional y Partido Nacional Independiente) mientras que los sectores políticos identificados con el marxismo (Partido Comunista y Partido Socialista) accedían únicamente a la representación parlamentaria. Ello motivó que las ciencias sociales uruguayas hayan caracterizado al país durante el siglo XX –salvo los intervalos de dictadura en los 30 y los 70- mediante atributos tales como el consenso y la cooperación entre los partidos mayoritarios, presentando a los últimos años de la década del 60 como el quiebre de esa forma de funcionamiento y el advenimiento de un in crescendo autoritario que culminó en el golpe de Estado de junio de 1973 (AAVV, 2008; ALONSO y DEMASI, 1986; BAYCE, 1989; CAETANO y RILLA, 2003). De este modo, la disposición del estado de excepción es vista como una característica peculiar del período posterior a 1968 (AAVV, 2008; RICO, 2005 y 2010; VARELA PETITO, 1988), año a partir del cual el recurso a la excepción se aplicó de manera sistemática y prolongada en el tiempo. Sin embargo, su aplicación como medio para solucionar conflictos internos no fue una peculiaridad de esos años (SEMINO, 1996; IGLESIAS, 2010). Como veremos en el apartado siguiente, el recurso tuvo una presencia destacada en el devenir político a lo largo del siglo XX y su uso estuvo directamente vinculado con coyunturas en las que distintos actores sociales pusieron en cuestión decisiones de

gobierno en el marco de instancias políticas que eran centrales para la consolidación de los gobiernos en ejercicio (IGLESIAS, 2010). A pesar de esta evidencia, su problematización ha quedado obliterada por el poder significativo del mito de la “Suiza de América” que supone al Uruguay como una democracia excepcional en el contexto latinoamericano, dificultando la construcción de marcos analíticos que permitan realizar un estudio sistemático del recurso al estado de excepción a lo largo del siglo XX en ese país.

El caso argentino ofrece otras particularidades debido a la inestabilidad institucional, característica de buena parte de la historia del país en el siglo XX. A partir de mediados de los años 40, la afirmación del modelo populista en torno al fenómeno peronista y la fuerte fractura política y social que ello produjo dio lugar a la alternancia de gobiernos civiles y militares de facto que supusieron la exclusión del peronismo durante los períodos democráticos, restando legitimidad al sistema institucional (CAVAROZZI, 1983; TCACH, 2003). Así, el período que va de 1955 a 1976 – considerado como la “historia reciente” de ese país- ha sido definido como de “empate hegemónico” en cuanto a la imposibilidad de los sectores dominantes políticos y económicos de asentar un modelo de dominación estable, ya que cada sector conservaba su poder de veto sobre los proyectos de los otros, pero no lograba recursos y coaliciones suficientes para imponer sus propios proyectos de manera perdurable, situación manifiesta en el hecho de que ningún gobierno constitucional logró terminar su mandato hasta la década del 80 (PORTANTIERO, 1977; O’DONNELL, 1972, 1982). Esta alternancia cívico/militar de legalidad institucional y gobiernos de facto, junto con el peso de la dinámica peronismo/antiperonismo, ha centrado la atención en esa sucesión inestable y en un juego político conflictivo que oscilaba entre lo institucional y lo extrainstitucional. Así, el análisis de los períodos constitucionales estuvo atento a detectar la constante presencia de los factores desestabilizadores que terminaban por quebrar la legalidad desde afuera, casi como una fatalidad derivada de las presiones extrainstitucionales en las que el actor militar jugaba un rol preponderante. No obstante, lejos de la contraposición fácil entre dictadura y democracia, civiles y militares, todos los gobiernos democráticos del período iniciado en 1955 pusieron en marcha diversas políticas de estado de excepción basadas en la percepción de una amenaza al orden establecido emanada de conflictos políticos o sociales de diversa índole, y

progresivamente basados en la lógica de la seguridad nacional (RANALETI y PONTORIERO, 2010; PITTALUGA, 2010; FRANCO, 2010). En ese proceso, rompiendo además todo criterio de alternancia opositiva entre dictadura y democracia, particularmente los gobiernos peronistas del trienio 1973-1976 se caracterizaron por la práctica sistemática y sostenida de la excepcionalidad jurídica (FRANCO, 2010).

A partir de estos datos, la observación de ambas historias contrapuestas pueden encontrarse claves de comprensión histórica epocal, nacional y regional que trascienden los ejes del análisis político e histórico que han predominado en cada país. Además, al permitir desplazar la distinción entre dictadura y democracia como eje del transcurso histórico regional, finalmente termina siendo desplazado también el supuesto que está en la base de la diferenciación tajante que suele hacerse entre las historias y tradiciones de ambos países, y emergen otros datos de diferenciación.¹

Así, la mirada de estas dos realidades nacionales distintas, pero cercanas regional y epocalmente, permite observar procesos políticos en los que operan diversas variables que deben ser reevaluadas a la luz de la mirada aquí propuesta: los tipos de conflicto que motivaron el recurso a la excepción y su interconexión con las particularidades políticas en cada caso; las especificidades nacionales que intervienen en la decisión de utilizar ese tipo de medidas excepcionales (por ejemplo, el peso de las coyunturas inter e intrapartidarias en Uruguay); las coincidencias regionales e internacionales (por ejemplo, la dimensión anticomunista propia de la Guerra Fría en la definición del enemigo en ambos países); los cambios temporales en las objetivaciones de la necesidad de Estado y la amenaza sobre el orden establecido (por ejemplo, el pasaje de la amenaza “comunista” a la amenaza “subversiva” en la Argentina; el paso del peligro entendido como totalitario a la “amenaza comunista” en Uruguay).

En el caso uruguayo esto permitiría, además, repensar el supuesto carácter novedoso del recurso a las mps en la década de los 60 y su aparente inteligibilidad y visibilidad sólo a partir del proceso que explica el golpe de Estado de 1973 ayudando a repensar los sentidos comunes afirmados en torno al carácter consensual y excepcional de su democracia. En relación con los consensos historiográficos argentinos, esta perspectiva de análisis permitiría reflexionar sobre la aceptación acrítica de una lectura histórica centrada en la recurrente inestabilidad institucional donde el factor autoritario

recae prioritariamente sobre el actor militar como protagonista de sucesivas suspensiones del estado de derecho.

En cuanto al marco temporal elegido para esta primera aproximación, resulta imposible una definición precisa y única de un período homogéneo para ambos. No obstante, hemos efectuado un primer recorte operativo que obedece a varias razones. Por un lado, a acotar el análisis a un período histórico identificable como época a nivel regional (avance de estados sociales o del bienestar, regímenes socioeconómicos basados en la sustitución de importaciones y modelos de funcionamiento político sobre matrices nacional-populares de diverso signo) y a nivel internacional (escenario de la Guerra Fría, la Revolución Cubana y la propagación de la Doctrina de la Seguridad Nacional (DSN)). Por otro lado, las historias nacionales tan disímiles de estos países encuentran un punto de articulación evidente en las dictaduras de las Fuerzas Armadas en la década del setenta. Partimos del supuesto de que ellas no pueden ser entendidas como paréntesis en esas historias nacionales ni en el escenario regional y que forman parte de procesos políticos nacionales y regionales de más largo plazo que el análisis de las medidas de excepción ayudaría a iluminar. Sin caer en una perspectiva teleológica que explique el recurso a esas medidas como un largo camino de acumulación que concluye en la década del setenta, creemos que la confluencia de ambas historias en la década del 70 ayuda a construir un análisis conjunto y ofrece algunas claves de análisis.

De esta manera, creemos que el recorte y la selección temporal que aquí proponemos permiten una primera mirada diacrónica sobre los procesos de construcción de enemigos internos y sus modificaciones en el período de la Guerra Fría en relación con los contextos políticos locales y regionales.

4. El estado de excepción en Uruguay (1952-1973)²

En Uruguay, es el Poder Ejecutivo (PE) quien tiene la potestad de disponer mps desde la entrada en vigencia de la primera Constitución que el país tuvo (1830) “en los casos graves e imprevistos de ataque exterior o conmoción interior, dando inmediatamente cuenta a la Asamblea General, o en su receso, a la Comisión Permanente, de lo ejecutado y sus motivos, estando a su resolución”. Esta atribución le permite al PE disponer medidas excepcionales que puedan poner en suspenso al estado

de derecho, salvo aspectos vinculados con garantías individuales, en casos que configuren situaciones de necesidad según su interpretación (AGAMBEN, 2007). La Constitución también prevé la posibilidad de suspender las garantías individuales sin perjuicio de las restricciones detalladas en el artículo que lo faculta a sancionar mps. Por otro lado, y en lo que respecta al desempeño militar en casos entendidos como amenazas, el PE tiene la atribución de declarar la guerra siempre que cuente con la previa aprobación de la Asamblea General y, como consecuencia, habilitar la ampliación de la jurisdicción militar. Si bien la Constitución prevé tal situación para casos de conflicto con otros países, veremos que en el período que aquí abordamos el recurso fue implementado para disponer lo que se llamó “estado de guerra interno”. A continuación realizaremos un breve repaso del recurso al estado de excepción entre los años 1952 y 1973 para contemplar parte del período caracterizado por el auge de la democracia uruguaya y los años que marcaron su declive y quiebre.

Desde finales de la Segunda Guerra Mundial y hasta los 60, el Uruguay, al igual que el resto de los países de la región, vivió un acelerado proceso de crecimiento económico que fue acompañado por el impulso de políticas que tenían al Estado como regulador y actor clave del funcionamiento económico. En ese marco se consolidó el rol del Estado como empresario y también como activo regulador de las relaciones entre el capital y el trabajo mediante la promoción de negociaciones colectivas institucionalizadas. Así, en la órbita de la economía privada el período evidenció una fuerte capacidad de concertación social y de negociación entre los actores centrales de la economía pese a la persistencia sistemática de conflictos laborales. En cuanto al ámbito político, fue un período en que primó la pervivencia estable de un sistema político bipartidista que respetó la alternancia gubernamental y toleró, en líneas generales, la existencia de partidos políticos de distintas orientaciones ideológicas así como los derechos liberales básicos de asociación, expresión y reunión. Simultáneamente a ello, entre los años 1952 y 1967 -salvo los gobiernos encabezados por el dirigente colorado Luis Batlle Berres-³ todos los gobiernos dispusieron el estado de excepción mediante la sanción de mps al menos una vez a lo largo de sus mandatos arguyendo la presencia de enemigos herreristas, batllistas, fascistas, simpatizantes peronistas, totalitarios y comunistas según el marco temporal y la construcción de la peligrosidad realizada por los distintos sectores políticos (1952, 1959, 1963, 1965 y

1967). En este período, las mps fueron dispuestas frente a protestas que pusieron en cuestión –no necesariamente con intención desestabilizadora– decisiones tomadas por las autoridades gubernamentales en su calidad de jefes y cuando actores sociales o políticos pusieron en duda las capacidades básicas del gobierno en materia de mantenimiento de servicios públicos y/o subsistencia de la población. Salvo en abril de 1959 en ocasión de inundaciones, ellos fueron gremios o sindicatos vinculados con los servicios públicos. Y, salvo en el año 1965, todas las coyunturas coincidieron con primeros o últimos años de gobierno, momentos fundamentales para la constitución de los actores políticos en gobernantes.

Durante estos años la sanción de mps permitió a los gobernantes, por un lado, disponer medidas para mantener el funcionamiento de los servicios afectados por los conflictos, por ejemplo mediante el empleo de mano de obra policial y militar; implementar distintas medidas de vigilancia policial y militar; arrestar a personas identificadas como responsables de la promoción del conflicto; establecer la posibilidad de controlar y censurar los contenidos de los medios de comunicación vinculados con la coyuntura conflictiva así como el derecho de reunión. Por otro lado, a partir del modo en que se canalizó la discusión pública sobre la sanción de las mps, los gobernantes pudieron reproducir y fijar sentidos en torno a las posiciones que ocupaban frente a actores sociales organizados y a grupos partidarios adversarios y, desde ese lugar, contribuir a reproducir la centralidad de los partidos políticos “tradicionales” en el sistema político. Desde esta óptica, entendemos que la sanción de mps cumplió, al menos, una doble finalidad. En primer lugar, reforzar el lugar de autoridad de los sectores gobernantes sobre cualquier actor social que buscara legitimarse como representante de intereses sociales por fuera de los marcos institucionales que ellos controlaban. En segundo lugar, enfrentar cuestionamientos al desempeño de los distintos partidos en el gobierno en su calidad de garantes del bienestar general por tener a cargo la dirección del PE.

Los años que transcurrieron entre finales 1968 y 1973, al igual que en la región, se caracterizaron por la radicalización de las posiciones ideológicas de los distintos sectores políticos; por el significativo crecimiento de los grupos de izquierda, lo que en Uruguay significó una amenaza para la pervivencia del bipartidismo y generó reacción en la mayoría de los sectores que conformaban al Partido Nacional y al Partido

Colorado; por el recurso a la violencia como medio de acción política y por la creciente presencia de militares en asuntos de gobierno. En lo económico, comenzaron a ser cada vez más evidentes los límites del modelo de crecimiento hacia adentro que se había consolidado en el período previo e impactar negativamente en las relaciones entre patrones y trabajadores, y a ser más fuertes los proyectos de reforma del modelo económico en un sentido liberalizador.

Como ya es sabido, el año 1968 significó un quiebre en las prácticas coercitivas dispuestas desde el gobierno. Sin embargo, puede señalarse que la lógica general en que se insertó el recurso al estado de excepción durante ese año guarda similitudes con las vistas en el período anterior. Era el primer año de un gobierno que cargaba con la responsabilidad de legitimar los cambios institucionales previstos por la reforma constitucional de 1966 y que se sentía puesto en cuestión por distintos cuestionamientos presupuestales realizados por organizaciones de funcionarios públicos. Con lo cual el recurso era favorable a una estrategia de fortalecimiento de la autoridad y de contención de la acción de organizaciones sociales extra partidarias –con creciente presencia de partidos de izquierda- que pretendían legitimar su capacidad para representar intereses sociales. Sin embargo, las mps sancionadas en ese marco mostraron varias novedades y evidenciaron un salto cualitativo en las prácticas autoritarias que el gobierno ejercía bajo su amparo. Por un lado, el estado de excepción dispuesto en junio de ese año tuvo una permanencia temporal inédita en el período anterior. Por otro lado, el espacio generado por la sanción de mps fue utilizado por el PE para disponer diversas medidas económicas de control inflacionario y para garantizar que ellas se cumplieran; para remover a jefes de empresas estatales que habían sido designados mediante aprobación parlamentaria; para militarizar a los trabajadores de los servicios públicos afectados por la conflictividad; para detener a personas vinculadas a las movilizaciones alcanzando cantidades mayores de detenidos que en instancias anteriores; para clausurar cada vez más periódicos, casi totalmente vinculados con sectores de izquierda.

A medida que los años transcurrieron un nuevo actor comenzó a cobrar mayor protagonismo: la guerrilla. A la ya frecuente conflictividad que el gobierno mantenía con los sindicatos, con otros sectores sociales crecientemente movilizados, como los estudiantes, y con una izquierda política que cada vez cobraba mayor fuerza, se sumó un nuevo factor que repercutió en los modos en que el PE hizo uso del estado de excepción

esgrimiendo una retórica anticomunista creciente junto con nociones identificadas con la seguridad nacional. Durante esos años, no solo rigieron mps casi ininterrumpidamente para hacer frente a conflictos de orden sindical –lo que parece haber sufrido modificaciones a partir de 1971– sino que se apeló a la potestad de suprimir garantías individuales a partir de 1970 en el marco del desempeño in crescendo del accionar guerrillero y, entre 1971 y 1972, se comenzaron a disponer medidas belicistas amparadas en la noción de guerra interna con el objetivo de hacerle frente, lo cual se imbricó con la represión al movimiento sindical y estudiantil. De ese modo se dio completo protagonismo a las FFAA para conducir las acciones de lucha contra la guerrilla en septiembre de 1971 y, en la primera mitad de 1972, se declaró el “estado de guerra interno” y se tipificaron varios delitos penales mediante la sanción de la “Ley de seguridad del Estado”. Para 1973 la crisis política tensó cada vez más la relación del PE y los partidos políticos no oficialistas que tenían representación en el Parlamento. La prolongada extensión del estado de excepción, junto con las medidas tomadas en los primeros años 70 y canalizándose mediante nociones afines a la “Doctrina de la Seguridad Nacional”, hizo posible que las FFAA accedieran a posiciones institucionales de tipo gubernamental, lo que se concretó al crearse el Consejo de Seguridad Nacional en febrero de 1973, dando paso al inicio de la dictadura cívico-militar.

Sin lugar a dudas la diversa índole de problemas que caracterizaron a este último período puede hacer pensar que el recurso al estado de excepción estuvo cruzado por múltiples lógicas. Algunas pueden ser rastreadas desde el período anterior. Por ejemplo la vinculada con la utilidad de esas medidas para consolidar el perfil gobernante de los actores políticos que controlaban el PE y para contener el crecimiento participativo de sectores organizados en sindicatos y gremios estudiantiles. Pero ello se vio afectado por una persistente agitación social, por la creciente conflictividad política tanto al interior del sistema partidario –que de por sí vio amenazada su característica bipartidista- como al exterior tras el in crescendo de la actividad guerrillera y el aumento del protagonismo militar en el marco de un contexto mundial muy distinto al del período anterior.

5. El estado de excepción en la Argentina (1958-1976)⁴

En el caso argentino, la principal medida de excepción prevista por la Constitución (desde su primera versión nacional en 1853) es el estado de sitio, que implica la suspensión de las garantías constitucionales en caso de “conmoción interior” o “ataque exterior” y que puede aplicarse en todo el territorio nacional o en una provincia o territorio afectados (Art. 23). Durante su vigencia, el presidente puede ordenar el arresto o traslado de personas, pero no aplicar penas o condenas. El Senado debe autorizar al PE a declarar estado de sitio en caso de ataque exterior, y en caso de conmoción interior solo puede hacerlo el Congreso, a menos que esté en receso y entonces la facultad queda en manos del PE.

Además del uso regular del estado de sitio en el ámbito nacional y provincial a lo largo de la historia moderna argentina, la principal forma de ejercicio institucional de la excepción en la segunda parte del siglo XX han sido las sucesivas leyes y medidas de “seguridad” que implicaban la suspensión del estado de derecho y que fueron aprobadas por el Parlamento o, más generalmente, sancionadas por decreto presidencial. Todas ellas se caracterizaron por una marcada militarización del mantenimiento del orden interno, que ya tenía antecedentes importantes durante el gobierno peronista de la década del 40.⁵ Como segundo rasgo importante, si bien aquí nos abocaremos a los regímenes democráticos, es necesario destacar que existe una llamativa continuidad jurídica e ideológica en la aplicación de ese tipo de leyes y las aplicadas por los gobiernos de facto que se alternaron durante todo el período.

Si se toma la época histórica que se inicia en 1955 con la caída del peronismo, deben tenerse en cuenta ciertos datos: los tres períodos constitucionales que se desarrollaron entre esa fecha y 1976 estuvieron jaqueados por la dinámica de proscripción del peronismo que estableció la llamada “Revolución Libertadora” militar que derrocó a Perón; por otra parte, ninguno de ellos llegó a concluir su mandato debido a la interrupción por golpes militares con fuerte apoyo civil que instauraron gobiernos de facto de mayor o menor duración. Los dos primeros períodos democráticos estuvieron en manos de diversas corrientes originales de la Unión Cívica Radical (Arturo Frondizi, 1958-1962, y Arturo Illia, 1963-1966). Ambos presidentes llegaron al poder con una legitimidad fuertemente mermada por elecciones con proscripción de los candidatos peronistas, mientras el principal líder partidario de esa fuerza se encontraba en el exilio. El tercer período constitucional (1973-1976) abarcó tres breves presidencias

peronistas una vez que la exclusión electoral de esa fuerza fue levantada en 1973.⁶ A pesar de que estos últimos mandatos fueron los gobiernos institucionalmente más legítimos del período por la libertad electoral restablecida, también fueron aquellos que habilitaron el mayor y más extremo uso de medidas de excepción en todo el período democrático contemporáneo.

En cuanto a los dos breves gobiernos constitucionales que se extendieron entre fines de los 50 y 60, ellos estuvieron atravesados por la dinámica de la Guerra Fría en el plano internacional y en el plano nacional por la dinámica de exclusión del peronismo y la presión golpista de las Fuerzas Armadas ante cualquier intento que implicara el retorno de la fuerza proscripta o de una política contraria a los intereses castrenses. En este contexto, la persecución del peronismo (marcada por una relación ambigua y cambiante) y del “comunismo” (considerando en ello sectores de izquierda amplios y difusos) por parte de los gobiernos democráticos –sobre todo con Frondizi- se plasmó en la sanción de medidas de excepción que se apoyaron en las figuras de estado de emergencia y estado de conmoción interna y una fuerte militarización de los conflictos internos. Ello incluyó una importante represión de protestas obreras en ámbitos laborales durante el gobierno de Frondizi, aunque no tanto en el de Illia –quien, por ejemplo, se negó a la instauración del estado de sitio ante la ola de conflictos laborales- (TCACH, 2003).

Estas diferencias dificultan establecer patrones comunes de funcionamiento en cuanto al uso de medidas jurídicas de excepción, aunque en ambos casos fue una constante la persecución política de los sectores mencionados, cada vez más enmarcada en los patrones de seguridad nacional de la Guerra Fría. En efecto, desde mediados de los 50, esos patrones comenzaron a permear ámbitos militares y también la política gubernamental democrática y su forma de entender los conflictos internos. Ello implicó la identificación entre defensa nacional y seguridad interior y se instaló una concepción bélica del mantenimiento del orden interno que suponía la existencia de fronteras ideológicas y un conflicto de nuevo tipo (“la guerra revolucionaria”) planteado por el enemigo comunista. Ello se produjo en el marco confluyente de la persecución y proscripción del peronismo y del surgimiento de los primeros focos de guerrillas armadas en el norte del país a mediados de los años ’60 y en pleno conflicto Este-Oeste (UGARTE, 2000 y 2003 y RANALETTI y PONTORIERO, 2010).⁷

De esta manera, en ese primer momento, las políticas de excepción estuvieron dirigidas a conflictos de tipo político leídos en clave ideológica de la Guerra Fría, pero en los cuales también se mezclaba el componente obrero y social fuertemente asociado al peronismo. No obstante, todo ello sólo tomaría forma jurídica a partir de las leyes de seguridad de la dictadura de 1966 que consagraron institucionalmente esta lectura ideológica de los conflictos sociales y políticos. Desde entonces, esas concepciones que ya habían permeado las políticas de excepción de los gobiernos democráticos de los años 50-60 se manifestaron en el uso sistemático y creciente del recurso a la excepción en los gobiernos democráticos de los años 70. Para entonces, la amenaza había pasado del enemigo comunista a la omnipresente y abarcativa “subversión”.

En efecto, los gobiernos peronistas de esta última década instauraron un uso sistemático de medidas excepcionales destinadas a reprimir cualquier forma de disidencia política en general considerada “marxista” dentro o fuera del peronismo, a disciplinar al movimiento obrero de tipo “clasista” o no alineado con el peronismo tradicional, al movimiento estudiantil y, en general, a las diversas formas de contestación y movilización social que se habían activado fuertemente desde fines de los años 60, al calor de un proceso más vasto y regional de radicalización política. Desde mediados de 1973, una vez iniciado el gobierno del propio Perón, se sucedieron decretos y leyes de prohibición de los diversos derechos constitucionales de expresión, información, huelga, trabajo, así como un endurecimiento de las penas y una ampliación de la definición del enemigo interno de manera laxa y sin marco jurídico preciso hasta incluir toda amenaza a “los valores de la Nación”. Desde mediados de 1974 ello se plasmó en una Ley de Seguridad altamente represiva y en el estado de sitio permanente –con la total suspensión de las garantías constitucionales- que no se levantaría nunca hasta el fin de la dictadura en la década del 80. Desde 1975, estas medidas de excepción se instalaron en el marco de una creciente y consecuente militarización del orden interno que se justificaba en la existencia de guerrillas armadas de izquierda que amenazaban la existencia de la nación y frente a las cuales el recurso a las Fuerzas Armadas aparecía como una garantía “legal” y “legítima” de control del orden en tanto el recurso a ellas estuviera amparado por una decisión de los poderes gobernantes. Desde octubre de ese año, la acción militar dentro del territorio nacional instauró los primeros centros clandestinos de detención y la práctica sistemática de la tortura.

Finalmente, en el marco de la tradición pretoriana de las fuerzas armadas argentinas, ello terminó por reactivar la autonomización golpista de esa corporación que destituyó los restos del gobierno peronista en marzo de 1976 e instaló una brutal represión clandestina hasta 1983 (FRANCO, 2010).

De esta manera, las medidas excepcionales durante las décadas del 50 y 60 se utilizaron de forma no orgánica para controlar los problemas internos derivados de la conflictividad política creada por la dinámica peronismo/antiperonismo y la presión golpista militar. Mientras tanto, crecía en el seno de los sectores de poder una lectura ideológica de la conflictividad interna basada en la tensión internacional Este-Oeste. Esta lectura, traducida como el problema de la “seguridad nacional” terminó de plasmarse institucionalmente durante el régimen militar de los años 60, para instalarse como práctica sistemática de disciplinamiento social y político de los gobiernos democráticos de la década siguiente.

6. Conclusiones

Como ha pretendido mostrar este trabajo, el recurso al estado de excepción fue una constante en los gobiernos democráticos de Argentina y Uruguay al menos en el período analizado. Consideramos que esta constante histórica abre nuevas vías de indagación para comprender el complejo funcionamiento de las democracias, las distintas manifestaciones del autoritarismo en cada país y además –en determinadas circunstancias históricas- evitar establecer fronteras absolutas entre democracias y dictaduras.

En cuanto al planteo y relevamiento histórico efectuado en esta ponencia, creemos que de él surgen algunos datos significativos que, desde luego, son aún muy iniciales y deben ser tratados con cautela. En primer lugar, es evidente que las medidas de excepción fueron utilizadas en ambos países para resolver problemas de diversa índole política –a veces asociados a reclamos laborales y sociales-. No obstante, la realidad material y la construcción simbólica de esos conflictos tuvieron cambios significativos a lo largo de un período que no puede ser considerado de manera homogénea. Así, podría decirse, como primera gran generalización, que durante las décadas del 50 y 60 el recurso a la excepción parece fuertemente marcado por las

tensiones del juego político local de cada país (peronismo/antiperonismo en la Argentina, tensiones con sectores castrenses; legitimación gobernante de los partidos en Uruguay). Un segundo momento parece dibujarse en torno al fin de los años 60 y la década del 70, cuando en ambos países aparecen nuevos actores –las guerrillas y los movimientos armados- que plantean serios cuestionamientos a las instituciones de gobierno y ponen a prueba las formas tradicionales de mantener el orden interno, lo que confluye con el crecimiento de las tensiones de la Guerra Fría en el continente y su ingreso en las órbitas del pensamiento de las élites políticas locales.⁸ En ese contexto, el universo ideológico denominado de la “seguridad nacional” parece imponerse y organizar ideológica y simbólicamente las medidas de excepción tomadas, así como la construcción del enemigo interno y su peligrosidad. Ello tendrá su in crescendo sostenido hasta el fin de los períodos constitucionales en 1973 y 1976 respectivamente. Esta diferenciación temporal, artificial pero plausible para ambos países, deja en evidencia que los años 60-70 constituyen una “época”⁹ a nivel regional delimitable históricamente. No obstante, a pesar de esos elementos que dan cuenta del clima epocal, es importante considerar que las modalidades que pautaron el recurso a la excepción mostraron tantas novedades como evidentes continuidades.

En segundo lugar, la forma de resolución de los conflictos a través de la excepción revela funcionamientos institucionales diferentes: mientras en Uruguay se recurrió con alta frecuencia a una figura existente en la Constitución, las mps, en el caso argentino se recurrió asiduamente a normativas creadas ad hoc para las circunstancias, las cuales podían aludir a figuras inexistentes en el ordenamiento institucional (“estado de guerra interno”, “estado de emergencia”, etc.).¹⁰ Igualmente, en ambos casos, la invocación de un ordenamiento legal preexistente como fundamento y de la sanción parlamentaria exhiben la necesidad de legitimación y la fuerza del poder simbólico de la legalidad invocada.

Esta cuestión deja en evidencia un delicado problema, que es la articulación entre medidas de excepción preexistentes en los ordenamientos jurídicos y aquellas otras creadas en coyunturas específicas y las diferentes razones que explican la elección por una u otra opción. Por ejemplo, ¿pueden explicarse por las diferentes culturas políticas nacionales, más institucionalista en el caso uruguayo, menos respetuosa de los ordenamientos legales en el caso argentino? ¿Los diferentes sistemas políticos

impactaron también en los modos en que se recurrió al estado de excepción? En relación con lo anterior, ¿los modos en que se construían los liderazgos políticos en uno y otro caso tuvieron influencia en el tema? En cualquier caso, queda para futuras indagaciones un examen detenido de estas lógicas cambiantes de innovación-creación y conservación-institucionalidad en el uso de las medidas de excepción.

De todas formas, en el caso de las normativas creadas ad hoc, es importante diferenciar aquellas medidas consideradas “represivas” o de “seguridad” de aquellas que implican un estado de excepción. En principio consideramos que unas y otras no pueden homologarse, y que las primeras son de excepción solamente cuando sus consecuencias jurídicas suspenden parcial o totalmente el estado de derecho. Esta distinción parece importante en una región donde la denuncia habitual de prácticas represivas tiende a colocar en un mismo conjunto prácticas muy diversas.

En tercer lugar, el recurso de la excepción en ambos países aparece fuertemente asociado a la militarización del mantenimiento del orden interno. Pese a que esa confluencia no es obligatoria ni definitiva de la excepción, ha sido una tendencia observada en diversos contextos (SCHMITT, 1985) y las formas en que esto se resolvió particularmente en los países que aquí abordamos dependió, por un lado, de dinámicas históricas y, por el otro, de relaciones de fuerzas coyunturales –estas fueron más evidentes en el caso argentino dada la habitual presión e intervención política de la corporación castrense-. En ese marco, el recurso a la militarización bajo el estado de excepción se convirtió en un mecanismo de legitimación estatal en cuanto las FFAA quedaron en el lugar de garantes del orden y la defensa nacional amenazados por los esgrimidos enemigos internos –atribución que simbólicamente parecía no recaer en la misma medida en las fuerzas policiales-. Y, hacia la década del 70, ello se correspondió con otro mecanismo que modeló el recurso a la excepción: la identificación entre defensa nacional (atribución de las FFAA en cuanto se refiere a conflictos externos) y seguridad nacional (referida al orden interno).

Cualquiera de estos factores revela la complejidad de los elementos involucrados en el análisis del uso del recurso de excepción así como de su definición teórica. Por el momento, todo ello abre más problemas y preguntas que respuestas, pero su presencia constante en las historias nacionales y regionales indica la pertinencia de focalizar un problema desatendido hasta el momento. Si las dictaduras parecen estar

deslegitimadas y generan rechazo inmediato de la comunidad internacional, sigue habiendo bastante discusión sobre si los estados de excepción deben ser regulados o no. Mientras tanto, las figuras de excepción siguen estando en los textos legales con un estatuto lábil, indefinido y manipulable en los vaivenes del juego político.

L'ÉTAT D'EXCEPTION EN URUGUAY ET ARGENTINE. RÉFLEXIONS THÉORIQUES, HISTORIQUES ET HISTORIOGRAPHIQUES

Résumé: *Cet article analyse du point de vue théorique et historique l'usage de l'état d'exception dans les régimes démocratiques de l'Argentine et l'Uruguay. Nous voulons mettre en évidence certains aspects du fonctionnement institutionnel de ces deux pays qui ont été oubliés à cause de l'importance prise par les dictatures du XX^e siècle et la dichotomie entre dictature et démocratie.*

Tout en prenant en compte les particularités de chaque pays, dans un premier temps, nous ferons le point sur l'état de la discussion historiographique à propos de l'état d'exception dans les deux pays. Dans un deuxième temps, nous étudierons l'utilisation historique des mesures d'exception pendant les années 50 et 70 du XX^e siècle. Cette analyse nous permettra de nous poser plusieurs questions de travail pour les recherches à venir.

Mots clés: *état d'exception; démocratie; Argentine; Uruguay.*

Referências bibliográficas

AA.VV. **El Uruguay de la dictadura.** Montevideo: EBO, 2004.

AA.VV. **Historia del Uruguay en el siglo XX (1890-2005).** Montevideo: EBO, 2008.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer. El poder soberano y la nuda vida.** Valencia: Pre-Textos, 1998.

_____. **Estado de excepción.** Buenos Aires: Adriana Hidalgo Editora, 2007.

ALONSO, Rosa y DEMASI, Carlos. **Uruguay 1958-1968. Crisis y estancamiento.** Montevideo: EBO, 1986.

AMARILLO, Ma. Del Huerto. **El ascenso al poder de las Fuerzas Armadas.** Montevideo: Servicio Paz y Justicia, 1986.

- BANDIERI, Susana et al (coords.). **Las escalas de la historia comparada. Tomo II: Empresas y Empresarios. La cuestión regional.** Buenos Aires: Miño y Dávila Editores, 2008.
- BAYCE, Rafael. **Cultura política uruguaya. Desde Batlle hasta 1988.** Montevideo: FCU, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Para una crítica de la violencia. En BENJAMIN, Walter. **Ensayos escogidos.** México: Coyoacán, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **Estado, gobierno y sociedad. Por una teoría general de la política.** México: FCE, 2006.
- BLOCH, Marc. Por una historia comparada de las sociedades europeas. En GODOY, Graciela y HOURCADE, Eduardo **Marc Bloch, una historia viva.** Buenos Aires: CEAL, 1992.
- BONAUDO, Marta et al. (coord). **Las escalas de la historia comparada. Tomo I: Dinámicas sociales, poderes políticos y sistemas jurídicos.** Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008.
- BRUNO, Mauricio. **La caza del fantasma. Benito Nardone y el anticomunismo en el Uruguay (1960-1962).** Montevideo: FHCE, 2007.
- CAETANO, Gerardo y RILLA, José. Los partidos políticos uruguayos en el siglo XX. En NAHUM, Benjamín (dir.). **El Uruguay del siglo XX. La política.** Montevideo: EBO, 2003.
- CASTAGNOLA, José Luis y MIERES, Pablo. La ideología política de la dictadura. En AAVV. **El Uruguay de la dictadura.** Montevideo: EBO, 2004.
- CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia (1955-1983).** Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1983.
- CEYHAN, Aysey y PÉRIÈS, Gabriel. Introduction. L'ennemi intérieur: une construction discursive et politique. En **Cultures & Conflits**, 43, otoño 2001 (On line, URL : <http://conflits.revues.org/index566.html>. Consultado el 29 marzo 2010.)
- COLLIER, David (coord.). **El nuevo autoritarismo en América Latina.** México: FCE, 1985.
- COREY, Robin. **Fear: History of a Political Idea.** Oxford: Oxford University Press, 2004.

- CORONIL, Fernando. El Estado de América Latina y sus Estados. En **Nueva Sociedad**, Caracas, No. 210, pp. 203-215, 2007.
- CORRADI, Juan et al (ed). **Fear at the Edge. State terror and resistance in Latin America**. California: University of California Press, 1992.
- D'ELÍA, Germán. **El Uruguay neo-batllista, 1946-1958**. Montevideo: EBO, 1982.
- DEMASI, Carlos. **Cronología comparada de la historia reciente del Uruguay. La caída de la democracia (1967-1973)**. Montevideo: FCU, 1996.
- DEMASI, Carlos; MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime. **La dictadura cívico-militar. Uruguay 1973-1985**. Montevideo: EBO, 2010.
- DE RIZ, Liliana. **La política en suspenso 1966-1976**. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- DEUS, Sergio. **Medidas prontas de seguridad**. Montevideo: Nuevo Mundo, 1969.
- ESTEVA GALLICCHIO, Eugenio. Los estados de excepción en Uruguay: hipótesis, aprobación y controles jurídicos o jurisdiccionales. En **Ius et praxis**, Talca, V.8, N° 1, pp. 147-169, 2002.
- FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société » Cours au Collège de France (1975-1976)**. París : Gallimard, Seuil, 1997.
- _____. **Genealogía del racismo**. Buenos Aires: Altamira- Nordan Comunidad, 1998.
- DERRIDA, Jacques. **Fuerza de ley. El fundamento místico de la autoridad**. Madrid: Tecnos, 1997.
- FRANCO, Marina. **Un enemigo para la nación. Orden interno, “subversión” y guerra (1973-1976)**. Buenos Aires, manuscrito en evaluación editorial, 210 p.
- GONZÁLEZ, Luis Eduardo. **Estructuras políticas y democracia en Uruguay**. Montevideo: FCU, 1993.
- IGLESIAS, Mariana. **La excepción y la regla. Estado, partidos políticos y medidas prontas de seguridad en Uruguay 1946-1963**. Tesis de maestría, 2010.
- ITZCOVITZ, Victoria. **Estilo de gobierno y crisis política, 1973-1976**. Buenos Aires: CEAL, 1983.
- LÓPEZ, Ernesto. **Seguridad nacional y sedición militar**. Buenos Aires: Legasa, 1987.
- LÓPEZ CHIRICO, Selva. **El Estado y las Fuerzas Armadas en el Uruguay del siglo XX**. Montevideo: EBO, 1985.

MARCHESI, Aldo; MARKARIAN, Vania; RICO, Álvaro; YAFFÉ, Jaime. **El presente de la dictadura. Estudios y reflexiones a 30 años del golpe de Estado en Uruguay.** Montevideo: Trilce, 2004.

NAHUM, Benjamín; FREGA, Ana; MARONNA, Mónica; TROCHON, Yvette. **El fin del Uruguay liberal, 1959-1973.** Montevideo: EBO, 1994.

NOVARO, Marcos. **Historia de la Argentina 1955-2010.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

O'DONNELL, Guillermo. Estado y alianzas en la política argentina. En **Desarrollo Económico**, Buenos Aires, N°64, pp. 523-554, 1977.

_____. **El Estado burocrático-autoritario.** Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1982.

_____. **Modernización y autoritarismo.** Buenos Aires: Paidós, 1972.

_____. **Democracia, agencia y estado. Teoría con intención comparativa.** Buenos Aires: Prometeo, 2010.

ODDONE, Juan. **Vecinos en discordia: Argentina, Uruguay y la política hemisférica de los Estados Unidos. Selección de documentos, 1945-1955.** Montevideo: FHCE, 2003.

Panizza, Francisco. **Uruguay: batllismo y después. Pacheco, militares y tupamaros en la crisis del Uruguay batllista.** Montevideo: EBO, 1990.

Perelli, Carina y Rial, Juan. **De mitos y memorias políticas. La represión, el miedo y después.** Montevideo: EBO, 1986.

PERIÉS, Gabriel. [Du corps au cancer : la construction métaphorique de l'ennemi intérieur dans le discours militaire pendant la Guerre Froide. Partes 1 y 2.](#) En **Cultures & Conflits**, 43, otoño, 2001.

PITTALUGA, Roberto. El pasado reciente argentino: interrogaciones en torno a dos problemáticas. En Bohoslavsky, Ernesto; Franco, Marina; Iglesias, Mariana y Lvovich Daniel (comps). **Problemas de historia reciente del Cono Sur.** Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

POTASH, Robert. **El ejército y la política en la Argentina, 1928-1945.** Buenos Aires: Sudamericana, 1971.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Economía y política en la crisis argentina. En **Revista**

Mexicana de Sociología, N°2, 1977.

PRZEWORSKI, Adam. **Qué esperar de la democracia. Límites y posibilidades del autogobierno**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

RAMA, Germán. **La democracia en Uruguay**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1987.

RANALLETTI, Mario y PONTORIERO, Esteban. **La normativa en materia de defensa y seguridad y la criminalización de las disidencias (1955-1976)**. En *V Jornadas de Trabajo sobre Historia Reciente*, Buenos Aires: UNGS, 2010.

RAPPOPORT, Mario y SPIGUEL, Claudio. **Relaciones tumultuosas. Estados Unidos y el primer peronismo**. Buenos Aires: Emecé, 2009.

RICO, Álvaro. **La dictadura y el dictador**. En DEMASI, Carlos et al. **La dictadura cívico-militar. Uruguay 1973-1985**. Montevideo: EBO, 2010.

_____. **Cómo nos domina la clase gobernante. Orden político y obediencia social en la democracia posdictadura. Uruguay 1985-2005**. Montevideo: Trilce, 2005.

RÍOS ÁLVAREZ, Lautaro. **Los estados de excepción constitucional en Chile**. En *Ius et praxis*, Talca, Vol. 8, No. 1, pp. 251-282, 2002.

ROUQUIÉ, Alain. **Poder militar y sociedad política en la Argentina**. Buenos Aires: Emecé, 1978.

SCHMITT, Carl. **Concepto de lo político**. Buenos Aires: Struhart & Cía, 2006.

_____. **La dictadura: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria**. Madrid: Alianza, 1985.

_____. **Teología política I. Cuatro capítulos sobre la teoría de la soberanía**. En ORESTES AGUILAR, Héctor. **Carl Schmitt, teólogo de la política**. México: FCE, 2004.

SARTORI, Giovanni. **¿Qué es la democracia?** Buenos Aires: Taurus, 2003.

SEMINO, Miguel, Ángel. **Medidas prontas de seguridad**. Montevideo: FCU, 1996.

SVAMPA, Maristella. **El populismo imposible y sus actores, 1973-1976**. En JAMES, Daniel (dir). **Nueva Historia Argentina; Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976)**, Tomo IX. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

TAUSSIG, Michael. **Un gigante en convulsiones**. Barcelona: Gedisa, 1995.

TCACH, César. **Golpes, proscripciones y partidos políticos**. En JAMES, Daniel (dir.).

Nueva Historia Argentina; Violencia, proscripción y autoritarismo (1955-1976), Tomo IX. Buenos Aires: Sudamericana, 2003.

VARELA PETIO, Gonzalo. **De la república liberal al estado militar. Crisis política en Uruguay 1968-1973.** Montevideo: Nuevo Mundo, 1988.

WEBER, Max. **Escritos políticos.** Madrid: Alianza, 1991.

ZAFFARONI, Eugenio. **El enemigo en el derecho penal.** Buenos Aires: Ediar, 2007.

Notas

¹ Desde luego esto no implica subsumir ni eliminar diferencias entre los regímenes autoritarios y democráticos, sino evitar las lecturas mitificadas de los períodos democráticos y las interpretaciones parentéticas de las dictaduras. Lo mismo puede decirse de los funcionamientos políticos de ambos países en cuanto a nuestra propuesta de matizar algunas de sus diferencias vistas como extremas.

² Para más información sobre el período ver, entre otros: AA.VV., 2004; AA.VV., 2008; ALONSO y DEMASI, 1986; CAETANO y RILLA, 2003; D'ELÍA, 1982; DEMASI, 1996; DEMASI y otros, 2010; GONZÁLEZ, 1993; LÓPEZ CHIRICO, 1985; MARCHESI y otros, 2004; NAHUM y otros, 1994; PANIZZA, 1990; RAMA, 1987; RICO, 2005; VARELA PETITO, 1988.

³ Cabe destacar que, según Miguel Ángel Semino, se dispusieron mps en 1957. No obstante, las fuentes a las que hemos tenido acceso no nos han permitido constatar el dato.

⁴ Como referencia general sobre el período y algunos temas claves, véase en general: CAVAROZZI, 1983; DE RIZ, 2000; ITZCOVITZ, 1983; LÓPEZ, 1983; NOVARO, 2010; POTASH, 1971; ROUQUIÉ, 1978; SVAMPA, 2003; TCACH, 2003.

⁵ Se trata de la Ley 13.234 de "Organización de la Nación para Tiempos de Guerra" (1948) que autorizaba el uso de las fuerzas armadas y la creación de zonas de emergencia bajo autoridad militar así como asignaba facultades judiciales al presidente de la Nación. Junto con el "estado de guerra interno" declarado en 1951, fue utilizada para la persecución de enemigos políticos del peronismo y la represión de huelgas obreras.

⁶ Nos referimos a los mandatos de Héctor Cámpora, entre mayo y julio de 1973 –con Perón aún proscripito-; Juan Perón entre octubre de 1973 hasta su muerte en julio de 1974 y su esposa y vicepresidenta hasta marzo de 1976.

⁷ En el afianzamiento de la seguridad nacional como criterio de las políticas de seguridad interior durante los regímenes democráticos fue particularmente importante la implementación del Plan Conintes (Connoción Interna del Estado) en 1960, durante el gobierno de Frondizi (TCACH, 2003).

⁸ Desde luego, por ejemplo, el "enemigo comunista" no era nuevo en América Latina, pero su construcción como amenaza internacional/continental que penetra en el plano nacional y que se debe eliminar es un producto de las lógicas de seguridad de los años 60-70.

⁹ En el sentido dado al término por GILMAN, 2004.

¹⁰ Vale la pena aclarar que en el caso uruguayo el recurso a este último tipo de figuras no estuvo ausente, pero primó –sobre todo en la primera parte del período considerado-, el recurso a una legalidad vigente y legitimada por su consagración constitucional.

JESUS CRISTO PRATICOU A DEMOCRACIA DUAS PERSPECTIVAS PROTESTANTES SOBRE A ORDEM POLÍTICA NO BRASIL DE 1945-1955

João Marcos Leitão Santos*

Resumo: Neste trabalho investigamos dois documentos sobre o protestantismo e a ordem política brasileira: *Manifesto aos crentes evangélicos, aos adeptos e simpatizantes, a todos os brasileiros que temem a Deus (1945)* e *Manifesto do Evangelismo a Nação Brasileira (1954)*, apresentados pela Confederação Evangélica do Brasil que se pretendia representante do protestantismo brasileiro. Cotejando a sua fala com o principal antagonista na disputa pelos bens religiosos no período, a igreja católica, procuramos estabelecer seus elementos identitários. Buscamos, assim, caracterizar os elementos distintivos na agenda política do protestantismo entre os dois pronunciamentos, resultado da dinâmica interna daquele segmento do cristianismo, sua politização e o processo de reordenamento na sociedade brasileira no mesmo período.

Palavras-Chave: Protestantismo brasileiro; Quarta República; Religião; Política; Brasil.

Introdução

O protestantismo continua periférico nos estudos sobre a história religiosa e sócio-política do Brasil. As razões são várias, desde as especificidades do fenômeno – que demandam certo tipo de especialização para a investigação, passando pela pressuposta irrelevância do sujeito, sua condição de religião minoritária – até a pulverização das fontes, e eventuais restrições ao seu acesso. A maioria dos estudos ainda está confinada aos espaços acadêmicos majoritariamente em instituições da mesma confissão religiosa. Todavia, as investigações têm levado autores como Santos (1999, 2001, 2007) a uma segurança crescente do protagonismo do protestantismo em diversos momentos da vida política do país que não permite mais o abandono do seu resgate para a nossa história.

A partir de uma observação do Brasil da Quarta República e da remissão a outros interlocutores da vida política, investigamos neste trabalho dois documentos síntese do protestantismo brasileiro sobre a ordem política nacional: *Manifesto aos crentes evangélicos, aos adeptos e simpatizantes, a todos os brasileiros que temem a Deus (1945)* e *Manifesto do Evangelismo a Nação Brasileira (1954)*, apresentados pela

* Doutor em História Social/USP. Universidade Federal de Campina Grande.

Confederação Evangélica do Brasil. No intervalo que separa os discursos, estes refletem a trajetória do segmento protestante em busca de renovada presença política e seu diálogo com outros interlocutores que propugnavam por modelos específicos da ordenação do Estado, do regime e das práticas governativas, notadamente, a igreja católica romana.

Já lembrava Delumeau em seus estudos sobre a Reforma do século XVI que “[...] há que se buscarem causas religiosas numa revolução religiosa” (DELUMEAU, 1989, p. 195). Sugerindo com isto uma perspectiva pertinente nesta investigação, no sentido da não sobreposição das diversas dimensões que envolvem os discursos. Assim, os documentos aqui analisados são textos de um sujeito de identidade, antes de tudo, religiosa, embora seu conteúdo transponha a problemática das crenças e da doutrina para enunciar-se num discurso político. Uma vez que, como lembra Bièler, “toda religião induz a política; toda política oculta uma crença” (BIÈLER, 1999, p. 31).

1.O Brasil se redemocratiza: os sujeitos religiosos se apresentam

Os antecedentes do período de democratização, inaugurados no governo Eurico Gaspar Dutra, foram marcados por mudanças sócio-econômicas associadas à crise de poder das oligarquias rurais, à industrialização, à crise do café, etc., cujas consequências políticas obrigavam, dos diversos setores, incluindo os sujeitos religiosos da sociedade brasileira, novos padrões organizacionais.

A indústria impunha suas demandas diretamente ao poder do Estado. Através da sua Confederação, sem a mediação político-partidária, os interesses agrários o fariam através dos Institutos e, ambos, no Conselho Nacional de Economia. Este processo de fixação de diretrizes implicava numa subordinação das lideranças regionais, na modernização do aparelho do estado e no controle do capital estrangeiro. Completava o círculo o controle sobre a força de trabalho em nome de uma pretensa “paz social” e, assim, impunha o requisito básico da acumulação.

Também merecem respeito os homens que, dotados de faculdades administrativas excepcionais, dirigem grandes indústrias, procurando, com suas aptidões, beneficiar a produção, cooperar na felicidade dos seus auxiliares, dando aos operários um teor de vida digno do seu trabalho. (MANIFESTO, 1945, p. 6)

O fim da 2ª Guerra trouxe também efervescência destas classes trabalhadoras com o Movimento de Unificação dos Trabalhadores e a Confederação dos

Trabalhadores do Brasil (1944), criando uma nova forma de mobilização. Havia o objetivo de esvaziar o descontentamento popular absorvendo sua liderança e burocratizando suas demandas. O então presidente Getúlio Vargas tentou um alinhamento com as classes trabalhadoras e com o empresariado no seu sistema político trabalhista de centro-esquerda e nacionalista, através do PTB e do PSD: fórmula precária de integração sob o “Desenvolvimento Nacional”.

Haviam articulações para novos partidos e já se colocavam duas candidaturas que polarizavam a sucessão de Vargas: o PSD, assimilando o espectro social dependente do Governo, agregando os antigos partidos republicanos e substituindo-os por suas sedes regionais e, o UDN, com poucas possibilidades eleitorais em função de constituir-se como frente única dos descontentes, além da organização do PCB¹.

Eurico Dutra buscou autonomia em relação à máquina PSD/PTB que o elegeu e a Vargas que o apoiou contra Eduardo Gomes, passando a defender o rijo controle sobre as classes subordinadas - conseguida pela desmobilização, consenso e paternalismo² - para combater o aparecimento de instituições autônomas e construir no operariado urbano uma base ideológica e comportamental, ao mesmo tempo em que favorecia a iniciativa privada, abrindo um bom diálogo com os EUA através da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, bem como a economia do mercado estrangeiro.

1.1. Catolicismo

Neste contexto a igreja católica surge como ator relevante que superara a condição de subordinação que o regime de padroado impusera durante o Império, subjazendo, todavia, à ideia de que, a experiência de fé prescindia o compromisso e a ação política. Este perfil passou a se modificar na segunda década da experiência republicana. Sendo a *Carta Pastoral a Olinda*, do Cardeal Sebastião Leme, considerada por muitos o marco inaugural de uma nova perspectiva com vistas a “penetrar nas principais instituições sociais” (MAINWARING, 1989, p. 45).

A década de trinta tinha sido fecunda em prover o catolicismo de elementos para a nova ordem democrática. A liderança de D. Sebastião Leme e suas relações interpessoais com Getúlio Vargas, a Ação Católica – que alinhada à Sé Romana era o pólo de aglutinação das ações do laicato –, a Liga Eleitoral Católica, o Centro D. Vital com os intelectuais que em torno dele se organizaram, já indicavam a possibilidade e a

necessidade de uma ação política orientada, restando como tarefa sua adequação à conjuntura do novo contexto (ROMANO, 1979).

No cenário de novos atores políticos e novas perspectivas ideológicas, o catolicismo estava bastante atento para o fato de que as disputas políticas não permitiam vacuidades, isto é, não haviam espaços vazios na arena política. Assim, era urgente a tarefa de organizar a sua intervenção política.

O principal recurso foi a organização – sem autonomia – do laicato na igreja³², e um maciço enfrentamento nas questões relativas à educação: fatores que conjugados favoreciam a estratégia católica de manter o Estado formalmente laico, restrito ao plano legal, mas sujeito a ampla intervenção dos interesses eclesiásticos. Este quadro não causa estranheza se entendermos que “o estado, percebendo que tinha muito a ganhar com a Igreja, seguiu a oportunidade de negociar alguns privilégios em troca da sanção religiosa” (MAINWARING, 1986, p. 47).

Uma expressiva evidência desse acordo pode ser visto em um documento da Igreja, emanado do Episcopado, com o sugestivo título de *Disciplina e Obediência ao Chefe de Governo* de 1942. Havia disseminada no clero e nas lideranças católicas, a ideia de que o discurso varguista do anticomunismo, da ordem, do nacionalismo como proposto na legislação vigente, convergia com a doutrina social da Igreja – aporte ideológico do catolicismo a partir dos anos 30, com vistas a “catolicizar as instituições” do Estado.

Em 1945 a igreja afirmava, claramente, – como se vê no Episcopado – sua postura reforçando o modelo de aliança em construção desde os meados dos anos vinte (AZZI, 1977).

Sem a colaboração da igreja, qualquer esforço inspirado em falsos princípios será frustrado, senão imprudente. Ao reformar as instituições e regenerar os costumes, a intervenção da Igreja é uma condição necessária para o sucesso (EPISCOPADO, 1945 p. 422)

Há uma ambivalência recorrente nos discursos e iniciativas do catolicismo no processo de sua afirmação política. Por um lado, sua força social estava associada ao contingente de profanos daquela religião, muito embora a maior parte dos brasileiros fosse de “católicos nominais”: aqueles que assim se declaram sem, contudo, vivenciarem a sua religião. A “irreligiosidade” dos católicos deveria ser corrigida,

porque “a ignorância religiosa continua a ser o maior óbice à dilatação do reino de Jesus Cristo” (IGREJA, 1946, p. 942).

Por outro lado, institucionalmente, a ação visava intervir e influenciar na ordem política. Esforço este que se condicionava ao primeiro, pois o poder de diálogo, enfrentamento, ou pressão dependia da capacidade de mobilização de contingentes expressivos da sociedade, por isso, a exigência de “recatolicizar” os católicos”.

Segundo a hierarquia, o reordenamento do país era antes de tudo uma questão moral, entendida como redirecionamento das consciências para conformar-se a um padrão que era a doutrina cristã, católica. O acento recaía sobre a família e a educação. Entretanto, o cenário se mostrava incerto. A emergência de outras forças fez com que a igreja elege-se, precocemente, seus adversários. Dentre os quais se destacavam o comunismo e o protestantismo, além da secularização e do “modernismo”. Nesta investigação interessa em particular a “ameaça protestante” que além da expansão numérica também revelava crescente presença social.

1.2.O Protestantismo

Como indicamos em outro trabalho (SANTOS, 2001), o protestantismo na Quarta República reflete o fato de, a partir dos anos 20, haver o favorecimento jurídico das religiões não-católicas, sem que isso implicasse em menor pressão por parte da Igreja Católica, sobretudo, os benefícios da aproximação com o Estado na Era Vargas.

Com o fim do período Vargas, a experiência pluralista, cuja marca política estava na Assembleia Nacional Constituinte de 1946, foi recebida com entusiasmo pelo protestantismo, o qual via no governo Estado Novo, um afastamento progressivo do seu sonho democrático e via um favorecimento ao culto católico.

O protestantismo estava emergindo de suas crises institucionais⁴ no período anterior. Em franco crescimento, adentrava discretamente nas classes médias, sobretudo, através dos colégios, ao mesmo tempo em que abria novos espaços de participação política como se mostra na representação parlamentar, mantendo, todavia, restrições quanto à aproximação das forças de esquerda.

Tal inserção política foi incrementada subsequentemente através da militância da juventude evangélica, principalmente através da *União Cristã Evangélica Brasileira*. Sua dinâmica alcançou desde um pietismo esclarecido até a prática de guerrilha, os

quais viram em Richard Shaull⁵ seu principal ideólogo. Esta intervenção teve o incremento também pela ação da Confederação Evangélica Brasileira-CEB.

Como resultado dos esforços protestantes na América Latina, em 1916 no Congresso do Panamá, os países incrementaram seu processos organizativos com vistas a fortalecimento do empreendimento protestante. Criada em 1934, a Confederação resultou da fusão da Comissão Brasileira de Cooperação, do Conselho de Educação Religiosa e a Federação de Igrejas, sucedâneos da União das Escolas Dominicais e da Aliança Evangélica, respectivamente.

A organização tinha como metas; o incremento das relações internacionais com agências de interesse protestante; a expansão da ação missionária nos países de língua portuguesa; a promoção das missões indígenas; a ampliação das atividades das denominações protestantes no país; e a reunião de associações dispersas para o trabalho social.

No dizer de Alexander Reily,

Intensifica-se o movimento feminista. As correntes imigratórias avultam, sobretudo do Extremo Oriente. A situação econômica do país avoluma o problema das classes laboriosas. Há um despertamento de forças sociais que buscam expandir-se em benefício do país. (REILY, 1989: 255)

Como resposta às dinâmicas da sociedade brasileira, a Confederação instituiu os Departamentos de Imigração e Colonização, a Ação Social, as Atividades Religiosas e Educativas, a Mocidade e, a Literatura para a realização de ações específicas. Góes nos informa que

Pretendia ser a Confederação o instrumento de expressão das aspirações das igrejas evangélicas brasileiras, mantendo contato com a imprensa e com os órgãos do governo. Pretendia, igualmente, contribuir para o equacionamento dos problemas nacionais numa perspectiva evangélica e estabelecer críticas a situações que viessem a deformar o sentido pleno da humanidade e atingir os direitos e a liberdade de culto. (GÓES, 1989, p. 124).

Apesar de, em 1942 no Congresso de Obreiros da Confederação Evangélica do Brasil, ao conferenciar sobre o tema “O Evangelho mais Amplo”, o reverendo Galdino Moreira afirmar que:

o evangelho não é para um grupo... é para o mundo presente e que luta com suas atuais condições físicas, sociais, econômicas, materiais e espirituais. E que os homens de hoje não estão preocupados

*primariamente com coisas distantes, com o céu, com o futuro depois da morte, mais com a vida agora. [...] não se está preocupado com teorias e doutrinas, mas com **homens e realidades contundentes e fortes** (MOREIRA, 1942, pp. 15,17) (grifos nossos).*

a resistência a atividade política era prevalecente.

Igualmente no relatório da Secretaria Geral da Confederação Evangélica do Brasil, no biênio 42-45, após os lamentos pelos flagelos da guerra, afirmava o Secretário-Geral:

*O mundo caminha mais e mais para a autoridade representativa. Os governos, **sem desprezar os direitos individuais**, sugerem as classes que se organizem, e as associações que se congreguem. É do próprio interesse de cada classe de indivíduos e de cada grupo de entidades associar-se, para melhor alcançar os seus fins, pelo poder da representação. **Não poderiam as igrejas evangélicas desprezar este exemplo.** (ANDERES, 1944, p. 12) (grifo nosso)*

E no item dois do mesmo relatório, a Defesa do Evangelismo, afirma que “a defesa dos **interesses do evangelismo** gira em torno de **insinuações malévolas dos inimigos da liberdade religiosa** pela imprensa; da intromissão indébita e abusiva de determinada corrente religiosa nas repartições públicas [...]”, (Id. p. 12) [grifo nosso] o que nos deixa uma dupla evidência: primeiro que havia claros e determinados *interesses do evangelismo* a serem administrados; segundo, que a batalha pelo estabelecimento ou pela defesa destes interesses tinha como arena o espaço profano, público, mesmo que se reconhecesse a ingerência de “determinada corrente religiosa”, mencionado ainda, a imprensa e setores do poder público. Os antagonistas são descritos de forma contundente:

[...] traidores da fé, emissários do diabo, pois só assim poderiam ser classificados os que pretendessem valer-se dos desígnios de sagrados da religião cristã, para trair e avassalar os povos que os recebem, ou que pretendessem modificações políticas que escapam a alçada da igreja, por mais justas que pareçam. (MANIFESTO, 1945, p. 42).

Vale lembrar que a Confederação Evangélica do Brasil, incluída por dispositivo estatutário, é organizada como órgão de representação do protestantismo. Mas o contexto parece sugerir a um observador mais atento, que o nível de representação, não esgotava completamente as possibilidades de assegurar tais interesses e, no protestantismo em geral, a resistência à intervenção política direta prevalecia.

As Igrejas Evangélicas Brasileiras que, desde os primórdios de sua obra, vêm preparando os seus membros e congregados para o devido desempenho dos deveres cívicos e sociais, não participam de movimentos políticos, mantendo seus púlpitos e suas aulas de religião em terreno neutro de doutrinação cívico-religiosa, não partidária. (MANIFESTO, 1945, p. 45).

Já nas Assembléias Gerais de 1928 e 1936 A Igreja [Cristã] Presbiteriana no Brasil toma clara posição quanto à intervenção política.

O S. C. [Supremo Concílio] afirma: 1º - que o ministro não pode interferir numa campanha política sem prejuízo de sua obra evangélica e influência espiritual; 2º - que precisa conservar-se neutro numa questão em que os membros da Igreja estão divididos; 3º - recomenda que os crentes exerçam seus deveres cívicos e políticos. (ASSEMBLEIA, 1928, pp. 38, 39).

O S. C. resolve declarar que escapa a sua competência como Concílio espiritual, opinar sobre ideologias e partidos políticos – Compete aos cristãos obedecer às autoridades legitimamente constituídas e realizar os deveres de cidadão, nunca devendo adotar qualquer ideologia que atente contra os princípios evangélicos da liberdade civil, de consciência e da ordem e da paz social. (ASSEMBLEIA, 1936, apud. NEVES, 1950, p. 200)

Desta forma, fica estabelecido explicitamente o interdito sobre a participação política.

1.2.1. Em busca de um perfil político do protestantismo

A imprensa protestante, anterior aos anos 40, tem uma característica fundamental: oferecer ao eleitorado evangélico orientação política, particularmente quando referido a pleitos eleitorais. Estabelece o Manifesto:

Quanto às eleições nacionais que para breve se realizarão, recomendamos aos nossos irmãos, que se abstenham de qualquer atuação política que envolva a responsabilidade da igreja, pois esta não tem outra missão a cumprir senão formar o caráter dos seus membros de tal maneira que eles adquiram capacidade individual para o exercício do voto e escolha de partidos que melhor atendam suas tendências sociais... e desde que esses programas não estejam em contradição com os princípios morais e éticos do Evangelho. Entretanto, todos nós nos sentimos obrigados a trabalhar pela adoção de leis que melhorem as condições dos trabalhadores. (MANIFESTO, 1945, p. 45).

Embora se combata o fascismo, o franquismo e o integralismo – compreendendo estes como tendo como “patrono” o catolicismo –, o maior perigo ainda é o comunismo, “inimigo da família brasileira”. Há uma profusão de artigos nos jornais em relação ao comunismo, destacando, sobretudo, a falta de liberdade nos países da cortina de ferro.

A queda de Vargas foi vista como “tranquilizadora para o Brasil”. Quanto a fixação das eleições, esta deve ser entendida pelos protestantes como uma vitória da democracia. A visão de uma ordem calcada sobre a democracia também tem um cunho utilitário, pois é o “melhor clima para a pregação” e, portanto, o momento do exercício da cidadania protestante.

São 300.000 protestantes em condição de votar e fazer prevalecer seus interesses se, com isso, atentarem principalmente para os candidatos e os partidos com seus programas. Não se admite mais a apatia política; as reservas sim, abster-se de votar, não. A chave para a conduta protestante está na tríade de respeito à autoridade. Bastando dela, nada receber senão o direito e, conservar a independência em relação a governos, porque “[...] importa obedecer as autoridades constituídas não pelo temor do castigo, mas por amor a ordem e ao bem estar da coletividade” (MANIFESTO, 1945, p. 21).

Havia um receio um tanto sutil de confundir participação com subordinação, isto é, não confundir civismo e patriotismo com apoio ou comprometimento com o governo. A bandeira de luta foi sempre a liberdade de consciência como apanágio da liberdade religiosa, cujo exercício cívico, ou seja, o voto, é uma expressão prática efetiva.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, há um *discreto* apoio à candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes para “não dar a entender” algum partidarismo político. Entretanto, a opção é mesmo pelo Brigadeiro. Não é difícil inferir a razão, se compararmos os discursos de ambos neste ponto de particular preocupação do protestantismo com a liberdade religiosa. Como exemplos, podemos citar pronunciamentos ocasionais de ambos candidatos, como podemos ver a seguir; Dutra em Belo Horizonte:

*Sensibilizado pela ambiência cristã da terra mineira, não quero terminar estas palavras, se elevar meus pensamentos aos esplendores da religião, de forma tão sugestiva representada, em arquitetura característica em suas igrejas em todo o seu território. Nesta hora de crise tremenda por que passa o mundo, neste momento inquieto da vida nacional, quando o sentimento anti-religioso animando partidos, conspira contra a **crença***

que embala e protege o Brasil desde o seu descobrimento, cumpre-nos marchemos ombro a ombro, todos os que temos como dever zelar pelos destinos da Pátria brasileira [...] Nessa luta desassombrada, na qual estamos também empenhados, contra declarados inimigos da Igreja Católica, da civilização cristã, da idéia de Pátria, da atual ordem econômica e social, enfim, nessa ameaça ao Brasil, no que ele tem de substancial na vida do seu povo e na seiva do seu nacionalismo, é dever patriótico contar com o apoio de todos e com todos cerrar fileiras contra o adversário comum. (O Globo, 08.09.1945) (grifo nosso)

Eduardo Gomes, à imprensa carioca:

Quando se diz liberdade, não se pode pensar em limitações, senão aquelas que a lei impõe. Sou católico praticante como não é segredo para ninguém. Mas por ser católico, não é que vou exigir todos os meus patrícios o sejam. A liberdade de culto é um dos postulados que constitui a democracia. Falsearia, inteiramente, os ideais democráticos, se pretendesse limitar a liberdade de culto ou a liberdade de pensamento. (O Globo, 28.08.1945)

3. Um modelo de intervenção política

A esfera política é o espaço de enfrentamento onde os grupos que ocupam o poder e os que o perseguem lutam contra os que lhes ameaçam os projetos. Enfrentamento este cujo caráter é fornecido, em regra, pelo *status* social dos oponentes.

De modo geral, como sugere Duverger (1970), a relação entre o conflito e a integração é complexa. A contestação da ordem social existente é imagem e projeto de uma ordem superior que se persegue. Nesta ambiência, as instituições políticas determinam o quadro no interior do qual se desenrolam os combates políticos e se desenvolvem os antagonismos; arena que também é um fator destes antagonismos.

Assim, relata Duverger

Integrando cada um dos comportamentos particulares numa representação do conjunto da política, as ideologias influenciam estes comportamentos. A influência é tanto mais forte quanto mais complexa, mais precisa e sistematizada é a ideologia, quanto mais o cidadão a conhece melhor, e mais completamente a ela adere.

Cada atitude política particular é ao mesmo tempo a resposta a uma situação concreta surgida na vida social e a manifestação de uma visão global do poder, das suas relações com os cidadãos e dos conflitos de que ele é alvo, visão global que constitui precisamente a consciência política. Quanto mais a consciência política estiver desenvolvida maior é a sua influência e menos cada atitude é comandada pelos dados da situação particular. (DURVEGER, 1970, p. 117) (grifo nosso).

Estas questões, às quais demos destaque, são as mais pertinentes para a compreensão da intervenção política do protestantismo no Brasil. Principalmente porque, se a intervenção buscava maximização da eficácia, a precisão e sistematização das suas concepções sobre a ordem social e prática política eram proporcionalmente crescentes, a fim de produzir adesão e resposta ao contexto de sua inserção. Dessa forma,

A formação da mentalidade trabalhista garantirá o futuro da nossa Pátria, porque somente os cérebros metalizados poderão acreditar na possibilidade de um mundo novo e feliz onde não se realizem estas condições: liberdade para o desenvolvimento dos dons e capacidades, com relativa melhora nas condições de vida; respeito a propriedade particular, adquirida legitimamente e sem prejuízo da possibilidade de trabalho para outros que estejam privados da terra, mercê do latifúndio; direito do trabalhador a um salário que responda por todas as exigências da vida, como seja alimentação, tratamento de saúde, educação dos filhos, limitação de horário, férias regulamentares, estabilidade e aposentadoria.

[...] todos os que possam dar aos nossos patrícios a inteligência das leis trabalhistas que, executadas e melhoradas, constituem desde já o alicerce de uma harmonia fecunda entre as classes trabalhadoras.

A estabilidade, depois de dez anos, e a indenização proporcional aos anos de serviço têm como finalidade formar um ambiente tranquilo no lar proletário, livre do terror do desemprego [...]

A proteção a gestante, as licenças remuneradas para tratamento de saúde, as férias periódicas sem prejuízo dos vencimentos, a proibição de trabalho para mulheres e crianças, em serviços e lugares perigosos, completam a legislação previdente [...] (MANIFESTO, 1945, p. 30)

Os salários, as horas limitadas de serviço, a proibição da interrupção do trabalho, a título de represália dos patrões, o acréscimo do salário para melhorar o padrão de vida aos que trabalham horas além das normais, a regulamentação do serviço noturno [...]

Também devemos notar que essa legislação é o maior benefício que se poderia oferecer aos empregadores, pois nivela as obrigações, evitando as competições desonestas à custa do sangue do trabalhador. (MANIFESTO, 1945, p. 31)⁶

A percepção capaz de responder à demandas sócio-políticas de seu ambiente e de sua época seria o resultado da *perspectiva* (visão global) da conjuntura ampliada, anunciada no Manifesto como estando o evangelismo “atento aos problemas da civilização moderna, preservando o seu esforço de aliviar o sofrimento e alertar a opinião pública contra os erros cometidos, visando atingir as fontes donde surgem a

corrupção e a miséria” (MANIFESTO, 1945, p. 2). Isto não só no plano secular, como também entendida enquanto missão da igreja e expressão da fé no serviço, uma vez que “não existe felicidade sem exclusão do mal. E exclusão do mal só se efetiva por meio de um poder sobrenatural na luta entre matéria e espírito”, e ainda “a tremenda catástrofe que assistimos só pode ser enfrentada pela noção cristã de serviço[...]” (MANIFESTO, 1945, pp. 17,18) para o bem de todos. Então,

A todos vós, que tendes dado atenção às nossas considerações; que desejais um mundo melhor depois da guerra tremenda, fruto das ambições desordenadas; que esperais para nossa pátria querida uma esplêndida oportunidade para servir aos outros povos, pelo seu exemplo e pela sua cooperação, entregamos o exame dos fatos e a síntese das nossas conclusões: os males que nos assoberbam têm como fonte única o desrespeito aos ensinamentos dos Evangelhos, a deturpação dos seus propósitos, a recusa do Reino de DEUS pelos homens da geração presente, para os quais se tornou preferível uma religião tradicional em vez da vida de comunhão com CRISTO e a submissão aos seus mandamentos. (MANIFESTO, 1945, p. 40) (grifo nosso).

Somente assim poderia expectar uma atitude política ativa – bem delimitada – destinada a distinguir-se da postura católica. Prevenindo-se contra falsas compreensões, cuidou de afirmar o Manifesto:

Cumprir informar a todos quantos se interessam pelas nossas comunidades que adotamos os princípios cristãos de absoluta separação entre a Igreja e o Estado, esperando desse o respeito para com a liberdade de consciência e de pensamento, oferecendo-lhe a nossa leal ajuda, no sentido de formar uma geração respeitosa para com os governantes, fiel aos deveres cívicos, honesta nas suas atitudes e propósitos. (MANIFESTO, 1945, p. 44)

A ideia de nação possui duas espécies de iniciativa sobre os antagonismos políticos: como sistema de valor, ela restringe o conflito pelo consenso nacional (integração) e os exprime dissimulando interesses dos grupos por trás de uma ideologia (camuflagem). Para o protestantismo seus valores perpassavam o ideal de nação, entendida através da perspectiva seguinte:

Por melhor que sejam as leis, jamais serão eficientes, se não formarmos uma geração de sadio patriotismo e de fidelidade absoluta aos destinos da nação. Patriotismo verdadeiro não exalta, apenas, a beleza dos céus... nem vive das glórias dos heróis do passado... o leal servidor da Pátria respeita o Governo, cumpre as leis, protege e respeita os direitos dos concidadãos, pois um povo será respeitado por outros povos na

medida em que ele mesmo saiba honrar e respeitar a cidadania dos seus compatriotas. (MANIFESTO, 1945, p. 26) (grifo nosso)

Além de experiências como, a União Cívica Paulista, a Coligação Pró-Estado Leigo nos anos vinte, o procedimento de grupo de pressão pode ser reconhecido facilmente na presença da Confederação Evangélica do Brasil, na estratégia de operar conforme o direito de associação para defesa de interesses.

Secundamos os apelos ao nosso governo para que todos os cidadãos se agreguem em sindicatos legítimos, procurem descobrir e eleger os melhores homens para a direção desses grêmios, afim de que a vontade dos trabalhadores, legitimamente apresentada e defendida, em harmonia com os interesses dos empregadores e membros de profissões liberais, seja respeitada em todo o território nacional. (MANIFESTO, 1945, p. 25).

O protestantismo – fundado em crescimento numérico e levado a uma população de quase 4.000.000 de aderentes, trouxe sobre si inevitável visibilidade social, beneficiando-se também de uma conjuntura simpática à pluralidade na manifestação das ideias, antítese das coerções do Estado Novo – apresenta-se como um interlocutor cada vez mais ativo no país. Todavia, esta sua crescente presença social antagonizava com sua retórica clássica de ocupar-se apenas das questões “espirituais” e de uma quase cúmplice sujeição ao Estado e ao governo.

Nós discípulos do Senhor JESUS CRISTO, de boamente nos submetemos ao nosso governo, acatamos suas determinações e acreditamos que somente este governo tem a capacidade de nos determinar... quando nossas liberdades e atitudes devem ser alteradas, para a salvaguarda dos interesses políticos de comunidade nacional. (MANIFESTO, 1945, p. 44).

o desrespeito as leis do país [...] No sentido religioso podemos afirmar que pouca esperança resta para os tais de obter salvação eterna [...] (MANIFESTO, 1945, p. 31)

Com interesses ancorados em valores religiosos, o protestantismo imaginava um Brasil ao qual a ele coubesse o dever e empenho de construir. “A Confederação Evangélica do Brasil reunida para *analisar os problemas do pós guerra*, compreendeu que deveria dirigir-se a todos os que se interessam em contribuir [...] no sentido de vitalizar a sociedade brasileira” (MANIFESTO, 1945, p. 3). O processo não era simples pois, implicava forjar uma identidade para si mesmo e enfrentar outros sujeitos sociais

expressivos, marcadamente a igreja católica romana. A pátria seria, pois, vitalizada de dissensão.

O momento mais radical nesta trajetória parece ter sido a viabilização de uma organização político-partidária que se imaginava ser capaz de fazer convergir sobre si – além dos próprios adeptos do protestantismo –, setores sociais simpáticos aos elementos do seu discurso, o que não resultou em sucesso.⁷

4. Protestantismo: representação e comportamento político

Na explicação proposta por Greaves, sobre o comportamento político do protestantismo, está um elemento aplicável a nossa investigação. Diz o autor:

Além da influência na promoção da uniformidade exercida pela tradição, costumes, hábitos, imitação, educação e impacto do código social aceito, existem similaridades de experiências entre aqueles que vivem no mesmo meio. Tais são as bases irrefutáveis da unidade social [...]

Quanto maior a disparidade de experiências entre diferentes grupos e classes na nação, tanto menos provável é o acordo de ideias, pois, subjacente ao acordo está o fato de estímulos semelhantes tenderem a mesma reação em organismos similares condicionados. (GREAVES, 1969, p. 129).

Em outras palavras, do ponto de vista da organização e da vida social, o protestantismo e os demais segmentos sociais viveram a mesma experiência, e outros acontecimentos como a Segunda Guerra, sob a mesma ordem política, o Estado Novo.

A variação no cenário político e o mencionado pluralismo que se instituiu, facultava que agora as ideias se emancipariam do arcabouço forjado pelo Estado autoritário, e do apelo à unidade em função da guerra, com perspectiva teleológica de progresso: “Ó caríssimos irmãos em nosso Senhor JESUS CRISTO! Recomendamos-vos que participeis do esforço universal na organização de um mundo melhor [...]” (MANIFESTO, 1945, p. 15).

Portanto, mesmo herdeiro de similaridades de “condicionamento”, cada grupo vai, simultaneamente, manter a herança recebida e incorporar-se a nova conjuntura, apresentando suas concepções e suas cosmovisões, porque “O panorama da nossa Pátria, nas suas transformações sociais, permite-nos acalentar a esperança de que será possível alcançar dias melhores [...]” (MANIFESTO, 1945, p. 7). O protestantismo caminhou para uma compreensão de Estado como uma entidade cooperativa, “cativo” da eliminação dos elementos impeditivos ou inibidores desta cooperação. Tornando-se,

dessa maneira, mais importante criar instrumentos que impeçam o litígio, do que apenas criar fórmulas para resolvê-los – o que representa em última análise garantir a sua sobrevivência em condições ideais. Isto seria facilitado se fosse possível mapear previamente as origens das tensões que concentram suas forças sobre as matrizes da coesão social. Parte expressiva do Manifesto se destina a propor uma concepção de Estado.

*Uma clara noção de Estado deve ser retificada e divulgada entre todos os que amam a pátria e desejam-lhe dias sempre melhores para o futuro. **Governo** é a expressão da vontade de um povo, por meio de eleições, onde essa vontade seja manifestada livre e conscientemente. A **liberdade** consiste em evitar as interferências alheias à manifestação pessoal. Uma **eleição** não passa de uma fraude legalizada, quando interfere em forças que procuram coagir a vontade do cidadão [...] A consciência, necessária para o cumprimento da escolha, é o estado em que o indivíduo [...] escolher entre os candidatos indicados. Chamados, pois, ao exercício do voto, roguemos a DEUS, primeiramente, que um sincero patriotismo, uma nobreza cristã, presida os destinos do povo, e que as eleições sejam feitas, visando o engrandecimento da Pátria e não aos mesquinhos interesses de castas e grupos. **Devemos fazer de nosso voto o expoente de nossa fé, de nossa religião, de nosso Cristianismo.** (MANIFESTO, 1945, p. 21) (grifo nosso)*

Esta coesão, objetivo do Estado e jamais unanimidade, pode ser facilitada na medida em que se consiga estabelecer elementos gregários suficientemente fortes (anticomunismo, ordem, nacionalismo, etc.) que permitam o compromisso dos diversos atores políticos e sociais, através da adequação de meios que promovam a “adaptação pacífica” destes setores na – nova – ordem institucional.

Assim, é possível compreender que o protestantismo enquanto se qualificava – pela via organizacional – para participar do reordenamento da vida democrática, colocava-se acessível ao compromisso político, desde que não antagônico a axiologia dos seus fundamentos religiosos. A própria fé era a matriz para a cidadania cooperativa, pois, “nunca se ouviu dizer que alguém se tornasse mau cidadão, esposo infiel, pai desnaturado, empregador desarrazoado, funcionário indigno” pelo fato de observar a lei divina (MANIFESTO, 1945, p. 16).

Sob certo ponto de vista, não seria equívoco afirmar que o protestantismo se encontra num “estranhamento cultural”, uma vez que:

Em qualquer dado período da história de uma cultura, alguns indivíduos se interessam pelo estranho, pelo desprezado, e pelos valores incompreendidos,

Similarmente, aqueles que se sentem frustrados porque o corpo de valores não lhes dá a sensação de ter uma função na vida social, sejam porque suas atividades são socialmente reconhecidas como significativas, seja porque não lhes proporciona oportunidade de atividade útil [...] [ou porque] constituirão uma crítica viva ou, talvez, um elemento dissidente a ameaçar a estabilidade do conjunto.

A “sociedade civilizada”, no entanto, comete facilmente o erro de alegar que os valores “tradicionais” devem ser impostos, embora aqui o erro assuma forma diferente. (GREAVES, 1969, pp. 146, 147) (grifo nosso).

Reconhecidos os direitos como parte essencial das *finalidades sociais*, volta-se para eles, fundamentalmente, o protestantismo nos termos que a descrição aqui sugere. “As leis promulgadas,” informa, “resultam de uma visão dos homens de Estado, tomada em conjunto, para harmonizar os justos reclamos da coletividade, ainda que muitas delas pareçam ferir privilégios individuais” (MANIFESTO, 1945, p. 22). A apropriação, por parte dos protestantes no Brasil, de uma posição contestatória também impunha colocar-se em condições de igualdade discursiva com outros sujeitos, notadamente, com o catolicismo.

Assim, pois, todos os que adotam as normas cristãs dos Evangelhos devem, quando nas posições de governo, pela doutrina e cristã e pelo senso de elevado patriotismo, evitar o desrespeito às leis, o protecionismo ilegal, a feitura de dispositivos visando a distribuição de favores a pessoas da intimidade, e tudo quanto possa levar os governadores (sic) a um complexo de inferioridade em face de outros concidadãos. (MANIFESTO, 1945, p. 23).

Percebendo-se como sujeito social de relevância crescente e apoiado no seu acento numérico – entendendo eticamente justa e religiosamente fiel a sua demanda por um lugar não mais marginal dentro da sociedade plural e democrática que se inaugura na Quarta República –, o protestantismo voltava-se também para a representação política.^{82?}

Bobbio sugere uma explicação para a questão representativa, ao apontar uma vinculação de natureza simbólica e psicológica para este modelo de relação e para o exemplo que utilizamos.

*[...]os grupos pouco integrados, marginais de um sistema político terão **necessidade** não só de representantes que zelem por seus interesses, mas*

ainda de representantes que, pelas suas características pessoais neles se possam identificar e sentir-se 'presentes' na organização política. (BOBBIO, 1981: p. 1104) (grifo nosso).

Na ausência de um projeto político elaborado e gregário⁹ ampliava-se a possibilidade de minimizar os compromissos sistematizados da representação. Desta forma, caso fossem mantidos os elementos mais caros do discurso protestante¹⁰, a atuação parlamentar seria mais livre e mais vinculada a sua filiação partidária e ao seu arcabouço ideológico pessoalizado.

O principal objeto de interesse do protestantismo brasileiro de então era assegurar um estatuto jurídico e uma flexibilidade social no país, assegurando o desempenho e o crescimento de suas práticas religiosas, através da disseminação de sua doutrina, seguindo a máxima de que “a democracia é o melhor regime para a pregação do evangelho”.

Defensor da democracia, diz o documento, “Jesus Cristo praticou a democracia”. O protestantismo hipotecou apoio àquelas iniciativas que implicavam na manutenção ou promoção de uma ordem democrática, “suas liberdades básicas: o direito de escolha dos seus governantes, o direito de livre manifestação do pensamento, o direito a um grau de conforto correspondente ao trabalho realizado, o direito de servir a DEUS de acordo com a sua própria convicção” (MANIFESTO, 1945, p. 3), na salvaguarda da legitimação do modelo instituído apresentando-se como intransigente defensor da “ordem”. A remissão ao modelo de funcionamento da sociedade brasileira, a ordem econômica, a política social e de trabalho, foram objetos de preocupação recorrente sem, contudo, voltar-se a alteração da Ordem.

Aos amigos que pretendem seguir em suas vidas a orientação dos Evangelhos cumpre-nos apresentar a nossa convicção a respeito dos sistemas políticos que se entrecrocaram no mundo dos nossos dias. (MANIFESTO, 1945, p. 24).

[...] se é verdade que a democracia tem erros naturais pelo exercício do poder para o qual nem todos estão preparados... o progresso da democracia, a despeito dos erros, é seguro, apesar de vagaroso, porque se firma na evolução da personalidade.

Todavia, importa que a democracia não seja explorada pelos recursos financeiros dos poderosos, e se fortifique na educação moral dos povos. (MANIFESTO, 1945, p. 25).

Desse modo, a intenção de monitorar a política no país voltava-se para alguns princípios da ética individual a serem estimulados, como por exemplo, a abstinência do álcool. De forma menos explícita, aludia à questões políticas e de governo, no intuito de restaurar a sociedade através da regeneração individual. (Cf. AZEVEDO, 1983).

Não vemos, prezados amigos, outro caminho para o mundo melhor de amanhã senão quando cada indivíduo se tornar uma criatura superior [...] Não vemos outro caminho para a regeneração das massas, senão pela multiplicação da regeneração dos indivíduos. (MANIFESTO, 1945, p. 40).

Apesar disso, a expansão que experimenta nas décadas de 40, 50 e 60, imprime no poder público a “sensibilização” de não ignorar o protestantismo como força política em potencial, como atentou Eduardo Gomes.

4.1.Representação Parlamentar: Guaracy da Silveira

Uma tipificação do pensamento protestante pode ser verificada no discurso parlamentar do deputado Guaracy da Silveira. Durante a legislatura inaugurada em 1946, “apesar de haver ocorrido maior número de candidaturas protestantes à Câmara Federal” (FREESTON, 1995, p. 156), apenas se elegeu o ex-deputado “socialista” Guaracy Silveira. Ele estava de acordo com os protestantes ao afirmar que a ordem social se constrói a partir do ideário religioso, da ética social cristã, e afirmava que “a religião não deve ser envolvida na política [...]”. Mas, ao contrário, “os homens devem levar para seus partidos o seu caráter e o seu cristianismo”¹¹ (GS 1946/6:49) isso “enquanto a moral cristã não for aplicada as relações entre os representantes do povo.” (GS 1946/8:148).

[...] fazemos momentosa advertência no sentido do franco regresso às fontes puríssimas do genuíno Cristianismo [...] pois esse é o caminho único, pelo qual os homens podem atingir, na terra, a felicidade temporal e eterna. (MANIFESTO, 1945, p. 3)

Não devemos pois confundir o Cristianismo DE CRISTO com os ensinamentos dos homens, de qualquer religião, ou de qualquer comunidade religiosa [...] (MANIFESTO, 1945, p. 4).

[fracassos do mundo contemporâneo] são devidos exatamente ao abandono dos ensinamentos morais dos Evangelhos.

O problema de um mundo futuro, mais digno das grandiosas conquistas da inteligência, depende da adesão pessoal à causa da Justiça, do Bem, da Verdade e da Harmonia. (MANIFESTO, 1945, p. 5).

Da mesma forma, entendia que o comunismo era um mal a ser combatido, pois constituía maior ameaça pela sua capacidade de seduzir as classes trabalhadoras, de maneira que, se os trabalhadores não vissem o cristianismo em seus patrões, abraçariam a descrença própria do materialismo. Pela mesma razão sugere uma cruzada “cívica cristã” contra a prática de sonegação fiscal e de falsas declarações dos impostos de renda.

O discurso a seguir de cristianização das relações políticas e sociais mediada pela *educação* é a principal característica do discurso de Guaracy.

Ao professor primário, maiormente, compete plasmar a mente e as almas dos nossos filhos, inculcando-lhes que a grandiosidade de um povo reside no seu sentimento de justiça, de honestidade, de lealdade, de solidariedade, de serviço, de honra.

Nada impede que os professores aproveitem todas as oportunidades para exemplificar os ensinamentos de moral e civismo, comuns a todos os ramos do Cristianismo, nas suas conversas e nas suas relações. A sinceridade e a ética profissional vedam, entretanto, ao professor digno e honesto valer-se da sua posição para inculcar dogmas ou doutrinas peculiares ao seu credo.

Verificamos com satisfação que a mentalidade generalizada do nosso povo é francamente a favor dos que trabalham; que não existem barreiras de ordem social que impeçam os brasileiros de ascenderem aos mais altos postos, em todos os setores das atividades humanas. (MANIFESTO, 1945, p. 27).

A verdadeira diferença que cava poços entre os homens, em nossa terra, é a formação moral e a formação cultural. [exercitadas e desenvolvidas as faculdades intelectuais pela leitura e meditação constante da bíblia, poderão prestar excelentes serviços à Pátria na formação do mundo melhor de amanhã].

Em todo caso, cumpre que aos nossos jovens seja ministrado, com todo empenho, o ensino do curso ginasial. (MANIFESTO, 1945, p. 28).

Uma legislação especial seria necessária para permitir os estudos ginasiais, onde e quando fossem possíveis aos estudantes pobres, com exames oficiais seriados, ou de madureza, como a visão governamental já vem permitindo. (MANIFESTO, 1945, p. 29).

Há valores reais, especialmente nas populações do interior, que poderiam ser aproveitados em Universidades rurais [...] (MANIFESTO, 1945, p. 30).

2.O Governo Vargas 1951-1954

As variações sociais sofridas pelo país apontavam a emergência dos setores industriais que tinham no PSD seu principal canal de expressão política, do operariado urbano, da aglomeração massiva, com incipiente grau de articulação, e os setores

médios urbanos, sem que nenhum impusesse sua hegemonia no cenário político, mas favorecesse a prevalência de uma política conciliatória de interesses, que teria no desenvolvimento econômico seu ponto catalisador.

2.1.Catolicismo

Na década de 50 a propaganda antiprotestante gerou, obviamente, uma extensa massa de panfletos e tratados contra o protestantismo como denúncia dos seus pressupostos doutrinários e conteúdos religiosos. Entretanto, fazia-se necessário insistir na ameaça política diante da qual o protestantismo se representava como um agente desagregador, hostil e potencialmente destruidor para com as “nossas tradições”, passando por sua pressuposta associação com o fascismo e, paradoxalmente, com o comunismo.

Este foi o fim no qual se organizou, nos anos 50 no âmbito da CNBB, o Secretariado para Defesa da Fé e da Moral. Desde a sua inserção no Brasil, em meados do século XIX, o protestantismo era denunciado como agente de interesses americanos em conquistar a América Latina. Tese reforçada por D. Sebastião Leme (1923) e reeditada nos anos quarenta de forma contundente por dom Agnelo Rossi (1946)

2.2.Protestantismo

Os anos 50 marca um incremento da militância religiosa no interior do protestantismo, e sua projeção, com a entrada das primeiras levas de estudantes protestantes na Universidade. Isto se faz junto a crescente aproximação dos Estados Unidos, da exemplaridade do seu modelo de democracia liberal, e estimulando-se o sonho protestante de uma contracultura de matriz protestante (Cf. CAVALCANTI, 1985).

Ao comentar a posição dos evangélicos em relação à participação e à ordem política, lembra Azevedo (1983) que “[...] estes não se eximiriam dos seus deveres, embora não tenham se organizado em partido e não tenham tomado atividade oficial em nome de suas comunidades” (AZEVEDO, 1983, p. 235), e completa: “com referência a atitude do jornal [batista] de 50(sic), a simpatia, uma vez só referida e ainda assim 1947 é pelo PRD que abriga muitos candidatos evangélicos” (JB 31.01.47, apud. AZEVEDO, op. cit. 6,7).

Aos protestantes em geral o que ainda estava facultado, no cumprimento dos seus deveres cívicos, era participarem do pleito eleitoral que representava “uma grande

vitória da democratização” e assim, “ajudarem os políticos” a executarem sua tarefa, sobretudo, na efetividade da Nova Constituição com seu “fundo geralmente democrático”, mas sem perder de vista “[...] o Evangelho de Cristo, na sua íntegra, como única solução dos graves problemas que assolam a Pátria [...]” (MANIFESTO, 1954, p. 3).

Esta intervenção poderia ter caráter amplo, mais especificamente em relação a membresia das igrejas, havendo velado interdito a ação dos ministros como anteriormente. No caso dos batistas, a recomendação era nos seguintes termos:

Os batistas devem, porém, votar e não só votar, até mesmo fazer propaganda dos seus candidatos. Os ministros devem cuidar de modo especial: que nenhum pastor seja mais conhecido em seu meio ambiente como político, vereador, ou candidato ou cabo eleitoral. (JB, 27.07.1950 apud. AZEVEDO, op. cit. p. 5) (grifo nosso).

Todavia, haviam inquietações teológicas permeadas pelo Evangelho Social e pelo Socialismo Religioso que adquiriram contornos mais evidentes na década seguinte. A saber, o discurso sobre a sociedade representando uma resposta de caráter contestatório do cristianismo protestante à sua contemporaneidade, resposta esta, que sensibilizou e moveu determinados setores numa maior intervenção social, sendo tais iniciativas circunscritas em bolsões bem delineados dentro do protestantismo brasileiro.

O protestantismo, com seu caráter político reacionário, viveu a contradição imposta por um momento social efervescente quando eclodiam, nos anos subsequentes, movimentos de juventude cuja militância era entusiasta,¹² animada pelo cenário latino americano e movida pela ideia de engajamento social como parte da Missão da Igreja.

Neste período da década de 50 – e depois – a restrição à militância partidária ainda era antipática aos protestantes, “... pois no panorama político partidário as contradições são frequentes (MANIFESTO, 1954, p. 7), por isso mesmo Azevedo comenta que “reconhece-se que o conceito que a política partidária goza no meio evangélico não é dos mais elevados” (JB 11.05.50, apud. AZEVEDO, op. cit., p. 5).¹³ Era, de fato, em grande medida resultado da ideia de que “o Evangelismo não tem, portanto, nenhum partido político e não procura formar a personalidade dos seus elementos para servir a esta ou aquela ideologia partidária [...]” (MANIFESTO, 1954 p. 13), muito embora a representação parlamentar crescesse.

O protestantismo estava situado entre dois dos grupos expressivos da vida política da década em questão: a classe média e o operariado (Cf. LÉONARD, 1981). Enquanto fenômeno religioso, não tradicional, ele catalisava setores que se achavam excluídos do sistema religioso prevalecente, “segmentos da classe média urbana, pouco acomodados aos padrões de dominação da classe estamental, [e que] buscavam significado para o que não mais encontravam no catolicismo [...] dogmático, litúrgico e canônico” (CAMARGO, 1973, p. 135).

Nos centros economicamente mais avançados, a classe média fazia desenvolver um setor mais dotado de consciência dos seus interesses de classe. O grupo era formado principalmente por profissionais liberais, executivos e burocratas¹⁴ ao qual Skidmore (1982) sugere constituir apenas 10% da população total do país, que politicamente tinham privilégios derivados da conjuntura e da legislação que orientava a representação política no país como, por exemplo, a exclusão dos analfabetos da expressão pelo voto, ou ainda por ser o centro privilegiado de recrutamento para a administração pública.

O protestantismo fazia conjugar a sua ética puritana de honestidade, recato com restrições comportamentais, aproximando os neófitos dos estereótipos de respeitabilidade valorizados entre a classe média urbana, ao mesmo tempo em que se tornava veículo de mobilidade social. Neste contexto de aproximação, a educação emerge como agente privilegiado.

No que concerne ao operariado, Léonard indica que:

Os políticos pastores contaminados pelas atividades eleitorais sabem muito bem que escolheram as plataformas ‘trabalhistas’ na esperança de que o povo protestante, ao qual fazem vibrante apelo, seja atraído pelos seus reflexos avermelhados, sejam eles patrocinados por um antigo ditador ou por um especulador. É auspicioso ver nisso uma nova prova de que há verdadeiras classes populares protestantes no Brasil, com tendências políticas “proletárias”. (LEONARD, 1981, p. 336) (grifo nosso)

Na análise de um dos principais órgãos de divulgação do protestantismo, Azevedo reconhece a inibição que retraiu o protestantismo na intervenção política durante o Estado Novo, comparado aos anos 50, concluindo que:

Este fechamento [em torno de si] está presente no arrefecimento da preocupação com questões políticas, verificado também após os anos 40, especialmente após a decretação do ‘Estado Novo’. Se estes índices [referentes a preocupação política] chegaram a 4.8% em 1901 e 4,6%

em 1941 numa média de 3,4% no período, no seguinte [anos 50] esta média alcança apenas 1,1%.

e acrescenta

[...] a diferença pode ser explicada assim: no início o movimento [batista] precisava mostrar identificação com a sociedade, numa forma de legitimação de sua existência, ênfase mais não necessária com a sua afirmação numérica, além disso [...] [o Jornal Batista não concebia mais] como vital para seus leitores a informação política, na presunção de que estes já a tinham em outras fontes [...] (AZEVEDO, op. cit. p. 301, 302)¹⁵

Outro aspecto relevante para somar a esta explicação, é o fato de que o restante do protestantismo estava mais mobilizado com iniciativas, pronunciamentos e diretrizes próprias e até mesmo a Confederação Evangélica.

2.2.1. A Representação Parlamentar

Sintomaticamente na legislatura de 1955 foram eleitos cinco deputados protestantes e um suplente no final do mandato para a Câmara Federal. São estes: Lauro Cruz, Nelson Omena, Antunes de Oliveira, Rui Ramos Paulo Abreu e Teixeira Gueiros. Para os deputados protestantes a questão econômica foi no dizer de Nelson Omena (NO DCN 10.05.51/5002), o “apanágio da legislatura atual” pois, no período, o parlamento era completamente voltado para a questão da produção e da economia nacional.

Os deputados entenderam que o problema vivido pelo país era onerado pela inabilidade da condução da política econômica e da improbidade administrativa de alguns funcionários graduados, no qual se pode reconhecer outra vez a prevalência da ética individual.

A crise econômica que nos assola, e a crise moral e de caráter, que se evidencia a todo passo, na corrupção, na literatura pornográfica, no egoísmo, na ganância nos menosprezo dos valores morais, na descrença e no sensualismo, são sintomas que alarmam os mais otimistas e que reclama das forças vivas da nação brasileira uma tomada de posição numa batalha de vida ou de morte. (MANIFESTO, 1954, p. 3)

Urge analisar os problemas brasileiros objetivamente como um brado de alerta à opinião pública, contra o desfribilamento moral e o desvirtuamento dos valores, valores estes que têm sido, até agora, o apanágio do povo brasileiro. (MANIFESTO, 1954, p. 4).

As discussões ainda eram permeadas por elementos da ética cristã, ao que Ramos dizia que miséria tornava-se inadmissível porque “Cristo veio para que homens tenham vida e vida em abundância [...]” (RR DCN 19.09.51/8917) e esta abundância “era a antítese da miséria social no país” acentuando assim imperativos éticos de sua profissão religiosa sobre a perspectiva da economia e da conjuntura, no que era acompanhado por outros. A confederação anuncia:

Apontando os grandes males que atingem a nossa nacionalidade [...] e declarando, em cada caso, a posição do Evangelismo brasileiro, já deixamos entrever a solução para todos os problemas que atingem a vida da nossa Pátria: volta sincera para Deus [...] (MANIFESTO, 1954, p. 27).

Afastar o verdadeiro Deus-Pai da solução dos problemas humanos implica em criar, automaticamente, outros deuses [...] sejam ideologias sociais ou políticas, líderes populares, ou organizações meramente humanas. (MANIFESTO, 1954, p. 28).

Em geral, o protestantismo do período não priorizava estas questões de conjuntura nem o ordenamento do Estado, especificamente como já vimos em Azevedo (1983). Este nos informa ainda que:

O arrefecimento se verifica também na teoria e prática crítica em relação à política religiosa do estado, [...] [devido] a adaptação do discurso do poder do aparelho do Estado, corporativista-autocrático cujas disposições cada vez mais intervencionistas e super-controladoras passaram a ser vistas como inquestionáveis e definitivas [...] certamente por dar por um lado, uma boa solução (segundo a perspectiva protestante e ‘liberal’) à questão religiosa, e, por outra, por não se constituir uma real alteração da ordem [...] (AZEVEDO, op. cit. p. 360, 361)

É nesta particular questão religiosa que está a marca central do Manifesto – como voltaremos a demonstrar – que assim afirma sua contestação primeira as práticas do catolicismo:

A igreja católica romana, enquanto reclama para si liberdade de propaganda, nos países em que é minoria, a exemplo da América do Norte, nega essa liberdade às minorias religiosas [...] vindo mesmo [...] ainda agora, a defender a política de discriminação religiosa no plano imigratório do país. (MANIFESTO, 1954, p. 5).

Contudo, o alheamento não era completo. Crescia a consciência e a iniciativa de participação política em certos setores, num cenário que se mostrava aberto, plural, e

exigia maior habilidade para quem se propusesse a controlá-lo, com um Parlamento predominantemente centrista visto por Vargas como vacilante, com uma oposição virulenta (por exemplo, Carlos Lacerda), e um Exército de neutralidade duvidosa.

No governo Vargas a educação, particularmente cara em relação a postura do protestantismo ante a sociedade, foi tema recorrente no discurso do conjunto dos parlamentares. Mesmo sabendo que esta estratégia de penetração já estava além do caráter exclusivamente instrumental e se instalava no cerne da percepção protestante de sociedade, pois:

o ideal educativo se ligava aos próprios elementos caracterizadores do protestantismo, dentre eles o individualismo como elemento formador do caráter, da ética individual, que se conjuga à ideia de responsabilidade individual, fazendo da educação, o “instrumento eficaz para se alcançar o considerado tipo de governo ideal – a democracia” de matriz americana. (RAMALHO, 1989, p. 5)

Ramalho afirma ainda que:

Baseados numa moral cristã, que se fundamenta na responsabilidade individual, alicerçada nos princípios da liberdade que desenvolvem integralmente o indivíduo, a educação, sendo eficaz, dirigida para a vida, proporciona êxito e sucesso para seus alunos. Dessa forma é possível construir uma sociedade onde o autoritarismo, a ignorância e a ineficiência devem ser substituídos pela democracia, pela instrução popular e pela eficiência.

Esses elementos conjugados trazem o progresso, que segue evolutivamente, através do aperfeiçoamento contínuo das instituições, dentro do respeito à ordem. Os textos são claros a respeito: “creem no progresso social, mediante a regeneração individual, na democracia pura, na liberdade de consciência, na separação entre a Igreja e o Estado [...] “há dois grandes fins úteis da educação que compreendem todos os outros fins subsidiários ou próximos, a saber, a edificação de personalidades perfeitas e o aperfeiçoamento da ordem social”. (Id., p. 7)

A educação, portanto, se transpõe da atividade religiosa específica para compor de forma essencial a ordem social. “O Estado se baseia nos indivíduos, somente através de pessoas instruídas ele pode formar-se democraticamente”. (Id., p. 17). Ratifica o mesmo autor:

O progresso da sociedade repousa nos indivíduos educados e, quando a educação tiver se estendido a todos os cidadãos, muitos males da sociedade estarão terminados. A Ignorância é o pior inimigo do Estado democrático, provindo dela a pobreza, o crime, e a indolência afirmam

os documentos.

Nos colégios protestantes esses princípios são dominantes – uma educação a serviço de uma democracia liberal e tomada como seu principal instrumento [...] representado especificamente através dos ensinamentos de civismo, respeito às autoridades constituídas, apoio aos ideais republicanos, estabelecimento de associações cívico-militares [...] (Id.:18)¹⁶

A educação foi mesmo este projeto caro aos protestantes, ao imaginarem que a emancipação social e política só seria possível a um povo instruído. O governo Vargas tinha uma proposta educacional que era de “decisiva e fundamental” importância, cuja análise revelava um crescimento da demanda; uma nova consciência do direito à educação; e que priorizaria o ensino primário e o ensino médio – cujo destino final seria a erradicação do analfabetismo através da mobilização geral. Pela ação do governo e pela iniciativa parlamentar, que representava o protestantismo no Conselho Nacional de Educação, o Manifesto não ocupou-se especificamente da problemática em questão. De todo modo, a educação foi marco do protestantismo em sua relação com a sociedade brasileira: a obra social e religiosa, que o protestantismo brasileiro vinha exercendo com as mais benéficas influências sobre a vida brasileira (no último século), inclusive sobre a obra educacional, desde a reforma Bernardino de Campos (MANIFESTO, 1954, p. 7).

A concepção da função do Estado, por parte do protestantismo, volta a ser, como em 1945, uma questão importante. “Coerente com a visão liberal, o estado é visto como uma instituição consagrada às liberdades do indivíduo. E esta liberdade não é uma concessão do seu poder, mas vem diretamente de Deus” (AZEVEDO, op. cit. p. 343).

Em meio a isto, o nacionalismo ameaçava um risco de fixar mais rigidamente o fosso que dividia politicamente o país. Visto que os arautos radicais do nacionalismo eram os revolucionários nacionais, cuja retórica etnofóbica era apenas um primeiro estágio de uma estratégia política de poder. De modo que a polêmica provocava apreensões instrumentalizadas contra Vargas.

Havia, entretanto, outros referentes para este nacionalismo, que não só aquele do âmbito militar. O perfil protestante já se apresentara como “nacional e nacionalista no bom sentido [...]” (AZEVEDO, 1983, p. 339). O mau nacionalismo era o radical, pois implicava no comprometimento da ordem exigindo atenção, pois “o problema social do Brasil, agrava-se dia a dia, pela atuação solerte dos inimigos do regime [...]”

(MANIFESTO, 1954, p. 6) e para o protestantismo; se mudanças fossem desejáveis, estas o seriam dentro da ordem.

Finalmente, devemos aludir à questão religiosa e suas recorrentes denúncias de violências contra as igrejas protestantes, centralizando tal problemática em torno da hermenêutica constitucional do princípio da laicidade do Estado e do não favorecimento de cultos particulares. De maneira que permita responder, através do Manifesto, as *insinuações malévolas* do catolicismo.

Os argumentos se sucedem e se reforçam, não deixando sem resposta as “aleivosas” acusações.

Também no Brasil se faz sentir, e crescentemente a mão de ferro da perseguição religiosa, a despeito das sábias leis que nos regem [...] (MANIFESTO, 1954, p. 8)

[...] líderes evangélicos foram acusados de fascistas, é a pena de um escritor católico-romano que agora apresenta este mesmo protestantismo como comunista. Não só o alto sentido do espiritual do evangelismo brasileiro, como a não existência de comunistas no meio evangélico – ou ao menos em grau infinitamente inferior ao que existe nos arraiais católicos romanos [...] é nos países católicos-que se encontram os maiores partidos comunistas, fazem com que se desmantele, por si mesma, essa acusação aleivosa. (MANIFESTO, 1954, p. 7)

*Como compreender, entretanto, nessa situação, o desrespeito as autoridades constituídas, pregado abertamente por prelados antítese da Igreja Católica Romana?*¹⁷ (MANIFESTO, 1954, p. 8)

A recente conferência de bispos, realizada em Belém do Pará, resolveu, segundo largamente divulgado pela imprensa, envidar esforços para que não mais sejam admitidos imigrantes protestantes no Brasil, contrariando assim, de público, a carta dos Direitos do Homem [...](MANIFESTO, 1954, p. 19)

É evidente que não defendemos a admissão indiscriminada de imigrantes no Brasil. A ideologia social dos que pretendem radicar-se em nosso meio, a sua sanidade mental e moral [...] capacidade de trabalho [...] instrução mínima [...] operosidade [...] são valores e qualidades que não podem ser esquecidos. (MANIFESTO, 1954, p. 20)

O Evangelismo brasileiro, confiante, como sempre, no alto discernimento das autoridades brasileiras, alimenta a firme esperança de que tão retrógrada proposição jamais venha a ter guarida na vida brasileira. (MANIFESTO, 1954, p. 6)

O quadro se reconfigura. A interinidade de Café Filho, que compôs um Gabinete de base udenista, era vista por ele mesmo, como continuidade do esforço pela

estabilidade econômica para presidir as eleições legislativas daquele ano, e o pleito presidencial do ano seguinte. Mas em meados dos anos 50 o protestantismo era chamado a devotava-se à expansão de suas igrejas pelo país e também dos movimentos teológicos menos ortodoxos, “ameaçadores”, oriundos da Europa e dos Estados Unidos.

Conclusão

Os documentos são reflexos do protestantismo em geral juntamente com as nuances e diversidades que caracterizaram o protestantismo brasileiro.

A caracterização dos dois textos em seus períodos, nos permite concluir que as questões tinham uma perspectiva pragmática e apologética. A preocupação primária do protestantismo era assegurar a *inibição* de iniciativas que lhe fossem hostis. No primeiro, as agências políticas e também o catolicismo. No segundo, as agremiações e os projetos políticos que já estavam melhor delineados. Portanto, era mais importante mostrar firmeza e revelar-se estar apto a pronta resposta ao *inimigo* principal: o catolicismo.

A retórica da religião majoritária endurecera: Dutra era professo da religião católica; a organização política ganhara eficácia; o “debate teológico” assumira feição de acusação explícita e; as iniciativas visavam mesmo “barrar” as iniciativas de incremento da fé protestante. O Manifesto, de 1954, referia-se ao Estado e a ordem política apenas para fortalecê-lo e acentuar sua responsabilidade como agente da ordem democrática, laica, resistente às pressões do catolicismo. A resposta também acentuaria o tom.

O primeiro Manifesto manteve um caráter mais pastoral, de pregação religiosa, em que pesava seu trabalhismo mitigado, enunciado-se no momento da restauração democrática, ambiência plural, temática plural, identidade à mostra, os protestantes “se ofereciam” para o projeto restaurador.

Já o segundo diz respeito ao discurso do protestantismo que crescera nos dez anos, em número de adeptos e em inserção social. O momento revelava-se estratégico para assegurar conquistas, e a principal ameaça era o catolicismo, não por pressuposição, mas pelas manifestações explícitas da intolerância católica. O resposno social haveria de ser outro ao apelo através do “alto discernimento das autoridades

brasileiras, alimenta a firme esperança de que tão retrógrada proposição jamais venha a ter guarida na vida brasileira.”

A leitura dos Manifestos e seu cotejamento com o discurso do outro protagonista religioso, o catolicismo, revela os traços que põem em relevo um e outro, a dinâmica, e as direções específicas de cada um, revelando seu padrão de transformações, reciprocamente determinadas, que no dizer de Bloch se mostram “sujeitas em seu desenvolvimento, devido a sua proximidade e a sua sincronização, a ação das mesmas causas, e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum” (BLOCH, 1963, p. 19).

Assim, as considerações da abertura deste trabalho se ratificam, caso seja considerado que, o fato de haverem protestantes, seria suficiente para demandar dos demais sujeitos sociais uma reconfiguração. O que não nos permite esquecer o significado que as minorias representam no funcionamento social.

JESUS CHRIST PRACTICE DEMOCRACY TWO PROTESTANT PERSPECTIVES ON THE POLITICAL ORDER IN BRAZIL 1945-1954

Abstract: *In this paper, we compare two documents on Protestantism and the Brazilian political order – namely, The Manifesto to Evangelical believers, followers, sympathizers, and all Brazilians who fear God (1945) and The Manifesto from Evangelism to the Brazilian nation (1954) – both produced by the Evangelical Confederation of Brazil, which was intended to be representative of Brazilian Protestantism. By comparing Protestant discourse with that of its main antagonist in the dispute for the religious goods in that period, the Catholic Church, we seek to establish its identity elements. In so doing, we seek to characterize the distinctive elements of the Protestant political agenda between those two statements – the result of the internal dynamics of that segment of Christianity and its politicization as well as of the process of re-arrangement in the Brazilian society over the same period.*

Keywords: *Protestantism; Fourth Republic; Religion; Politics; Brazil.*

Documentação

ASSEMBLEIA Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil. Igreja Presbiteriana do Brasil. Rio de Janeiro, 1928.

_____. ASSEMBLEIA Geral da Igreja Presbiteriana do Brasil. Igreja Presbiteriana do Brasil. Rio de Janeiro, 1936.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. **Aspectos da Obra Evangélica.** Congresso de Obreiros. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1942.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. [CEB] **Manifesto aos crentes evangélicos, aos adeptos e simpatizantes, a todos os brasileiros que temem a Deus.** Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1945.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. [CEB] **Manifesto do Evangelismo à Nação Brasileira.** Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1954.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. **Presença da Igreja na Evolução da Nacionalidade.** Departamento de Estudos. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1962. mimeo.

CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL. [CEB] **Relatórios.** 5º Biênio 1942-1944/8º Biênio 1948-1950. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1944, 1951.

CONGRESSO NACIONAL. [DCN] **Diário do Congresso Nacional.** 1945-1948. Brasília, 1945-1948.

EPISCOPADO. 1945. Manifesto do Episcopado Brasileiro. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, n. 5, 1945, p. 420-424.

IGREJA, Católica Apostólica Romana. 1946. Conclusões do I Congresso nacional de Ação católica Brasileira. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, n. 6, p. 935-946.

Referências bibliográficas

ANDERES, Rodolfo. **A Confederação Evangélica do Brasil e suas relações com o Evangelismo Mundial.** Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1950.

AZEVEDO, I.B. de. **A Palavra marcada.** Um Estudo sobre a Teologia Política dos Batistas Brasileiros, de 1901 a 1964, segundo o JORNAL BATISTA. Dissertação. (Mestrado em Teologia). Seminário Teológico Batista do Sul do Brasil. Rio de Janeiro, 1983.

AZZI, Riolando. 1977. O início da restauração católica no Brasil. Belo Horizonte. **Síntese**, v. 10, p. 61-90.

BARREIRO, I.M. 1994. Educação modernizadora e educação de classe: o lazer, a cultura popular e o trabalho no período Vargas e Juscelino. São Paulo. **Revista Brasileira de História**, Ano 27 n. 14: pp.149-168.

BLOCH, Marc. [1928]1963. Pour une historie comparée des societés européenes. Paris, **Melanges Historiques**. tit. I p. 15-50.

BOBBIO, N. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1981. 2 v.

BRUNEAU, T. **Catolicismo brasileiro em época de transição**. São Paulo: Loyola, 1974.

BURITY, J.A. **Os Protestantes e a Revolução Brasileira, 1961-1964**: A Conferência do Nordeste. Dissertação. (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1989.

CAMARGO, C.P.F. **Católicos, protestantes e espíritas**. Rio de Janeiro: Vozes, 1973.

CENTRO de Documentação e Informação-CEDI. **De dentro do furacão**. Rio de Janeiro: ISER, 1985

DELUMEAU, Jean. **Nascimento e afirmação da Reforma**. São Paulo: Pioneira, 1989.

DURVERGER, M. **Introdução à política**. Lisboa: Studios Cor, sd.

FRESTON, P. **Evangélicos na política brasileira**: História ambígua e desafio ético. Curitiba: ENCONTRÃO, 1995.

GÓES, P. de. **Do Individualismo ao compromisso social** - A contribuição da Confederação Evangélica Brasileira para a articulação de uma ética social Cristã. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Religião) Instituto Metodista de Ensino Superior. São Bernardo do Campo, SP, 1989.

GREAVES, H.R.G. **Fundamentos da Teoria Política**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1969.

LEME, Sebastião. **A Ação Católica**. Rio de Janeiro. se.(1923)

LEONARD, E-G. **O Protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE/JUERP, 1981.

MIANWARING, S. **Igreja católica e política no Brasil 1916-1985**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

MOREIRA, Galdino. O Evangelho mais amplo. In CONFEDERAÇÃO Evangélica do Brasil. **Aspectos da Obra Evangélica**. Congresso de Obreiros. Rio de Janeiro: Confederação Evangélica do Brasil, 1942.

- NEVES, A. **Digesto Presbiteriano**. São Paulo: CEP, 1950.
- PERRUCCI, G. 1963. Realidade e Protestantismo no Brasil. Recife. **Estudos Universitários**. Ano 3, n, 5 p. 21-47, jul-set.
- RAMALHO, J.P. **As características pedagógicas dos colégios protestantes e as categorias ideológicas do liberalismo**. São Paulo, CEHILA, 1989. Mimeo.
- REILY, D.A. **História documental do protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1989.
- ROMANO, R. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo: Kairós, 1979.
- ROSSI, Agnelo. 1946. Por que as missões protestantes na América Latina? Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, n. 6, p. 610-622.
- _____. 1947. A ação bíblica protestante no Brasil. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. n. 7, p.- 45-56.
- SANTOS, João Marcos Leitão. 2001. Protestantismo e Política no Brasil. Parlamentares Protestantes na Câmara Federal 1946-1964. Recife, **POLÍTICA HOJE**. *Revista do Mestrado em Ciência Política*. Ano 7, n. 11, pp. 235-264.
- SANTOS, João Marcos Leitão. **Protestantismo e Política Partidária no Brasil. O Partido Republicano Democrático 1945-1948 – Um Partido Protestante**. Dissertação (Mestrado em Teologia) Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, (Área de Concentração: História do Cristianismo). Recife, 2005.
- _____. 2007. A contribuição protestante á educação no Brasil. Recife. **TÓPICOS EDUCACIONAIS**, *Revista do Centro de Educação*. UFPE, Ano 4, n. 6, pp. 109-141.
- _____.1999. Fazer História versus Falar do Passado: Para uma análise Crítica da Historiografia Protestante no Brasil. Petrópolis. **Revista Eclesiástica Brasileira**. n. 5,. 108-126.
- SHAULL, Richard, **De Dentro do Furacão**. Rio de Janeiro: CEDI, 1985.
- SKIDMORE, T. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Notas

¹ O PCB daria nova demonstração de força em 47 vencendo a UDN em São Paulo e maioria na Câmara da capital federal, sendo declarado ilegal no mesmo ano, ao mesmo tempo em que Dutra fecha a Confederação dos Trabalhadores do Brasil.

² Como os das Comissões de Eficiência e Bem-Estar Social ou o Serviço Social da Indústria-SESI.

³ Organização dos Círculos Operários, das Associações de Juventude, Congregações de mulheres e leigos como por exemplo, as Congregações Marianas, Aliança Feminina.

⁴ Emancipação dos presbiterianos na primeira década, dos batistas na década de 20 e dos metodistas nos anos 30

⁵ Para o significado de Richard Shaul na formação e atuação de uma militância política no Brasil, (Cf. CEDI, 1985)

⁶ A proposta expressa no manifesto corresponde ao programa do Partido Trabalhista.

⁷ Para um estudo sobre a organização de um partido político protestante, ver SANTOS, João Marcos Leitão. *Protestantismo e Política Partidária no Brasil. O Partido Republicano Democrático 1945-1948 – Um Partido Protestante*. Dissertação (Mestrado em Teologia) Seminário Teológico Batista do Norte do Brasil, (Área de Concentração: História do Cristianismo). Recife, 2005.

⁸ A representação parlamentar foi inaugurada na Constituinte de 1934, e teve seu crescimento a partir da década de 50.

⁹ “[...] passada a Constituinte [de 1934] a reação da comunidade protestante foi de isolamento.” (FREESTON, 1995, p. 156).

¹⁰ Veja-se, por exemplo, a questão da entronização da imagem de Cristo nas Assembleias. A partir da proposta de que nos plenários das casas legislativas nacionais fosse colocado um crucifixo invocando a benção divina para as tarefas que ali se produziam, gerou-se ampla polêmica em torno do assunto, ocasionando a publicação “A Imagem de Cristo nas Assembleias” contendo discursos dos parlamentares protestantes em diversos estados e de Guaracy Silveira na Câmara Federal.

¹¹ As referências aos pronunciamentos parlamentares se farão da seguinte forma: as letras maiúsculas abreviam o nome do parlamentar, segue-se o ano, barra, o volume nos Anais da Câmara/Diário do Congresso Nacional e a página

¹² “São os que promovem congressos para discutir problemas sociais, são os que se envergonham da miséria do subdesenvolvimento e acreditam que não foi Deus que criou o mundo desta forma para castigá-lo. Antes, procuram causas materiais – políticas, econômicas e sociais – da sociedade e tentam ajustar-se ao progresso humano para superar a crise capitalista atual. [...] Mas a história é irreversível e os jovens progressistas aumentavam cada vez mais em número.”(PERRUCCI, 1963, p. 255, apud. BURITY 1989, p. 186).

¹³ “**não necessitamos nem devemos pensar em partido cristão** [...] a idéia que surge apenas e algumas vezes como resultado dos naturais desapontamentos com a nossa estrutura política partidária. Pelo contrário, em vez de se separarem, os cristãos devem oferecer sua cooperação em quantos setores possam (sindicatos, centros de estudo e pesquisa), **principalmente** no político.” [grifos nossos] II Reunião de Estudos Responsabilidade Social da Igreja. Setor de Responsabilidade Social da Igreja. Confederação Evangélica do Brasil. (CEB, 1962, p. 6).

¹⁴ Vargas se deparava com questões conjunturais exigindo respostas (o déficit da balança de pagamentos, no âmbito externo, e a inflação tencionando a sociedade, a nível interno), as quais ele pretendia responder levando em conta as paixões e os interesses políticos, cuja tendência final era o desenvolvimentismo nacionalista.

¹⁵ Pela sua configuração doutrinal e pela sua experiência histórica, os batistas sempre foram avessos a entidades associativas, senão excepcionalmente. No Brasil resistiu a sua associação a Confederação Evangélica Brasileira.

¹⁶ O protestantismo criou associações de militares evangélicos, para promover a integração entre os seus membros e promover a celebração de seus cultos, respondendo à prática de celebrações católicas em eventos cívicos e militares.

¹⁷ A referência é a uma notícia do Jornal do Brasil: “combatendo o divórcio o cardeal D Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, arcebispo de São Paulo, afirmou no Sexto Congresso Eucarístico nacional, ora reunido nesta cidade, em defesa da tese: se algum poder instituir o divórcio, temos o direito e o dever de pegar em armas contra ele”. (Jornal do Brasil 16.09.1953)

LITERATURA E NAÇÃO – PEPETELA E A HISTÓRIA DE ANGOLA

Robson Dutra*

Resumo: *Este texto tem como objetivo examinar o diálogo proposto por Pepetela para a contextualização da história de Angola através da literatura, sobretudo dos romances que assinalam a perda da utopia, ou seja, do período posterior à Revolução Colonial. Através de procedimentos específicos, perceber-se-á como este escritor retorna às tradições através do insólito e da oralidade, partes essenciais de seu projeto de “escrita da nação”.*

Palavras-chave: *Literatura; História; Fantástico; Utopia; Pós-modernidade.*

Toda a ficção literária é inevitavelmente histórica.
(José Saramago)

Uma das características mais marcantes da literatura dos países africanos de colonização portuguesa na contemporaneidade é o fato de esta ser uma escrita de ruptura em que a História passa a atuar como novo *locus* de enunciação. Assim, se somado a características como a oralidade, o modo como a cultura se expressa no cotidiano e as diversas figurações da natureza, temos um fazer literário que assume uma identidade nacional que assinala a produção das últimas décadas.

No que se refere à escrita de Pepetela, vemos que seus textos exprimem aquilo que se pode denominar uma “escrita da nação” que se alicerça numa busca às margens através dos diversos *loci* fixados por uma ideologia nacionalista muito mais ampla e plural. Sendo assim, percebe-se em seus romances não apenas um traço evolutivo em relação ao olhar colonial subjacente aos seus primeiros textos, mas um processo de substituição dos mecanismos que apontam para uma visão plena e abrangente de Angola. Para tanto, o escritor lança mão de recursos inerentes à estética pós-moderna, dos quais distinguimos a ironia, a sátira, a paródia e o insólito, bem como a visão multifacetada e plural da própria História.

A fim de registrarmos alguns fatos inerentes à proposta deste texto, devemos recuar um pouco no tempo para percebermos que, já no prefácio da *Anthologie de la*

* Doutor em Literaturas Africanas pela UFRJ/Universidade de Lisboa e pós-doutor na mesma área pela UERJ. Professor do Mestrado em Letras e Ciências Humanas da Unigranrio.

nouvelle poésie nègre et malgache de langue française, de Léopold Senghor, Jean-Paul Sartre resalta uma característica marcante das literaturas africanas ao indagar o que se poderia esperar daqueles cujas bocas foram amordaçadas; de cabeças que, pela força, curvaram-se sobre a terra; de olhos que fatalmente levantar-se-iam para contemplar o futuro ¹ (SARTRE, 2005, p. IX). Ou seja, Sartre reconhece a herança calibanesca das literaturas africanas escritas como resultante da história e das relações entre colonizadores e colonizados em que postulados endógenos, uma vez livres do jugo de Próspero, tornaram-se via de expressão de, “um recalcado canto possível dos seus povos” (LARANJEIRA, 1985, p. 7). Semelhantemente, torna-se audível nas estórias contadas pelos idosos africanos que, segundo o escritor angolano Manuel Rui, o colonizador recusou-se a ouvir:

Quando chegaste, mais velhos contavam estórias. Tudo estava no seu lugar. A água. O som. A luz. É certo que podias ter pedido para ouvir e ver as estórias que os mais velhos contavam quando chegaste! Mas não! Preferiste disparar os canhões (RUI, 1987, p. 321).

Com efeito, estudos de J. Jahn apontam para o dualismo caracterizador das literaturas africanas e de influências da oralidade e da literatura tradicional. Jahn demonstra que a África é um conceito cultural e não apenas algo redutoramente geográfico como se queria crer, tendo em vista as especificidades dos povos que a integram e que não são, obviamente, limitadas por linhas territoriais abstratas impostas pela cartografia colonizadora. Um exemplo do pensamento retrógrado do sistema colonial reside no fato de a constituição portuguesa de 1933 corroborar a unidade nacional apoiando-se “numa suposta hegemonia da diáspora do povoamento e nas fidelidades das restantes etnias às quais uma corrente doutrinária, com assento universitário, não reconhecia nem a nacionalidade, nem a cidadania” (GRAÇA, 2005, p. 7).

Sendo assim, o reconhecimento dessas características, tanto por Sartre, Rui quanto por Jahn, define a tripla postulação dos textos literários africanos que se dá a partir da língua, da escrita e da expressão cultural que encenam a diferença e que, simultaneamente, revelam o acasalamento insólito da literatura como resultante de elementos culturais descritos em uma língua exógena ao meio em que tais manifestações ocorrem. Desse modo, a existência de uma literatura escrita resulta da coexistência da literatura oral tradicional que contém “o fogo das origens” (BOKIBA,

1998, p. 10) conjugado a uma vertente escrita que expõe os traumatismos do homem africano ao longo dos séculos e da história e faz com que a formação das nacionalidades neoafricanas corresponda à formação das literaturas nacionais ².

Ademais, o texto literário africano herda a força mítica da palavra falada, a *kuma* a que o pensador malês Hampâté-Bâ se refere, por exemplo, (BÂ, 1993, p. 16),

uma vez que a palavra é a exteriorização das vibrações das forças, toda manifestação de força, não importa em que forma, será considerada palavra. Por isso no universo tudo fala, tudo é palavra que tomou corpo e forma. Como afirma o filósofo e historiador malês, Essa força origina um vínculo gerador de “movimento, ritmo, vida e ação” que se presentifica nas oralidades, na gestualidade do ir e vir dos pés do tecelão em seu ofício e, posteriormente, nos textos literários em que a voz se une à letra através de palavras continuam a ser “por excelência, o grande agente ativo da magia africana”.

Diacronicamente, essa escrita literária, contudo, não se originou na literatura, mas sim na imprensa que despontou em Angola em meados do século XIX e que deu margens à criação de uma das primeiras células capazes de romper o silêncio impingido pelo colonialismo. Movida por uma pequena burguesia nativa inconformada com práticas colonialistas, coube aos periódicos pôr em xeque a indolência e arrogância de colonos, cristalizadas pelo tempo através de ditos populares como “com preto e mulato, nada de contrato” (CHAVES, 1999, p. 34). Assim, associando-se ao nascimento de uma consciência nacional cujo cerne era a contestação do colonialismo, os intelectuais angolanos lançaram mão da imprensa para evidenciar a inviabilidade do sistema. Datam dessa diversos movimentos culturais que deflagraram lutas políticas mais concretas, fazendo com que a expressão “nação angolana” passasse a integrar o vocabulário da época em termos evidentemente dissociados da terminologia colonial (MARGARIDO, 1980, p. 332).

Ciente dessa característica, a chamada geração de 1880 tornou-se a responsável pelo surgimento em Angola de um “movimento de problematização cultural que trazia em seu bojo a aspiração para que se criasse, na então colônia, uma literatura própria” (PADILHA, 1995 p. 59), embora respaldado na mesma perspectiva calibesca que instaurou novos itinerários da nação a partir de sua heterogeneidade. Uma dessas evidências surge com a publicação por Cordeiro da Matta, ainda que pela via da poesia, da antologia *Delírios*, que, para além de tematizar a questão racial, contém termos em

quimbundo, uma das várias línguas de Angola. Foi esse fato que contribuiu para o rompimento da hegemonia poética do colonizado na sedimentação do edifício da cultura nacional construída sob a *différance* e o logocentrismo que passam, então, a caracterizar o texto literário. Passando, assim, por Assis Jr., António Jacinto, Mario Pinto de Andrade, Luandino Vieira, Agostinho Neto e Pepetela, entre outros, a escrita literária assinalou o engajamento de intelectuais a movimentos cujo cerne era, mais uma vez, a idealização de uma nação una, coesa e livre do jugo colonial, próxima, por conseguinte, da definição feita por Benedict Anderson:

Dentro de um espírito antropológico proponho, então, a seguinte definição para nação: ela é uma comunidade política imaginada – e imaginada como implicitamente limitada e soberana. Ela é imaginada porque nem mesmo os membros das menores nações jamais conhecerão a maioria de seus compatriotas, nem os encontrarão, nem sequer ouvirão falar deles, embora na mente de cada um esteja viva a imagem de sua comunhão (ANDERSON, 1989, p. 14).

Similarmente, a literatura passou a pôr em cena o preceito teórico de que um fato histórico é susceptível de, pelo menos, duas narrações. Essas modalidades discursivas, a histórica e a ficcional, têm como marca a relação de complementaridade resultante do fato de seus discursos terem como objetivo comum oferecer uma imagem verbal da realidade (WHITE, 1992, p. 20). Se pensarmos que a História busca a legitimação de sua veracidade sem, necessariamente, se desvincular de seu referente, tampouco impugnar a dicotomia entre verdadeiro e falso, chegaremos ao que White denomina “operatividade”. Como discurso, contudo, calcado na representação de um passado com pretensão a real, tal escrita recorre a estratégias textuais que absolutizam seu estado de “instrumento de mediação” e lhe auferem o que este autor chama “performatividade” (MATA, 2003, p. 143). Desse modo, os dois discursos possíveis sobre determinada “realidade” ocorrem simultaneamente, sem, necessariamente, nenhuma relação de exclusão ou desvinculação. Esta é, possivelmente, a razão por que a história e o passado mítico de Angola se tornaram veículos de afirmação cultural e reivindicação político-ideológica, fato que é perceptível nos textos de Pepetela, sobretudo aqueles que se debruçam mais diretamente, em nível espaço-temporal, sobre a formação mítica de Angola, lida, por exemplo, em *Lueji* e *A Gloriosa família*.

A assunção literária desse conceito se dá no que se refere à prosa romanesca com a publicação, em 1929, e em livro, em 1935, de *O Segredo da morta*, de Assis Jr.,

que tem como subtítulo *romance de costumes angolenses*. Escrito nos anos vinte, esse romance angolano foi publicado originalmente em folhetins no jornal *A Vanguarda*, tal qual acontecera com *Nga Mutúri*, de Alfredo Troni, em 1882, em Lisboa, surgindo em livro em 1934, em edição de *A Lusitânia*. A obra ocupa-se da sociedade luandense entre 1880-1990, época da infância do autor (GUERRA, 2004, p. 17). A enunciação reflete a indefinição da sociedade colonial em sérias dificuldades para administrar e governar todo o vasto território de Angola, cuja ocupação era, fundamentalmente, militar, presenciando, portanto, revoltas e levantamentos das populações rurais que assinalaram continuamente este período até à época do primeiro governo de Norton de Matos (GUERRA, 2004, p. 9).

Assis Jr., assim como Arsênio Pompílio do Carpo e Urbano Monteiro de Castro, eram jornalistas que, conhecedores tanto da cultura europeia quanto da herança tradicional banto contavam *missossos*, ofereciam *jihengele* (adágios) e propunham *jinongonongo* (enigmas) ao mesmo tempo em que discorriam, em serões literários, sobre obras dos escritores europeus mais em evidência, como João de Deus, Victor Hugo ou Anatole France (GUERRA, 2004, p.10).

Apesar do período de “quase não literatura”, ocorrido entre 1910 e 1940 (LARANJEIRA, 1995, p. 15), a obra de Assis Jr. faz com que se ouçam as vozes adormecidas dos discursos possíveis sobre o país. Tal fato se dá a partir de características etnográficas que buscam uma angolanidade assinalada, em *O Segredo da morta*, por exemplo, através, como já mencionamos, de expressões em *quimbundo*, que subentendem um tipo de narração que contribui para a cisão de um mundo ainda moldado pelo colonialismo (FANON, 1979, p. 128). Através dessa fenda insinuam-se elementos da cultura portuguesa em contraponto ao exotismo redutor com que o colonizador via as coisas da terra, expressas, desde então, pela letra que ampliou as vozes dos anciãos a que Manuel Rui se refere. No texto de Assis Jr. elas são associadas à valorização de tradições já um tanto esquecidas e a um passado mítico evocado por metáforas que resgatam figuras históricas e de viés heróico, como Chaka Zulu e a rainha Jinga, por exemplo, marcos da resistência colonial. Ademais, quando focalizada a partir da dinâmica que caracteriza o romance, a escrita literária passa a rejeitar qualquer tipo de neutralidade. Assim, ao narrar as cores de Angola aos seus leitores, Assis Jr. retira de sua experiência elementos de uma alteridade que passará a integrar experiências alheias.

Essas, por sua vez, revelam-se capazes de ameaçar a suposta integralidade do universo dominador ao fazerem com que se depreenda o que Mouralis denomina “renovação dos temas e das problemáticas até então desenvolvidas” (MOURALIS, 1982, p. 80).

Semelhante cisão é também percebida na obra de Castro Soromenho ao assinalar o ressurgimento literário percebido entre 1930-1940 (GUERRA, 2004 p. 15), que se deu através de jornais como *O Farolim* e, sobretudo, de sua obra literária, nomeadamente a chamada “Trilogia de Camaxilo”. Composta pelos romances *Terra Morta* (1949), *Viragem* (1957) e *A Chaga* (publicação póstuma em 1970) tais obras, como afirma Laura Padilha, denunciam a *chaga* do colonialismo que faz daquela uma *terra morta* à espera de uma *viragem* que altere os rumos da história (1995, p. 91). Em textos de matizes claramente neo-realistas, Soromenho põe em cena não apenas o branco e o negro, como convoca os dramas vivenciados pelo mulato, o que faz emergir outros temas e problemáticas da nação.

Soromenho não só descreve fatos, mas também faz com que se perceba a voz de uma “terra em transe” que, nas palavras de Aparecida Santilli (SANTILLI, 1985, p. 59), conduz o leitor

a uma penosa trilha de iniciação, nos sucessos que conformam a alma angolana e naqueles que a vieram abalar, ao choque eletrizante das raças, à contundência de povos adventícios e nativos, ao atrito das estruturas sociais desirmandas, em que os ritos sacrificiais acabam sendo os da imolação do homem da África como o “pharmakós” que deve sucumbir-se na satisfação da cupidez dos mais fortes, o aniquilamento dos mais fracos.

Ao insistir numa mesma temática, ou seja, a da opressão e da inexorabilidade que se lê na aludida ótica neo-realista de que se vale, Soromenho exacerba a ruína do sistema colonial. Nesse sentido, vale registrar que, para Pires Laranjeira (LARANJEIRA, 1985, p. 227),

o neo-realismo e, no caso dos africanos, a Negritude, surgiram no mundo como respostas estéticas de setores sociais e culturais com uma perspectiva histórica de consciência dos problemas da generalidade do povo trabalhador (sobretudo os operários, camponeses e todos os trabalhadores assalariados, de baixos rendimentos e vida precária), reagindo contra a literatura considerada evasiva (isto é, explicitamente não expositiva das condições sub-humanas de vida e dos processos históricos de sua formação e alienação).

Se, por isso, algumas das vozes do discurso parecem irremediavelmente condenadas ao mutismo decorrente da opressão, da fome e da miséria que se expressam por um foco narrativo distanciado do mundo narrado, a voz do colonizador revela-se igualmente enrouquecida e inteligível. Ademais, a especificidade de um discurso sobre a angolanidade é ampliada quando fenômenos mundiais passam a integrar seu cenário. Em outras palavras, quando Soromenho localiza a queda internacional da borracha agravada pelo esgotamento da produção autóctone e faz da contemporaneidade o pano de fundo para *Terra Morta*, por exemplo, sua narrativa passa a vislumbrar a consciência de atitudes que, décadas mais tarde, tornar-se-iam importantes para a libertação e independência de antigas colônias. Países como o Congo Belga e a Namíbia, por exemplo, que estavam em processo de independência no início dos anos 60, uma década, portanto, após a publicação deste romance, tiveram como aliados uma série de outros países e organismos internacionais como a ONU, que se voltaram contra o projeto colonialista que Portugal insistia em manter. Especificamente, em 1961, os apelos para a descolonização se tornaram tão veementes que Lisboa se viu obrigada a pronunciar-se oficialmente e a contar, em razão de sua posição intransigente, com a desaprovação ao sistema que insistia em manter (MELO, 1998, p. 36). Desse modo, além da simultaneidade com seu tempo, pode-se perceber no romance uma capacidade de projetar para o futuro alguns dos temas que no presente enunciado por suas narrativas não são ainda tão amplamente discutidos.

Vozes da ancestralidade e da oralidade são expressas ainda pela obra de Óscar Ribas e sua necessidade de deixar “falar” os angolanos, particularmente os luandenses, no quadro literário fornecido pela Europa (MARGARIDO, 1980, p. 369). Ao calcar sua prosa na palavra falada e nos *missossos*, ou seja, nas narrativas orais bantos que a compõem, Ribas faz falar também o habitante da periferia e da zona intermediária entre os *musseques* e as vilas dos brancos em cujo cenário tanto a pequena burguesia negra quanto a branca resistiram à inexorável proletarização (PADILHA, 1995, p. 78).

Muito embora, como assinala Rita Chaves, Óscar Ribas não tenha participado diretamente do movimento, seu romance reflete traços da hesitação que “entre tensões e esperanças”, promove “o conhecimento e o reconhecimento da cultura angolana” (CHAVES, 1999, p. 135). Tal hesitação se dá com a publicação de *Uanga* (1951), cujo texto divulga “práticas culturais que, segundo este autor assinala no prefácio, as

transformações históricas iam fazendo desaparecer” (CHAVES, 1999, p. 136). Assim, ao mesclar mitos, histórias, ditados e provérbios a uma intriga conjugal centrada em desamores, ciúme, inveja e feitiços, o texto revela as fontes culturais de resistência ao governo de Salazar que, posteriormente, resultariam no projeto de independência. Ademais, a preocupação tida por este autor na recolha de uma série de histórias orais, recolhidas ao longo de sua vida nas diversas regiões de Angola, servem, igualmente, de munição à autoconsciência histórica e à preparação para a resistência.

Nesse sentido, a contribuição de Luandino Vieira ao romance angolano é primordial, já que cabe a este autor um grande salto na prosa romanesca através da *mise-en-scène* de uma série de procedimentos que lhe autenticam. Por isso – e para tanto –, Luandino recorre a uma série de expressões em *quimbundo*, assim como conjuga elementos opostos como o meio urbano e o rural; a infância e a velhice; o endógeno e o exógeno, mostrando a evolução dos homens e das coisas, independentemente de sistemas hierarquizantes, como o colonialismo.

Ao referir-se à infância, tema recorrente em sua obra, Vieira evoca, pela via da memória, uma idade “edênica” em que se viviam despreocupadamente as brincadeiras pueris, distanciadas, por isso, das tensões sociais e raciais que “o avanço avassalador do asfalto veio a criar” (TRIGO, s/d, p. 57), aumentando, por conseguinte, os limites entre os bairros dos brancos e os *musseques*. Desse modo, os jogos de bola e as “brincadeiras juadas” tornam-se o espaço paradisíaco em que se constrói o coletivo plural que, no futuro, se revelaria tão necessário à reconstrução da angolanidade esfacelada (PADILHA, 1995, p. 146).

A escrita de Luandino Vieira engendra uma poeticidade que se alia à formação de uma consciência nacional necessária ao combate e à resistência que desarticulam o discurso de dominação através da exposição e desmonte dos mecanismos reguladores que se revelam no reconhecimento do ossuário das interioridades mortas veiculadas por tal sistema. Através da consciência político-social de cunho marxista que lhe valeu anos de reclusão na prisão do Tarrafal, sua obra aponta para o nacionalismo e os movimentos de libertação expressos em textos fundamentais como *A Verdadeira vida de Domingos Xavier* (1961) e *Luuanda* (1964). Essas obras atuam como prismas ideológicos que medeiam a percepção do mundo por parte de um observador, assim como integram no

universo concreto populações consideradas “não-pessoas” pelo pseudopaternalismo que o sistema colonial criara em um “não-lugar” colonial.

A escrita de Pepetela herda, confessadamente, algumas dessas características. Essa herança se revela na consciência da relativização do passado histórico por ele vivenciado na guerrilha; na importância dada aos mitos para a manutenção do presente, quer através da utilização de termos nativos que evocam o passado mítico; na interrogação constante da história e, sobretudo, na construção de uma consciência nacional crítica que se debruça incansavelmente sobre Angola. Seu olhar lúcido e constante transfigura o discurso historiográfico através de uma escrita alegórica que esmiúça os desvãos do imaginário social e cultural de Angola através de estratégias que conjugam tradição e modernidade. Por isso, seus textos recuperam aspectos culturais basilares de sua cultura, ao mesmo tempo em que dialogam com a rica herança cultural de que Angola não pode prescindir e que se tornarão mais claras ao longo deste texto.

Levando em consideração um contexto em que o “local” refere-se ao “global” Pepetela reinterpreta o corpo nacional angolano que se apresenta fraturado em termos de memórias, mas que tem em sua escrita um modo sistemático de interrogação da história com vistas à compreensão do presente. Com efeito, como qualquer narrativa histórica de cariz auto-reflexivo, sua obra literária não se limita à mera reprodução dos acontecimentos que o discurso histórico registrou, mas, na contramão, descristaliza os meios pelos quais se construiu literariamente uma imagem através da qual um acontecimento fica registrado na memória coletiva para atuar no imaginário cultural como uma vertente fundamental de seu país.

Herdeiro da tradição nacionalista que reinterpreta a nação angolana, seus romances transmitem uma exigência que aponta para a inadequação de se pensar o futuro enquanto a memória coletiva da história ainda tenta obstruir o passado. Desse modo, o escritor opta por um referencial histórico para reconstituir o tecido nacional em toda sua pluralidade uma vez que, por um lado, reinventa Angola por intermédio do nivelamento de perspectivas e, por outro, critica privatização dos fatos históricos para a construção de uma outra história oficial. O escritor, em entrevista ao jornal português *Diário de Notícias*, afirma que

defender a luta pela independência era para criar uma sociedade mais justa e não para substituir uma elite (colonial) por outra. E aconteceu

que uma classe dominante substituiu a outra classe dominante. O capitalismo selvagem que temos em Angola não leva a lado nenhum, tal como dantes não levava. (PEPETELA, 2002, DNA 13).

Muitas são as vias por eles escolhidas para essa nova reescritura. Como alter ego do escritor, temos em Aníbal, o Sábio, personagem de *A Geração da utopia* (1994) a afirmação lúcida que critica uma “elite que nunca soube aliar-se às elites rurais tradicionais” e cujos agentes foram “intermediários da colonização, embora gritando contra ela” (PEPETELA, 1992, p. 304-305).

A crítica da História dentro da história, ou seja, a narrativa em espelho, em que diversas narrativas se encaixam dentro da outra e assim por diante, funciona como um jogo de reflexões que mescla imagens reais de Portugal dos anos 60 com uma realidade ficcional que poderia ter acontecido. Juntam-se a esse procedimento as referências a textos e situações anteriores, isto é, há uma volta ao passado, o que faz com que exista uma permanente relação dialógica entre o presente e o outrora. Tal relação, por conseguinte, reflete um movimento paradoxal de aproximação e de distanciamento que reproduz efeitos de quem mira de perto ou de longe a estrutura reflexiva do espelho. A aproximação se dá quando o contexto histórico passado é instaurado como um primeiro referencial a ser posteriormente desconstruído através de um narrador contemporâneo.

O processo de desencantamento com os rumos da política de Angola refletem-se em Aníbal e, simultaneamente, assinalam o ocaso do herói, ou seja, a retirada de cena daquele que lutou embalado pelas utopias do passado ao acreditar em um país mais justo. Apartado do mundo externo, a não ser por visitas esporádicas à cidade, a personagem mantém um relacionamento sistemático com o povo, que reconhece características idênticas às que lhe valeram a alcunha de “Sábio”. Desse modo, a voz narrativa acusa seu exílio voluntário em uma casa abandonada, mas dona, enfim, do seu tempo, “a única liberdade válida” (PEPETELA, 2000, p.227), que divide com Mussole, sua jovem companheira assassinada em plena revolução por uma facção rival ao MPLA. Esta jovem, cuja lembrança assombrava Aníbal antes dos combates, numa alegoria premonitória dos conflitos entre passado, presente e futuro, refugiou-se, por fim, nas quatro mangueiras por ele plantadas ao pé da casa ao longo de seu exílio, brincando de esconde-esconde com a personagem e manifestando-se através do roçar de suas folhas.

Assim, Pepetela propõe uma volta à ancestralidade, a um tempo primordial em que a ordem das coisas era regulada por uma mundividência própria dos bantos e que,

poderia afastar-se do raciocínio cartesiano proposto pela colonização. Ao lançar mão do insólito, portanto, o escritor reestabelece através do afastamento voluntário de Aníbal do seio do movimento de libertação uma nova ordem que, buscando inspiração no passado, é capaz de superar os impasses do presente.

O insólito de que Pepetela se vale instaura-se a partir de um princípio psicológico que lhe garante a percepção do estético. Em outras palavras, a insolitude é, fundamentalmente, um modo de produzir no leitor uma inquietação física através de uma outra, de ordem intelectual, que se origina da dúvida sobre a exequibilidade do fato narrado e as diversas possibilidades de ele ser ou não interpretado. Tal sentimento é entendido aqui numa acepção intratextual, ou seja, como um efeito discursivo elaborado pelo narrador a partir de um acontecimento de duplo referencial. Contudo, é preciso frisar que o tipo de enigma que se apresenta, no caso o do retorno à ancestralidade, é aquele que estimula a descoberta; que aciona a atividade do leitor em vez de imobilizá-lo pelo medo que caracteriza, por exemplo, as histórias tradicionais de terror.

É através da busca ao passado tradicional de Angola que Aníbal adquire tanto o autoconhecimento quanto a capacidade de perceber a falência do projeto de consolidação da Independência angolana. É também nessa metáfora de recuperação do universo que se dá a renovação, o reequilíbrio cósmico que possibilitou à personagem enxergar-se e compreender-se, para daí, então, enxergar e compreender as “verdades” que se lhe apresentavam paulatinamente ao longo da Revolução Colonial. Nelas está centrada também a sobrevivência da mangueira plantada no alto da falésia à beira-mar, residência da personagem e do espírito de Mussole que, como os da outra margem da existência, assistem e tentam interagir com o mundo visível, buscando nortear os passos dos vivos e livrar-lhes dos males que os perseguem. Ao afastar-se do convívio social e seu dissensos, sobretudo, Aníbal intenta um recomeço que se inicia por ele mesmo. Refugiar-se à beira-mar representa para a personagem uma reconstrução de sua identidade dilacerada que se aproxima de um desafio interior de compreender os fatos que culminaram com o fim da Revolução e uma forma de contestação do presente recém-instituído. Assim, o autoconhecimento seria via de acesso às transformações possíveis que dar-se-iam através dele, Aníbal, e dos que estavam ao seu redor para, por fim, abrangerem outros grupos sociais.

Com efeito, a narrativa insólita produz imagens aparentemente contraditórias que interrogam o epíteto “Sábio” adquirido ao longo do movimento de libertação, no momento em que a personagem opta pelo afastamento, e que são, também aparentemente, reforçadas pela decisão de plantar mangueiras numa região inóspita e sem água. São estes fatos, contudo, que estimulam na personagem e no leitor, através de sua intratextualidade, a vontade de situar causa, possibilidade ou significância das mesmas, além, de obviamente, indagar sobre sua existência irreverente e provocadora.

Irlemar Chiampi denomina tais imagens de “hipóteses”, de modo que essas narrativas falam de mistérios que revelam o sentido de “tudo aquilo que a inteligência humana é incapaz de explicar ou compreender” (CHIAMPI, 1980: 52-53), uma vez que o insólito

contenta-se em fabricar hipóteses falsas (o seu “possível” é improvável), em desdenhar a arbitrariedade da razão, em sacudir as convenções culturais, (...) as explicações impossíveis se constroem sobre o artifício lúdico do verossímil textual cujo projeto é evitar toda asserção, todo significado fixo, fazendo da falsidade o seu próprio objeto, o seu próprio móvil. (CHIAMPI, 1980: 54).

O insólito também aspira à recomposição e à integração (LINS, 1982, p. 117) que podem ser percebidas tanto em *A Geração da utopia* como nos romances que abordaremos em seguida, visto que em todos eles percebe-se a insinuação de “um desejo de ordem e uma inclinação incrível no sentido da desordem” (CHIAMPI, 1980, p. 110). Assim, se comparada ao clima das outras narrativas, esta revela um modo sem disfarce que descortina a falta de escrúpulos de personagens ligadas ao governo e à elite que passou a reger o país no pós-guerra. Com efeito, ao pôr em xeque a “cultura oficial”, a narrativa tem como tropo principal a ironia que retrata seu comportamento e que aponta para uma época da decadência em que se constata a perda de sentimentos como a justiça e a solidariedade.

Estes pressupostos são retomados em *A Montanha da água lilás, fábula para todas as idades* (1999), uma narrativa que dá conta de uma época em que nada mais resta aos antigos partidários das utopias de libertação, como Aníbal, que o refúgio num espaço fora da urbe, como no caso do “Sábio” ou dos lupis poeta e pensador, a quem resta apenas viver no alto das árvores, sem mais tocarem com seus pés o solo da floresta.

Ao centrar essa narrativa em seres não reais, os lupis, Pepetela simula distanciar o foco narrativo da sociedade angolana, como fizera até então, inserindo o romance na mesma categoria em que se encontram as histórias em quadrinhos e os contos de fada através do insólito. No entanto, a sequenciação dos fatos “históricos” pertinentes à sociedade lupi delimita mais precisamente os contornos que distinguem “notícia”, “história” e “verdade”, projetando a revisão desses conceitos no seio da sociedade angolana pós-independente. Para isso, a narrativa é deslocada para tempo primordial anterior à organização do homem em sociedade, evocando uma época “em que os animais sabiam ainda dar nome às coisas” (PEPETELA, 1999, p. 25). Além disso, o escritor evidencia, mais uma vez, a união entre os dois opostos que compõem o “mundo visível” africano, ou seja, o idoso e a criança como pontos limítrofes entre este e o “mundo invisível”, ao, no prólogo, atribuir ao avô Bento a voz enunciativa dos fatos descritos a longo do romance. Com isso, Pepetela evoca a memória ancestral nas conversas tidas pelo idoso com seus netos, reafirmando a importância da oralidade na perpetuação das tradições do país, que se conjugam, por sua vez, com um saber primordial, ora esquecido.

Pepetela aponta-nos que o traço distintivo entre os lupis e os demais animais que habitam a Montanha da Poesia é a cor alaranjada que os diferencia dos demais, às quais se somam outras preponderantes, como o porte físico: estes são do tamanho de coelhos, enquanto os lupões, seus irmãos de raça, se assemelham aos chimpanzés. O fator que determina se um lupi se tornará lupão se manifesta apenas na idade adulta, uma vez que todos nascem cambutinhas, ou seja, pequenos. Apenas ao crescerem é que, por razões ignoradas, poderão tornar-se lupões.

Os lupis, segundo a voz enunciativa, são mais rápidos e curiosos em ao passo que os lupões são mais lentos, menos inventivos, distinguindo-se apenas na habilidade matemática. A organização da sociedade baseia-se, portanto, nessa diversidade: os lupis são os professores, os poetas, os pensadores, os artistas, os cantores, os inventores, os cientistas, enquanto os lupões são os burocratas, os comerciantes, os contadores, os advogados e os diplomatas. Tais diferenças, no entanto, não criam dificuldades à convivência.

A união entre lupis e lupões resultou na expulsão dos rinocerontes, seres que dominavam a Montanha da Poesia, subjugando os mais fracos. Esta é, aliás, uma das

primeiras alegorias apresentadas por Pepetela e remete à Guerra Colonial, quando a união do povo foi fator preponderante à libertação de Angola do jugo colonialista de Portugal, mesmo que este país dispusesse de maior força e tamanho.

Se a guerra, todavia, representa a libertação do inimigo opressor, a paz trazida não é duradoura. O período que se segue, tanto em Angola quanto na assinala o surgimento de uma nova espécie no reino lupi: os jacalupis. Estes seres enormes mostram-se extremamente vorazes e insaciáveis, não aprendem, não produzindo e estabelecendo uma relação parasitária e unilateral com sua sociedade, uma vez que exige dela seu sustento integral, sem, no entanto, exercer qualquer esforço produtivo.

A descoberta da água lilás torna-se elemento decisivo nessa nova fase da civilização lupi. Encontrada, ocasionalmente, pelo lupi-poeta, a substância apresenta todas as características da água, acrescida da cor e de um perfume inebriante que proporcionam bem-estar aos que o inalam. Outros benefícios são evidenciados, como o efeito curativo das carraças e ferimentos na pele, o restabelecimento de doenças, a perpetuação das fogueiras feitas ao pé da montanha, que, borrifadas com esta água, afastam os demais animais e protegem os grandes reservatórios que os lupis e lupões constroem para guardar sua preciosa aquisição. Este trabalho, no entanto, apesar de árduo, é feito com presteza, uma vez que a água lilás traz grande alegria ao espírito de quem a toca.

O caráter primordial da água, portanto, surge acrescido de elementos sinestésicos que aumentam seu espectro. Além de refrescante e de revigorante, ela evoca os cinco sentidos do ser humano, envolvendo-o completamente. Pepetela, com isso, alegoriza a liberdade que, tal como a água lilás, é uma descoberta que tem que ser provada, estudada e comprovada para que se possa crer e aproveitar convenientemente.

No que tange à narrativa, o quadro que se instaura na montanha, após a descoberta da substância, altera significativamente as relações entre seus habitantes e entre os da planície. A força, a insensatez e a ganância dos jacalupis fazem com que lupis e lupões vejam-se forçados a trabalhar ainda mais no armazenamento e transporte da água lilás, uma vez que todos os animais da floresta querem ter acesso a ela, que passa, finalmente, a ser comercializada. As relações tendem à opressão de lupis e lupões, que se vêem obrigados a cumprir a vontade dos jacalupis, que, por seu turno, passam a ditar ordens, comportamentos na montanha. Além de mais fortes e

numerosos, estes se tornam, misteriosamente, maiores, “possivelmente por ação da água lilás, os jacalupis começam a ter mais filhos, os quais crescem mais depressa que os pais” (PEPETELA, 1999, p. 117).

Com isso, a venda da água lilás, antes trocada por frutas da planície, passa a ser a moeda que viabiliza a aquisição e a imposição de novos costumes na montanha, na tentativa vã de saciar a fome dos jacalupis. Grandes quantidades da substância são trocadas por produtos supérfluos, como ossos de animais que servem de ornamento; penas de aves que, usadas na cabeça, distinguem e hierarquizam o jacalupi-capitão do restante da população lupi; compram, ainda, folhas roídas usadas como abano e instrumento de medidas sociais, além de pagar a comissão de intermediação desses “negócios” a intermediários, como a hiena (PEPETELA, 1999, p. 120) e ao lagarto-azul, que se torna professor de bons modos e salamaleques que os jacalupis se vêm obrigados a assimilar.

Através destes personagens, Pepetela acentua a preocupação com os novos valores externos que são impostos à cultura angolana. Esta alegoria nos remete às personagens de *A Geração da Utopia* e também a Carmina Cara de Cu, de *O Desejo de Kianda* e, posteriormente, a Vladimiro Caposso, de *Predadores*, que passam a integrar a classe emergente que surgiu em Angola, no pós-guerra. Esta é composta essencialmente por membros da sociedade angolana que participaram e apoiaram o processo de Independência, mas que, posteriormente, abandonaram “docilizados”, no sentido empregado por Foucault, as convicções que os levaram à luta pela libertação. Por isso, sua manutenção baseia-se, exclusivamente, em relações de opressão e desigualdade social similares — e por vezes maiores — que aquelas vividas no tempo colonial.

A exacerbação do capitalismo, contudo, é feita, em *A Montanha da água lilás*, através de uma alegoria extremamente veemente, que consiste na inclusão da carne animal na dieta dos jacalupis. Este novo hábito estremece as relações não só no seio da sociedade lupi, mas também com os outros animais da floresta, sobretudo, porque a carne-seca oferecida ao jacalupi-capitão é a de algum deles. Já que o canibalismo é prática exercida somente pelos carnívoros, inimigos originais de todos os herbívoros, inclusive os lupis, a contradição se instala completamente, uma vez que jacalupis e, posteriormente, alguns lupões, também “docilizados”, passam a adotar o novo costume.

O lupi-poeta e o lupi-pensador, únicas vozes dissidentes, são condenados ao exílio e, por isso, não podem mais pisar o solo da montanha, tampouco banharem-se na água lilás. Apenas aspiram, do alto das árvores, o seu perfume e rememoram o tempo em que a ela era propriedade comum. Do seu exílio acompanham o surgimento de uma nova hierarquia social atribuída ao jacalupi-capitão: a de lupi-deus e, com isso, senhor absoluto da água lilás, *dominus* da vida na Montanha da Poesia.

Em meio a todo emaranhado de intertextualidades, a narrativa de *A Montanha da água lilás* prenuncia o mesmo clima de caos pressentido em narrativas anteriores. A escassez e o fim súbito da água lilás fazem com que a paz cesse definitivamente na montanha que, invadida pelos demais animais, tem seu solo esburacado, em vão, na busca de novas fontes da água lilás. Tal como as minas espalhadas durante a guerra devastaram a paisagem durante a guerra; o pó e a fuligem encobriram a região do Kinaxixi, o clima de ruína volta a se instaura, igualmente, neste romance.

O desaparecimento da água lilás evidencia a lacuna deixada pela falta de felicidade, *promesse de bonheur*, ou seja, a perda daquilo que poderia ser ou ter sido, mas foi e não é. Por isso, vítimas da fome e inaptos a subirem nas árvores, lupis, lupões e jacalupis sucumbem. O jacalupi-capitão passa a servir de tambor nas feiras porque ter “uma bunda em que as onças batiam o ritmo das danças” (PEPETELA, 1999, p. 162); o lupi-sábio e seus adjuntos tornam-se escravos das cobras, inventando-lhes artifícios; o lupi-comerciante torna-se, por sua vez, escravo dos hipopótamos e encarregado de fazer trocas com os jacarés. Os demais lupis são, por fim, empregados daquilo que os bichos da montanha não querem mais executar.

Apenas o lupi-pensador e o lupi-poeta continuam livres na montanha, comendo as frutas das árvores e rememorando os porquês da situação. São eles que, casualmente, descobrem uma nova fonte de água lilás. Dessa vez, no entanto, decidem manter seu perfume, sua cor e sua capacidade regeneradora em segredo. O lupi-poeta se encarregará, no entanto, de narrar o que passou para que os demais lupis e quem ouvir sua história, não se esqueçam do que lhes ocorreu e possam, no futuro, saber recuperar e mergulhar na magia da água lilás.

Ao usar o insólito como estratégia narrativa para, através da sociedade lupi, repensar-se a angolana, Pepetela resgata o pensamento crítico de Todorov, para quem este tipo de narrativa se enquadra em pelo menos dois de três dos seguintes postulados:

o leitor deve considerar o mundo das personagens como o de pessoas reais e hesitar entre aceitar uma explicação natural e outra da ordem do sobrenatural para os acontecimentos enunciados. De acordo com a segunda hipótese, tal hesitação pode ser sentida tanto por algumas das personagens quanto tornar-se tema central da obra. O terceiro postulado diz respeito à necessidade de um posicionamento do leitor frente ao texto, aceitando ou não as possíveis explicações para os fatos ali explicitados. Todorov afirma que tais exigências, muito embora tenham valores diferentes, costumam aparecer em conjunto.

Sendo assim, uma tênue linha de incerteza e de hesitação torna-se o espaço ocupado na narrativa pelo insólito encenado pelos lupis a fim de produzir seus efeitos. É através do estranhamento ali despertado que temos o relato de acontecimentos com que não nos deparamos claramente em nosso cotidiano e que, semelhantemente, não são explicados pelas leis que regem o mundo regular. Essa é a razão por que, ressaltamos, a insolitude caminha ao lado da necessidade de existência de uma norma a ser quebrada para, a partir da ruptura, viabilizar-se a construção do universo de sua ação. Ocorre, portanto, a fragmentação de um critério ou de uma lei através da intervenção de um elemento aparentemente sobrenatural que se confronta com a exatidão de tudo aquilo que nos rodeia.

Ademais, se nos ativermos à etimologia, perceberemos que o vocábulo “insólito” compartilha alguns sentidos com o significante “estranho”, posto que ambos apontam para o que está fora do senso comum, o desusado, o novo, o anormal, o extraordinário, o extravagante, o excêntrico e fora do âmbito familiar. O estrangeiro, o forasteiro, o peregrino e o alienígena são, portanto, representações do Outro e, como tal, apresentam-se sempre sob a forma de enigma.

A questão, todavia, é que nem tudo que se apresenta como estranho representa o desconhecido. Freud, em *O Estranho* (1919), faz alusão a um texto de Ernst Jentsch, intitulado *A Psicologia do estranho* (1906), ressaltando o fato de que este circunscreve o sentido de estranho ao não familiar, induzindo-nos a pensar que tudo que nos surpreende, causando-nos medo e horror, se relaciona com o novo e o incógnito.

Com efeito, as formações discursivas do inconsciente que nos são apresentadas sob forma de sonho, chiste, esquecimento e ato falho nos levam ao mecanismo de recalque. Assim, tudo o que compromete a própria imagem e não pode ser reconhecido

é recalçado, resultando na máxima psicanalítica de que não há recalque sem o retorno do recalçado. A cada regresso o recalçado esbarra com o “Eu”, mas, mesmo assim, a estrutura inconsciente insiste em romper os bloqueios desse “Eu”. Essa persistência faz com que o recalque regresse disfarçado em sintoma, como enigma nos sonhos, como surpresa no ato falho, no riso e no chiste.

Semelhantemente, a tematização de mitos locais, bem como a concepção africana do mundo servem de preâmbulo a *O Quase fim do mundo*, romance publicado em 2008, cujo eixo temático é o desaparecimento, por vias aparentemente fantásticas, de toda espécie humana. Os únicos sobreviventes encontram-se em Calpe, cidade que seve de *locus* enunciativo e que está localizada na África, na intersecção do triângulo traçado entre a nascente dos rios Nilo, Congo e Zambeze (PEPETELA, 2008, p. 55).

O espanto de Simba Ukolo, médico e narrador principal da obra, cresce na medida direta em que uma breve parada durante uma viagem de automóvel entre Calpe, local onde decorre a ação, e uma aldeia vizinha torna-se a razão de sua sobrevivência ao grande clarão que resultou no “apagamento coletivo” de que não restou “ossos, cinzas, pêlos ou unhas” (PEPETELA, 2008, p. 8). Em meio à desordem de carros e montes de roupa, únicos remanescentes dos desaparecidos, despontam personagens, como D. Geny, uma religiosa ultra-radical com quem Ukolo se depara após realizar um dos muitos delitos da obra, como o roubo de milhões a um banco e a que se somarão a apropriação de veículos, de outros bens materiais e até mesmo tesouros retirados de museus. Geny, por sinal, é apresentada de posse de uma arma de fogo e de grande quantidade de dinheiro igualmente subtraído ao banco, traço que irá, pela via da ironia, opor seus atos às suas convicções religiosas e atitudes preconceituosas. Se Pepetela conclui *A Geração da utopia* narrando o culto frenético no Templo do *Dominus*, é a faceta repressiva e alienadora de seitas religiosas dali resultantes que desponta em *O Quase fim do mundo*. Neste romance é a crença nos ensinamentos da igreja dos *Paladinos da Coroa Sagrada* que faz com que a personagem torne-se antagonista de quase todos os demais sobreviventes, sobretudo por acreditar-se única guardiã de valores ético-morais, bastante subjetivos, por sinal.

Ao trazer à cena as demais personagens, Pepetela expõe tipos emblemáticos do universo africano. Convoca, além de Ukolo e Geny, Isis, uma historiadora somali; Nkunda, uma criança, sobrinho de Ukolo; Jude, uma adolescente no apogeu da

puberdade; um jovem tresloucado que assume vários nomes; Julius, um mecânico masai, Riek, um *kimbanda* etíope; Janet uma americana que se dedica ao estudo de chimpanzés; Kiboro, um ladrão de residências, uma espécie de Robin Hood, um pescador e Jan, um misterioso mercenário sul-africano. É através deles que o microcosmo enunciado aborda algumas das diversas questões inerentes à África, como confrontos seculares entre algumas etnias. A estas se associam outras, de cunho universal, como o imperialismo e o individualismo que terão de ser vencidos para que o grupo possa suplantar as dificuldades decorrentes das diversas nuances do isolamento a que foi conduzido.

Numa referência a textos de teóricos pós-coloniais, como os de Edward Said e Homi Bhabha, constata-se que as diferenças entre as personagens comprovam que o conceito de identidade pura é inexistente e que, por isso, deve-se valorizar o multiculturalismo resultante do hibridismo, o contato e o diálogo entre as diversas culturas que integram a África. Esta é, nos parece, a razão por que, desde *O Terrorista de Berkeley, Califórnia*, Pepetela tenha optado por lançar mão de um novo *locus* enunciativo que se afasta de Angola, sem, contudo, deixar de tematizar a África, tampouco o diálogo das diferenças ou a volta crítica ao passado que, em *O Quase fim do mundo*, se dá de modo irônico, visto que o mundo deixa de existir, fazendo com que as marcas do passado se sujeitem aos sobreviventes.

Outra questão relevante sobre estes é o fato de que todos se expressam, ao menos minimamente, numa língua comum, o *suahili*, numa união feita, alegoricamente, a partir da etnia banto a que Angola pertence. Este idioma é, semelhantemente, elemento de integração entre as várias áfricas, posto que é falado por milhões de habitantes nos países que constituem a União Africana, como Quênia, Tanzânia, Uganda, Congo, Ruanda, Burundi, Somália, Moçambique, Ilhas Comores, além de ser o único com raízes linguísticas exclusivamente africanas. Sendo assim, a unidade se dá a partir de um traço comum que, como se verá adiante, fará com que outros que não o dominam sejam alijados da narrativa principal e, conseqüentemente, do movimento de reorganização do espaço proposto pela enunciação.

Formado gradativamente, visto que os sobreviventes vão surgindo paulatinamente, o grupo tenta contornar seus conflitos através de um processo de (re)aprendizagem que vai desde a preparação de alimentos a tarefas mais elaboradas

como pilotar monomotores, o que lhes permite perceber que a vida está basicamente restrita a Calpe. Por isso, seduzidos pelo abismo, o vazio de quem sobrepujou a morte, alguns deles – com exceção de Geny, do pescador e de Riek – iniciam uma viagem que mescla a curiosidade em conhecer a verdade dos fatos e, ao mesmo tempo, visitar um mundo outrora interdito. Assim, a rota a ser percorrida assume um novo traçado, posto que se origina em Calpe, na África, até chegar a uma nova Europa, livre agora da “Fortaleza de Schengen”, isso é, do acordo político que cerceava a entrada daqueles que não se conformavam aos padrões do mundo de então, numa reação em que a diferença interroga o cânone.

Após algumas escalas e muito desentendimento, o grupo chega ao Egito, um dos berços da civilização ocidental, fato que nos leva, numa associação com estudos de Maurice Halbwachs, a perceber a relevância do espaço como elemento de transmissão de recordações na busca dos “lugares da memória”, ou seja, daqueles dotados de representação simbólica na construção do conceito de civilização e desenvolvimento. Esta é a premissa que nos conduz, de igual modo, ao pensamento crítico de Frances Yates e sua descrição dos antigos sistemas de memorizações que remontam ao tratado sobre a Arte da Memória, o *Ad Herennium*, datado de 86-82 A.C.. Suas considerações trazem à tona os dois tipos de memória de que os habitantes de Calpe necessitarão em seu percurso: a natural e a artificial. O primeiro deles, nascido com o pensamento, é impresso em nossas mentes através de atos praticados cotidianamente, ao passo que o segundo – grande justificativa da viagem – depende de exercícios para desenvolverem-se, visto que é mais fácil para a mente recordar imagens ou um espaço físico do que fazê-lo através de signos abstratos que, até então, eram desconhecidos da grande maioria do grupo (YATES, 1966, p. 17).

Ao reconhecer tal necessidade, a viagem em que percorrerão não apenas o Egito, mas também países como Quênia, Etiópia, Itália, França e Alemanha, revela como estátuas, monumentos, ícones e imagens atuam como elementos essenciais às identidades, à retenção e à transmissão de recordações como elos entre a lembrança e o esquecimento a que o desaparecimento da humanidade está fadado. Entretanto, fazendo valer algumas premissas da ficção pós-moderna e sua estrutura de espelhamento, mesmo que tenham sido entendidos anteriormente como instrumentos de um poder centralizador, tais monumentos já não mais aprisionam, passando, no plano enunciativo,

a refletir novas relações entre o ontem, o hoje e o amanhã. Por isso, Pepetela empreende, tal como Linda Hutcheon (1991, p. 85) enuncia,

um movimento no sentido de repensar as margens e as fronteiras (...) num afastamento em relação à centralização juntamente com seus conceitos associados de origem, unidade e monumentalidade que atuam no sentido de vincular o conceito de centro aos conceitos de eterno e universal. O local e o regional e o não-totalizante são reafirmados à medida que o centro vai se tornando uma ficção – necessária, desejada, mas apesar disso, uma ficção.

É, portanto, a possibilidade de revisão do “legado à memória coletiva” (LE GOFF, 1996, p. 536) que os incita à viagem que, frisamos, assume novo itinerário, fazendo com que a “gente remota” citada por Camões em sua epopéia, em meio à qual os portugueses edificaram seu império, parta rumo a uma Europa desabitada, propiciando, com isso, o estabelecimento de um novo corpo cultural.

No que tange, ainda, à relação entre monumento e documento, Le Goff salienta que estes se associam ao que “pode evocar o passado e perpetuar a recordação” (LE GOFF, 1996, p. 535) uma vez que são portadores de matizes simbólicas que vão para além do que expressam. Usados como instrumentos de poder, tornam-se representantes de uma ideologia, de um modo de vida e de representação deste poder. Logo, a viagem não resgatará necessariamente o que ficou de um passado cristalizado pela cultura oficial, mas, sim, o que os viajantes elegerão para ser recordado e recuperado no futuro pela memória coletiva, numa revisão crítica e revitalizadora da história.

Semelhantemente, Pierre Nora afirma que o passado seria totalmente esquecido no mundo moderno não fossem os “lugares de memória”, ou seja, tudo aquilo que nos permite rememorar-lo. É através das lembranças que se estabelecem meios de revisitar o outrora, mantendo vivo um saber imprescindível que, no caso do romance de Pepetela, torna-se indispensável ao processo de (re)construção não apenas de Calpe, mas da humanidade. Por isso, apesar de duplos, fechados em si mesmos e recolhidos sobre seu nome, os “lugares da memória” também se abrem a novas significações (NORA, 1993, p. 27).

Assim, tanto Calpe, metonímia da África, quanto os locais visitados tornam-se imprescindíveis à perpetuação da memória uma vez que podemos inseri-los dentro de uma dimensão material, simbólica e funcional. Tais lugares se revelam, inicialmente, através de sua materialidade, concretude e instauração no tecido físico da cidade. Num

segundo olhar, todavia, remetem ao plano das representações, uma vez que correspondem à visão e às expectativas do grupo de sobreviventes alçados à totalidade de grupo social. Finalmente, se expressam em sentido funcional por terem a função de garantir a construção de novas identidades, incluindo, construindo memórias e, conseqüentemente, excluindo e promovendo esquecimentos de um espaço outrora hierarquizado por forças já não mais existentes.

Por isso, o referencial associado à memória e poder não pode prescindir da crítica de que não há espaço físico que não seja hierarquizado, submetido à gradação de uma ordem, seja ela qual for. Sendo assim, o poder simbólico surge para impor significações e legitimá-las. Ao afirmarem-se como instrumentos de excelência à integração social, os símbolos tornam possível a reprodução – neste caso, a produção – de uma nova ordem. Por sua vez, a construção do espaço social privilegia as relações em detrimento da visão comercialista que o atrela a relações econômicas, ignorando as lutas simbólicas e a posição que cada indivíduo ocupa em diferentes campos. A distribuição, no entanto, de poderes que a escrita de *Pepetela* torna audível em seu romance, sejam eles de viés econômico, cultural, social ou simbólico –, atua eficazmente na constituição de um mundo literalmente novo, posto que as muitas vozes que compõem este romance fazem com que a polifonia enunciativa seja uma representação eficaz dos anseios de cada uma das personagens.

Numa outra perspectiva, contudo, vemos que o desaparecimento da humanidade acaba por acarretar o caos, visto que a falta de recursos à manutenção das cidades e a interdição à tecnologia faz com que elas se tornem, gradativamente, desertificadas, regredindo a um patamar anterior à civilização. Se associarmos esta mudança a escritos de Richard Sennett, veremos que a relação entre construções arquitetônicas e o corpo social se dá a partir de conceitos como *urbs* e *civitas*, ou seja, a cidade de concreto e a de carne, respectivamente.

Em *urbs*, Sennett identifica o agrupamento das construções como resultado de processos migratórios e, em *civitas*, descreve a vida social, política e imaginária que se associa à prática da cidadania. A compreensão de como estes elementos interagem é que nos faz reconhecer em que medida as cidades correspondem a uma subjetividade coletiva, visto que “a geometria humana seria um indício de como a cidade deveria ser” (SENNETT, 2003, p. 95). Daí, vem-nos à mente a etimologia da palavra “civilização”,

oriunda de *civitas*, que se caracteriza por um nível mais complexo na produção de alimento, da estratificação social, da vida urbana e de formas estatais de controle que deixam de existir com o desaparecimento do ser humano.

Por isso, ao situar Calpe como *locus* enunciativo de seu texto, Pepetela resgata um topônimo evocado frequentemente em sua obra. A primeira menção surge no romance *Muana Puó*, escrito em 1969, porém publicado apenas em 1978, através de referências que a dissociam do conceito estrito de cidade, isto é, em oposição a um *kimbo* ou a um vilarejo. A idéia de organização urbana despontará apenas no romance *O Cão e os calus*, escrito entre 1978 e 1982 e publicado em 1985, ou seja, no pós-independência. Nesta obra, o narrador segue os rumos do cão a que o título se refere em seu deambular por um espaço urbano que se associa, inevitavelmente, à cidade de Luanda. Assim, Calpe funciona, em *Muana Puó*, como um lugar de sonho e de possibilidades embaladas pelo desejo utópico que não poderia, àquela altura, ser entendido como futuro perfeito visto que, de acordo com a diegese, revelava um “sonho ainda irreal” (PEPETELA, 1982, p. 171).

É por esta razão que, aliada às mudanças histórico-sociais vivenciadas por Angola, Calpe passa de espaço de fundação da nação para o de enunciação do desencanto que acompanhou a evolução do país por décadas, até se reafirmar como *locus* de reconfiguração não apenas de Angola, mas do mundo literalmente novo que *O Quase fim do mundo* retrata. Assim, a cidade repercute no imaginário literário, oscilando do lugar de sonho em que as personagens Ele e Ela, em *Muana Puó*, poderiam receber um bem que desejavam, para cambiar para lugar de distopia e desencantamento com valores e vivências do meio urbano que servem de cenário, por exemplo, aos romances *O Cão e os Calus* e *Parábola do Cágado Velho*, escrito em 1990 e publicado em 1997.

Cabe ressaltar que, em *Parábola do cágado velho*, Munakazi, a segunda esposa de Ulume, parte deliberadamente do meio rural para buscar, numa Calpe urbanizada e hostil, respostas para anseios que, todavia, não lhe são respondidos. Apesar de a guerra colonial e a guerrilha terem ocorrido no campo é na cidade que se refletem mais nitidamente os sinais do desmoronamento político-ideológico e da fragmentação identitária ocorridos ao longo das décadas alegorizadas, por exemplo, no já aludido soçobrar dos prédios do Kinaxixi, em *O Desejo de Kianda* (1995).

Por isso, se pensarmos as figurações, na obra de Pepetela, do meio urbano em confronto com o rural, perceberemos uma mudança e um alargamento das premissas do modelo de nacionalidade de que este autor se vale e que lhe fazem, num exercício mnemônico, voltar suas costas à cidade, tentando encontrar no campo traços do passado. Tal se dá porque a urbe, como epicentro do movimento político, representa dissabores e infelicidades, quer para o cão pastor de *O Cão e os calus*, quer para Munakazi e também para Aníbal, personagem de *A Geração da utopia* que, como vimos, se auto-exila à beira-mar, limitando suas idas à cidade tão somente para resolver questões inerentes ao seu sustento material. Outro ponto relevante é que mesmo que a configuração arquitetônica não corresponda exatamente à da cidade, o fato de determinado lugar atuar como sede de um poder político, faz com que haja a degradação sentida, por exemplo, pelo comandante Sem Medo, de *Mayombe* (1980), ao confrontar-se com a burocracia do dirigente André, em Brazzaville.

Assim, a obra de Pepetela evidencia traços que associam o presente urbano ao caos que o anjo pintado por Paul Klee e alegorizado por Walter Benjamin encara horrorizado, denotando a ruína do presente que seus romances trazem à tona. Tal quadro é, do mesmo modo, vivenciado pelos deserdados de Kinaxixe, em *O Desejo de Kianda*; pelos freqüentadores do mercado Roque Santeiro, em *Jaime Bunda, agente secreto* (2002) e, ainda, por Simão Kapiangala, o mutilado de guerra que mendiga no centro de Luanda até ser atropelado e morto pelo filho de Vladmiro Caposso, em *Predadores* (2007), numa localidade, por sinal, próxima à lagoa de Kianda. Deste modo, no processo de construção da nação, a escrita de Pepetela altera marcas tanto de espaço quanto de tempo que apontam insistentemente para a premência do processo de (re)construção da nação.

Calpe funciona, em última instância, como um amplo projeto cuja proposta não se dá num lugar sujeito a limitações espaço-temporais. Estas passam a ser especificadas pela consciência do saber e da previsão do futuro que se abre diante dessa nova referência à cidade, visto que após o cataclismo que encerrou a vida humana, diminuíram as condições de habitabilidade numa Calpe que, tal qual as outras cidades do mundo vai, gradativamente, se desertificando. Torna-se premente um reinício que traga em si novas configurações não apenas para Calpe, a África, mas do mundo, que

farão, finalmente, com que o centro ceda espaço a margens que passarão a convergir para novos rumos e significações.

Entre elas está a eliminação de algumas diferenças político-culturais que resultam, por exemplo, na gravidez de Isis, a intelectual somali que concebe um filho de Riek, o *kimbanda* etíope, encerrando conflitos a que os últimos séculos vêm assistindo aterrorizado. A alegoria contida na concepção da criança não apenas elimina um conflito étnico secular, como também aponta para o despontar de um novo saber decorrente da associação do conhecimento acadêmico da historiadora com os conhecimentos tradicionais de que Riek é mantenedor.

Em meio a estes elementos tão amplos, densos e variados, percebemos que o insólito atua como uma estratégia literária de que Pepetela se vale para revelar um duplo extraordinário que traz em si “uma realidade caótica que se quer ocultar” (PEPETELA, 2008, p. 16), numa retomada do conceito de recalque estabelecido por Freud. Como epicentro da vida e da sobrevivência, a africanidade ressurgiu revestida da importância que discursos hegemônicos rasuraram no decorrer de séculos de exploração das mais diversas ordens, através de sua manutenção na posição perversa de um não-lugar.

Finalmente, ao chegarem aos portões de Brandemburgo, na Alemanha, os sobreviventes de Calpe descobrem que o quase fim do mundo foi, na verdade, o resultado irônico de uma estratégia ideológica catastrófica que, à guisa de mais um novo arianismo, pretendia eliminar a humanidade. Num relatório, lêem sobre a descoberta de uma potente arma e a construção de um abrigo teoricamente eficaz, que manteria vivos apenas “brancos puros e sem qualquer mancha” (PEPETELA, 2008, p. 343), todos membros da igreja dos *Paladinos da Coroa Sagrada*, que, por acreditarem-se portadores de uma nova “sacralidade”, repovoariam a terra.

Ao final da narrativa vemos que, entretanto, ela não se fecha em si mesma. Ao contrário, deixa entreabertas diversas possibilidades que, como é comum à ficção pepeteliana, apontam para um processo de ressignificação de valores que dependem, como nos casos onde a utopia se anuncia, do esforço coletivo. É através dela que despontará uma Calpe em que Kiari ou Joe, o jovem alucinado, deixará de correr sem destino por suas ruas, do mesmo modo que aumentarão as possibilidades de aproximação entre os que estão isolados na floresta por não falarem a mesma língua dos que habitam a cidade, implementando, desse modo, a ordenação de um novo mundo.

Tal fato nos faz retomar o conceito de que a insolitude do desaparecimento da humanidade traz em seu bojo apenas o ardil de uma minoria hegemônica em busca da manutenção de um *status quo* – este, sim, de ordem mirabolante – ao pretender, mais uma vez, rasurar a história do homem ao escrevê-la através de discursos monoglotas. Por isso, resta-nos concluir que o desejo ou sonho de descendência confere novos sentidos à afirmação de Homi Bhabha acerca da estranha temporalidade da negação implícita na memória nacional. Para este crítico, “ser obrigado a esquecer se torna a base para recordar a nação, povoando-a de novo, imaginando a possibilidade de outras formas contendentes e liberadoras de identificação cultural” (BHABHA, 2003, p. 226-227) que legam, africanamente, às personagens de *O Quase fim do mundo* a celebração do recomeço da vida a partir de novas tentativas.

A leitura deste texto de Pepetela nos faz ver que é através da esperança de repovoamento de que o novo é portador – a despontar no indivíduo para espalhar seus efeitos na coletividade – que se poderá adulterar o passado individual a fim de que se produzam modificações na memória coletiva em que o eu consegue se deparar consigo mesmo, finalmente liberto dos transtornos provocados por recalques seculares.

Em tempos bastante recentes em que o homem desafia os limites do conhecimento humano ao construir um potente processador de partículas capaz de desvendar os mistérios da criação do mundo e da vida, o cotidiano e a história se mesclam à escrita literária, fazendo, portanto, mais uma vez valer a certeza de que “os ciclos podem ser eternos”, mas jamais imutáveis.

Sendo assim, Pepetela constrói uma instância de fundamentação reflexiva ao situar-se entre uma heterogeneidade que decorre da observação empírica de seu país e a que se somam a diversidade temática e a unidade que a operação ideológica prescreve e que situa sua ficção dentro dos limites da factualidade histórica. Sua escrita pode, por essa razão, ser descrita como “patriótica” visto que articula espaços diversos que decorrem de segmentos igualmente múltiplos em um só lugar discursivo que se pretende total, muito embora não deixe de ser excêntrico. Ademais, como lemos em Gaudemar, “o patriotismo é uma noção passada, desvalorizada, mas há ocasiões em que a palavra volta quase ao estado puro, sem todos os aspectos suspeitos e mesmo sujeitos que a contaminam frequentemente” (GAUDEMAR, 1998, p. 43).

Ao término deste estudo ficam-nos claras as impressões causadas, numa primeira leitura, pelos textos selecionados. Quer seja de estranheza, perplexidade, curiosidade, inconformismo, enfim, uma vasta gama de sentimentos nos faz pensar a obra de Pepetela a partir do peso irreversível com que este autor aborda as tradições dilaceradas, a guerra, a fragmentação das utopias que revelam cenários de morte, tristeza, dor, sofrimento, miséria, fome, doença e o modo como a morte, ou melhor, os mortos também governam e interferem no mundo. Ao deter-se sobre temas aparentemente insólitos, este escritor atribui ao tempo e à eternidade a capacidade de regular a realidade e o mundo concreto, despertando a atenção de seus autores para as incongruências que nele percebe.

Em última instância, essas considerações não esgotam as possibilidades ofertadas pelo romance pepeteliano. Ao contrário, servem para situar tal gênero no “sistema de signos mutáveis” de que fala Roland Barthes (BARTHES, 1981, p. 143) e para sistematizar uma escrita que tenta superar a fragmentação que Angola vem sofrendo ao longo de seu percurso histórico. Prestam-se também para evidenciar um “entre-lugar” em que idéias comuns são unificadas de modo a que se estabeleça uma relação dialógica entre os discursos do eu e do outro a partir de suas diferenças.

LITERATURE AND NATION – PEPETELA AND THE HISTORY OF ANGOLA

Abstract: *This article aims at examining the dialog between some aspects of the dialogue issued by Pepetela to contextualize the history Angola throughout literature, mainly the novels that characterize the loss of utopia, specifically at the post revolution period. Through some procedures we will notice how the writer proposes a rescue of tradition by fantastic and orality, essential components of this project of “writing the nation”.*

Key Words: *Literature; History; Fantastic; Utopia; Post modernism.*

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. **Nação e consciência nacional**. São Paulo: Ática, 1989.
- BÂ, Amadou Hampâte. “Palavra africana”. *In: O Correio da Unesco*. Paris; Rio de Janeiro, 11: 16-20, ano 21, nov. 1993.

- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Lisboa: Edições 70, 1988.
- BHABHA, Homi K. **O Local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- BOKIBA, Andrè-Patient. **Écriture et identité dans la littérature africaine**. Paris: L'Harmattan, 1998.
- BOURDIEU, Pierre (org). “Efeitos de lugar”. *In: A Miséria do mundo*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CHAVES, Rita. **A Formação do romance angolano, entre intenções e gestos**. São Paulo: Via Atlântica, 1999.
- CHEVALIER, Jean, GHEERBRANT, Alain, **Dicionário de símbolos**. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1989.
- CHIAMPI, Irlemar. **O Realismo maravilhoso**. São Paulo, Perspectiva, 1980.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FREUD, Sigmund. “O Estranho” (1919). *In: Edição Eletrônica Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, s.d.
- GAUDEMAR, Jean-Paul de. **Ordem y la production**. Madrid: Editorial Trotta, 1991.
- GRAÇA, Pedro Borges. **A Construção da nação em África**. Coimbra: Almedina, 2005.
- GUERRA, Henrique. “António de Assis Júnior, sua época, sua obra”. *In: O Segredo da morta*. Luanda: Edições Maianga, 2004. Coleção “Biblioteca de Literatura Angolana”.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HUTCHEON, Linda, **Póetica do pós-modernismo – História, Teoria, Ficção**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1991.
- JAHN, J. **Las literaturas neoafricanas**. Madrid: Ediciones Guadarrama, 1971.
- LARA Filho, Ernesto. **O Canto de Matrindinde**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, 1988.
- LARANJEIRA, Pires. **A negritude africana de língua portuguesa**. Porto: Afrontamento, 1985.
- LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. *In: História e memória*. São Paulo: UNICAMP, 1996.
- LINS, Ronaldo Lima, **O Fantástico: a modernidade exorcizada**. Revista Tempo Brasileiro, n. 69, 1982.

MARGARIDO, Alfredo. **Estudos sobre literaturas das nações africanas de língua portuguesa**. Lisboa: A Regra do Jogo, 1980.

MATA, Inocência. **Laços de memória & outros ensaios sobre literatura angolana**. Luanda: UEA, 2006.

MELO, João de. (org.). **Os Anos de guerra – 1961-1975 – os portugueses em África: crônica, história e ficção**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais, projetos globais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOURALIS, Bernard. **As contraliteraturas**. Coimbra, Almedina, 1982.

NORA, Pierre. **Entre Memória e história: a problemática dos lugares**. São Paulo: Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História, PUC, 1993.

PADILHA, Laura Cavalcante. **Entre Voz e letra – o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX**. Rio de Janeiro: EDUFF, 1995.

PEPETELA. “A escrita é a minha utopia”. Entrevista a Maria Velho da Costa, **Diário de Notícias**. Lisboa, 9 de Agosto de 1992.

_____. **A Geração da utopia**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. **A Montanha da água lilás**. Lisboa: Dom Quixote, 1999.

_____. **A Parábola do cágado velho**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

_____. **Mayombe**. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

_____. **Muana Puó**. Lisboa: Dom Quixote, 1982.

_____. **O Cão e os caluandas**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. **O Desejo de Kianda**. Lisboa: Dom Quixote, 1995.

_____. **O Quase fim do mundo**. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

_____. **Predadores**. Lisboa: Dom Quixote, 2006.

RIBAS, Óscar. **Missosso: literatura tradicional angolana**. Luanda: Tipografia Angolana, 1961, v.1.

RUI, Manuel. “Eu e o outro – o invasor (ou em três poucas linhas uma maneira de pensar o texto)”. In: MEDINA, Cremilda de Araújo. **Sonha, mamana África**. São Paulo: Epopéia, 1987.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Africanidades – contornos literários**. São Paulo: Ática, 1985.

SARAMAGO, José, “O tempo e a História”. **JL – Jornal de Letras, Artes & Idéias**. N. 27 de Janeiro de 1999.

_____. Entrevista a Antoine de Gaudemar: “Saramago concede um prêmio ao Nobel”. **Camões – Revista de Letras e Culturas Lusófonas**. n.º 3, Outubro/Dezembro de 1998 (p. 42-44).

SARTRE, Jean-Paul. “Orphée Noir”. *In*: SENGHOR, Léopold Sedar. **Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française**. Paris: PUF, 2005.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2003.

TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo, Perspectiva, 1980.

TRIGO, Salvato. **Introdução à literatura angolana de expressão portuguesa**. Porto: Brasília Editora, 1995.

_____. **Ensaio de literatura comparada afro-luso-brasileira**. Lisboa: Veja, [s.d.].

VIEIRA, Luandino. **A Vida Verdadeira de Domingos Xavier**. Lisboa: Edições 70, 1974.

WHITE, Hayden. **Context of the Form. Narrative Discourse and Historical Representation**. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

_____. **Trópicos do discurso – ensaios sobre a crítica da cultura**. São Paulo: Edusp, 2001.

YATES, Frances A. **El Arte de la memoria**. Madrid: Taurus, 1966.

Notas

¹ Qu'est-ce donc que vous espériez, quand vous ôtiez le bâillon qui fermait cês bouches noires? Qu'elles allaient entonner vos louanges? Cês têtes que nos pères avaient courbées jusqu'à terre par la force, pensiez-vous, quand elles se relèvaeraient, lire l'adoration dans leurs yeux?

² Utilizo a terminologia de Jahn por descrever uma literatura escrita em língua europeia e para diferenciar estes textos da literatura oral produzida nas línguas nacionais africanas.

RESENHA

O Brasil e a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Multifoco, 2010. v. 1. 976 p.

*Igor Lapsky**

*Rafael Araujo***

O livro *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial* aborda, a partir da comparação, as novas pesquisas sobre a participação do país no conflito. Com mais de 30 artigos, o trabalho é dividido em 8 partes, com o objetivo de comportar os diferentes objetos de estudo, das relações internacionais até o cotidiano da sociedade brasileira na guerra.

A primeira parte do livro possui debates teóricos fundantes para a compreensão não somente do conflito mundial, mas dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais que nortearam a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial, seja através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) ou a partir do cotidiano de jornais das cidades brasileiras. Esta parte do livro também analisa a historiografia brasileira sobre a 2ª Guerra, procurando avaliar suas diferentes perspectivas ao longo do século XX. Há, igualmente, um profundo debate sobre a economia brasileira e mundial no período.

As relações internacionais durante o conflito é o tema da segunda parte do livro, onde as pesquisas são relacionadas ao posicionamento do Brasil, através do Ministro de Relações Exteriores, Oswaldo Aranha. A conferência dos chanceleres que definiu a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942, as relações entre Brasil e Argentina durante o confronto, a estratégia de defesa nacional e política externa brasileira são temáticas importantes estudadas nesta parte do livro.

A participação das Forças Armadas compõe a terceira parte do trabalho. Aqui, os autores dissertam sobre a composição e características da FEB, suas campanhas na Itália, a participação do Exército brasileiro na política brasileira no fim da guerra, a logística da Marinha e Exército no confronto e a desmobilização das Forças Armadas brasileiras e americanas são os pontos mais importantes desta parte do livro. Há

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ e pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Bolsista CAPES.

** Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Comparada/UFRJ e pesquisador do Laboratório de Estudos do Tempo Presente. Bolsista CAPES.

também, há compreensão da importância das Forças Armadas do Brasil na guerra, derrubando a perspectiva do filme de Sylvio Black, *Rádio auriverde*, que minimizou a importância da participação do Brasil na guerra.

Esta discussão está pautada no período da ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Sylvio Black buscou diminuir a importância do Exército brasileiro na 2ª grande guerra. Tal artifício foi utilizado como *arma* de protesto contra a ditadura brasileira. A produção de sentido do filme nos mostra tal aspecto: tornar os soldados brasileiros banguelas, analfabetos e despreparados para o confronto, o que geraria uma imagem caricatural do exército brasileiro.

A quarta parte do livro discute o Nordeste na guerra a partir da análise de fontes dos jornais locais e da dinâmica social do período de confronto. A propaganda sobre a necessidade de apoio ao racionamento de energia em nome da defesa nacional, os abrigos antiaéreos e a participação de empresas multinacionais norte-americanas são aspectos analisados nesta 4ª parte do livro.

A obra possui na quinta parte um debate sobre a resistência e a inteligência durante a Segunda Guerra Mundial. Tais análises são importantes para a compreensão do conceito de inteligência e informação e como estes foram utilizados pelo Brasil na guerra, tornando o estudo inovador, por envolver a polícia política na captação de informações dos inimigos.

A sexta parte do livro aborda os perseguidos pelo governo brasileiro durante a guerra. Os japoneses, a comunidade germânica e os demais apoiadores ao nazismo, que viviam em nossa sociedade, sofreram com os ataques realizados por jornais ligados ao governo. Neste sentido, esta parte do livro analisa as perseguições sobre as comunidades que apoiaram e propagandearam o nazismo no Brasil.

A relação entre o cinema e a guerra está compreendida na sétima parte do livro. Os autores trabalham o cinema através de sua produção de sentido, com diversos objetivos: propaganda, relações internacionais e revisionismo. Na propaganda, procura-se analisar o cinema europeu e latino-americano como instrumento de propaganda nas ditaduras, utilizando os filmes como promoção dos regimes autoritários. Além disso, a elaboração de filmes em prol do apoio à guerra nos Estados Unidos também é um tema vigente nesta parte da obra.

No tocante às relações internacionais, os autores discorrem sobre a utilização de imagens de aliados e inimigos para aproximação/afastamento entre os países. O episódio da criação do Zé Carioca, por exemplo, nos mostra uma tentativa de aproximação de Brasil e Estados Unidos, mostrando que personagens de países diferentes possuem aspectos em comum e podem conviver amistosamente.

Já sobre o revisionismo histórico, há a abordagem de novos filmes sobre o nazismo. Análises de filmes como *O menino do pijama listrado* e *O leitor* foram pensadas, sendo este último como forma de debate para os julgamentos dos que trabalharam nos campos de concentração, tendo como base no caso do ucraniano John Demjanjuk, acusado de participar dos campos de concentração em Treblinka.

Na última parte compreende-se o tema gênero e guerra, onde os autores fazem um estudo sobre os mais diversos aspectos do Brasil no confronto: a participação de enfermeiras, as mulheres na sociedade na época da guerra, o trauma da guerra através de estudos baseados em soldados que tiveram problemas psicológicos e psiquiátricos no pós-guerra são alguns dos temas que são abordados.

A conclusão do livro, realizada pelo professor da Universidade Estadual de Maringá, Sidnei Munhoz, nos mostra uma análise das bombas nucleares jogadas sobre o Japão e o efeito na política internacional, sobretudo nas relações entre Estados Unidos e Rússia, com o contexto da Guerra Fria.

Nota-se, portanto, que o livro possui diversos pontos de estudo, mas que intercalados, procuram evidenciar um aspecto importante para a história brasileira: a nossa participação na 2ª Guerra Mundial. Este foi um evento importante no qual o país possuiu participação efetiva não só nos confrontos, mas também na mobilização da sociedade contra as forças do Eixo. Além disso, o livro destaca a política externa brasileira no período, destacando as negociações para a entrada brasileira na guerra, a partir das negociações com os Estados Unidos, até a declaração de rompimento das relações diplomáticas com a Alemanha na Conferência dos Chanceleres (1942).